

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2015.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 178



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO

1 - CARTEIRA DE IDENTIDADE - DISPÕE

DECRETO Nº 8.518, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a carteira de identidade de militar das Forças Armadas, o documento de identificação de seus dependentes e pensionistas e o documento de identificação dos integrantes da Marinha Mercante.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV e inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e no Decreto nº 3.985, de 31 de dezembro de 1919,

DECRETA :

Art. 1º Este Decreto tem por objeto:

- I - a regulamentação da carteira de identidade de militar das Forças Armadas;
- II - o documento de identificação de dependente e de pensionista de militar das Forças Armadas; e
- III - o documento de identificação dos integrantes da Marinha Mercante brasileira.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Art. 2º A carteira de identidade de militar das Forças Armadas é documento de identidade válido para todos os fins legais de identificação pessoal e funcional, com fé pública e validade em todo o território nacional.

Art. 3º A carteira de identidade de militar das Forças Armadas será expedida pelo Comando da Força Singular ao qual se vincula o Militar.

Art. 4º A carteira de identidade de militar das Forças Armadas será expedida para os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ativos, inativos integrantes da reserva remunerada ou reformados.

§ 1º Os oficiais temporários e os praças temporários terão a carteira de identidade de militar das Forças Armadas apenas enquanto estiveram na ativa.

§ 2º Não será fornecida carteira de identidade de militar das Forças Armadas aos marinheiros e soldados durante o serviço militar inicial.

§ 3º O Ministro de Estado da Defesa poderá estabelecer documento para identificação, no âmbito das Forças Armadas, na hipótese do § 2º.

Art. 5º Os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica expedirão documento de identificação para os dependentes e pensionistas dos militares de que trata o art. 4º, **caput** e § 1º.

Art. 6º O documento de identificação de que trata o art. 5º tem fé pública em todo o território nacional e é válido como documento de identificação nas relações com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º O Comando da Marinha expedirá documento de identificação para os integrantes da Marinha Mercante.

Parágrafo único. O documento de identificação de que trata o **caput** comprova a condição de integrante da Marinha Mercante e será disciplinado pelo Comandante da Marinha.

Art. 8º Os modelos, as características exatas e os critérios de expedição dos documentos de que tratam os art. 2º e art. 5º serão estabelecidos em Portaria do Ministro de Estado da Defesa.

Art. 9º Os documentos de que tratam os art. 2º e art. 5º deverão atender as exigências da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.

Art. 10. Os documentos equivalentes aos previstos neste Decreto já emitidos ou com processo de emissão já iniciado quando da entrada em vigor deste Decreto permanecerão válidos segundo as condições originalmente previstas ou até a substituição por novo documento.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Art. 12. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 34.155, de 12 de outubro de 1953; e

II - o Decreto nº 93.703, de 11 de dezembro de 1986.

Brasília, 18 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Jaques Wagner
José Elito Carvalho Siqueira
(DOU Nº 180 S-1, DE 21/09/2015 PÁG. 2)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO **(Sem alteração)**

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA

1 – SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.047/MD, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60532.000086/2014-06, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para, no âmbito dos respectivos Comandos, praticar os seguintes atos relativos aos militares:

I - transferência para a reserva remunerada de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

II - reforma de oficiais da ativa e da reserva e de oficial-general da ativa, após sua exoneração ou dispensa de cargo ou comissão pelo Presidente da República;

III - demissão a pedido, ex officio ou em virtude de sentença transitada em julgado de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

IV - promoção aos postos de oficiais superiores;

V - promoção post mortem de oficiais superiores, intermediários e subalternos;

VI - agregação ou reversão de militares;

VII - designação e dispensa de militares para missão de caráter eventual ou transitória no exterior;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

VIII - nomeação e exoneração de militares, exceto oficiais-generais, para cargos e comissões no exterior criados por ato do Presidente da República;

IX - nomeação e exoneração de membros efetivos e suplentes de comissões de promoções de oficiais;

X - nomeação ao primeiro posto de oficiais dos diversos corpos, quadros, armas e serviços;

XI - nomeação de capelães militares;

XII - melhoria ou retificação de remuneração de militares na inatividade, inclusive auxílio invalidez, quando a concessão não houver ocorrido por ato do Presidente da República;

XIII - concessão de condecorações destinadas a militares, observada a ordem contida no Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, destinadas a:

a) recompensar os bons serviços militares;

b) recompensar a contribuição ao esforço nacional de guerra;

c) reconhecer os serviços prestados às Forças Armadas;

d) reconhecer a dedicação à profissão e o interesse pelo seu aprimoramento; e

e) premiar a aplicação aos estudos militares ou à instrução militar;

XIV - concessão de pensão a beneficiários de oficiais, conforme disposto no Decreto nº 79.917, de 8 de julho de 1977;

XV - execução do disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XVI - exclusão de praças do serviço ativo; e

XVII - autorização de oficial para ser nomeado ou admitido em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, inclusive da administração indireta.

Art. 2º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderão editar atos normativos sobre organização, permanência, exclusão e transferência de Corpos, Quadros, Armas, Serviços e Categorias de oficiais superiores, intermediários e subalternos, no âmbito dos respectivos Comandos, bem como os atos complementares necessários para a execução desta Portaria Normativa.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 18 de setembro de 2015.

JAQUES WAGNER
(DOU Nº 179 S-1, DE 18/09/2015 PÁG. 8)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 1.432/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e a Portaria nº 327/GC3, de 18 de março de 2015, resolve:

Designar, por necessidade do serviço e por terem sido promovidos, os Oficiais abaixo relacionados para os seguintes cargos:

Coronel Aviador JORGE DONETTO JUNIOR – Diretor do Instituto de Psicologia da Aeronáutica;

Coronel Aviador MARCELO BATISTA – Comandante da Base Aérea de Belém;

Coronel Aviador RÉGIS AUGUSTO AZEVEDO PEROBA – Comandante da Base Aérea de Boa Vista;

Coronel Aviador ANTÔNIO SANTORO – Comandante da Base Aérea de Natal;

Coronel Aviador REGINALDO PONTIROLLI – Comandante da Base Aérea de São Paulo;

Coronel Aviador MARCELLO LOBÃO SCHIAVO – Comandante da Base Aérea de Salvador;

Coronel Aviador MARCOS DIAS MARSCHALL – Diretor do Instituto de Logística da Aeronáutica;

Coronel Aviador DOUGLAS SABADINI MARQUES – Chefe do Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos;

Coronel Aviador RICARDO FEIJÓ PINHEIRO – Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica;

Coronel Aviador SÉRGIO MOURÃO MELLO – Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica;

Coronel Aviador LUIZ ROBERTO BARBOSA MEDEIROS – Chefe do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea;

Tenente-Coronel Intendente ELÉSIO MARTINS FERREIRA – Prefeito de Aeronáutica de Anápolis;

Tenente-Coronel Intendente MARCELO ANDRADE MARTINELLI – Prefeito de Aeronáutica de Belém;

Tenente-Coronel Intendente IVAN LUIZ DE SIQUEIRA – Prefeito de Aeronáutica de Manaus;

Tenente-Coronel Intendente CARLOS JOSÉ RODRIGUES – Prefeito de Aeronáutica de Natal;

Tenente-Coronel Intendente RONALD JOSÉ PINTO – Prefeito de Aeronáutica de Santa Cruz;

Tenente-Coronel Intendente MICHAEL SILVA DA CUNHA – Prefeito de Aeronáutica de Guaratinguetá;

Tenente-Coronel Intendente LUIZ CESAR FREIRE – Prefeito de Aeronáutica de São José dos Campos;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Tenente-Coronel de Infantaria GEOVANINE DE OLIVEIRA BARBOSA – Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Belém;

Tenente-Coronel de Infantaria FÁBIO SILVEIRA DE LIMA – Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Canoas; e

Tenente-Coronel de Infantaria LUÍS MARCELO SOTORIVA – Comandante do Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

PORTARIA Nº 1.434/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e a Portaria nº 327/GC3, de 18 de março de 2015, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, ex officio, os Oficiais abaixo relacionados para os seguintes cargos:

Coronel Aviador JOSÉ VIRGILIO GUEDES DE AVELLAR - Chefe do Núcleo do Instituto de Aplicações Operacionais;

Coronel Aviador PAULO JUNZO HIRASAWA - Diretor do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno;

Coronel Aviador ÁLVARO WOLNEI GUIMARÃES - Comandante do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, interino;

Coronel Aviador MANOEL ARAUJO DA COSTA JUNIOR - Diretor de Instituto de Controle do Espaço Aéreo;

Coronel Aviador JOSÉ STUMBO NETO - Subdiretor de Pessoal Civil da Diretoria de Administração do Pessoal, interino;

Coronel Aviador RODRIGO ALVIM DE OLIVEIRA - Comandante da Base Aérea de Canoas;

Coronel Aviador CESAR AUGUSTO O'DONNELL ALVAN - Diretor do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial;

Coronel Aviador SILVIO LÚCIO CUNHA BASTOS - Diretor do Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo;

Coronel Aviador EDUARDO WANDERLEY MANO SANCHES - Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo;

Coronel Aviador CARLOS ROBERTO RONCONI JÚNIOR - Comandante da Base Aérea de Santa Cruz;

Coronel Aviador EDUARDO MIGUEL SOARES - Comandante do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, interino;

Coronel Aviador ANDRÉ DA SILVA FERREIRA - Secretário da Comissão de Promoções de Graduados, interino;

Coronel Aviador ROBERTO DA CUNHA FOLLADOR - Diretor do Instituto de Estudos Avançados;

Coronel Intendente ALEXANDRE SANTANA NOGUEIRA - Diretor da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica;

Coronel Intendente MARCOS MAURO BRITO DA COSTA - Prefeito de Aeronáutica do Galeão;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Coronel Intendente ALEXANDRE JORGE ESTEVES - Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos;

Coronel Intendente HELDER ALEXANDRE DE ÁVILA FARIAS - Prefeito de Aeronáutica de Recife;

Coronel Intendente LUÍS FERNANDO BARBOSA MARQUES - Chefe Grupamento de Apoio da Saúde;

Coronel Intendente ALEXANDRE SANCHES DA SILVA - Diretor do Depósito Central de Intendência;

Coronel Intendente MARCOS TADEU DE OLIVEIRA MEDEIROS - Prefeitura de Aeronáutica de São Paulo;

Coronel de Infantaria PEDRO CELSO GAGLIARDI PALERMO - Vice-Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica;

Coronel Engenheiro WALDIR GALLUZZI NUNES - Diretor do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro;

Coronel Dentista EDSON CARDOSO AMOEDO JUNIOR - Diretor da Odontoclínica de Brasília;

Coronel Médico CLÁUDIO COLARES LESSA - Diretor do Hospital de Aeronáutica dos Afonsos;

Coronel Médico MARCUS AURÉLIO BEZERRA DE ANDRADE - Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife;

Coronel Médico ELIEZAR DE JESUS FERREIRA - Diretor do Núcleo do Hospital de Força Aérea de São Paulo;

Coronel Médico GERALDO JOSÉ RODRIGUES - Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial;

Coronel Médico KATIA MELLO E ALVIM - Diretor do Instituto de Medicina Aeroespacial
Brigadeiro Médico Roberto Teixeira;

Tenente-Coronel Aviador SÉRGIO CESAR ILLA LOPES JUNIOR - Diretor de Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos, interino;

Tenente-Coronel Aviador RAUL CARLOS CÂMARA BORGES - Diretor do Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro, interino;

Tenente-Coronel Aviador ROBSON LUÍS LOPES DOS SANTOS - Chefe do Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília, interino;

Tenente-Coronel Aviador FRANCISCO BENTO ANTUNES NETO - Comandante da Base Aérea de Anápolis, interino;

Tenente-Coronel Aviador DANIEL CAVALCANTI DE MENDONCA - Comandante da Base Aérea de Campo Grande, interino;

Tenente-Coronel Aviador ANTONIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR - Comandante da Base Aérea de Florianópolis, interino;

Tenente-Coronel Aviador FREDERICO CASARINO - Comandante da Base Aérea de Fortaleza, interino;

Tenente-Coronel Aviador LEONARDO GUEDES - Comandante da Base Aérea do Galeão, interino;

Tenente-Coronel Aviador FÁBIO LUÍS MORAU - Comandante da Base Aérea de Manaus, interino;

Tenente-Coronel Aviador CÉLIO OTÁVIO ARAÚJO GALVÃO - Comandante da Base Aérea de Porto Velho, interino;

Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE HOFFMANN - Comandante da Base Aérea de Recife, interino;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Tenente-Coronel Aviador PAULO CEZAR FISCHER DA SILVA - Comandante do Primeiro Esquadrão de Defesa Aérea;

Tenente-Coronel Aviador MARCELO DA SILVA RIBEIRO - Comandante do Primeiro Grupo de Transporte de Tropa;

Tenente-Coronel Aviador ALEX PEREIRA DE SOUZA - Comandante do Primeiro Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte;

Tenente-Coronel Aviador LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA - Comandante do Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte;

Tenente-Coronel Aviador LUCIANO CANTUARIA PIETRANI - Comandante do Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador CLÁUDIO TEIXEIRA BARROS - Comandante do Primeiro Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ALLAN DAVIS CABRAL DA COSTA - Comandante do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador JULIANO BARROS COTA - Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE DE CARVALHO RIBEIRO - Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Primeiro Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador SANDRO BERNARDON - Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador CLÁUDIO DUARTE FARIA - Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Quinto Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador GUSTAVO PESTANA GARCEZ - Comandante do Segundo Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador PEDRO HENRIQUE CAVALCANTI DE ALMEIDA - Comandante do Segundo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador JORGE MARCELO MARTINS DA SILVA - Comandante do Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador MARCELO DA COSTA ANTUNES - Comandante do Terceiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador CARLOS EDUARDO DANTAS DA CUNHA - Comandante do Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ANDREI GARCIA NUNES - Comandante do Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE SOUZA - Comandante do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador IVAN LUCAS KARPISCHIN - Comandante do Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador KAZUHIKO TODA - Comandante do Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador ALESSANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO - Comandante do Corpo de Alunos do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, interino;

Tenente-Coronel Aviador JOSÉ DE MATTOS NUNES - Comandante do Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;

Tenente-Coronel Aviador GEANDRO LUIZ DE MATTOS - Diretor do Instituto de Cartografia Aeronáutica, interino;

Tenente-Coronel Aviador LÍBERO ONODA LUIZ CALDAS - Comandante do Esquadrão de Demonstração Aérea;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Tenente-Coronel Aviador ADONIS LUKIANSKI - Chefe do Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE AVELLAR LEAL - Chefe do Segundo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador ANTONIO AUGUSTO ROSA SALLES - Chefe do Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador ADALBERTO SANTOS PRADO - Chefe do Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador ANDRE LUIZ MOTA - Chefe do Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Intendente ANDRÉ GOMES DE MAGALHÃES - Prefeito de Aeronáutica de Guaratinguetá;

Tenente-Coronel Intendente MARCUS MARCIO XAVIER DA SILVA - Prefeito de Aeronáutica de Pirassununga;

Tenente-Coronel Engenheiro FILIPE AUGUSTO CINQUE DE PROENÇA FRANCO - Diretor do Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica, interino;

Tenente-Coronel Capelão GERALDO PIO - Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica, interino;

Major Aviador DANIEL LAMES DE ARAUJO - Comandante do Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle;

Major Aviador RAFAEL SALEMA MARQUES - Comandante do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle;

Major Intendente FERNANDO DE ALMEIDA LOPES - Prefeito de Aeronáutica de Anápolis, interino;

Major Intendente CARLOS HENRIQUE LAGES RODRIGUES - Prefeito de Aeronáutica de Belém, interino;

Major de Infantaria RODRIGO FELIPE MONTEIRO - Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial dos Afonsos, interino;

Major de Infantaria GUSTAVO DO AMARAL GAMA - Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Brasília, interino;

Major de Infantaria EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA - Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Canoas, interino;

Major de Infantaria ALEXANDER BOKOR SETTA - Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial do Galeão, interino;

Major de Infantaria JOÃO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR - Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Recife, interino;

Major de Infantaria ANDERSON DE OLIVEIRA SCHIAVO - Comandante do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, interino; e

Major de Infantaria ANTÔNIO FERNANDES FILHO - Comandante do Primeiro Grupo de Defesa Antiaérea, interino.

PORTARIA Nº 1.435/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Designar, por necessidade do serviço, “ex officio”, a Capitão Intendente LUIZA DELAMOR BRAGA (NO 4016270) para exercer o cargo de Oficial de seu Gabinete.

PORTARIA Nº 1.436/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o que consta do Processo nº 67240.018060/2015-11, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, “ex officio”, o Major Aviador JORGE MAURICIO NASCIMENTO AUTONAMO (NO 2914700) para exercer, interinamente, o cargo de Comandante do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo (3º ETA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 181, DE 22 SET 2015)

2 – DESPACHO DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

(Proc nº 67000.008091/2015-97 - Ref ao Requerimento s/n, de 27 JUL 2015, do Cel Av Ref LUIZ ADONIS BATISTA PINHEIRO.)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 18/GC4/11701, 16 de setembro de 2015.

DEFERIDO, conforme previsto nos itens 8.2.8 e 8.2.9 da ICA nº 160-24, de 13 de julho de 2010, o requerimento do militar no qual consta a solicitação para continuar como contribuinte da AMHC, em virtude de fixar residência no exterior, ficando sujeito aos descontos regulamentares..

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

ITEM Nº 37/GC1/2015

Em 15 de setembro de 2015

Processo nº 67439.007127/2015-75 – SILVIO SOUZA SILVA – Matrícula SIAPE nº 002051389, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, solicitando reversão da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas para 40 (quarenta) horas semanais:

“DEFERIDO, de acordo com o art. 5º, § 3º, da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, e parecer do COMGEP”.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

3 – DISPENSA

PORTARIA Nº 1.433/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e a Portaria nº 327/GC3, de 18 de março de 2015, resolve:

Dispensar, por necessidade do serviço, ex officio, os Oficiais abaixo relacionados dos seguintes cargos:

Coronel Aviador FERNANDO NOGUEIRA VENTURA – Diretor do Núcleo do Instituto de Aplicações Operacionais.

Coronel Aviador MARCIO FELIPE DE MEDEIROS – Diretor do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos;

Coronel Aviador CELSO ANDRÉ DA SILVA – Subdiretor de Pessoal Civil da Diretoria de Administração do Pessoal, interino;

Coronel Aviador PAULO EDUARDO ALBUQUERQUE DE MAGELLA – Comandante do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, interino;

Coronel Aviador JOSÉ VAGNER VITAL – Comandante do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, interino;

Coronel Aviador MARCELO FRANCHITTO – Diretor do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial;

Coronel Aviador MAURÍCIO LIMA DE ALCANTARA – Diretor do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno;

Coronel Aviador IVAN BETTOCCHI BATALHA DITZ – Diretor do Instituto de Controle do Espaço Aéreo;

Coronel Aviador SANDRO FRANCALACCI DE CASTRO FARIA – Comandante da Base Aérea de Florianópolis;

Coronel Aviador RODRIGO FERNANDES SANTOS – Comandante da Base Aérea de Anápolis;

Coronel Aviador JOSÉ VIRGÍLIO GUEDES DE AVELLAR – Comandante da Base Aérea de Manaus;

Coronel Aviador MAURÍCIO POZZOBON MARTINS – Diretor do Instituto de Estudos Avançados;

Coronel Aviador VALDEMIRO MACHADO DA SILVA – Secretário da Comissão de Promoções de Graduados, interino;

Coronel Aviador CESAR FARIA GUIMARÃES – Chefe do Centro de Computação de Aeronáutica de Brasília;

Coronel Aviador GIANCARLO FRANÇA APUZZO – Comandante da Base Aérea de Porto Velho;

Coronel Aviador JOSÉ RICARDO DE MENESES ROCHA – Comandante da Base Aérea de Recife;

Coronel Aviador POTIGUARA VIEIRA CAMPOS – Comandante da Base Aérea de Campo Grande;

Coronel Aviador JACEGUAÍ DE MAGALHÃES – Chefe do Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro;

Coronel Aviador LUIZ CLÁUDIO MACEDO SANTOS – Comandante da Base Aérea de Santa Cruz;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Coronel Aviador LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO – Comandante do Corpo de Alunos do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica;

Coronel Aviador FRANCISCO CLAUDIO GOMES SAMPAIO – Comandante da Base Aérea de Fortaleza;

Coronel Aviador PAULO EDUARDO DO AMARAL NAVARRO – Comandante da Base Aérea de Canoas;

Coronel Aviador SYLVIO MALHEIRO JUNIOR – Diretor do Parque de Material Bélico de Aeronáutica do Rio de Janeiro;

Coronel Aviador AUGUSTO CESAR DE SOUZA TRINDADE – Diretor do Instituto de Cartografia da Aeronáutica;

Coronel Aviador MAX CINTRA MOREIRA – Comandante da Base Aérea do Galeão;

Coronel Aviador JARBAS DE OLIVEIRA PINTO – Chefe do Serviço Regional de Proteção ao voo de São Paulo;

Coronel Aviador HAYATO TODA – Diretor do Instituto de Pesquisa e Ensaios em Voo;

Coronel Aviador ROBERTO CARLOS FERNANDES – Comandante do Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;

Coronel Aviador ROGELIO AZEVEDO ORTIZ – Comandante do Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte;

Coronel Aviador NILO SÉRGIO MACHADO DE AZEVEDO – Chefe do Segundo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Coronel Aviador SIDNEI VELLOSO DA SILVA JUNIOR – Chefe do Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Coronel-Aviador MARCELO GOBETT CARDOSO – Comandante do Esquadrão de Demonstração Aérea;

Coronel Intendente ODILOR DA SILVA LOPES – Chefe do Grupamento de Apoio da Saúde;

Coronel Intendente ANDRÉ LUÍS OLIVEIRA DO COUTO – Diretor do Depósito Central de Intendência;

Coronel Intendente MOISÉS FERNANDO DE SIQUEIRA FREITAS – Prefeito de Aeronáutica de Recife;

Coronel Intendente ROBERTO ALEX RAMOS DE ASSIS – Diretor da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica;

Coronel Intendente FERNANDO ANGOTTO DE OLIVEIRA – Prefeito de Aeronáutica do Galeão;

Coronel Intendente ALCIDES ROBERTO NUNES – Prefeito de Aeronáutica de São Paulo;

Coronel Intendente MARCELO ANTENUZZI DE ALMEIDA – Prefeito de Aeronáutica dos Afonsos;

Coronel Intendente VALDECYR DOS SANTOS – Prefeito de Aeronáutica de Pirassununga;

Coronel Engenheiro DALMO JOSÉ BRAGA PAIM – Diretor do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro;

Coronel Médico DURVAL HENRIQUE DE FREITAS MIRANDA – Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial;

Coronel Médico RICARDO GAKIYA KANASHIRO – Diretor do Hospital de Aeronáutica de São Paulo;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Coronel Médico LUIS AUGUSTO MAISONNETTE CUNHA – Diretor do Hospital de Aeronáutica dos Afonsos;

Coronel Médico MARCOS AURELIO LEIROS DA SILVA – Diretor do Instituto de Medicina Aeroespacial;

Coronel Médico JAN EMIDIO JUSTI – Diretor do Hospital de Aeronáutica de Recife;

Coronel Dentista WILSON GUILHERME DA SILVA LEÃO – Diretor da Odontoclínica de Brasília;

Coronel de Infantaria MÁRCIO RONALDO ROCHA – Vice-Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica;

Coronel de Infantaria PAULO CÉSAR MILARÉ – Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Brasília;

Coronel Capelão FRANCISCO MARIA DE CASTRO MOREIRA – Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica;

Tenente-Coronel Aviador RÔMULO COUTINHO LUCAS – Comandante do Segundo Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador RODRIGO GIBIN DUARTE – Comandante do Segundo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador HENRIQUE DO ESPIRITO SANTO MOTA OLIVEIRA – Comandante do Terceiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ANTONIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR – Comandante do Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador RODRIGO LHAMAS GUASTINI – Comandante do Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE RICARDO DO CARMO – Chefe do Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador JOSIRLEY BRITO DE SOUSA – Comandante do Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ALESSANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO – Comandante do Primeiro Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte;

Tenente-Coronel Aviador CLEBER DOS PASSOS JORGE – Comandante do Primeiro Grupo de Transporte de Tropa;

Tenente-Coronel Aviador ALEXANDRE RUBBIOLI CORDEIRO – Comandante do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador FREDERICO CASARINO – Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador RENATO ALVES DE MORAES – Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador MÁRLIO CONSIDERA ESTEBANEZ – Comandante do Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador MARCO AURÉLIO LIMA MORAES – Chefe do Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

Tenente-Coronel Aviador ROBSON ALEXANDRE FLORES DA SILVA – Comandante do Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo;

Tenente-Coronel Aviador JAIR NOVAES DE ALMEIDA – Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Primeiro Grupo de Aviação;

Tenente-Coronel Aviador ROBSON LOUZADA DE LIMA FERREIRA – Comandante do Primeiro Esquadrão do Décimo Quinto Grupo de Aviação;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Tenente-Coronel Aviador HIGINO JOSÉ DE OLIVEIRA – Comandante do Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação;
Tenente-Coronel Aviador MARCUS ANTONIO CARVALHO DE LIMA – Chefe do Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;
Tenente-Coronel Aviador HELMER BARBOSA GILBERTO – Comandante do Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação;
Tenente-Coronel Aviador MÁRCIO GONÇALVES RIBEIRO – Comandante do Primeiro Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação;
Tenente-Coronel de Infantaria LUÍS MARCELO SOTORIVA – Comandante do Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa;
Tenente-Coronel de Infantaria FÁBIO SILVEIRA DE LIMA – Comandante do Batalhão de Infantaria de Aeronáutica Especial de Canoas;
Tenente-Coronel Aviador ALESSANDRO BARBOSA ARRAIS DE OLIVEIRA – Comandante do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle;
Tenente-Coronel Aviador GILSON ANTONIO DA SILVA SOBRAL – Comandante do Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle;
Tenente-Coronel Intendente MARCELO ANDRADE MARTINELLI – Prefeito de Aeronáutica de Belém;
Tenente-Coronel Intendente ELÉSIO MARTINS FERREIRA – Prefeito de Aeronáutica de Anápolis;
Tenente-Coronel Intendente MICHAEL SILVA DA CUNHA - Prefeito de Aeronáutica de Guaratinguetá;
Major de Infantaria EDUARDO GOMES NOGUEIRA – Comandante do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, interino;
Major de Infantaria MANOEL GOMES DA SILVA NETO DE QUEIROZ – Comandante do Batalhão de Infantaria de Aeronáutica Especial do Galeão, interino;
Major de Infantaria VALDIVINO JOSÉ DO CARMO JUNIOR – Comandante do Batalhão de Infantaria de Aeronáutica Especial de Recife, interino;
Major de Infantaria MARCUS CESAR DE OLIVEIRA JANOTI – Comandante do Batalhão de Infantaria de Aeronáutica Especial dos Afonsos, interino; e
Major Aviador CLAUDIO OLIVEIRA MARQUES – Comandante do Primeiro Grupo de Defesa Aérea, interino.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 181, DE 22 SET 2015)

4 – MILITAR À DISPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PORTARIA Nº 1.438/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e o que consta do Processo nº 67400.005909/2015-15, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Colocar, por necessidade do serviço, “ex officio”, a Primeiro-Tenente QOCON FARM MIRELLA VARGAS (NO 6382614) à disposição do Ministério da Defesa, a fim de prestar serviço no Hospital das Forças Armadas, sem prejuízo da remuneração a que faz jus por este Comando.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 181, DE 22 SET 2015)

5 – MILITARES À DISPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PORTARIA Nº 1.437/GC1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 23, inciso VI, letra “g”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, o disposto no art. 84 da Lei nº 9.615, de 25 de março de 1998, alterada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 60501.000672/2015-91, resolve:

Colocar os militares abaixo relacionados, à disposição do Ministério da Defesa, no período de 24 de setembro a 15 de outubro de 2015, a fim de participarem dos 6º Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar, a realizar-se na República da Coreia, sem ônus para o Comando da Aeronáutica.

a) OFICIAL GENERAL:

MAJ BRIG PAULO JOÃO CURY – UNIFA (NO 0450170)

b) ADJUNTO DO CHEFE DA MISSÃO:

CEL MÁRCIO RONALDO ROCHA – CDA (NO 1562851)

c) IMPRENSA:

1S JOHNSON JONAS CANINDÉ MACEDO DE BARROS - CECOMSAER (NO 3325504)

d) ATLETISMO:

2º TEN VIVIANE C. TAUIL VALENTE GONÇALVES – CDA (NO 6568637)

3S RONALD ODAIR OLIVEIRA JULIÃO – CDA (NO 6681379)

3S JORGE HENRIQUE DA COSTA VIDES – CDA (NO 6678513)

3S ALEXANDER RUSSO – CDA (NO 6681670)

3S JULIANA PAULA GOMES DOS SANTOS – CDA (NO 6681360)

3S HIGOR SILVA ALVES – CDA (NO 6682022)

3S DARLAN ROMANI – CDA (NO 6676596)

3S JESSICA CAROLINA ALVES DOS REIS – CDA (NO 6681549)

3S FERNANDA RAQUEL BORGES MARTINS – CDA (NO 6673678)

e) BASQUETE:

CEL R1 LUIZ ANTONIO NUNES BITTENCOURT – CDA (NO 0449725)

2º TEN JULIO CESAR SILVA MACIEL – CDA (NO 6568912)

SO ANDRE LUIS ALELUIA LOURENÇO – CDA (NO 2280795)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

3S DAVI ROSSETTO DE OLIVEIRA – CDA (NO 6681778)
3S HELIO VITOR LUIZ DA COSTA LIMA – CDA (NO 6676979)
3S ANDRÉ DE SOUSA SILVA – CDA (NO 6681573)
3S SHILTON ALESSANCO DOS SANTOS – CDA (NO 6681301)
3S THOMAS LÜTKE GEHRKE – CDA (NO 6681310)
3S RICARDO AUGUSTO LENTO COELHO DOS SANTOS – CDA (NO 6620566)

f) CICLISMO:

CEL MÁRCIO RONALDO ROCHA – CDA (NO 1562851)
2º TEN RENATA MATTOSO GAVINHO – CDA (NO 6569129)
SO ÉLINTON CARNEIRO PONTES – CDA (NO 2410311)
2S FLAVIO COELHO MAIA – CDA (NO 3061892)
3S MAGNO DO PRADO NAZARET – CDA (NO 6673635)
3S MURILO FERRAZ AFFONSO – CDA (NO 6676154)
3S MURILO ANTONIO FISHER – CDA (NO 6673465)
3S RAFAEL DE MATTOS ANDRIATO – CDA (NO 6676588)
3S ALEX CORREIA DINIZ – CDA (NO 6681190)
3S CRISTIAN EGIDIO DA ROSA – CDA (NO 6676472)
3S MARCIO LOPES VICENTE – EEAR (NO 3823857)
3S RENATO RUIZ – CDA (NO 6621171)
3S ALEX DAVID MAYER ARSENO – CDA (NO 6620469)
3S TIAGO FIORILLI – CDA (NO 6621309)
3S JANILDES FERNANDES SILVA – CDA (NO 6621678)
3S ANA PAULA POLEGATCH – CDA (NO 6676626)
3S CLEMILDA FERNANDES SILVA – CDA (NO 6621660)
3S FLAVIA MARIA DE OLIVEIRA PAPARELLA – CDA (NO 6678297)
3S UÊNIA FERNANDES DE SOUZA – CDA (NO 6620248)
3S CAMILA COELHO FERREIRA – CDA (NO 6621392)
3S ROBERTO PINHEIRO DA SILVA – CDA (NO 6676278)

g) FUTEBOL:

1S FRANCISCO LUCIANO PORTELA BATISTA – CDA (NO 3375137)
CB MATHEUS NICACIO BARROS – DIRINT (NO 6112528)

h) GOLFE:

TEN CEL R1 MARIO CESAR SOARES MOREIRA – PIPAR (0087041)
2º TEN JANAINA DE FARIAS SILVA – CDA (NO 6568173)
3S LUCAS YU SHIN LEE – CDA (NO 6684157)
3S DANIEL BOCHNIA STAPFF – CDA (NO 6673546)
3S RAFAEL CHAVES BARCELLOS – CDA (NO 6684149)
3S RONALDO FRANCISCO – CDA (NO 6680909)
3S FERNANDO MENEGAZ MECHEREFFE – CDA (NO 6686303)
3S LUCIANE YU JIN LEE – CDA (NO 6684130)
3S CLARA BRANCO TEIXEIRA – CDA (NO 6678181)

i) HANDEBOL:

MAJ MARCOS VINICIUS PIRES BRANT – CDA (NO 3325059)
2º TEN NATALIA CRISTINA FERREIRA DA SILVA – CDA (NO 6568084)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

3S SAULO TARDIN BALIANE – CDA (NO 6620540)
3S CLERYSTON DAVID CORDEIRO NOVAIS – CDA (NO 6620639)
3S ROGÉRIO MORAES FERREIRA – CDA (NO 6620299)
3S ANDRÉ LUIZ ESCÓSSIA DA CONCEIÇÃO – CDA (NO 6620507)
3S THIAGO LUIZ GUSMÃO NASCIMENTO CLAUDIO – CDA (NO 6620779)
3S RODOLFO MALANDRIN DE OLIVEIRA – CDA (NO 6621554)
3S RAFAEL HIDALGO LOBATO – CDA (NO 6620523)
3S RONEY BENGIVENGA FRANZINI – CDA (NO 6621589)
3S JOÃO VICTOR PEREZ FELICIANO – CDA (NO 6621430)
3S PEDRO HENRIQUE HERMONES SILVA – CDA (NO 6620744)
3S MARCUS VINICIUS LEMOS DOMINGUES – CDA (NO 6620990)
3S GIL VICENTE DE PAES PIRES – CDA (NO 6676111)
3S ALLAN LOURENÇO SILVA BRANDÃO ALVES – CDA (NO 6621007)
3S EDUARDO SANTOS DA COSTA MOREIRA – CDA (NO 6680348)
3S ANDRÉ ALVES LEAL – CDA (NO 6621503)
3S JEFFERSON ALVES VICENTE – CDA (NO 4282779)
3S NAILSON DE SOUSA DO AMARAL – CDA (NO 6676243)
3S RAFAEL DA SILVA SANTOS – CDA (6620710)

j) MARATONA:

3S MARILSON GOMES DOS SANTOS – CDA (NO 6621198)
3S ROSELAINÉ SOUZA RAMOS BENITES – CDA (NO 6621236)

k) ORIENTAÇÃO:

3S FRANCIELY DE SIQUEIRA CHILES – CDA (NO 6620353)

l) PARAQUEDISMO:

MAJ DIEGO GABRIEL DA SILVA – CDA (NO 3147134)
CAP MICHEL MARCONI HAKIME DE A. RAMOS – CPOR SJ (NO 3411915)
1S ANTONIO AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS – CDA (NO 2801981)
1S ROBERTO SOUZA DE CARVALHO – BAAF (NO 2692813)

m) PENTATLO AERONÁUTICO:

CEL MARCELO COSTA DAS NEVES – CIAAR (NO 1857428)
CEL R1 FRANCISCO DA COSTA E SILVA JUNIOR – CDA (NO 0520241)
CEL R1 SEBASTIÃO ODECIO PIRES DE CAMARGO – CDA (NO 0450383)
CAP JOEL ELOI BELO JUNIOR – AFA (NO 3417344)
CAP ROBERTO PEREIRA PERDIZA – AFA (NO 3323498)
CAP EDUARDO AUGUSTO MONTENEGRO DUQUE – AFA (NO 3489884)
CAP DÉBORA FERREIRA MONNERAT – 3º/8º GAV (NO 4111680)
1º TEN FREDERICO DE BRITO MACHADO – 7º/8º GAV (NO 4110579)
1º TEN MELLINA DOS S. BARBOSA CABRAL SILVA – CIEAR (NO 4215338)
2º TEN MAYARA SOARES DA SILVA – DCI (NO 6194567)
CAD BÁRBARA LACERDA CAMILO DA SILVA – AFA (NO 6425194)
CAD ARIEL JOSÉ PIMENTEL KACZMARK – AFA (NO 6104010)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

n) PENTATLO MODERNO:

3S WILLIAM MUINHOS DE SOUZA – CDA (NO 6621090)

3S FELIPE LIMA DO NASCIMENTO – CDA (NO 6677177)

3S AMANDA CRISTINA DUTRA TURUTE – CDA (NO 6678610)

o) TAEKWONDO:

3S JAMILA TANNA RODRIGUES - CDA (NO 6681476)

p) TIRO:

CEL JULIO ANTONIO DE SOUZA E ALMEIDA – CDA (NO 1562274)

CAP RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES – DIRINT (NO 4016491)

1S MARCELO RODRIGUES MACHADO – CDA (NO 3284476)

q) TIRO COM ARCO:

CAP ROBSON LUIZ DOS SANTOS ALVES – CDA (NO 0458880)

SO CARLOS JOSÉ DA SILVA PEREIRA – CDA (NO 0531278)

SO JOELSON FERNANDES DE ANDRADE – CDA (NO 1481762)

3S BERNARDO DE SOUSA OLIVEIRA – CDA (NO 6673511)

3S DANIEL REZENDE XAVIER – CDA (NO 6620493)

3S MARCOS ANTONIO BORTOLOTO – CDA (NO 6621295)

3S FABIO CARVALHO EMILIO – CDA (NO 6620809)

3S SARAH DE OLIVEIRA NIKITIN – CDA (NO 6621376)

3S MARINA CANETTA GOBBI – CDA (NO 6681484)

3S MONIQUE EVELLIN RODRIGUES GOMES – CDA (NO 66211104)

3S LARISSA FEITOSA DA COSTA ROFRIGUES – CDA (NO 6673813)

3S GLEIDSON JOSÉ MONTEIRO NEVES – CDA (NO 6621627)

r) TRIATLO:

2º TEN ROBERTA DE SANT'ANNA TEIXEIRA – CPOR SJ (NO 6568335)

3S DIOGO SCLEBIN COSTA MARTINS – CDA (NO 6620671)

3S DANILO SOUZA DE ARAUJO PIMENTEL – CDA (NO 6621651)

3S EDUARDO ANTONIO LASS – CDA (NO 6676677)

3S VITTORIA LOPES DE MELLO – CDA (NO 6675697)

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 181, DE 22 SET 2015)

6 - PCA 11-1 – APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA Nº 1439/GC3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova a reedição do PCA 11-1 “Plano Setorial do COMGAP” para o período de 2015 a 2018.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto no processo nº 67100.000789/2015-36, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 11-1 “Plano Setorial do COMGAP” para o período de 2015 a 2018, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias COMGAP nº R-1/3EM, de 28 de abril de 2014, nº R-6/3EM, de 12 de junho de 2014, e nº R-11/3EM, de 18 de dezembro de 2014, publicadas nos Boletins do Comando da Aeronáutica Reservados nº 12, de 15 de maio de 2014, nº 18, de 16 de junho de 2014, e nº 1, de 15 de janeiro de 2015, respectivamente.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

Obs.: O Plano de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

7 – PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS – RELACIONA OCUPANTES
IRREGULARES

PORTARIA Nº 1421/GC4, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Relaciona os ocupantes irregulares de Próprios Nacionais Residenciais, administrados pelo Comando da Aeronáutica, referente ao mês de agosto de 2015.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do artigo 23 do Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, na letra “e” do inciso I do artigo 15, da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, no inciso XII do artigo 3º do Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e considerando o item 11.9, da ICA 12-20 “Instrução para Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 1124/GC4, de 31 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Relacionar, em documentos anexos os ocupantes irregulares de Próprios Nacionais Residenciais, administrados pelo Comando da Aeronáutica, referente ao mês de agosto de 2015:

I – Anexo A, os ocupantes irregulares com vínculo;

II – Anexo B, os ocupantes irregulares, sem vínculo com o Comando da Aeronáutica;

e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

III – Anexo C, os ocupantes irregulares amparados por decisões judiciais para suspensão do desconto da multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

ANEXO A

OCUPANTES IRREGULARES DE PNR COM VÍNCULO

1 - Militares e Pensionistas – inciso II do art. 83 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PAAF			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	102.666-6	RESERVA	2.572,30
III COMAR	142.446-7	RESERVA	2.572,30

PABR			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
VI COMAR	304.919-1	ATIVA	2.376,10
VI COMAR	013.895-9	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	030.446-8	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	097.528-1	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	158.442-1	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	154.322-9	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	159.340-4	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	058.574-2	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	097.548-6	RESERVA	2.057,80
VI COMAR	123.971-6	RESERVA	1.818,90
VI COMAR	006.571-4	RESERVA	1.297,50
VI COMAR	625.398-9	ATIVA	1.297,50

PABH			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	238.152-4	ATIVA	82,98
III COMAR	158.344-1	RESERVA	1.297,50

PABQ			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PABQ			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	065.998-3	REFORMADO	2.572,30

PAFZ			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	250.838-9	RESERVA	1.965,10

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	148.253-0	RESERVA	4.274,40
III COMAR	044.418-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	102.880-4	RESERVA	2.572,30
III COMAR	133.739-4	RESERVA	2.572,30
III COMAR	118.482-2	RESERVA	2.572,30
III COMAR	124.136-2	RESERVA	2.572,30
III COMAR	125.466-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	133.843-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	049.327-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	080.528-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	147.359-0	RESERVA	2.572,30
III COMAR	137.281-5	RESERVA	2.572,30
III COMAR	183.007-4	RESERVA	2.572,30
III COMAR	273.792-2	RESERVA	2.572,30
III COMAR	108.900-5	RESERVA	2.572,30
III COMAR	183.925-0	RESERVA	2.572,30
III COMAR	085.288-0	RESERVA	2.572,30
III COMAR	159.246-7	RESERVA	2.572,30
III COMAR	044.468-5	RESERVA	2.572,30
III COMAR	175.333-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	127.413-9	RESERVA	2.572,30
III COMAR	080.074-0	RESERVA	2.572,30
III COMAR	255.376-7	ATIVA	2.572,30
III COMAR	079.667-0	RESERVA	2.572,30
III COMAR	120.657-5	RESERVA	2.273,70
III COMAR	013.028-1	RESERVA	2.273,70
III COMAR	255.457-7	REFORMADO	1.965,10
III COMAR	276.085-1	ATIVA	1.965,10
III COMAR	025.412-6	RESERVA	1.621,90
III COMAR	033.091-4	REFORMADO	1.621,90
III COMAR	133.790-4	RESERVA	1.621,90
III COMAR	013.332-9	RESERVA	1.621,90
III COMAR	076.766-2	RESERVA	1.621,90

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.632-7	RESERVA	1.621,90
III COMAR	125.439-1	RESERVA	1.621,90
III COMAR	158.613-0	RESERVA	1.621,90
III COMAR	025.956-0	RESERVA	1.621,90
III COMAR	159.949-6	RESERVA	1.621,90
III COMAR	165.145-5	RESERVA	1.621,90

PARF			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	255.693-6	ATIVA	2.057,80

PASC			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	119.989-7	RESERVA	1.621,90
III COMAR	310.748-5	RESERVA	868,50

2 - Civis e Pensionistas - art. 12 do Decreto nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999.

PABR			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
VI COMAR	019.723-2	APOSENTADO	1.017,40

PACO			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
V COMAR	019.679-3	PENSIONISTA	637,70
	Ex NA S-III VANDERLEI ALVES PEREIRA	INSTITUIDOR	
V COMAR	NA S-III 019.685-8	EM ATIVIDADE	637,70
	MARIA ELOA DOS ANJOS BEZERRA	OCUPANTE	

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	019.364-7	APOSENTADA	1.792,80

PAYS			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
AFA	020.591-2	APOSENTADO	1.057,70

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)**3 – Multa - Retificação**

3.1 Conforme o disposto no Ofício nº 1904/SERPAT/15520, de 03 de agosto de 2015, do III COMAR, seja retificada a publicação abaixo, atinente ao militar com SARAM de número 014.193-3, constante da Portaria nº 997/GC4, de 17 de julho de 2015, publicada no BCA nº 135, de 22 de julho de 2015 (ANEXO A):

Onde se lê:

PAAF			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	014.193-3	RESERVA	5.953,30

Leia-se:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	014.193-3	RESERVA	4.167,31

3.2 Conforme o disposto no Ofício nº 2162/SERPAT/17967, de 1º de setembro de 2015, do III COMAR, seja retificada a publicação abaixo, atinente ao militar com SARAM de número 158.382-4, constante da Portaria nº 1196/GC4, de 17 de agosto de 2015, publicada no BCA nº 160, de 27 de agosto de 2015 (ANEXO A):

Onde se lê:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.382-4	RESERVA	2.273,70

Leia-se:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.382-4	RESERVA	2.323,37

3.3 Conforme o disposto no Ofício nº 2162/SERPAT/17967, de 1º de setembro de 2015, do III COMAR, seja retificada a publicação abaixo, atinente ao militar com SARAM de número 158.382-4, constantes das Portarias nº 651/GC4, de 18 de maio de 2015, publicada no BCA nº 095, de 22 de maio de 2015; nº 774/GC4, de 11 de junho de 2015, publicada no BCA nº 115, de 23 de junho de 2015; nº 997/GC4, de 17 de julho de 2015, publicada no BCA nº 135, de 22 de julho de 2015 (ANEXO A):

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Onde se lê:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.382-4	RESERVA	2.273,70

Leia-se:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.382-4	RESERVA	2.572,30

3.4 Conforme o disposto no Ofício nº 2162/SERPAT/17967, de 1º de setembro de 2015, do III COMAR, seja retificada a publicação abaixo, atinente ao militar com SARAM de número 162.142-4, constante da Portaria nº 1196/GC4, de 17 de agosto de 2015, publicada no BCA nº 160, de 27 de agosto de 2015 (ANEXO A):

Onde se lê:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	162.142-4	RESERVA	1.621,90

Leia-se:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	162.142-4	RESERVA	52,32

3.5 Conforme o disposto no 1º Despacho nº 1111/GABGAR-50/6077, de 02 JUN 2015, do COMGAR (Ref. ao Ofício nº 66/ajur-2/11098, de 19 MAI 15, do II COMAR), seja retificada a publicação abaixo, atinente ao militar com SARAM de número 109.751-2, constante da Portaria nº 774/GC4, de 11 de junho de 2015, publicada no BCA nº 115, de 23 de junho de 2015 (ANEXO A):

Onde se lê:

PASV			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	109.751-2	RESERVA	1.085,70

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Leia-se:

PASV			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	109.751-2	RESERVA	350,22

4. Multa - Inclusão

4.1 Conforme o disposto no Ofício nº 2162/SERPAT/17967, de 1º de setembro de 2015, do III COMAR, seja incluído como ocupante irregular nos meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015, o militar abaixo especificado, por ter deixado de ser relacionado nas Portarias nº 85/GC4, de 20 JAN 2015, publicada no BCA nº 016, de 26 JAN 2015; nº190/GC4, de 19 FEV 2015, publicada no BCA nº 038, de 27 FEV 2015:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	162.142-4	RESERVA	2.973,20
MULTA REFERENTE AO PERÍODO DE 01DEZ14 A 31JAN15			

4.2 Conforme o disposto no Ofício nº 2162/SERPAT/17967, de 1º de setembro de 2015, do III COMAR, seja incluído como ocupante irregular nos meses de fevereiro e março de 2015, o militar abaixo especificado, por ter deixado de ser relacionado nas Portarias nº 307/GC4, de 17 MAR 2015, publicada no BCA nº 057, de 26 MAR 2015; nº 477/GC4, de 17 ABR 2015, publicada no BCA nº 076, de 24 ABR 2015:

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	158.382-4	RESERVA	2.993,05
MULTA REFERENTE AO PERÍODO DE 24FEV15 A 31MAR15			

5. Multa - Exclusão

5.1 Conforme o disposto no 1º Despacho nº 1111/GABGAR-50/6077, de 02 JUN 2015, do COMGAR (Ref. ao Ofício nº 66/ajur-2/11098, de 19 MAI 15, do II COMAR), seja excluído como ocupante irregular no mês de julho de 2015, o militar abaixo especificado, por ter sido relacionado indevidamente na Portaria nº 997/GC4, de 17 JUL 2015, publicada no BCA nº 135, de 22 JUL 2015:

PASV			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	109.751-2	RESERVA	1.085,70

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

ANEXO B

OCUPANTES IRREGULARES DE PNR LICENCIADOS, EXCLUÍDOS, DEMITIDOS, DEPENDENTES E OUTROS, SEM VÍNCULO ATUAL COM O COMANDO DA AERONÁUTICA.

1 - Militares e Pensionistas – inciso II do art. 83 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PABR			
OM	CPF	SITUAÇÃO	MULTA R\$
VI COMAR	344.062.126-04	LICENCIADO	3.419,50
VI COMAR	164.236.661-72	LICENCIADO	3.419,50
VI COMAR	740.994.007-78	LICENCIADO	1.572,10
VI COMAR	053.707.787-10	LICENCIADO	1.572,10
VI COMAR	053.577.697-42	LICENCIADO	1.572,10
VI COMAR	798.932521-72	LICENCIADO	868,50

PAGL			
OM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	289.328-2	LICENCIADO	1.085,70
III COMAR	408.354-7	LICENCIADO	1.027,90

PAGW			
OM	CPF	SITUAÇÃO	MULTA R\$
IV COMAR	038.605.596-30	LICENCIADO	3.879,20

PANT			
OM	CPF	SITUAÇÃO	MULTA R\$
II COMAR	023.627.574-71	LICENCIADO	1.085,70
II COMAR	654.249.644-00	LICENCIADO	1.085,70
II COMAR	610.224.624-15	LICENCIADO	1.085,70
II COMAR	443.409.234-00	LICENCIADO	1.085,70

PASC			
OM	CPF	SITUAÇÃO	MULTA R\$
III COMAR	121.740.077-03	LICENCIADO	1.621,90

2 - Civis e Pensionistas - art. 12 do Decreto nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999.

PABR			
OM	CPF/NOME	SITUAÇÃO	MULTA R\$

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PABR			
OM	CPF/NOME	SITUAÇÃO	MULTA R\$
VI COMAR	316.465.491-04	SEM VÍNCULO	846,10
VI COMAR	782.595.761-04 153.792.211-49	SEM VÍNCULO FALECIDA	846,10
VI COMAR	066.693.281-68	SEM VÍNCULO	846,10
VI COMAR	AQUINÉLIO BARREIRA CERQUEIRA Ex-NA/ESP-I GASPAR ALVES CERQUEIRA	SEM VÍNCULO FALECIDO	509,20
VI COMAR	111.770.998-10 Ex-NA/ESP-I DURVAL ALVES DA SILVA	SEM VÍNCULO FALECIDO	509,20
VI COMAR	702.131.431-00 Ex-NI/S-III JOSÉ PEREIRA LIMA	SEM VÍNCULO FALECIDO	846,10

PAGL			
OM	CPF/NOME	SITUAÇÃO	MULTA R\$
PIPAR	002.044.197-51 Ex-NI/C-IV JOÃO LUIZ PAZ	SEM VÍNCULO FALECIDO	1.001,40
PIPAR	JONATAS MARTINS DA SILVA Ex-NI/S-III EDSON FELIX DA SILVA	SEM VÍNCULO FALECIDO	484,34

ANEXO C

OCUPANTES IRREGULARES DE PNR AMPARADOS POR DECISÕES JUDICIAIS PARA A SUSPENSÃO DO DESCONTO DA MULTA.

1 - Militares e Pensionistas - inciso II do art. 83 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

PABR		
OM	MATRÍCULA/CPF	MULTA R\$
VI COMAR	042.598-2	4.581,70

PAGL		
OM	MATRÍCULA/CPF	MULTA R\$
III COMAR	067.301-3 959.686.107-78 (PENSÃO ALIMENTO)	2.273,70

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

2 - Civis e Pensionistas - art. 12 do Decreto nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999.

PABR			
OM	NÍVEL	MATRICULA/NOME	MULTA R\$
VI COMAR	PENS CV - NA/ESP-I	ZILDA LIMA GOMES	509,20

PAGW			
OM	NÍVEL	MATRÍCULA	MULTA R\$
EEAR	CV APOS NA/ESP-I	021.317-5	636,50

PAGL			
OM	NÍVEL	CPF	MULTA R\$
PIPAR	PENSIONISTA	553.637.097-91	1.057,70
	CV APOS-NI/ESP-III- INSTITUIDOR	263.774.547-91	

SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS
(Sem alteração)

SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

**SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS**
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

**SECÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPACO AÉREO**
(Sem alteração)

SECÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

QUARTA PARTE

**ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-
GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE
ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

SECÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SECÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO

1 - PCA 11-119 – APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA COMGAP Nº 45/3EM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova o Plano Específico do COMGAP para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS).

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, de conformidade com o previsto no artigo 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio (ROCA 20-2), aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, e o que consta nas Diretrizes do Comando da Aeronáutica aprovadas pelo Estado-Maior da Aeronáutica para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (DCA 11-41), de Anápolis (DCA 11-42), do Distrito Federal (DCA 11-43) e de Pirassununga (DCA 11-44), resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 11-119 “Plano Específico do COMGAP para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Comandante-Geral de Apoio

Obs.: O Plano de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

SECÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS **(Sem alteração)**

SECÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 – PORTARIA – TORNA SEM EFEITO

PORTARIA COMGEP Nº 2.559/DPM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67510.019492/2015-12, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria COMGEP nº 1.382/DPM, de 23 de junho de 2015, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 118, de 26 de junho de 2015, que prorrogou a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do SO QTA TAR R/1 JEFFERSON MARCOS SPOLJARIC (Nr Ord 1886126) na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Comandante-Geral do Pessoal

2 – PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO

PORTARIA COMGEP Nº 2.549/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67540.019398/2015-14, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Designar o SO QSS BMA R/1 ANTONIO FLÁVIO MARCIANO SANTOS (Nr Ord 1594311), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Encarregado da Subseção de Inspeção Técnica da Divisão de Apoio Aéreo, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 2.552/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67540.018198/2015-36, resolve:

Designar o SO QSS SAI R/1 ANDRÉ LUIZ ROCHA (Nr Ord 1893580), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA, como Encarregado da Subseção de Ensino de Informações Aeronáuticas, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 2.557/DPM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67270.012230/2015-05, resolve:

Designar o SO QTA TAR R/1 CÉSAR LUIZ GOSMANN (Nr Ord 1645137), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Presidente do Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 2.561/DPM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67611.005706/2015-35, resolve:

Designar o SO QSS BET REFM GILMAR GAUDÊNCIO BRIGIDO (Nr Ord 0429171), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO, como Encarregado da Subdivisão de Tecnologia de Informação, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PORTARIA COMGEP Nº 2.562/DPM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67510.016080/2015-21, resolve:

Designar o 3S QESA SAD R/1 JEBERSON TURATO (Nr Ord 1535315), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, como Encarregado da Seção de Gerenciamento de Pessoal da Subdivisão de Pessoal, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 2.563/DPM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67221.027130/2015-51, resolve:

Designar o 3S QESA BMA R/1 RAIMUNDO ARMINDO DOS SANTOS (Nr Ord 1057006), para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na BASE AÉREA DE FORTALEZA, como Mantenedor Auxiliar da Subseção de Célula, pelo prazo de 24 meses, a contar da data da publicação desta Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica.

PORTARIA COMGEP Nº 2.553/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67500.004325/2015-96, resolve:

Prorrogar a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do CEL QOINF R/1 MESSIAS MANOEL IGNÁCIO DE CARVALHO (Nr Ord 1389688), mediante aceitação voluntária, no DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, como Chefe da Secretaria de Coordenação de Assuntos Jurídicos, no período de 2 de outubro de 2015 a 1º de outubro de 2017.

PORTARIA COMGEP Nº 2.551/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67243.010933/2015-18, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Prorrogar a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do 2S QSS SAD REFM GILMAR LUIZ BATISTA DO CARMO (Nr Ord 0537578), em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, na BASE AÉREA DE SANTA CRUZ, como Auxiliar do Esquadrão de Infraestrutura, no período de 26 de setembro de 2015 a 25 de setembro de 2017.

PORTARIA COMGEP Nº 2.550/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67421.002987/2015-10, resolve:

Prorrogar a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do SO QTA TAR REFM OSMIR ALVES DE SOUZA (Nr Ord 0958751), em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDÊNCIA, como Encarregado da Subseção de Despesa, no período de 25 de novembro de 2015 a 24 de novembro de 2017.

PORTARIA COMGEP Nº 2.548/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67423.015106/2015-01, resolve:

Prorrogar a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do SO QTA TAR R/1 GEOFLEDES FRANCISCO DA SILVA (Nr Ord 0355623), mediante aceitação voluntária, na SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO, como Auxiliar da Seção de Subsistência, no período de 25 de novembro de 2015 a 24 de novembro de 2017.

PORTARIA COMGEP Nº 2.558/DPM, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67221.028174/2015-06, resolve:

Prorrogar a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do CAP QOEA SVE R/1 JOSÉ HILTON ARAGÃO MEDEIROS (Nr Ord 0704946), mediante aceitação voluntária, na PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE FORTALEZA, como Chefe da Secretaria, no período de 25 de novembro de 2015 a 24 de novembro de 2017.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Comandante-Geral do Pessoal

SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 – COMISSÃO - HOMOLOGA O PARECER

PORTARIA DEPENDS Nº 377/DE-5, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa o parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Regulamento Interno do Processo de Avaliação para a Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, homologado pela Portaria nº 483/EEX, de 11 de novembro de 2014, e no Processo nº 67550.014683/2015-11, da EPCAR, resolve:

Art. 1º Homologar o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, que aprovou o Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências, da Servidora LEILA MAGDA FRIZZONE CARDOSO, pertencente à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1248289, constituído do somatório do RSC-II com o Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência Superior, expedido em 01 de março de 1996, pelo Centro de Ensino Superior de Valença, conforme Ata nº 04/CPPD/2015, datada de 06 de maio de 2015, fazendo jus a percepção das vantagens relativas à **Retribuição por Titulação de Mestrado**, a contar de **1º de março de 2013**, de acordo com o inciso II, do parágrafo 2º, do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 2, de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º A Servidora não fará jus a aceleração da promoção, em conformidade com o Art. 19 da Lei nº 12.772/2012, em consequência deverá permanecer posicionada na Classe D-IV, Nível 1.

PORTARIA DEPENDS Nº 378/DE-5, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa o parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Regulamento Interno do Processo de Avaliação para a Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, homologado pela Portaria nº 483/EEX, de 11 de novembro de 2014, e no Processo nº 67550.014683/2015-11, da EPCAR, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Art. 1º Homologar o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, que aprovou o Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências, do Servidor LEONARDO FRANÇA CAMPOS, pertencente à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1191530, constituído do somatório do RSC-III com o Título de Mestre em História, expedido em 25 de junho de 2014, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme Ata nº 04/CPPD/2015, datada de 06 de maio de 2015, fazendo jus a percepção das vantagens relativas à **Retribuição** a contar de , de acordo com **por Titulação de Doutorado, 1º de março de 2013** o inciso III, do parágrafo 2º, do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 2, de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º O Servidor não fará jus a aceleração da promoção, em conformidade com o Art. 19 da Lei nº 12.772/2012, em consequência deverá permanecer posicionado na Classe D-IV, Nível 1.

PORTARIA DEPENDS Nº 379/DE-5, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa o parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Regulamento Interno do Processo de Avaliação para a Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, homologado pela Portaria nº 483/EEEX, de 11 de novembro de 2014, e no Processo nº 67550.014683/2015-11, da EPCAR, resolve:

Art. 1º Homologar o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, que aprovou o Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências, da Servidora JOCELI DE OLIVEIRA ALVIM E REIS, pertencente à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1247831, constituído do somatório do RSC-II com o Certificado de Pós-Graduação em Psicopedagogia, expedido em 07 de dezembro de 1996, pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel, conforme Ata nº 04/CPPD/2015, datada de 06 de maio de 2015, fazendo jus a percepção das vantagens relativas à **Retribuição por Titulação de Mestrado**, a contar de **1º de março de 2013**, de acordo com o inciso II, do parágrafo 2º, do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 2, de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º A Servidora não fará jus a aceleração da promoção, em conformidade com o Art. 19 da Lei nº 12.772/2012, em consequência deverá permanecer posicionada na Classe D-IV, Nível 1.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PORTARIA DEPENDS Nº 380/DE-5, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa o parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Regulamento Interno do Processo de Avaliação para a Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, homologado pela Portaria nº 483/EEX, de 11 de novembro de 2014, e no Processo nº 67550.014683/2015-11, da EPCAR, resolve:

Art. 1º Homologar o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, que aprovou o Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências, do Servidor VANDERLAN RODRIGUES DOS ANJOS, pertencente à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1201704, constituído do somatório do RSC-II com o Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, na área da Educação, expedido em 15 de julho de 1998, pela União das Faculdades Claretianas, em Batatais - SP, conforme Ata nº 04/CPPD/2015, datada de 06 de maio de 2015, fazendo jus a percepção das vantagens relativas à **Retribuição por Titulação de Mestrado**, a contar de **1º de março de 2013**, de acordo com o inciso II, do parágrafo 2º, do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 2, de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º O Servidor não fará jus a aceleração da promoção, em conformidade com o Art. 19 da Lei nº 12.772/2012, em consequência deverá permanecer posicionado na Classe D-IV, Nível 1.

PORTARIA DEPENDS Nº 381/DE-5, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Homologa o parecer da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 05 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta no Regulamento Interno do Processo de Avaliação para a Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, homologado pela Portaria nº 483/EEX, de 11 de novembro de 2014, e no Processo nº 67550.014683/2015-11, da EPCAR, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Art. 1º Homologar o parecer emitido pela Comissão Permanente de Pessoal Docente da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, que aprovou o Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências, da Servidora SHEILA CRISTINA ALVES DE ÁVILA, pertencente à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1247868, constituído do somatório do RSC-II com o Título de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, na área da Educação, expedido em 15 de julho de 1998, pela União das Faculdades Claretianas, em Batatais - SP, conforme Ata nº 04/CPD/2015, datada de 06 de maio de 2015, fazendo jus a percepção das vantagens relativas à **Retribuição por Titulação de Mestrado**, a contar de **1º de março de 2013**, de acordo com o inciso II, do parágrafo 2º, do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e a Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução MEC/SETEC/CPRSC nº 2, de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º A Servidora não fará jus a aceleração da promoção, em conformidade com o Art. 19 da Lei nº 12.772/2012, em consequência deverá permanecer posicionada na Classe D-IV, Nível 1.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Diretor-Geral do DEPENS

2 – DESIGNAÇÃO DE BANCAS EXAMINADORAS

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso VII do artigo 43 da Portaria nº 345/DE-2, de 30 de novembro de 2009, designa os membros das Bancas Examinadoras para o Exame de Escolaridade do Exame de Seleção aos CFOINT e CFOINF do ano de 2016, para Cadetes afastados definitivamente da atividade aérea na AFA e para alunos da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (EPCAR) que tenham concluído, com aproveitamento, o CPCAR e não tenham sido matriculados no CFOAV, realizado na AFA, por terem sido julgados inaptos para a atividade aérea (ES-CFOINT/CFOINF 2016), com o início dos trabalhos no dia 22 de setembro de 2015, conforme a seguir:

MATEMÁTICA

<u>POSTO/GRAD</u>	<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>
Cel R1	CARLOS WILSON BARRA	PRESIDENTE
Professora	LEILA MAGDA FRIZZONE CARDOSO	MEMBRO
Professora	MARISA RESENDE SIMÃO	MEMBRO
Professor	CARLOS HENRIQUE DA SILVA CAVACA	MEMBRO
Professora	ANDRÉA CRISTINA ROCHA CANTARUTI	MEMBRO
Professor	ALEXANDRE JOSÉ RODRIGUES	MEMBRO
Professor	CARLOS VINÍCIUS COSTA DA CRUZ MACHADO	MEMBRO

LÍNGUA PORTUGUESA

<u>POSTO/GRAD</u>	<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>
Cel R1	CARLOS WILSON BARRA	PRESIDENTE
Professora	MARGARIDA MARIA ALACOQUE CHAVES DE SOUSA	MEMBRO
Professora	MÁRCIA VALÉRIA BIANCHETTI	MEMBRO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Professora	ANA MARIA DE FREITAS QUIRINO	MEMBRO
Professora	EMILIANA DA CONSOLAÇÃO LADEIRA	MEMBRO
2º Ten QOCONMRM	CLARA ARAÚJO DE MATOS	MEMBRO
2º Ten QOCONMRM	CELSO REIS MACEDO	MEMBRO
2º Ten QOCONMRM	ALYANDRA CRISTINA DE SOUZA VIDAL	MEMBRO

FÍSICA

<u>POSTO/GRAD</u>	<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>
Cel R1	CARLOS WILSON BARRA	PRESIDENTE
Professor	ALMIR GOMES DE ALMEIDA	MEMBRO
Professor	MARCOS GERALDO DA CONCEIÇÃO	MEMBRO
Professor	VANDERLAN RODRIGUES DOS ANJOS	MEMBRO
Professor	ANTÔNIO RIBEIRO DE REZENDE NETO	MEMBRO
1º Ten QOCONMFM	FÁBIO FERNANDES MOREIRA	MEMBRO
2º Ten QOCONMFM	NATÁLIA FERREIRA VIDAL	MEMBRO

LÍNGUA INGLESA

<u>POSTO/GRAD</u>	<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>
Cel R1	CARLOS WILSON BARRA	PRESIDENTE
Professora	NORMA NILZA FRAGA GOUVEIA	MEMBRO
Professor	RODRIGO TOSTES GEOFFROY	MEMBRO
1º Ten QCOA MLI	ÉVERTON LUIZ FRANKEN	MEMBRO
1º Ten QOCON MIM	FERNANDA DA SILVA ANTONIO	MEMBRO
2º Ten QOCON MIM	CYNTHIA DANIELLE DE SOUZA MIRANDA	MEMBRO

LOGÍSTICA DE PREPARAÇÃO DE PROVAS

<u>POSTO/GRAD</u>	<u>NOME</u>	<u>FUNÇÃO</u>
Cel R1	CARLOS WILSON BARRA	PRESIDENTE
1º Ten QOCON PED	VIVIANE AVELINO MARCELOS	MEMBRO
2º Ten QOEA SVE	ALAWYR WENSLEY DE RESENDE	MEMBRO

Ref.: Fax nº 14/CEEAS/16038, de 17 de setembro de 2015 – EPCAR.

(Item 172/DE-2/2015)

3 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 28/DE-5/5365, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67210.021380/2015-14 - Ref Requerimento da Servidora NELBA TÂNIA GOMES PINHEIRO MIRANDA, datado de 1º de setembro de 2015, da Escola Tenente "Rêgo Barros")

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

DEFERIDO, o requerimento da Servidora NELBA TÂNIA GOMES PINHEIRO MIRANDA, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-III, Nível 4, matrícula SIAPE nº 1486991, lotada na Escola de Ensino Fundamental e Médio "Tenente Rêgo Barros" - ETRB, vinculada ao COMAR I, no qual solicita afastamento temporário de suas atividades docentes, para apresentação de trabalho no X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - X ENPEC, em Águas de Lindóia - SP, **no período de 23 a 28 de novembro de 2015**, de acordo com o que prevê os itens 13.1 e 13.10, da ICA 40-5/2010.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 30/DE-5/5368, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67210.021379/2015-81 - Ref Requerimento da Servidora DANIELY MEIRELES DO ROSÁRIO, datado de 1º de setembro de 2015, da Escola Tenente "Rêgo Barros")

DEFERIDO, o requerimento da Servidora DANIELY MEIRELES DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-III, Nível 2, matrícula SIAPE nº 1452649, lotada na Escola de Ensino Fundamental e Médio "Tenente Rêgo Barros" - ETRB, vinculado ao COMAR I, no qual solicita afastamento temporário de suas atividades docentes par apresentação de trabalho de pesquisa no 24º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAC, em Santa Maria – RS, no período de 21 a 25 de setembro de 2015, de acordo com o que prevê os itens 13.1 e 13.10, da ICA 40-5/2010.

Ten. Brig Ar RAUL BOTELHO
Diretor-Geral do DEPENDS

4 – ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA

1. Considerando o trânsito em julgado do Acórdão proferido nos autos do processo nº 0001159-93.2004.403.6118, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, determino a Ordem de Matrícula Definitiva de FABIO DA SILVA FRANCISCO no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2004 (EAGS-B 2004), anteriormente dada pelo Item nº 155/DE-2, de 6 de setembro de 2004, publicado no BCA nº 172, de 13 de setembro de 2004.

Ref.: Ofício nº 15/CMDO/20202, de 25 de agosto de 2015 – EEAR.

(Item 166/DE-2/2015)

1. Considerando o trânsito em julgado do Acórdão proferido nos autos do processo nº 0001520-42.2006.4.03.6118, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, determino a Ordem de Matrícula Definitiva de JAQUELINE ROSA CORREA no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2007 (EAGS-B 2007), anteriormente dada pelo Item nº 120/DE-2, de 25 de maio de 2007, publicado no BCA nº 102, de 29 de maio de 2007.

Ref.: Fax nº 611/COJAER/1503, de 26 de agosto de 2015 – COJAER.

(Item 167/DE-2/2015)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 5014290-67.2012.404.7112/RS, que tramitou na 2ª Vara Federal de Canoas, torna definitiva a ordem de matrícula de PRISCILA PEÑA DE VARGAS no Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica – Turma 1/2014 (CFS-B 1/2014), anteriormente dada pelo Item nº 261/DE-2, de 30 de dezembro de 2013, publicado no BCA nº 004, de 7 de janeiro de 2014.

Ref.: Ofício nº 95/AJUR/20423, de 27 de agosto de 2015 – EEAR.

(Item 170/DE-2/2015)

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0000767-17.2008.403.6118, que tramitou na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Guaratinguetá, torna definitiva a ordem de matrícula de JAIRO BANDEIRA DA SILVA no Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica - Turma 2/2008 (CFS-B 2/2008), anteriormente dada pelo Item nº 133/DE-2, de 30 de junho de 2008, publicado no BCA nº 123, de 2 de julho de 2008.

Ref.: Ofício nº 92/AJUR/20419, de 26 de agosto de 2015 – EEAR.

(Item 171/DE-2/2015)

5 – ORDEM DE MATRÍCULA PARA O ESTÁGIO BÁSICO DE INSTRUÇÃO AÉREA (EBIA) DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PILOTOS MILITARES PARA OFICIAIS E CADETES DE NAÇÕES AMIGAS (CFPM-OCNA), NO ANO DE 2015

1. ORDEM DE MATRÍCULA

Sejam os militares das Nações Amigas, abaixo discriminados, matriculados no Estágio Básico de Instrução Aérea (EBIA) do Curso de Formação de Pilotos Militares para Oficiais e Cadetes de Nações Amigas (CFPM-OCNA), a partir de 27 de julho de 2015, ministrado pela Academia da Força Aérea (AFA), de acordo com a letra “e”, item 1.3.1, combinado com o item 3.2.4.5, da ICA 37-33/2015, Normas Reguladoras para os Cursos da Academia da Força Aérea e Mensagem Fac-Símile nº 28/DE_SAUX/18857, de 14 de setembro de 2015, da AFA:

2º Ten Av PEDRO FERNANDES PERESTRELO PORTUGAL
2º Ten Av ANDRÉ FILIPE ALVES PEREIRA PORTUGAL
2º Ten Av JOÃO MIGUEL ATAÍDE RIBEIRO PORTUGAL
2º Ten Av FREDERICO MANUEL ORTIGOZA CÉSPEDES PARAGUAI

(Item 129/1DE3/2015)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

6 – ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA – TORNA SEM EFEITO

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso XXV do art. 20 da Portaria DEPENS nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009, torna sem efeito o Item nº 163/DE-2, de 1º de setembro de 2015, publicado no BCA nº 165, de 3 de setembro de 2015, que tornou ordem de matrícula definitiva de ROSA MARIA DE SOUZA HUNGRIA no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2007 (EAGS-B 2007), tendo em vista que a Ordem de Matrícula da mesma encontra-se regular, dada anteriormente pelo Item 120/DE-2, de 25 de maio de 2007, publicado no BCA nº 102, de 29 de maio de 2007.

(Item 169/DE-2/2015)

7 – ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA - RETIFICA

1. O Diretor-Geral do DEPENS retifica o conteúdo do Item nº 159/DE-2, de 27 de agosto de 2015, publicado no BCA nº 162, de 31 de agosto de 2015, que trata da Ordem de Matrícula definitiva de OSMAR GUEDES LOPES no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2003 (EAGS-B 2003), conforme a seguir:

Onde se lê:

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 5009793-32.2015.4.04.7200, em curso na 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC, torno definitiva a Ordem de Matrícula de OSMAR GUEDES LOPES no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2003 (EAGS-B 2003), anteriormente dada pelo Item nº 80/DE-2, de 30 de julho de 2003, publicado no BCA nº 148, de 6 de agosto de 2003.

Leia-se:

1. Considerando o trânsito em julgado da Apelação interposta no Mandado de Segurança nº 2002.72.00.014102-4, que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC, torno definitiva a Ordem de Matrícula de OSMAR GUEDES LOPES no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica do ano de 2003 (EAGS-B 2003), anteriormente dada pelo Item nº 80/DE-2, de 30 de julho de 2003, publicado no BCA nº 148, de 6 de agosto de 2003.

Ref.: Fax nº 1647/2SAJ1/23807, de 8 de setembro de 2015 – DIRAP.

(Item 168/DE-2/2015)

SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 – ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 5.559/1CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 JUL 2015, resolve:

Adir ao EMAER, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Maj Av TIAGO CORTAT DE MELO (Nr Ord 3049531), do efetivo do CECOMSAER, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para exercer função de natureza militar, na Força de Segurança Interina da ONU para Abyei (UNISFA), conforme a Portaria nº 1.974/MD, de 09 SET 2015.

PORTARIA DIRAP Nº 5.560/1CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 JUL 2015, resolve:

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, alínea "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o 1º Ten Eng (MEC) ANDRÉ NEGRÃO COSTA (Nr Ord 6174612), do efetivo do IEAV, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para realizar missão no exterior, conforme a Portaria nº 1.360/GC1, de 04 SET 2015.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

PORTARIA DIRAP Nº 5.575/1CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 JUL 2015, resolve:

Adir ao EMAER, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Cap Av PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS (Nr Ord 3410986), do efetivo da II FAE, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para exercer função de natureza militar, na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), conforme a Portaria nº 1.975/MD, de 09 SET 2015.

PORTARIA DIRAP Nº 5.576/1CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 JUL 2015, resolve:

Adir ao EMAER, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Cel Av RICARDO GUEDES DE ASSIS (Nr Ord 1858335), para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para exercer função de natureza militar, na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), conforme a Portaria nº 1966/MD, de 09 SET 2015.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

2 – CLASSIFICAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 5.573/1CM2, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra “e” da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 JUL 2015, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “b” do RISAER, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Classificar, *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.3 da ICA 30-4 de 04 DEZ 2014, na BARF (Recife-PE), o 1S BMA WILSON RODRIGUES DA SILVA FILHO (Nr Ord 3236218), adido ao II COMAR, por ter sido dispensado de ficar à disposição do Comando do Exército e de prestar serviço no Colégio Militar de Recife, conforme Portaria COMGEP nº 2.397/DPM, de 03 SET 2015.

Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

3 - DESIGNAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 5.558/DSM, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 de julho de 2015, resolve:

Designar o 3S SAD JONATHAS RONALDO LIMA DOS SANTOS, CPF nº 059.273.797-70, nº de ordem 440780-6, do efetivo do III COMAR, como usuário a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).

SERGIO HENRIQUE DA CUNHA Cel Inf
Chefe da DSM

4 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.751/1HI3/23941, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67600.014607/2015-73 - Ref Req de Solicitação de Certidão de Tempo de Contribuição do INSS do Cap Eng (ELN) GUSTAVO ERIVAN BEZERRA LIMA, Nr Ord 3423450, de 31 JUL 2015, do DECEA)

DEFERIDO, seja tornada sem efeito a averbação de tempo de serviço privado de 01 (um) ano, 00 (zero) mês e 13 (treze) dias, publicada no BCA nº 209, de 31 OUT 2013, e restituída a certidão de tempo de serviço ao interessado.

Em consequência, seja anulado o Despacho Decisório nº 1601/1HI3/22218, de 19 AGO 2015, publicado no BCA nº 156, de 21 AGO 2015.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.825/2HI1/25143, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67617.015224/2015-33 - Ref Req do 1S BCT ANDRÉ LUIZ PEREIRA MARTINS, de 18 AGO 2015, do DECEA)

DEFERIDO, forneça-se o que constar nesta Diretoria, de acordo com a Portaria DIRAP nº 5563/2HI1, de 8 OUT 2013, publicada no BCA nº 198, de 14 OUT 2013.

ALEXANDRE KARDEC ALVES Cel Av
Chefe da Divisão de Histórico, Inatividade e Identificação

5 - JUSTIÇA - SUSPENSÃO DO PROCESSO (AG 055/15)

NOTA DIRAP Nº 265/2CM4, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O militar de número de ordem 3140180, do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, no Processo nº 0030410-03.2014.8.17.0810, que respondeu perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, como incurso nas sanções do art. 306, da Lei nº 9.503/97, teve o processo suspenso por dois anos, por sentença datada de 17 JUN 2015. Em consequência, permanece sob todas as restrições legais que atingem o militar envolvido com a Justiça Comum Criminal, ficando sujeito ao período de provas, sob as condições estipuladas na sentença, até ulterior decisão daquele Juízo, de acordo com o art. 89, § 1º, da Lei n.º 9.099, de 26 SET 1995.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

6 - JUSTIÇA - SUSPENSÃO DO PROCESSO (AG 071/10)

NOTA DIRAP Nº 266/2CM4, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O militar de número de ordem 2939800, do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos, no Processo nº 2490350-69.2013.8.13.0024 (antigo 024.13.249035-0), que respondeu perante o Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, como incurso nas sanções do art. 311, do Código Penal, teve o processo suspenso por dois anos, por sentença datada de 24 MAR 2014. Em consequência, permanece sob todas as restrições legais que atingem o militar envolvido com a Justiça Comum Criminal, ficando sujeito ao período de provas, sob as condições estipuladas na sentença, até ulterior decisão daquele Juízo, de acordo com o art. 89, § 1º, da Lei n.º 9.099, de 26 SET 1995.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

7 – PROMOÇÃO – TORNA DEFINITIVA

PORTARIA DIRAP Nº 5.561/3PG, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, combinado com o previsto no art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando a decisão judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do Processo nº 0006106-30.2010.4.02.5110, que tramitou perante a 6ª Vara Federal de São João de Meriti/RJ, e o teor do Item nº 161/DE-2/2015, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 162, de 31 de agosto de 2015, resolve:

Tornar definitiva a promoção, à atual graduação, do 3S QSS BSP ALLAN FELIPE TAVARES SOARES (Nr Ord 6361170), do efetivo do PAME RJ, efetuada, de forma precária, por intermédio da Portaria DIRAP nº 3.201/3PG, de 11 de junho de 2013, publicada no BCA nº 112, de 14 de junho de 2013.

PORTARIA DIRAP Nº 5.562/3PG, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, combinado com o previsto no art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando a decisão judicial, transitada em julgado, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0001983-91.2000.403.6118, que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Guaratinguetá/SP, e o teor do Item nº 164/DE-2/2015, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 165, de 3 de setembro de 2015, resolve:

Tornar definitiva a promoção, à atual graduação, do 3S QSS SMU ELIÉZER ALVES PELICARTO ARSENIO (Nr Ord 3446638), do efetivo da BAMN, efetuada, de forma precária, por intermédio da Portaria DIRAP nº 3.996/3PG, de 2 de julho de 2015, publicada no BCA nº 124, de 6 de julho de 2015.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

8 – PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA DIRAP Nº 5.563/2CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "f", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 de julho de 2015, e considerando o Processo nº 67441.009534/2015-78, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

Tornar sem efeito o deferimento do pedido de cancelamento da prorrogação de tempo de serviço do 2º Ten QOCon Med (CAR) ROBSON ANDRADE CHAMON DO CARMO (Nr Ord 6645224), do efetivo do HFAG, constante da Portaria DIRAP nº 4.882/2CM1, de 11 de agosto de 2015, publicada no BCA nº 150, de 13 de agosto de 2015.

Arquivar o Processo nº 67441.006910/2015-72, em que o militar solicitou cancelamento do pedido de prorrogação de tempo de serviço.

Revigorar os efeitos da Portaria DIRAP nº 4.365/2CM1, de 15 de julho de 2015, publicada no BCA nº 134, de 21 de julho de 2015, que concedeu prorrogação de tempo de serviço ao militar em questão, pelo período de 11 AGO 2015 a 10 AGO 2016.

Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

PORTARIA DIRAP Nº 5.565/2CM1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "f", da Portaria DIRAP nº 4.287/DIR, de 13 de julho de 2015, resolve:

Conceder prorrogação de tempo de serviço aos militares a seguir relacionados, pertencentes ao Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados, pelo período especificado ao lado de seus nomes, de acordo com o estabelecido no item 2.10.3, da ICA 36-14, aprovada pela Portaria nº 44/GC3, de 26 de janeiro de 2010.

NR ORD	PT	ESP	NOME	OM	INÍCIO	TÉRMINO
6645208	2T	MED	ALICE DA COSTA RODRIGUES	HCA	11/08/2015	10/08/2016
6645160	2T	MED	ANDERSON MONTEIRO MATTOS	HCA	11/08/2015	10/08/2016
6645305	2T	MED	EDUARDO MENDES AFFONSO RUAS	HCA	11/08/2015	10/08/2016
6645186	2T	MED	PAULA DA CONCEIÇÃO FABRICIO	HCA	11/08/2015	10/08/2016

Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

CIVIL

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

1 – APOSENTADORIA

PORTARIA DIRAP Nº 5.551/3PC1, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67247.002604/2015-63, da PAAF, resolve:

Conceder aposentadoria a NÁDIA REGINA PAIXÃO PINHEIRO (Nr Ord 4571681), SIAPE nº 0748548, no cargo de Agente Administrativo, código 481004, classe "S", padrão III, NI, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, acrescida da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, correspondente a 4/10 (quatro décimos) de FG-3, prevista no art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. Código de vaga nº 477325.

PORTARIA DIRAP Nº 5.554/3PC1, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerado os Processos números 67439.004376/2014-28 e 67410.009394/2015-03, resolve:

Alterar a Portaria DIRAP nº 5196/3PC1, de 15 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 17 de setembro de 2014, Seção 2, página 8, referente ao servidor ARI JORGE PASSOS (Nr Ord 4568710), SIAPE nº 0205211, concedendo os efeitos financeiros suspensos, considerando legal a acumulação de cargos do servidor público, tendo em vista o que prescreve o art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, o Ofício Circular nº 07, de 28 de junho de 1990, da Secretaria de Administração Federal, e posicionamento adotado pelo Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal, constante do 1º Despacho nº 152/AJU/6412, de 23 de julho de 2015, do EMGEP, ficando inalterados os demais termos daquela Portaria.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
(DOU nº 181, Seção 2, de 22 SET 2015)

2 – AVALIAÇÃO – HOMOLOGA RESULTADO FINAL

PORTARIA DIRAP Nº 5.566/1PC2, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 17, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, publicada no DOU nº 62, de 1º de abril de 2014, Seção I, considerando o previsto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67290.010926/2015-51, do VII COMAR, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Sétimo Comando Aéreo Regional, instituído de acordo com o

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

art. 13, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, conforme a Ata da reunião realizada no dia 4 de setembro de 2015, que reconheceu a qualificação profissional do servidor JOSAFÁ CAVALCANTE CHAVES (Nr Ord 4672569), SIAPE Nº 0214012, Agente de Serviços de Engenharia - Código 444/012, CTMOC 444012, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III.

Conceder, a contar de 25 de agosto de 2015, de acordo com a Lei nº 11.907/2009, e os artigos 10 e 19, item II, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, Gratificação de Qualificação de Nível III – GQ-III, correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Sétimo Comando Aéreo Regional, ao servidor JOSAFÁ CAVALCANTE CHAVES (Nr Ord 4672569), SIAPE Nº 0214012, Agente de Serviços de Engenharia - Código 444/012, CTMOC 444012, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III, lotado no Sétimo Comando Aéreo Regional.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

3 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.824/5PC/25099, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67720.017253/2015-52 - Ref Req de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, da servidora ELIANE QUINSAN DOS SANTOS VIEIRA (Nr Ord 4632761), SIAPE nº 0209235, do GIA-SJ)

DEFERIDO, por sete dias, a contar de 04 AGO 2015, de acordo com o art. 83, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, e parecer da Junta Regular de Saúde do GIA-SJ.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1.826/5PC1/25164, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

(Proc nº 67441.008248/2015-95 - Ref Req de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, da servidora MONICA LOSSO SOARES (Nr Ord 4511646), SIAPE nº 0194946, do HFAG)

INDEFERIDO, tendo em vista o parecer desfavorável da Junta Regular de Saúde do HFAG.

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av
Subdiretor Interino de Pessoal Civil da DIRAP

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

1 – SINDICÂNCIA – DETERMINA INSTAURAÇÃO

PORTARIA SDEE Nº 42/EE-SEC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Determina instauração de Sindicância para apurar ocupação irregular de militar na Vila dos Afonsos.

O DIRETOR DE INTEDÊNCIA, de conformidade com o previsto nos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.25 e 2.26 da ICA 111-2 "Sindicância no Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 545/GC3, de 17 de maio de 2013, e combinado com a Portaria 636/GM3, de 13 de maio de 1980, resolve:

Art. 1º Determinar que seja instaurada Sindicância, para apurar os fatos relatados no Ofício nº 4/PAAF/2246, de 2 de julho de 2015, delegando, para esse fim, competência ao MAJ INT LUCIANO ANTONIO ARAUJO DOS SANTOS, como sindicante, e a 3S SAD CAROLINE HERINGER KLEIN PINHEIRO, como escrivã, devendo os trabalhos serem concluídos no prazo de quinze (15) dias corridos.

Art. 2º Encaminhar ao oficial sindicante os documentos relativos à Sindicância.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria SDEE nº 37/EE-SEC de 24 de agosto de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Int VILMAR GARGALHONE CORRÊA
Diretor de Intendência

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO **(Sem alteração)**

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE

1 – ICA 11-98 - APROVA

PORTARIA DIRSA Nº 77/ASPP, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova a Instrução que dispõe sobre o Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília para o ano de 2015.

O DIRETOR DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 10, do Regulamento da DIRSA, aprovado pela Portaria nº 1592/GC3, de 25 de setembro de

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

2014 e considerando os subitens 1.3.2.4 e 4.2.3 do MCA 11-1/2014, aprovado pela Portaria EMAER nº 61/6SC, de 19 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 11-98 “Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília para o ano de 2015”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Méd JORGE REBELLO FERREIRA
Diretor da DIRSA

2 - ICA 11-100 - APROVA

PORTARIA DIRSA Nº 78/ASPP, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova a Instrução que dispõe sobre o Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont para o ano de 2015.

O DIRETOR DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 10, do Regulamento da DIRSA, aprovado pela Portaria nº 1.592/GC3, de 25 de setembro de 2014 e considerando os subitens 1.3.2.4 e 4.2.3 do MCA 11-1/2014, aprovado pela Portaria EMAER nº 61/6SC, de 19 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 11-100 “Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont para o ano de 2015”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Méd JORGE REBELLO FERREIRA
Diretor da DIRSA

Obs.: As Instruções de que tratam as Portarias acima encontram-se anexadas a este Boletim e serão disponibilizadas no BLAER e no SISPUBLIC.

SEÇÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 23 SET 2015)

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
(Sem alteração)

CARLOS ALBERTO LEITE DA SILVA Cel Int
Ch do CENDOC

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

PCA 11-119

**PLANO ESPECÍFICO DO COMGAP PARA
IMPLANTAÇÃO DOS GRUPAMENTOS DE APOIO
DOS AFONSOS (GAP-AF), DE ANÁPOLIS (GAP-AN),
DO DISTRITO FEDERAL (GAP-DF) E DE
PIRASSUNUNGA (GAP-YS)**

2015

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO**



PLANEJAMENTO

PCA 11-119

**PLANO ESPECÍFICO DO COMGAP PARA
IMPLANTAÇÃO DOS GRUPAMENTOS DE APOIO
DOS AFONSOS (GAP-AF), DE ANÁPOLIS (GAP-AN),
DO DISTRITO FEDERAL (GAP-DF) E DE
PIRASSUNUNGA (GAP-YS)**

2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 45/3EM, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova o Plano Específico do COMGAP para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS).

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, de conformidade com o previsto no artigo 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio (ROCA 20-2), aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, e o que consta nas Diretrizes do Comando da Aeronáutica aprovadas pelo Estado-Maior da Aeronáutica para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (DCA 11-41), de Anápolis (DCA 11-42), do Distrito Federal (DCA 11-43) e de Pirassununga (DCA 11-44), resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 11-119 “Plano Específico do COMGAP para implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS)”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Comandante-Geral de Apoio

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.3	<u>ÂMBITO</u>	11
2	CONCEPÇÃO GERAL	12
2.1	<u>ASPECTOS GERAIS</u>	12
2.2	<u>CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS</u>	12
3	ATRIBUIÇÕES	14
3.1	<u>DIRENG</u>	14
3.2	<u>DIRMAB</u>	14
3.3	<u>DTI</u>	17
3.4	<u>GAL</u>	18
4	DISPOSIÇÕES GERAIS	19
5	DISPOSIÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	21

PREFÁCIO

As constantes transformações vivenciadas pela economia mundial nas últimas décadas têm levado os gestores públicos e privados a envidar esforços no sentido da racionalização e simplificação dos processos, de promoção de ajustes nas arquiteturas funcionais de suas organizações e do aumento da eficiência na cadeia administrativa.

Nos últimos anos, muitos avanços foram conquistados na padronização de ações que permitiram minimizar repetidas atividades administrativas. O desafio atual está na reengenharia desses processos, com o intuito de oferecer à Administração maior agilidade, eliminando ou reduzindo os “tempos e movimentos” das atividades que não agregam valor.

Inserido nesse cenário, o Comando da Aeronáutica, face à multiplicação de suas atribuições e à necessidade de adequação de suas capacidades operacionais e logísticas ao cenário atual, tem adotado procedimentos administrativos para se adequar a essa nova realidade, reavaliando ações que visem ao uso mais racional das atividades desenvolvidas por todas as organizações subordinadas, buscando novas formas de gestão, com o intuito de melhorar o desempenho, maximizar resultados e atingir com êxito suas missões institucionais.

A implementação de políticas de otimização e de melhor aproveitamento dos recursos, visando à obtenção da máxima eficiência na sua utilização, tem resultado na integração de atividades, com a finalidade de ampliar a capacidade administrativa das Organizações Militares diretamente envolvidas.

Dessa forma, a fim de que as estruturas de apoio administrativo possam adaptar-se uniformemente e na velocidade adequada às novas exigências da Força, conforme estabelecido no Plano de Trabalho Plurianual da Aeronáutica 2015-2019 (PCA 11-110), o Estado-Maior da Aeronáutica coordena uma reestruturação organizacional - onde se inclui a concentração das atividades administrativas, a partir da criação de Grupamentos de Apoio - que se apresenta como ação fundamental para o alcance da excelência na administração dos recursos financeiros, patrimoniais, materiais e humanos do COMAER.

Nesse contexto, torna-se necessária a orientação e a coordenação das ações das OM integrantes da cadeia de subordinação hierárquica do Comando-Geral de Apoio, como forma de contribuir para a celeridade e para a consistência dos processos de concentração.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As disposições contidas neste Plano deverão ser aplicadas de maneira sistemática, preservando-se a harmonia com as demais publicações de caráter normativo relacionadas aos assuntos abordados.

1.1 FINALIDADE

Estabelecer as orientações básicas e critérios norteadores para as ações das OM integrantes da cadeia de subordinação hierárquica do COMGAP, no que se refere à implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS).

1.2 CONCEITUAÇÕES

Os termos e expressões empregados neste Plano Específico têm os significados consagrados no vernáculo, no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4) e, ainda, quando mais específicos, os dispostos a seguir.

1.2.1 ARQUIVO GERAL DA OM

É o arquivo constituído pela documentação não frequentemente consultada, mas que não tenha perdido totalmente o seu valor administrativo, a ser recolhida ao Arquivo Geral do COMAER.

1.2.2 ARQUIVO GERAL DO COMAER

Localizado no CENDOC, é o arquivo destinado à guarda da documentação permanente de valor histórico, probatório e informativo do Comando da Aeronáutica.

1.2.3 ARQUIVO INTERMEDIÁRIO

É o constituído de documentos que deixaram de ser frequentemente consultados, sem perderem totalmente o seu valor administrativo.

1.2.4 ARQUIVO PERMANENTE

É o arquivo constituído de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa, devendo, entretanto, ser conservados permanentemente, por seu valor histórico-cultural, probatório ou informativo.

1.2.5 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

É o processo de análise da documentação de arquivos, visando estabelecer a sua destinação, de acordo com seus valores probatórios e informativos.

1.2.6 ELOS DE SERVIÇO DO STI

São os setores de TI das OM do COMAER que executam atividades rotineiras de manutenção de TI, reportando-se aos seus respectivos Elos de Coordenação.

1.2.7 NÃO REPÚDIO

Garantia de que um agente não consiga negar um ato ou documento de sua autoria. Condição necessária para a validade de documentos e transações digitais.

1.2.8 PROJETO DE SOLUÇÃO DOCUMENTAL

Documento textual, produzido, a partir de dados coletados, por equipe chefiada por oficiais arquivistas pertencentes ao CENDOC e/ou SEGECAE, que tem como finalidade assegurar a preservação dos documentos de arquivo das OM do COMAER, salvaguardar e perenizar informações importantes para a administração militar.

1.2.9 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER (STI) tem por finalidade organizar, disciplinar e controlar as atividades de Tecnologia da Informação (TI).

1.2.10 SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA DE MATERIAL E DE SERVIÇOS (SILOMS)

Sistema informatizado que automatiza, de forma integrada e modular, as funções e atividades logísticas afetas ao Comando-Geral de Apoio do Comando da Aeronáutica, nos níveis estratégico, tático e operacional, visando a propiciar, por intermédio de suas funcionalidades, o planejamento e o controle das atividades logísticas em todos os seus níveis, incluindo os recursos humanos, materiais, equipamentos, fornecedores e distribuidores.

1.2.11 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO (SPIUNET)

É uma ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União, com o objetivo de manter atualizado e operacional o cadastro dos imóveis da União e seus respectivos usuários, UG ou locatários e arrendatários.

1.2.12 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

É o sistema informatizado instituído pelo Governo Federal para o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos da Administração Federal. Este sistema controla os registros contábeis efetuados de todos os atos e fatos produzidos pela Administração Pública Federal.

1.2.13 SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA (SPADAER)

São comissões instituídas em todas as OM do COMAER, com a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção de documentos de arquivo produzidos e recebidos nas OM a que pertencem.

1.2.14 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Conjunto formado por pessoal técnico especializado, processos, serviços e bens de natureza financeira e tecnológica, incluindo equipamentos (computadores, roteadores, *switches*, etc.) e programas, que são empregados na geração, armazenamento, veiculação, processamento, reprodução e uso da informação pelas organizações do COMAER.

1.3 ÂMBITO

Este Plano Específico aplica-se ao COMGAP e a todas as Organizações integrantes da sua cadeia de subordinação hierárquica envolvidas, direta ou indiretamente, nos processos de implantação dos Grupamentos de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), de Anápolis (GAP-AN), do Distrito Federal (GAP-DF) e de Pirassununga (GAP-YS).

2 CONCEPÇÃO GERAL

2.1 ASPECTOS GERAIS

2.1.1 Considerando o previsto na DCA 11-41 (Implantação do Grupamento de Apoio dos Afonsos), na DCA 11-42 (Implantação do Grupamento de Apoio de Anápolis), na DCA 11-43 (Implantação do Grupamento de Apoio do Distrito Federal) e na DCA 11-44 (Implantação do Grupamento de Apoio de Pirassununga), torna-se necessária a realização de ações que permitam a rápida inserção das novas organizações nos Sistemas do COMAER sob a responsabilidade do COMGAP.

2.1.2 A dependência dos recursos de TI requer a ampla participação da Diretoria de Tecnologia da Informação, atuando como Órgão Central do Sistema de TI da Aeronáutica, para possibilitar que os desafios sejam prontamente superados, tanto no que se refere às necessidades diretamente associadas à implantação dos Grupamentos de Apoio (GAP), quanto à estruturação dos próprios serviços que aqueles prestarão a suas respectivas organizações apoiadas.

2.1.3 A construção e a intensificação, no âmbito da Força Aérea, de uma mentalidade de “não repúdio”, como forma de garantir a completa confiança nas informações produzidas e obtidas a partir de transações eletrônicas, mostra-se vital para a integração dos processos e atividades que se pretende consolidar, cabendo ao Órgão Central do Sistema de TI, dentre outras ações, envia-los os necessários esforços para que este objetivo seja alcançado.

2.1.4 A atualização coordenada dos sistemas informatizados – propiciando que trabalhem em conjunto (interoperabilidade), garantindo a possibilidade de troca de informações de maneira eficiente entre pessoas, organizações e sistemas computacionais (tal como a interação SILOMS/SIASG) – associada à disponibilização de aplicativos padronizados, que permitam a simplificação dos processos e da interação entre as organizações apoiadoras e os efetivos apoiados, permitirá maior controle, acompanhamento e fiscalização das atividades, o que, por consequência, favorecerá a boa gestão.

2.1.5 A concentração de atividades relativas a transporte de superfície requer ações pontuais da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, Órgão Central do Sistema de Transporte de Superfície, no sentido de se reavaliar rotinas e normas, como forma de delimitar novas competências das organizações e responsabilidades dos agentes envolvidos.

2.1.6 Paralelamente, considerando que à Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, como Órgão Central do Sistema de Patrimônio da Aeronáutica, cabe manter o registro cadastral atualizado de todos os bens imóveis sob responsabilidade do COMAER, bem como remeter ao Órgão Central do Patrimônio da União todas as informações previstas na legislação (Art. 110 do RCA 12-1/2014 – RADA), mostra-se igualmente oportuno reavaliar a responsabilidade dos Grupamentos de Apoio e de suas OM apoiadas, no que se refere à contabilização sintética e analítica, assim como ao controle formal dos patrimônios imóveis por elas utilizados.

2.2 CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS

2.2.1 As ações a serem implementadas deverão ser pautadas nos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública.

2.2.2 A transferência de responsabilidades envolvendo Grupamentos de Apoio e OM integrante da cadeia de subordinação hierárquica do COMGAP, quando for o caso, deverá ocorrer de forma planejada, gradual e controlada, a fim de evitar prejuízo às rotinas das organizações envolvidas.

2.2.3 A utilização do SILOMS, como sistema corporativo único, é obrigatória para o gerenciamento da execução orçamentária e patrimonial, assim como para a administração de bens em geral.

2.2.4 O desenvolvimento e a utilização maciça de ferramentas de tecnologia da informação devem ser priorizados, como forma de minimizar os óbices decorrentes das atuais necessidades de tramitação física de informações e documentos entre OM apoiadoras e suas apoiadas, com ênfase na utilização da assinatura eletrônica, devendo ser perseguida, ainda, a interação entre os diversos sistemas e aplicativos informatizados empregados nas atividades administrativas objeto de concentração.

2.2.5 Deverá ser propiciado efetivo apoio para implementação de rotinas informatizadas que visem à simplificação dos processos, melhor controle, acompanhamento e fiscalização das atividades, devendo-se, preferencialmente, buscar e adaptar soluções já empregadas no âmbito do COMAER.

3 ATRIBUIÇÕES

3.1 DIRENG

À Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, dentre outras atribuições previstas em normas específicas, caberão as seguintes ações:

- a) coordenar as transferências das viaturas das OM apoiadas para os respectivos Grupamentos de Apoio, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- b) providenciar a atualização das Tabelas de Dotação de Viaturas (TDV) das organizações envolvidas no processo, com a realocação de todas as viaturas das OM apoiadas nos correspondentes Grupamentos de Apoio, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- c) estudar e propor à DTI o desenvolvimento de aplicativos informatizados para controle das frotas de viaturas sob a disposição das OM do COMAER, **até 31 de dezembro de 2015**;
- d) estudar e propor à DTI o desenvolvimento de aplicativos informatizados para registro e controle dos serviços de manutenção necessários à preservação dos bens imóveis em uso pelas OM do COMAER, **até 31 de dezembro de 2015**; e
- e) avaliar, em conjunto com a SEFA, e propor medidas visando a concentrar na DIRENG, como Órgão Central do Sistema de Patrimônio da Aeronáutica, a responsabilidade pelo controle analítico, no SPIUnet, e pela contabilidade sintética, no SIAFI, dos bens patrimoniais imóveis em uso pelos Grupamentos de Apoio e por suas OM apoiadas, **até 30 de novembro de 2015**.

3.2 DIRMAB

À Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico, dentre outras atribuições previstas em normas específicas, caberá determinar e fiscalizar o cumprimento das seguintes ações pelo Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF):

- a) realizar o planejamento das atividades administrativas **de acordo com o cronograma previsto para implantação do GAP-AF**;
- b) adequar o Planos de Férias do PAMA-AF, para que os efetivos a serem movimentados para os GAP-AF estejam prontos para o serviço **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- c) disponibilizar áreas, pessoal, bens e serviços empregados nos setores cujas atividades passarão a ser realizadas pelo GAP-AF, mediante coordenação, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- d) providenciar a designação de comissões para inventariar seus estoques e demais bens a serem transferidos para o GAP-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**, assim como realizar a conferência daqueles que permanecerão no PAMA-AF;

- e) realizar o planejamento interno das atividades administrativas remanescentes no PAMA-AF e o ajuste dos fluxos dos processos, de acordo com a nova realidade organizacional;
- f) providenciar a avaliação do acervo de documentos existentes no PAMA-AF, a fim de possibilitar que sejam definidas as destinações das peças que o integram (eliminação, microfilmagem, transferência para o Arquivo Intermediário ou recolhimento para o Arquivo Permanente do COMAER), em conformidade com a legislação em vigor, e em coordenação com o GAP-AF;
- g) solicitar ao CENDOC, **até 30 de outubro de 2015**, a elaboração de Projeto de Solução Documental (microfilmagem e/ou digitalização), com a finalidade de assegurar, por intermédio dos meios cabíveis, a preservação dos documentos dos arquivos das OM apoiadas cujo teor e temporalidade não justifiquem sua preservação e guarda na organização, sob a forma original, ou para a preservação da informação daqueles que sejam de caráter permanente;
- h) providenciar a emissão das Guias de Movimentação de Material para transferência de todas as viaturas do PAMA-AF para o GAP-AF, devidamente regularizadas junto ao Departamento Estadual de Transito, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- i) informar ao GAP-AF os dados referentes aos agentes da administração de sua OM que ocupam cargos de gestores, bem como daqueles responsáveis pela fiscalização de contratos ou pelo recebimento de bens e serviços, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- j) adotar as ações necessárias ao regular e tempestivo recebimento dos bens de consumo não vinculados a contratos, eventualmente escriturados em contas de empenhos a liquidar, **no prazo máximo de trinta dias a contar das datas de emissão das correspondentes Notas de Empenho**;
- k) regularizar, em coordenação com o GAL, as contas contábeis de materiais em trânsito e de importações referentes aos bens móveis permanentes e de consumo, antes da transmissão formal de responsabilidades para o GAP-AF, **até 31 de dezembro de 2015**;
- l) coordenar com o GAL as transferências dos saldos contábeis para o GAP-AF, relativos aos bens patrimoniais imóveis e de consumo de uso comum do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos** (os valores relativos a materiais aeronáuticos e a bens móveis permanentes deverão permanecer contabilizados no GAL, obedecidas as disposições contidas na DCA 11-23 “Desativação do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF)” e no PCA 11-71 “Plano Específico do COMGAP para a desativação do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF)”);
- m) coordenar com o GAL e com o GAP-AF as ações necessárias para a sub-rogação de contratos administrativos para atendimento da vida vegetativa do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- n) elaborar e remeter para o GAP-AF os Planos de Férias relativos ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;

- o) elaborar e remeter para o GAP-AF o controle de inspeções de saúde do último ano, relativo ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- p) elaborar e remeter para o GAP-AF o controle de recadastramento das Declarações de Beneficiários do último ano, relativo ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- q) elaborar e remeter para o GAP-AF o controle do Plano de Comissionamento em vigor, relativo ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- r) elaborar e remeter para o GAP-AF o controle de recadastramento do Programa Auxílio-Transporte dos beneficiados do último ano, relativo ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- s) elaborar e remeter para o GAP-AF o controle do Plano de Avaliação de Oficiais e de Graduados do último ano, relativo ao efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- t) imprimir e entregar, de acordo com as rotinas da OM, as Folhas de Alterações do último ano para o efetivo do PAMA-AF, antes da passagem de responsabilidade de publicação de itens em boletim para o GAP-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- u) identificar previamente e promover o envio formal da documentação existente nos setores de pessoal militar e civil do PAMA-AF que deverá ser transferida para o GAP-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- v) inventariar e transferir, mediante coordenação, os estoques de bens de consumo comuns do PAMA-AF para o GAP-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**;
- w) avaliar, em coordenação com o GAL, e informar previamente ao GAP-AF a situação contábil dos estoques de bens de consumo comuns do PAMA-AF, no que se refere à compatibilidade entre os saldos contábeis analíticos e sintéticos e os estoques físicos de seus almoxarifados;
- x) avaliar, em coordenação com o GAL, e informar previamente ao GAP-AF a situação contábil dos bens patrimoniais imóveis do PAMA-AF, no que se refere à compatibilidade entre os saldos contábeis analíticos e sintéticos;
- y) diligenciar para que, juntamente com a documentação inerente aos inventários realizados, por ocasião da transmissão de responsabilidade dos bens do PAMA-AF para o GAP-AF, sejam remetidos, sob a forma de processo, prestação de contas referentes aos bens transferidos, fazendo constar a seguinte documentação:
 - documentos comprobatórios de entrada, reunidos em forma de Processo Administrativo de Gestão (PAG patrimonial de entrada);
 - relatório mensal de entradas gerado pelo sistema de escrituração analítica (SISALMOX, SILOMS, dentre outros);
 - documentação referente aos bens móveis em trânsito sob a forma de PAG;
 - documentos comprobatórios de saída, reunidos em forma de Processo Administrativo de Gestão (PAG patrimonial de saída);
 - Relatório de Apropriação de Custos;

- Relatório de Arredondamentos;
 - Demonstrativo de Movimentação de Material de Consumo em Estoque do Setor de Almoxarifado; e
 - documentos específicos exigidos pelos Órgãos Centrais Sistêmicos, quando for pertinente (Subsistência, Fardamento, Transporte, dentre outros); e
- z) avaliar, em coordenação com o GAL, e informar previamente ao GAP-AF a situação contábil dos estoques de bens de consumo comuns, no que se refere à regularidade das contas contábeis de bens em trânsito e de importações em andamento.

3.3 DTI

À Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica, diretamente ou por intermédio dos Centros de Computação da Aeronáutica (CCA), dentre outras atribuições previstas em normas específicas, caberão as seguintes ações:

- a) acompanhar os cronogramas de implantação dos Grupamentos de Apoio;
- b) realizar, por intermédio do gerente executivo do SILOMS, a implantação do sistema e a capacitação dos efetivos dos GAP, e OM apoiadas, para utilização dos módulos aquisição/contratos e suprimento, **até a data de ativação dos Grupamentos de Apoio;**
- c) planejar a implantação do Elo de Serviço de Tecnologia da Informação nos Grupamentos de Apoio, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos;**
- d) determinar a realização, mediante coordenação, a configuração do SIGPES para possibilitar emissão de boletim único (concentrado) pelos Grupamentos de Apoio, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos;**
- e) elaborar normas complementares do STI que orientem a atuação do Elo de TI dos Grupamentos de Apoio, quando não existirem;
- f) determinar a implantação do SIGADAER para atendimento das necessidades dos Grupamentos de Apoio, **no prazo de até trinta dias a partir da ativação dos GAP ou Núcleos de Grupamento (NuGAP);**
- g) estudar, em conjunto com a DIRENG, o desenvolvimento de aplicativos informatizados para controle das frotas de viaturas sob a disposição das OM do COMAER, **até 31 de dezembro de 2016;**
- h) estudar, em conjunto com a DIRENG, o desenvolvimento aplicativos informatizados para registro e controle dos serviços de manutenção necessários à preservação dos bens imóveis em uso pelas OM do COMAER, **até 31 de dezembro de 2016;**
- i) determinar o cadastramento dos Grupamentos de Apoio no SILOMS e no SIGPES, assim como a promoção das devidas associações às correspondentes OM apoiadas, **até trinta dias após a criação dos correspondentes Núcleos de GAP (NuGAP);**
- j) propor as ações necessárias a possibilitar a interoperabilidade entre os sistemas corporativos do COMAER, como forma de facilitar a melhoria da gestão dos processos administrativos comuns às suas organizações, **até 31 de março de 2016;**

- k) propor as ações necessárias a possibilitar a interoperabilidade entre os sistemas corporativos do COMAER e os dos demais órgãos do governo federal, como forma de facilitar a melhoria da gestão dos processos administrativos comuns às organizações (Ex.: SILOMS – SIASG / SILOMS - SIAFI), **até 31 de março de 2016**;
- l) avaliar as soluções de TI em uso, assim como as solicitadas pelas diversas OM do COMAER, e propor a implementação de aplicativos padronizados que permitam a simplificação dos processos e da interação entre as organizações apoiadoras e seus efetivos apoiados, **até 31 de março de 2016**;
- m) avaliar as funcionalidades e propor a adequação do SIGPES visando a permitir que o sistema funcione como ferramenta de interação entre os efetivos das organizações apoiadas e os correspondentes setores de pessoal dos Grupamentos de Apoio, minimizando, assim, as necessidades de deslocamento de pessoal e documentos para a obtenção de informações, **até 31 de março de 2016**; e
- n) propor a adoção de medidas necessárias para o fortalecimento de uma mentalidade de “não repúdio” no âmbito do COMAER, como forma de garantir a completa confiança nas informações produzidas e obtidas a partir de transações eletrônicas e aplicativos informatizados próprios, **até 31 de março de 2016**.

3.4 GAL

Ao Grupamento de Apoio Logístico, dentre outras atribuições previstas em normas específicas, caberão as seguintes ações:

- a) acompanhar o cronograma de implantação do GAP-AF;
- b) coordenar com o PAMA-AF e com a SEFA as transferências dos saldos contábeis para o GAP-AF, relativos aos bens patrimoniais imóveis e de consumo de uso comum do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos** (os valores relativos a materiais aeronáuticos e a bens móveis permanentes deverão permanecer contabilizados no GAL, obedecidas as disposições contidas no PCA 11-71 “Plano Específico do COMGAP para a desativação do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF)”;
- c) coordenar com o GAP-AF as ações necessárias para a sub-rogação de contratos administrativos para atendimento da vida vegetativa do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**; e
- d) coordenar com a DIRINT/SDPP e com o GAP-AF o planejamento da transferência das folhas de pagamento de pessoal do efetivo do PAMA-AF, **de acordo com eventos e prazos estabelecidos**.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As ações dispostas no capítulo anterior cujos prazos de conclusão encontram-se pendentes de definição deverão ser realizadas em conformidade com as orientações emitidas pelos correspondentes Grupamentos de Apoio (GAP), assim como as estabelecidas nos Planos específicos dos demais Órgãos de Direção Setorial.

4.2 Ressalvadas as hipóteses de emissão de novos Planos específicos pelo COMGAP, as disposições contidas neste PCA são igualmente aplicáveis à implantação de outros Grupamentos de Apoio não expressamente mencionados, no que couber.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Esta Plano será revisado, sempre que necessário, por iniciativa do COMGAP.

5.2 Os casos não previstos deverão ser submetidos à apreciação do Comandante-Geral de Apoio.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Avaliação de Documentos de Arquivo*: **ICA 214-3**. Brasília, DF, 2011.
- _____. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Microfilmagem de Documentos Arquivísticos no Comando da Aeronáutica*: **NSCA 214-3**. Brasília, DF, 2012.
- _____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. *Classificação, distribuição, emprego, utilização e operação de veículos de transporte de superfície*: **ICA 75-6**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- _____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. *Tabela de Dotação de Veículos do COMAER*: **TCA 75-1**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Desativação do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF)*: **DCA 11-23**. Brasília, DF, 2013.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Implantação do Grupamento de Apoio dos Afonsos*: **DCA 11-41**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Implantação do Grupamento de Apoio de Anápolis*: **DCA 11-42**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Implantação do Grupamento de Apoio do Distrito Federal*: **DCA 11-43**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Implantação do Grupamento de Apoio de Pirassununga*: **DCA 11-44**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Glossário da Aeronáutica*: **MCA 10-4**. Brasília, DF, 2001.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica*: **ICA 700-1**. Brasília, DF, 2006.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Plano de Trabalho Plurianual da Aeronáutica 2015-2019*: **PCA 11-110**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. *Diretriz de Comando do Comandante da Aeronáutica*: Aviso Interno nº 4/GC3. Brasília, DF, 2015.
- _____. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. *Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)*: **RCA 12-1**. Brasília, DF, 2014.
- _____. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. *Plano Específico de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica*: **MCA 172-3 (digital)**. Brasília, DF, 2010.
- _____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica – RISAER*: **RCA 34-1**. Brasília, DF, 2005.
- _____. Decreto n.º 6932. Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 12 ago. 2009.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

PCA 11-1

**PLANO SETORIAL DO COMGAP
PARA O PERÍODO DE 2015 A 2018**

2015

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO



PLANEJAMENTO

PCA 11-1

**PLANO SETORIAL DO COMGAP
PARA O PERÍODO DE 2015 A 2018**

2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 1439/GC3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova a reedição do PCA 11-1 “Plano Setorial do COMGAP” para o período de 2015 a 2018.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto no processo nº 67100.000789/2015-36, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 11-1 “Plano Setorial do COMGAP” para o período de 2015 a 2018, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias COMGAP nº R-1/3EM, de 28 de abril de 2014, nº R-6/3EM, de 12 de junho de 2014, e nº R-11/3EM, de 18 de dezembro de 2014, publicadas nos Boletins do Comando da Aeronáutica Reservados nº 12, de 15 de maio de 2014, nº 18, de 16 de junho de 2014, e nº 1, de 15 de janeiro de 2015, respectivamente.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 178, de 23 de setembro de 2015)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.3 <u>COMPETÊNCIA</u>	9
1.4 <u>ÂMBITO</u>	9
2 COMANDO-GERAL DE APOIO	10
2.1 <u>MISSÃO</u>	10
2.2 <u>COMPETÊNCIAS</u>	10
2.3 <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u>	11
2.4 <u>VISÃO</u>	11
2.5 <u>VALORES</u>	11
3 DIRETRIZES SUPERIORES	12
3.1 <u>EMANADAS DO CMTAER</u>	12
3.2 <u>DEDUZIDAS DO PEMAER</u>	13
4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	14
4.1 <u>MODELO DE GESTÃO</u>	14
4.2 <u>RECURSOS FINANCEIROS</u>	14
4.3 <u>RECURSOS HUMANOS</u>	14
4.4 <u>GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS</u>	14
4.5 <u>CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA</u>	15
4.6 <u>CAPACITAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO</u>	15
4.7 <u>DOMÍNIO DOS PROCESSOS DE NACIONALIZAÇÃO</u>	15
5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO SETORIAL	16
5.1 <u>ANÁLISE DOS FATORES INTERNOS</u>	16
5.2 <u>ANÁLISE DOS FATORES EXTERNOS</u>	17
5.3 <u>AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA</u>	18
6 OBJETIVOS SETORIAIS	20
7 DIRETRIZES DO COMGAP	21
7.1 <u>GERAIS</u>	21
7.2 <u>ESPECÍFICAS</u>	25
8 PROJETOS E ATIVIDADES A CARGO DO COMGAP	33
8.1 <u>PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB GERÊNCIA DO COMGAP</u>	33
8.2 <u>PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB GERÊNCIA DE OUTRO ODSA</u>	38
8.3 <u>PROJETOS SETORIAIS DECORRENTES DO PEMAER</u>	40
8.4 <u>PROJETOS SETORIAIS EMANADOS DO COMGAP</u>	40
8.5 <u>ATIVIDADES SETORIAIS DECORRENTES DO PEMAER</u>	41
8.6 <u>ATIVIDADES SETORIAIS EMANADAS DO COMGAP</u>	41
9 INSPEÇÕES	51
9.1 <u>INSPEÇÕES A REALIZAR</u>	51
9.2 <u>INSPEÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS</u>	51

10	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	52
10.1	<u>SISTEMÁTICA DE APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DO COMGAP</u>	52
10.2	<u>EVENTOS DIVERSOS A SEREM REALIZADOS SOB A COORDENAÇÃO DO COMGAP E OM SUBORDINADAS</u>	52
11	DISPOSIÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	54
	Anexo A – Vinculação à PLOA	55
	Anexo B – Calendário Administrativo	68
	Anexo C – Indicadores de Desempenho	74
	Anexo D – Calendário de Eventos	93
	Anexo E – Metas de disponibilidade e Esforço Aéreo previstos na ICA 55-66	94
	ÍNDICE	95

PREFÁCIO

Ao iniciar-se o planejamento para o período de 2015 a 2018, a FAB buscou inserir em sua metodologia de gestão institucional preceitos que orientassem os responsáveis pela condução da Força em direção a uma série de Boas Práticas aprovadas pelas mais altas esferas da Administração Pública Federal e consagradas em respeitadas Organizações mundo afora.

Desde a concepção do PEMAER a Força Aérea Brasileira vem reunindo esforços no sentido de aperfeiçoar seu modelo de gestão, através de planejamentos alinhados à estratégia e pautados em processos. A medição efetiva das metas propostas possibilita o real acompanhamento da produtividade administrativa do gestor, através de indicadores especificamente desenvolvidos para garantir um modelo de excelência em administração, focado em resultados e na eficiência na gestão pública.

Contudo, este conceito é, em seu cerne, um ciclo contínuo de aplicação, observação, avaliação e ajustes. Daí entende-se que a mudança, para que seja perene, necessita de perseverança e dedicação.

A Logística, peça fundamental da engrenagem que faz com que a Força Aérea cumpra seus objetivos, alinhada com as Macro-Diretrizes emanadas pela Política Militar Aeronáutica e a Estratégia Militar da Aeronáutica deve, sob esta ótica e dentro do seu contexto setorial, buscar atingir o “efeito desejado” de sua missão.

Assim Srs. Gestores da Logística, para que tal intento seja alcançável, se faz imprescindível um planejamento que considere metas consistentes, claras, objetivas e bem definidas em cada nível, sem esquecer que a capacitação e a motivação formam os alicerces do trabalho em equipe.

Mister se faz “costurar” o alinhamento entre PEMAER, Planos Setoriais e Planos de Trabalho Anuais. Faz-se, ainda, necessário e essencial buscarmos nos Planos a integralidade da execução do Plano Setorial, produto final de toda a Cadeia Logística.

Igualmente importante é que, ao final do processo, poder-se-á confrontar metas e recursos à luz deste planejamento estabelecido, de maneira e checar de forma clara os caminhos trilhados, assim como as aplicáveis medidas corretivas que se fizerem necessárias. Neste contexto, espera-se propiciar a almejada “governança corporativa”.

De forma resumida, a definição de metas a serem alcançadas no longo prazo (Plano Estratégico), no médio prazo (Plano Setorial) e no curto prazo (Programa de Trabalho Anual) criará condições adequadas para a execução de um planejamento coerente, trazendo segurança à Administração.

Este ano será um ano especial, pois contemplará novos e velhos desafios. Externamente à Força, espera-se enfrentar mais um desafiador período de reduzidos recursos orçamentários, em vista do atual cenário econômico nacional e global, assim como, internamente, o desafio de consolidar a gestão focada nos macro-processos e indicadores de desempenho.

Essa é, pois, a Tarefa que nos aguarda.

Boa sorte e bom trabalho a todos!

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Plano Setorial tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), as ações a serem desenvolvidas pelo Comando-Geral de Apoio (COMGAP), para o período de 2015 a 2018.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para efeito desta publicação, os termos e expressões abaixo têm as seguintes conceituações:

1.2.1 PLANO SETORIAL

Plano quadrienal, elaborado com base no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, que estabelece metas a serem desempenhadas pelo próprio órgão elaborador e Organizações Militares subordinadas, com a finalidade de atingir os Objetivos Estratégicos e seus Objetivos Setoriais em um determinado período.

1.2.2 PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL (PTA)

Documento decorrente do alinhamento estratégico da Aeronáutica, no qual são definidas as metas e tarefas a serem cumpridas por uma Organização Militar, no período de um exercício financeiro, abrangendo os projetos e atividades necessários ao cumprimento de sua missão.

1.3 COMPETÊNCIA

1.3.1 Compete ao Estado-Maior do COMGAP, sob a supervisão do Comandante-Geral de Apoio, a confecção do Plano Setorial do COMGAP.

1.3.2 Compete ao Estado-Maior da Aeronáutica a homologação do Plano Setorial do COMGAP.

1.3.3 Compete ao Comandante da Aeronáutica a aprovação e publicação do Plano Setorial do COMGAP.

1.4 ÂMBITO

O presente Plano Setorial aplica-se ao Comando-Geral de Apoio e suas OM subordinadas.

2 COMANDO-GERAL DE APOIO

2.1 MISSÃO

O Comando-Geral de Apoio, Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010, tem por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos.

2.2 COMPETÊNCIAS

Ao COMGAP compete:

- a) Planejar em alto nível, dirigir, coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;
- b) Elaborar, aprovar e atualizar, na sua esfera de responsabilidade, normas, planos e programas, administrativos ou técnicos, que visem à homogeneidade estrutural e funcional dos órgãos de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;
- c) Gerenciar os programas de aquisição, modernização e de desenvolvimento de sistemas informatizados e materiais aeronáuticos, bélicos e da tecnologia da informação afetos ao COMGAP;
- d) Supervisionar as atividades de desenvolvimento e de coordenação industrial, relacionadas aos Sistemas cujo Órgão Central seja o COMGAP;
- e) Orientar os órgãos subordinados quanto às atividades logísticas que lhe são afetas, estabelecendo a coordenação entre estes;
- f) Estabelecer a ligação com as demais organizações do COMAER para a compatibilização das atividades de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos, desenvolvidas no âmbito interno ou externo do COMAER;
- g) Estabelecer a ligação com os órgãos da Administração Federal diretamente relacionados com as suas atribuições;
- h) Orientar, coordenar e consolidar as propostas orçamentárias e o plano de obras das organizações subordinadas;
- i) Orientar, coordenar e consolidar as propostas de planos e programas de cursos e estágios, no país e no exterior, visando ao aperfeiçoamento técnico-profissional do pessoal da área de apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos;
- j) Coordenar e consolidar, por intermédio de plano específico, a necessidade de recursos humanos, do reacompanhamento e da movimentação de pessoal do COMGAP e das organizações subordinadas;
- k) Orientar e supervisionar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito do COMAER;

- l) Orientar e supervisionar, em alto nível, as atividades relacionadas à engenharia de infraestrutura aeroportuária, à engenharia de edificações, à engenharia de campanha, ao patrimônio, ao transporte de superfície e ao contraincêndio afetas ao COMAER;
- m) Executar as atribuições de Elo do Sistema de Mobilização Aeroespacial (SISMAERO), de acordo com a legislação específica; e
- n) Acompanhar a implantação de projetos em sua área de responsabilidade.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.3.1 O COMGAP tem a seguinte estrutura básica:

- a) Comando;
- b) Estado-Maior (EMGAP); e
- c) Gabinete (GABGAP).

2.3.2 O COMGAP dispõe de uma Assessoria Logística de Projetos, funcionando junto à Subdiretoria de Desenvolvimento e Programas do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, cuja estrutura e funcionamento constam do Regimento Interno do COMGAP.

2.3.3 O COMGAP possui as seguintes Organizações diretamente subordinadas:

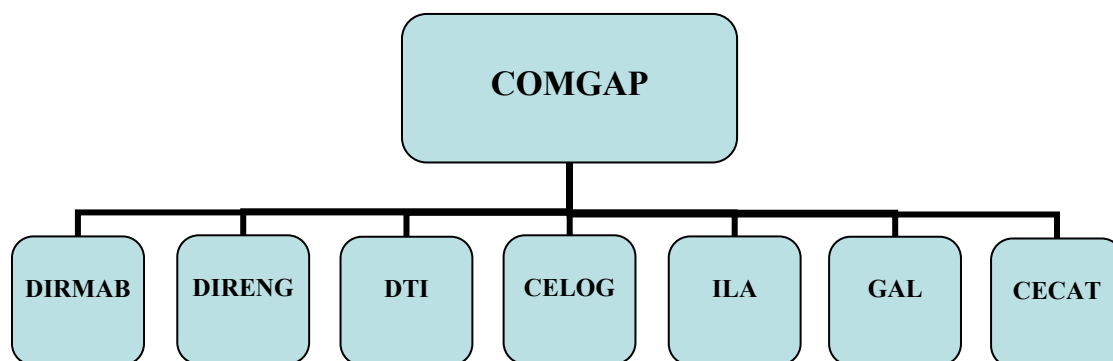


Figura 1 – Organograma do COMGAP

2.4 VISÃO

Assegurar as condições logísticas para que a Força Aérea Brasileira disponha de elevado grau de prontidão e de reconhecida capacidade operacional, para defender os interesses brasileiros em qualquer cenário de emprego.

2.5 VALORES

As Organizações do COMGAP devem levar em consideração todos os valores intrínsecos à vida militar, destacando-se, como imprescindíveis, a disciplina, a hierarquia, a honra, o dever, a pátria, a honestidade, o profissionalismo, a dedicação, o reconhecimento dos recursos humanos, a excelência na qualidade dos serviços e a importância do trabalho em equipe.

3 DIRETRIZES SUPERIORES

3.1 EMANADAS DO CMTAER

- a) Revisar o planejamento das atividades administrativas da OM, de modo a estabelecer estratégias que possibilitem restringir suas despesas aos montantes previstos nas dotações orçamentárias consignadas no Plano de Ação do COMAER;
- b) Elaborar o Plano Setorial (ODSA) e Programas de Trabalho Anual (todas as OM), previstos no MCA 11-1, de modo a estabelecer metas compatíveis com as dotações estabelecidas no Plano de Ação;
- c) Organizar a gestão das atividades administrativas da OM, de modo a sistematizar as tarefas, rotinas e procedimentos dos Agentes da Administração responsáveis por sua consecução;
- d) Estabelecer e implementar controles administrativos adequados e suficientes à avaliação de desempenho das atividades administrativas da OM, bem como à identificação das ações preventivas e corretivas necessárias ao seu ajuste, de modo a propiciar o contínuo aperfeiçoamento de sua eficiência e eficácia;
- e) Atentar para a obrigatoriedade de utilização plena do SIASG, quando da execução orçamentária das Unidades, devendo, o Ordenador de Despesas, justificar nos Processos Administrativos de Gestão, qualquer emissão de empenho no SIAFI, salvo nos casos de modalidade “não se aplica” ou “suprimento de fundo”;
- f) Examinar os montantes de recursos despendidos em contratos de serviços continuados (de manutenção, de conservação e limpeza, serviços de processamento de dados, telecomunicações, apoio administrativo, locação de veículos, manutenção e conservação de bens imóveis, etc.), ajustando seus dispêndios aos montantes alocados no Plano de Ação;
- g) Reduzir, renegociar ou, até mesmo, cancelar, caso necessário, os contratos administrativos de despesas que venham a superar os limites estabelecidos no Plano de Ação;
- h) Utilizar, judiciosamente, os recursos orçamentários da OM destinados à aquisição de materiais permanentes e equipamentos;
- i) Planejar, judiciosamente, as despesas com diárias, passagens e ajudas de custo, necessárias à realização de missões fora de sede, limitando-as às dotações consignadas no Plano de Ação;
- j) Promover ações efetivas de contenção de gastos com serviços públicos (água, energia elétrica, gás e serviços de telefonia);
- k) Utilizar de forma sistemática os controles mensais sobre consumos e dispêndios previstos na ICA 174-1/2007, aprovada pela Portaria SEFA nº 19, de 9 de abril de 2007, como instrumentos de controle interno e de acompanhamento de tendências de consumo e de custos de sua Unidade;

- l) Encaminhar, única e exclusivamente, ao EMAER para análise e deliberação, seguindo a cadeia de comando respectiva, os fatos novos que possam gerar a elevação de despesas, além das previstas no Plano de Ação, explicitando-se obrigatoriamente as justificativas do pedido, as consequências do não atendimento e a indicação de recursos a serem cancelados como fonte de compensação, se houver;
- m) Realizar criterioso acompanhamento da execução orçamentária das Unidades Gestoras e Unidades Administrativas subordinadas, de modo a assegurar o fiel cumprimento do disposto no Aviso Interno nº 6/GC3, de 23 de dezembro de 2014; e
- n) Orientar os setores de Protocolo quanto aos procedimentos que devem ser adotados no âmbito do Comando da Aeronáutica quando do recebimento e da expedição de documentos em meio eletrônico com assinatura digital, conforme disposto no Aviso Interno nº 1/GC3/2015.

3.2 DEDUZIDAS DO PEMAER

- a) Otimizar a reestruturação administrativa;
- b) Fomentar a Indústria de Defesa Nacional;
- c) Reduzir a dependência logística externa;
- d) Capacitar os Recursos Humanos;
- e) Fomentar a Tecnologia da Informação;
- f) Focalizar o Produto;
- g) Obter a satisfação dos usuários dos Sistemas;
- h) Buscar a excelência tecnológica nos sistemas do COMGAP;
- i) Perseguir a eficácia na gestão dos processos logísticos; e
- j) Alcançar a excelência dos profissionais do COMGAP.

4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

São pré-condições essenciais e de diferentes naturezas para que o COMGAP atinja os seus objetivos e que devem, também, ser consideradas pelas OM subordinadas durante o processo de planejamento de suas atividades:

4.1 MODELO DE GESTÃO

4.1.1 O modelo de gestão empregado na Logística é sistêmico e integrado a uma ampla Cadeia de Comando, o que realça a importância de uma precisa e correta utilização de ferramentas gerenciais, em todos os níveis.

4.1.2 A pronta resposta à demanda das necessidades da área operacional e a manutenção da disponibilidade requerida pelos meios apoiados, exigem da Logística elevada capacidade de gestão em qualquer cenário.

4.1.3 A utilização plena dos meios de Tecnologia da Informação, como fonte de produção das ferramentas gerenciais, fornece o suporte necessário ao modelo de gestão para a tomada de decisão em todos os níveis de comando.

4.1.4 A aferição e o permanente acompanhamento da evolução dos projetos e produtos aeronáuticos e bélicos, por intermédio de parâmetros estabelecidos na aquisição, desenvolvimento, fabricação e recebimento de itens.

4.2 RECURSOS FINANCEIROS

Os aportes financeiros necessários ao cumprimento das demandas logísticas do COMAER, se alterados ou mesmo contingenciados, poderão afetar a capacidade operativa da Força Aérea. Sendo assim, o COMGAP priorizará o atendimento aos projetos sob sua responsabilidade, adequando o planejamento aos recursos orçamentários disponibilizados.

4.3 RECURSOS HUMANOS

4.3.1 Os recursos humanos constituem a força motriz que impulsiona a atividade logística. Entretanto, esta área vem apresentando nos últimos anos perda significativa de pessoal qualificado, sem o necessário complemento. Deverão ser conduzidas gestões de processo para adequar a quantidade de mão de obra necessária à carga de trabalho gerada, a partir de indicadores de gestão pré-estabelecidos e mensuráveis em todos os níveis da logística, bem como capacitá-la e motivá-la adequadamente para a missão.

4.3.2 Além disso, em função dos avanços tecnológicos, a força de trabalho deve ser permanentemente aprimorada, por intermédio da educação continuada. Para tanto, há de se formular / elaborar um Plano de Capacitação factível que leve em conta / estabeleça a relação CARGO – CONHECIMENTO – DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES, no intuito de preparar os homens da logística para o desempenho de suas atividades.

4.4 GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

4.4.1 A logística do COMAER possui um acervo de recursos materiais que permite à Organização alcançar seus objetivos de suporte às plataformas de armas e às operações aéreas, englobando toda a estrutura aeronáutica e aeroportuária.

4.4.2 O aperfeiçoamento dos processos de gestão de logística, incluindo o planejamento acurado de necessidades, o controle preciso da demanda e da catalogação, aliados à definição das prioridades estabelecidas, permitirão melhores condições de obtenção dos materiais e serviços necessários.

4.4.3 Nesse diapasão, a necessidade de implementar uma política de complementação da capacidade produtiva dos Sistemas existentes aponta para a adoção de estratégias ajustadas aos requisitos de desempenho e às características de cada Sistema Operacional gerido pelo Comando-Geral de Apoio.

4.4.4 Dentre as possibilidades de suporte logístico, descortinam-se instrumentos que incentivam a participação da Indústria de Defesa nesta atividade complementar, como as Parcerias-Público Privadas (PPP), os Suportes Logísticos Contratados – CLS e suas variações.

4.4.5 Estas iniciativas, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa – END, deverão proporcionar a capacitação progressiva do parque industrial nacional, contribuindo dessa maneira para o fortalecimento do SISMAERO e intensificação da componente geoestratégica, vista sob o ângulo de apoio aos sistemas logísticos de países da América do Sul.

4.5 CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA

4.5.1 O parque tecnológico nacional está em constante aperfeiçoamento, particularmente em áreas de alto interesse da logística militar, seja no desenvolvimento e produção de sistemas de defesa, como também na capacidade de mantê-las operativas. Práticas como, nacionalização, certificação e catalogação potencializam esta capacidade.

4.5.2 Respeitados os interesses políticos, estratégicos e operacionais do COMAER, o uso de sua capacidade de compra, adequado à legislação vigente, pode ser usado em conjunto com os Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (Offset), a nacionalização, a certificação e a catalogação (Sistema OTAN de Codificação - SOC), como instrumento de política de desenvolvimento econômico e tecnológico regionais, para desencadear a formação de um ambiente propício de absorção, utilização e difusão do conhecimento tecnológico.

4.6 CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO

O estímulo ao desenvolvimento industrial por meio de contratos de desenvolvimento de produtos de defesa, contratos de produção e execução indireta de serviços são instrumentos efetivos de mobilização da capacidade e do potencial industrial nacional.

4.7 DOMÍNIO DOS PROCESSOS DE NACIONALIZAÇÃO

A capacidade de superar óbices logísticos por meio da estrutura de nacionalização de produtos garante a disponibilidade de itens de difícil aquisição ou de produção descontinuada.

5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO SETORIAL

5.1 ANÁLISE DOS FATORES INTERNOS

5.1.1 PONTOS FORTES

- a) Existência de focos de excelência em conhecimentos especializados nas áreas de Ensino, Pesquisa, Engenharia, Transporte Logístico e Tecnologia da Informação;
- b) Utilização de um sistema corporativo informatizado, em pleno funcionamento e largamente utilizado, que propicia, por meio de suas funções, o planejamento e o controle das Atividades Logísticas, em todos os seus níveis, incluindo: equipamentos, recursos humanos, recursos materiais, fornecedores e distribuidores;
- c) Atuação do ILA como organização voltada para a capacitação, a pesquisa e o desenvolvimento da Logística;
- d) Sistema logístico estruturado em pleno funcionamento e já enraizado na cultura da FAB;
- e) Ampla experiência no trato da imprevisibilidade orçamentária e na busca constante de soluções paliativas e conjunturais, advindos dos tradicionais contingenciamentos orçamentários;
- f) Redução das intervenções de Nível Parque em função da modernização paulatina da frota e do incremento da manutenção centrada na confiabilidade, com ferramentas para monitoramento em tempo real;
- g) Concentração no CELOG e no GAL dos processos de aquisição de grande parte do material e serviços requisitados para suporte a todos os órgãos do COMAER, gerando maior especialização, controle e agilidade, com evidente redução de custos e prazos, além da segurança jurídica alcançada pela administração;
- h) Crescente capacidade de mobilização industrial em função da evolução tecnológica do parque aeronáutico e bélico nacional;
- i) Consolidação da DTI no COMGAP, coordenando todas as atividades do STI e gestão dos sistemas de simulação do COMAER; e
- j) Subordinação do Centro de Catalogação da Aeronáutica ao COMGAP.

5.1.2 PONTOS FRACOS

- a) Restrições e imprevisibilidade na área orçamentária;
- b) Elevada rotatividade de pessoal técnico;
- c) Dificuldade na gestão de estoques e na concretização dos processos de alienação;
- d) Dificuldade no processo de qualificação de pessoal decorrente da dinâmica evolução tecnológica da logística;
- e) Existência de pessoal trabalhando fora de função;

- f) Restrições de recursos para investimento na recuperação e atualização da infraestrutura dos Parques de Material;
- g) Parques de Material com instalações antigas e defasadas com as novas exigências tecnológicas;
- h) Elevado número de itens a depurar e catalogar;
- i) Engenharia de Campanha incipiente; e
- j) Dificuldades no cumprimento dos cronogramas para a implantação do suporte necessário aos novos projetos e das obras de infraestrutura, decorrentes dos contingenciamentos de recursos.

5.2 ANÁLISE DOS FATORES EXTERNOS

5.2.1 AMEAÇAS

- a) Redução de orçamentos para as atividades setoriais;
- b) Elevação dos custos dos novos sistemas e aeronaves;
- c) Contingenciamentos orçamentários rotineiros e intempestivos, causando descontinuidade no planejamento e execução do suporte logístico;
- d) Aporte incerto de recursos financeiros e não correlacionado ao aumento da frota, da infraestrutura e da capacidade de manutenção destes meios, face à nova Estratégia Nacional de Defesa;
- e) Aumento da dependência tecnológica externa em função do incremento da sofisticação dos novos sistemas;
- f) Aumento de operações conjuntas com as demais forças, onde cada vez mais a FAB será exigida para atender as necessidades do MD; e
- g) Evasão de engenheiros, com inevitável decréscimo da quantidade de mão de obra especializada disponível.

5.2.2 OPORTUNIDADES

- a) Utilização dos acordos de compensação (“Offset”), a fim de suprir as necessidades evidenciadas pelo COMAER para investimentos e acesso a novas tecnologias;
- b) Universalização da modalidade de contratação de suporte logístico diretamente do fabricante (CLS) para as novas aeronaves, como forma de reduzir os encargos e minimizar a carência de RH militares nas OM;
- c) Incremento das exportações brasileiras no segmento de tecnologia aeroespacial e de material de defesa brasileiro;
- d) Uma maior aproximação entre a Indústria de Defesa Nacional e o COMAER em função do ambiente favorável decorrente da implementação paulatina da Estratégia Nacional de Defesa;
- e) Política do MD para aumento da interoperabilidade, gerando, dentre outros benefícios, o incremento de aquisições padronizadas e em lotes mais econômicos;

- f) Implantação de ações visando atender à Estratégia Nacional de Defesa, fortalecidas pelo entendimento da importância da Defesa Nacional, por parte da sociedade brasileira;
- g) Disponibilidade de recursos oriundos do Governo Federal para a melhoria da infraestrutura aeroportuária, visando atender às necessidades geradas pela realização de Grandes eventos no Brasil;
- h) Redirecionamento para outras atividades da mão de obra disponibilizada com o emprego do CLS;
- i) Desenvolvimento do transporte logístico, por meio do incremento do uso de todos os modais de maneira planejada e coordenada;
- j) Dependência do COMAER por parte da Secretaria de Aviação Civil (SAC) para a capacitação de RH especializados para as atividades de contraincêndio dos aeródromos em crescente desenvolvimento, possibilitando captação de recursos para modernização da estrutura de CCI dos aeródromos militares; e
- k) Envolvimento das Forças Armadas em grandes eventos internacionais, possibilitando recursos financeiros extraordinários para modernização dos nossos equipamentos e instalações.

5.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

5.3.1 Ao se avaliar os pontos fortes e fracos, inerentes à própria Instituição, e confrontá-los com as ameaças e oportunidades, que surgem de um ambiente em que a Organização Militar não exerce controle, verifica-se que o Sistema Logístico da Força passa por uma fase de transição importante, em que a agilidade dos processos internos demanda precisão e habilidade para contracenar com um mercado tecnológico cada vez mais exigente.

5.3.2 Ao mesmo tempo em que se desenvolvem atividades de suporte logístico nos moldes tradicionais da antiga turma da graxa, novas concepções de gerenciamento logístico vem a reboque dos novos projetos, desafiando uma estrutura logística que, apesar de reagir, parece lenta na quebra de alguns paradigmas.

5.3.3 Identificar os gargalos entre os conceitos do antes e as novidades de hoje é o ponto de inflexão que a Logística tem que ultrapassar para tornar os seus gerentes mais profissionais e ágeis e os seus processos mais precisos, oportunos e coerentes com o cenário vigente.

5.3.4 Limitações orçamentárias são inerentes à atividade pública e saber distinguir o urgente do importante e necessário faz parte do cotidiano do agente da administração, que é o responsável em manter padrões aceitáveis de disponibilidade de uma frota de aeronaves que garanta uma Força Aérea operacional para o emprego em combate.

5.3.5 A vertiginosa velocidade com que os modernos aparatos, baseados na tecnologia da informação, oferecem múltiplas opções de aplicativos e sistemas versáteis e poderosos, passa a exigir da logística um hercúleo esforço de acompanhamento e atualização dos seus meios para reduzir o “gap” tecnológico dos sistemas de armas, concebidos e desenvolvidos sob prismas cada vez mais complexos e de múltiplas aplicações. A tecnologia da informação, dentro deste cenário, busca manter-se atualizada para o acompanhamento das exigências globais do mercado, sob pena de não mais alcançar e garantir a ascensão e a permanência da Nação no rol dos países considerados líderes mundiais.

5.3.6 Selecionando-se os fatores mais significativos, pode-se entender como posicionamentos setoriais mais relevantes:

5.3.6.1 AMBIENTE INTERNO

5.3.6.1.1 A existência de focos de excelência constitui-se na força mais relevante.

5.3.6.1.2 As fraquezas mais prejudiciais constituem-se em: deficiências na gestão de estoques; processos de gerenciamento falhos; e reduzido efetivo de engenheiros e técnicos.

5.3.6.2 AMBIENTE EXTERNO

5.3.6.2.1 A oportunidade mais relevante é aquela decorrente da possibilidade de utilização de suportes logísticos contratados.

5.3.6.2.2 A redução dos orçamentos e o aumento de encargos, por sua vez, constituem-se nas ameaças de maior impacto.

6 OBJETIVOS SETORIAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO SETORIAL	INDICADORES
Alcançar a excelência da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira.	Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER.	ICA 400-25 SMAB 1, 2 E 3
	Manter uma logística adequada para atender as operações de abastecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação no Brasil e no Exterior.	ICA 400-25 SMAB 4
	Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade dos simuladores e estações de planejamento e debriefing pertencentes ao Comando da Aeronáutica.	ICA 400-25 ALTI 2
	Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	ICA 400-25 ALEG 1,2 E 4
	Manter uma logística adequada para apoiar as atividades de transporte de superfície no âmbito do COMAER.	ICA 400-25 ALEG 3
	Manter a logística adequada para prover a mobilidade do material de interesse da Aeronáutica, garantindo a prontidão logística.	ICA 400-25 TRNS 1, 2 E 3
	Ampliar a atividade de catalogação, garantindo a produção de informações logísticas confiáveis.	ICA 400-25 CATG 1 E 2
Otimizar a gestão organizacional do COMAER.	Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	ICA 400-25 ALTI 1
	Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Ampliar a capacitação científico-tecnológica da Aeronáutica.	Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	ICA 400-25 CAPP 1

7 DIRETRIZES DO COMGAP

Como resultante dos Objetivos Setoriais, depreende-se uma série de Diretrizes Setoriais, que seguem a lógica da Avaliação Estratégica Setorial no sentido de mitigar os riscos e explorar as vantagens conhecidas. Deste modo, as diretrizes listadas a seguir encontram-se plenamente alinhados com as guias estabelecidas no PMAER, assim como maximizam o desempenho do COMGAP no cumprimento da sua missão:

7.1 GERAIS

- a) Estudar e criticar os processos existentes no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), na busca de novas funcionalidades que acelerem a visualização de dados, a fim de propiciar mais oportunidade ao processo decisório. Neste sentido, todo o histórico do ciclo de obtenção deverá estar mapeado e atualizado;
- b) Agilizar o processo de depuração dos dados de identificação do material e das empresas gerenciados no SILOMS, explorando as ferramentas existentes no Módulo de Catalogação, permitindo a efetiva catalogação e garantindo a integridade e confiabilidade dessas informações, que são os insumos fundamentais das atividades logísticas;
- c) Reiterar aos Comandantes/Chefes/Diretores a responsabilidade pela tempestividade e acuracidade dos dados que comporão o Relatório de Gestão do COMGAP;
- d) Rever e ampliar as medidas de prevenção e segurança das áreas patrimoniais, recursos de tecnologia da informação, documentação, trânsito do público externo e medidas de controle do público interno, de modo a aperfeiçoar a prevenção contra atos ilícitos de toda a natureza;
- e) Observar a peculiaridade da maioria das instalações que aglutinam meios fabris/industriais, a fim de dispensar especial atenção ao planejamento, implementação ou reorientação das atividades, frente ao cumprimento das Leis Ambientais, visando a uma perfeita harmonia entre os elos da logística e os cenários ambientais de cada localidade;
- f) Determinar aos elos integrantes do SIPAER a utilização de seus Programas de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos como instrumentos norteadores das atividades de prevenção, dando especial ênfase às fases de coleta de dados, análise das situações de risco e estabelecimento de medidas de controle, com vistas ao atendimento ao ciclo de prevenção descrito nas publicações em vigor;
- g) Garantir a funcionalidade das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) mediante a identificação dos riscos presentes nos ambientes, nas condições de trabalho e na organização das tarefas, visando ao acompanhamento das medidas de controle voltadas para a permanente qualidade de vida e segurança do trabalho;
- h) Aprimorar e ampliar o registro histórico do acervo sob sua responsabilidade, bem como divulgar, na respectiva cadeia de informação, os eventos de realce passíveis de compor o patrimônio histórico da logística;

- i) Manter atualizadas as informações de execução das metas estabelecidas, acessando a ferramenta de controle disponível na página INTRAER do COMGAP, menu Sistemas / Plano Setorial, com a frequência mínima de 1 mês, a fim de possibilitar o acompanhamento da execução administrativa;
- j) Aperfeiçoar o transporte logístico em todos os modais, por meio da melhoria de processos, instalações, equipamentos e treinamento de recursos humanos;
- k) Desenvolver e aperfeiçoar os indicadores necessários à gestão administrativa do COMGAP e unidades subordinadas, a fim de medir a execução de metas e objetivos fixados nos respectivos planejamentos;
- l) Implementar uma política de otimização dos recursos existentes, tendo por foco aproveitar melhor os meios disponíveis e, ao mesmo tempo, ampliar a eficiência administrativa do COMGAP, mediante uma reestruturação administrativa, além de uma gestão baseada em processos e com foco nos resultados;
- m) Fomentar a troca de informações entre as Organizações homólogas, visando a melhorar e a padronizar os processos administrativos;
- n) Fomentar, dentro das lideranças do COMGAP, uma visão empresarial da Instituição, focada essencialmente no produto e no usuário, de forma que as ideias visem propor negócios de sucesso, inclusive com parcerias junto à Indústria Nacional;
- o) Aplicar, na sua plenitude, sistemas de Tecnologia da Informação, buscando-se a redução da carga de trabalho por instrumentos computacionais, visando, não somente, reduzir a quantidade de recursos humanos, como também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do COMGAP. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução, inclusive na implementação de sistemas de Segurança Eletrônica;
- p) Examinar e implementar uma gestão que persiga uma contínua aceleração dos processos de aquisição, alfandegários e de suprimento, buscando a redução da indisponibilidade logística e operacional, bem como dar celeridade aos processos administrativos em curso;
- q) Procurar trabalhar sempre com uma margem de segurança e com planos de contingência, evitando surpresas advindas de cenários não identificados. Neste contexto, deverá ser buscado um assessoramento maduro e realista, considerando as limitações existentes e evitando-se levantar crises desnecessárias;
- r) As situações sistêmicas, discutidas no âmbito do COMGAP, serão analisadas mediante assessoramento dos órgãos intervenientes, com o intuito de formular as linhas de ação a serem seguidas conjuntamente. Após a tomada de decisão, caberá às organizações subordinadas perseverar na implementação de tais ações na íntegra, considerando uma gerência pautada na honestidade de propósitos, na lealdade e na disciplina intelectual, devendo ser defendidas como as ideias da Organização, considerando-se não aconselháveis posturas individualistas;

- s) Colocar os itens necessários a cada intervento de manutenção disponíveis no destino antes do início dos trabalhos;
- t) Regular a estrutura organizacional do COMGAP no sentido de direcioná-la à obtenção de sua máxima eficiência, valendo-se das técnicas de gestão da qualidade, devendo aglutinar processos, integrar atividades e ajustar a arquitetura funcional;
- u) Impulsionar as Organizações Militares subordinadas a buscar a adequação de seus métodos e processos, ajustando-os aos recursos disponíveis;
- v) Acompanhar a evolução do ciclo de vida dos materiais e sistemas, visando planejar, com a devida antecedência, os processos de substituição, modernização, atualização e alienação, permitindo uma adequada inserção e priorização das demandas dos diversos setores;
- w) A realização de Visitas Técnicas deverá ter como objetivo o de verificar o grau de precisão com que está sendo cumprido o Programa de Trabalho Anual das Organizações Militares subordinadas e/ou o cumprimento de normas, no caso dos Elos Sistêmicos;
- x) Focar o SILOMS, o SIGPES e as demais ferramentas de gestão análogas como base para a formação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos na ICA 400-25;
- y) Observar a diligente aplicação dos recursos financeiros, aliada à adequada gestão e a eficiente supervisão da demanda dos recursos materiais eliminando, assim, os itens que se transformam em estoques imobilizados;
- z) Imprimir velocidade e proficiência na atualização dos inventários patrimoniais, móveis e imóveis, evitando o acúmulo desnecessário de bens imobilizados, sem aplicação ou ociosos;
- aa) Manter atualizados os Planos Diretores, bem como fazer as solicitações referentes ao Plano Plurianual de Obras em alinhamento com os mesmos e de acordo com as perspectivas futuras previstas para as Unidades;
- bb) Coibir a utilização dos recursos de diárias e ajudas de custo como elemento motivacional do Fator Humano;
- cc) Atentar às condições de trabalho para os recursos humanos do COMGAP, buscando criar um ambiente harmonioso entre a área técnica e a administrativa;
- dd) Buscar, continuamente, o reconhecimento do mérito e dos êxitos atingidos pelos subordinados, visando alocá-los em cargos que envolvam trabalhos de maior complexidade. Neste sentido, torna-se importante a seleção e indicação de militares do COMGAP para funções de comando e missão no exterior;
- ee) Focar como tema principal da Organização a justiça para com os seus recursos humanos, identificando aqueles que se destacam, positiva ou negativamente, no seu comportamento e na execução dos seus trabalhos, tratando-os de forma condizente com o desempenho apresentado;
- ff) Elaborar critérios que destaquem oficiais, graduados e praças que requerem reengajamento, bem como restrinjam a permanência daqueles que não atingirem as marcas de desempenho previstas;

- gg) Restringir a movimentação de militares entre OM através da modalidade “prestação de serviço”, salvo se formalmente autorizada pelo Comandante-Geral de Apoio;
- hh) Evidenciar, em todos os locais de trabalho, a cortesia, a educação e o bom atendimento ao público civil e militar, da ativa e da reserva, os quais se devem constituir em preocupação de todos os Diretores, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados;
- ii) Manter na estrutura dos setores responsáveis pelas funções logísticas Suprimento, Manutenção, Engenharia e Transporte, pessoal qualificado e atualizado com as doutrinas de mobilização militar e de mobilização aeroespacial, observando as demais orientações, diretrizes e normas expedidas pelo EMAER para o SISMAERO;
- jj) Atuar junto à Escola de Especialistas de Aeronáutica, com o fito de auxiliar, com recursos materiais, humanos e financeiros, no que couber, para a melhoria da capacitação dos militares em curso naquela Escola;
- kk) Supervisionar o correto preenchimento do SIGPES, por parte dos efetivos, buscando a constante atualização do banco de dados afeto a Recursos Humanos;
- ll) Implementar uma política de capacitação dos Recursos Humanos, visando adequá-la às reais necessidades da Organização;
- mm) Primar pela capacitação prévia dos militares escalados para exercer função de Fiscalização, Gerenciamento de Projetos e para composição das Comissões de Recebimento, a fim de que os procedimentos estabelecidos nas legislações pertinentes sejam cumpridos de forma integral. Observar o controle criterioso na aplicação dos recursos da Administração, com base nos princípios da legalidade, da economicidade e da transparência e em justificativas plausíveis para as despesas;
- nn) Restringir as designações de militares para trabalhar “fora de função”, salvo se for comprovado motivo de saúde que impossibilite o militar de trabalhar em atividades relacionadas com a sua especialização ou por notório interesse da administração;
- oo) Primar para que todo e qualquer tipo de atividade, programa ou ação, cuja execução dependa de recursos financeiros plurianuais ou ultrapasse o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) seja previamente submetido ao COMGAP para aprovação e posterior inclusão nos respectivos Programas de Trabalho de cada Organização, podendo passar a constar, sempre que gerarem produtos (bens e serviços) balizados por recursos e tempo limitados, do rol de Projetos Setoriais do COMGAP, cuja gestão seguirá protocolo similar ao dispensado aos Projetos Estratégicos decorrentes do PEMAER;
- pp) Praticar o uso dos órgãos de Consultoria Jurídica da União (CJU) da respectiva jurisdição, para tramitar os processos de aprovação de contratos técnicos e administrativos do âmbito do COMGAP;
- qq) Observar, com rigor, o cumprimento dos prazos estabelecidos para o trâmite dos processos administrativos de gestão que dependam de pareceres de órgãos externos (Contratos, Doações, Alienações, Aditivos, etc.),

visando eliminar qualquer tipo de atuação extemporânea da cadeia administrativa;

- rr) Priorizar o orçamento através da ferramenta Módulo de Trabalho Anual (MTA) que deverá ser mantida como a base para o planejamento e a execução orçamentária em todas as OM do COMGAP;
- ss) Atentar, durante a execução orçamentária realizada em todas as OM do COMGAP, para a gestão dos recursos empenhados durante o ano fiscal, de maneira a evitar a ocorrência de Restos a Pagar que não possam ser executados;
- tt) Evitar a utilização da conta tipo D (Despesas Sigilosas), de forma a manter a transparência dos processos administrativos no âmbito do COMGAP; e
- uu) Primar para que os processos de contratação para execução indireta de serviços ou aquisição de material sejam iniciados somente após a definição dos requisitos para o objeto pretendido e a análise de viabilidade econômica da contratação, considerando, sempre, a legalidade, a economicidade, a transparência e a fluidez dos processos administrativos.

7.2 ESPECÍFICAS

7.2.1 DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (DIRMAB)

- a) Gerenciar para que os processos administrativos de gestão, referentes à aquisição e alienação de materiais, equipamentos ou serviços, sigam estritamente o fluxo processual da cadeia de comando, de forma a permitir o correto e oportuno acompanhamento pelos respectivos responsáveis;
- b) Fiscalizar os inventários, cadastros de material aeronáutico e bélico, bem como os registros de manutenção, no sentido de mantê-los permanentemente atualizados no SILOMS, em todos os seus módulos, permitindo uma imediata consulta e acompanhamento dos dados disponíveis;
- c) Realizar as alienações periódicas dos itens imobilizados por mais de 10 (dez) anos em seus estoques, com base no RADA, guardadas as exceções para os itens servíveis;
- d) Buscar a otimização da capacidade de armazenamento existente, mediante o planejamento da movimentação e distribuição dos estoques disponíveis por toda a cadeia de remotos do SISMAB;
- e) Criar mecanismos que propiciem à Administração estar sempre alerta a possíveis problemas com determinada frota, visando eliminar ou reduzir efeitos adversos que venham a impactar na disponibilidade ou no esforço aéreo planejado;
- f) Cumprir o esforço aéreo e as disponibilidades das respectivas frotas, atendendo ao disposto na ICA 55-66 do EMAER;
- g) Diligenciar, junto aos Operadores, no sentido de prestar assessoramento técnico (VAT, etc.), a fim de reduzir o índice de Indisponibilidade Operacional, consideradas as características do plano de manutenção do projeto;

- h) Segregar dos cenários gerais de suporte logístico, os investimentos que considerem os projetos em modernização, cujos custos não repercutam diretamente no atendimento às metas de disponibilidade da frota;
- i) Avaliar constantemente a estrutura dos meios de produção na sua relação custo/benefício, de forma a identificar as possíveis redundâncias de instalações industriais e de serviços;
- j) Manter a elaboração das tarefas do MTA de forma a assegurar a efetiva disponibilidade da frota, pensando sempre no usuário, concentrando esforços nas ações logísticas, levando em conta os recursos existentes e buscando estar sempre à frente de possíveis óbices;
- k) Fiscalizar e analisar, por meio do SILOMS, a utilização de H/h nos Projetos, de maneira a parametrizar os custos, os recursos humanos e o material necessário, visando a elaboração de um planejamento factível e o real acompanhamento da execução das tarefas inseridas no MTA;
- l) Aplicar os recursos destinados ao fornecimento e distribuição de combustíveis e lubrificantes de aviação, visando à antecipação das medidas para que o fornecimento não sofra solução de continuidade;
- m) Gerenciar a descentralização e a aplicação dos créditos das Ações Orçamentárias coordenadas pela DIRMAB, bem como o crédito de outras Ações cuja despesa seja de sua responsabilidade;
- n) Incentivar a Indústria Nacional, fazendo parcerias e praticando a execução indireta (4º Escalão), como forma de complementar os serviços de manutenção executados pelos Parques de Material Aeronáutico sempre que a relação custo-benefício desta solução for favorável, anexando ao processo de contratação a respectiva análise de viabilidade econômica;
- o) Manter no SISMA a tendência de execução indireta de serviços no apoio logístico às aeronaves e aos motores da FAB, de modo a permitir a otimização dos meios e focar na priorização dos encargos das aeronaves essencialmente militares; porém, qualquer novo contrato deverá ser submetido à análise do COMGAP;
- p) Observar que os processos de contratação para execução indireta de serviços ou aquisição de material (4º Escalão) só deverão ser iniciados após a definição dos requisitos para o objeto pretendido e a análise de viabilidade econômica da contratação, considerando, sempre, a legalidade, a economicidade, a transparência e a fluidez dos processos administrativos;
- q) Prever nos *Request For Proposal* (RFP) logísticos para novas aeronaves, que a manutenção de 3º Nível seja atribuída às empresas nacionais, representantes dos fabricantes ou não, de maneira a garantir o suporte logístico no mercado interno;
- r) Manter contínuo contato com os fabricantes e fornecedores, visando conhecer novas soluções logísticas e possíveis problemas empresariais, de modo a antecipar crises e medidas contingenciais;
- s) Identificar e implementar, em coordenação com o EMAER, EMGAP e DCTA (COPAC) e as Comissões no exterior (CABE e CABW), as aplicações das cláusulas de “off-set”, nos processos de aquisição de novos

sistemas de armas, bem como estabelecer uma política para estas contrapartidas no âmbito do COMGAP;

- t) Implementar ferramentas de cunho motivacional para aqueles militares envolvidos diretamente com a atividade de manutenção, visando proporcionar um incentivo extra ao bom desempenho das tarefas de cada um;
- u) Manter, em todos os níveis, um conjunto de RH treinado e apto para a fiscalização e controle das ações externas à organização, para aqueles projetos suportados por meio de execução indireta;
- v) Conhecer as quantidades, a capacitação necessária e as necessidades básicas de conhecimento administrativo dos RH de cada projeto ou atividade, de maneira a buscar a sua adequação à realidade existente como forma de garantir a excelência dos trabalhos realizados;
- w) Preparar os recursos humanos, oficiais e graduados dos quadros de tripulantes dos PAMA, capacitando-os nos diversos cursos específicos, a fim de dotar essas OM de um corpo mínimo de profissionais especializados para atender aos cronogramas de recebimento das aeronaves em processo de modernização e/ou aquisição;
- x) Priorizar a alocação, nas funções de adjuntos de Coordenadores de Projeto, daqueles militares que, por diversas razões, se encontrem fora da atividade de suprimento e manutenção;
- y) Observar que a determinação das prioridades de aquisição do material bélico deverá ser submetida ao COMGAP, visando à composição final da Tabela de Aquisição para o período considerado;
- z) Observar que a distribuição de Material Bélico, pertencente à Reserva de Guerra, deverá ser submetida ao COMGAP, independente de qualquer outro critério;
- aa) Estudar e propor, em conjunto com o PAMAGL, uma reestruturação administrativa do PAMB-RJ;
- bb) Observar, no que concerne à transferência de Projetos entre Parques de Material, o planejamento criterioso das ações, com ênfase no aproveitamento e na capacitação dos recursos humanos, a fim de evitar a solução de continuidade no suporte logístico;
- cc) Executar os planejamentos estabelecidos para o encerramento das atividades do PAMA-RF e do PAMA-AF, com o consequente redimensionamento dos seus efetivos, com base nos Projetos por eles suportados; e
- dd) Controlar o processo de concessão, revalidação, suspensão, revogação, averbação e controle geral dos CHT emitidos no âmbito do SISMA e do SISMA-B, em conformidade com a ICA 400-39/2014.

7.2.2 DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA (DIRENG)

- a) Dar prosseguimento aos estudos e implementar novos softwares de elaboração de Projetos de Engenharia;

- b) Buscar, no que for aplicável, uma padronização dos projetos executivos das instalações do COMAER, no que diz respeito à construção de, por exemplo, novos Próprios Nacionais Residenciais, Unidades Aéreas, Hospitais e Hangares, visando diminuir os custos dos projetos e manter similaridade para o funcionamento de unidades congêneres;
- c) Acompanhar a consolidação dos Sistemas gerenciados pela Diretoria de Engenharia (Patrimônio, Transporte de Superfície, Contraincêndio e de Engenharia), no SILOMS;
- d) Desenvolver, em coordenação com o COMGAR (COMARA), as ações necessárias à atividade de Engenharia de Campanha, visando a constituir a Unidade Celular de Engenharia (UCE), dentro do Escalão Móvel de Apoio (EMA);
- e) Implementar a reestruturação organizacional da DIRENG, em conjunto com o EMGAP;
- f) Estudar e propor a centralização dos SERENG e SERPAT no órgão central de Engenharia;
- g) Controlar o processo de concessão, revalidação, suspensão, revogação, averbação e controle geral dos CHT emitidos no âmbito do SISCON e do SISENG, em conformidade com a ICA 92-11/2014 e ICA 85-14/2014, respectivamente;
- h) Perseverar para que o Sistema de Contraincêndio esteja sempre atualizado quanto aos procedimentos, dimensionamento dos meios, normas internacionais, legislação pertinente e necessidades operacionais do COMAER (SISCON);
- i) Prever o ressarcimento das despesas com passagens aéreas, diárias e insumos necessários à realização dos cursos de contraincêndio para equipes de órgãos públicos, prefeituras, aeródromos civis públicos, etc, através de convênios simples entre a DIRENG e os terceiros;
- j) Acompanhar os processos de regularização dos imóveis a cargo dos COMAER, tendo como referência o Banco de Dados estruturado em 2014, com o fito de manter um controle atualizado das regularizações de todo o COMAER;
- k) Manter atualizada a situação do patrimônio sob a responsabilidade do COMAER, verificando o que precisa ser legalizado;
- l) Finalizar a implantação no SILOMS do controle de disponibilidade de viaturas e de combustível automotivo; e
- m) Manter atualizados os parâmetros de quantidade e especificação da frota de viaturas de transporte e de contraincêndio do COMAER.

7.2.3 CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA (CELOG)

- a) Manter atualizado o planejamento do desenvolvimento e da capacitação das indústrias e das empresas nacionais, para a produção de itens e de serviços, visando à diminuição da dependência tecnológica externa no apoio à atividade-fim da Força Aérea;

- b) Acompanhar permanentemente a capacitação progressiva do parque industrial nacional de forma a facilitar o estreitamento das relações entre a gestão logística do COMAER e a indústria aeroespacial de defesa brasileira;
- c) Conduzir o processo de nacionalização mediante análise dos bens ou serviços utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo que, pelo conteúdo tecnológico ou pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, possa afetar a sobrevivência logística das aeronaves e sistemas bélicos em operação no COMAER;
- d) Estabelecer critérios e normas para a autorização de realização de processos licitatórios no país ou no exterior, com base na existência de fornecedor nacional e na análise de custo-benefício do atendimento às necessidades do usuário, no âmbito do COMAER;
- e) Primar para que as aquisições de materiais, equipamentos ou serviços, no exterior, que não forem originadas por requisições no SILOMS, sigam estritamente o fluxo processual da Cadeia de Comando quanto à montagem dos Processos Administrativos de Gestão (PAG), de forma a permitir a análise do CELOG e a correta orientação das Unidades responsáveis pelas aquisições;
- f) Harmonizar o atendimento das requisições de materiais e serviços com a prioridade estabelecida pelos órgãos solicitantes, mantendo-os informados sobre as alterações ocorridas no processo;
- g) Observar que o cancelamento de empenhos na condição de “Restos a Pagar” no exterior, por parte dos Agentes Diretores das CAB, nos casos em que o valor ultrapassar US\$ 1,000.00, deverão ser aprovadas pelos Coordenadores da Ação e ratificadas pela 5ª Subchefia do COMGAP;
- h) Estudar a possibilidade, em coordenação com o EMGAP, a DIRMAB e o GAL, de criação de um setor centralizado de alienação de material aeronáutico, a fim de padronizar e acelerar estes processos;
- i) Estudar e propor, em conjunto com o EMGAP, a subordinação do GAL ao CELOG, centralizando as licitações para aquisições de serviços logísticos e a gestão dos respectivos contratos, da Ação 2048, no âmbito do COMGAP;
- j) Elaborar normas e critérios que estabeleçam formas alternativas ao transporte aéreo ou terrestre com meios próprios da FAB, para atender às situações em que estes recursos sejam escassos, inadequados e/ou antieconômicos;
- k) Estudar e propor soluções para a contratação de pessoal especializado pelo CELOG;
- l) Aperfeiçoar o transporte logístico, em todos os modais, por meio da melhoria de processos, instalações, equipamentos e treinamento de recursos humanos; e
- m) Estudar e implementar, em conjunto com o EMGAP, a Certificação de Habilitação Técnica dos militares do CTLA.

7.2.4 DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA (DTI)

- a) Zelar pelo cumprimento e atualização da política de TI para a FAB;
- b) Planejar, integrar e coordenar as atividades relativas aos projetos e aos serviços do COMAER, na área de TI;
- c) Coordenar a implantação de todo e qualquer Sistema Corporativo no âmbito do COMAER;
- d) Coordenar a implantação dos sistemas de TI estratégicos e setoriais do COMAER, de maneira integrada;
- e) Exercer a Governança de TI para prover, de forma automatizada e consistente, as informações necessárias aos processos de decisão e controle, nos diferentes níveis hierárquicos, visando a elevar o desempenho das Organizações do COMAER;
- f) Coordenar a prestação de apoio técnico, por intermédio dos Centros de Computação da Aeronáutica (CCA), para os demais Elos do Sistema de TI do COMAER, em especial nas ações que envolvam apoio de TI a operações militares;
- g) Estabelecer e verificar a aplicação de normas relativas à segurança da informação (cumprimento dos requisitos de confidencialidade, disponibilidade, integridade, autenticidade e irretratabilidade), em conformidade com os padrões adotados no COMAER e órgãos governamentais, incluindo os aspectos referentes ao uso de recursos criptográficos e assinaturas eletrônicas, com a finalidade de garantir grau adequado da segurança das informações;
- h) Incrementar a migração para o ambiente de software livre, no que for possível, no âmbito do COMAER, conforme as orientações contidas na NSCA 7-11 “Migração para o Ambiente de Software Livre”;
- i) Estudar e implementar, em conjunto com os ODGSA (Elos de coordenação), a integração dos sistemas de TI do COMAER;
- j) Supervisionar e coordenar a manutenção da capacidade operacional dos simuladores das aeronaves do COMAER;
- k) Definir as padronizações e as especificações técnicas de bens e serviços de TI, consolidando o levantamento das necessidades de aquisição dessas soluções de TI e viabilizando os processos dessas aquisições para todas as OM do COMGAP; e
- l) Estudar e implementar, em conjunto com o EMGAP, a Certificação de Habilitação Técnica dos militares da área de TI.

7.2.5 INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA (ILA)

- a) Assessorar o COMGAP na supervisão das ações de atualização dos currículos das escolas de formação do COMAER, de modo a atender aos perfis profissionais adequados às posições funcionais do COMGAP;
- b) Assessorar o COMGAP na supervisão das ações que visem a incrementar a sinergia do COMGAP com as escolas de formação e pós-formação do COMAER, de modo a preparar e motivar os seus recursos humanos para trabalhar na área logística, realçando a importância desta área no contexto da FAB, a fim de captar pessoal qualificado e eficiente;
- c) Utilizar os cursos de mestrado no exterior como fator de capacitação para os oficiais da Logística;
- d) Manter a cooperação científica e tecnológica entre o ILA e as demais instituições de pesquisa no Brasil (ITA, UNIFA, IME, FGV, USP e CASNAV) e exterior (AFIT), para desenvolver soluções logísticas integradas;
- e) Incrementar a atuação do ILA, com a finalidade de apoiar as pesquisas e as análises dos problemas da Logística, por meio do fomento e concentração, naquele Instituto, de competências para pesquisar, avaliar e priorizar as necessidades de novas tecnologias e processos de suporte logístico para o COMGAP;
- f) Manter o plano de aperfeiçoamento contínuo, através de cursos e estágios na área de logística, apoiado no ensino semipresencial e à distância, com o emprego de tecnologia de informação e estrutura pedagógica adequada;
- g) Manter o aprimoramento da ferramenta de ensino a distância – EAD, buscando, sempre que possível, a redução dos cursos na modalidade presencial, migrando-os, caso conveniente e exequível, para o ambiente virtual;
- h) Dar continuidade ao programa de treinamento dos instrutores dos cursos presenciais dos Parques, dos CCA e do CTLA, por meio do Curso Preparatório de Orientadores de Aprendizagem (CPOA), com ênfase no ensino presencial;
- i) Manter atualizada a grade curricular do ILA, implementando as reais necessidades de aprendizagem no repertório de cursos da OM;
- j) Dar continuidade às interações junto ao GITE, com o objetivo de fomentar o interesse dos alunos com assuntos logísticos relacionados à área operacional, bem como de cooperar com a implantação do ensino a distância naquela instituição de ensino; e
- k) Dar continuidade ao acompanhamento, junto à EEAR e à DIRMAB, das melhorias na formação das especialidades de interesse do SISMA e do SISMAB, a fim de subsidiar a EEAR na implementação das melhorias propostas em 2014, com o intuito de se adequar a formação às necessidades desses sistemas.

7.2.6 GRUPAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO (GAL)

- a) Incrementar o planejamento, dentro de sua área de atuação, das contratações comuns às OM apoiadas, de maneira a padronizar e reduzir os custos destes contratos;
- b) Observar que as aquisições de materiais, equipamentos ou serviços sigam estritamente o fluxo processual da Cadeia de Comando, quanto à montagem dos Processos Administrativos de Gestão (PAG), de forma a permitir a análise jurídica e a correta orientação das Unidades solicitantes, interessadas nas aquisições;
- c) Acompanhar a execução orçamentária das Unidades Gestoras Credoras vinculadas, alertando sempre que houver premência de tempo para conclusão de licitações, de modo a evitar qualquer eventualidade de não utilização dos créditos alocados a cada uma delas;
- d) Manter atualizados, em coordenação com a ASSCOM, os critérios e normas a serem aplicados pelas OM apoiadas, quanto à elaboração dos Projetos Básicos, dos Termos de Referência, das Análises de Viabilidade Econômica, das Estimativas de Custos e demais documentos necessários à composição dos Processos Administrativos de Gestão sob a sua responsabilidade; e
- e) Dar prioridade à realização de procedimento licitatório, em detrimento de processos de inexigibilidade ou dispensa de licitação, para as aquisições no âmbito do COMGAP, visando a busca das condições mais vantajosas para a Administração.

7.2.7 CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA (CECAT)

- a) Aperfeiçoar e ampliar os processos de catalogação dos itens de suprimento de interesse da Força Aérea;
- b) Coordenar, no âmbito do Sistema de Catalogação da Aeronáutica, os trabalhos de depuração dos dados e informações logísticas de itens e empresas cadastrados na base de dados do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS), em cumprimento à PCA 400-109/2013;
- c) Atuar como elemento de ligação junto a entidades civis e demais Centrais de Operação e Arquivo (COA) das Forças Armadas, nos assuntos relacionados à catalogação;
- d) Assessorar às diversas organizações do Comando da Aeronáutica na elaboração, aplicação e fiscalização do cumprimento das Cláusulas Contratuais de Catalogação;
- e) Identificar e Catalogar os Produtos de Defesa e Produtos Estratégicos de Defesa de interesse da Força Aérea, em cumprimento à Lei nº 12.598/2012 e ao Decreto nº 7.970/2013, prestando o devido assessoramento às empresas interessadas no tema; e
- f) Promover as ações voltadas à formação e aperfeiçoamento dos Recursos Humanos ligados à Logística do Comando da Aeronáutica, no que diz respeito ao tema catalogação.

8 PROJETOS E ATIVIDADES A CARGO DO COMGAP

8.1 PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB GERÊNCIA DO COMGAP

Os Projetos Estratégicos sob gerência do COMGAP estão classificados abaixo segundo a Organização Militar responsável pela sua execução e de acordo com o Sistema relacionado (SISMA, SISMAB e STI). A sequência de apresentação dos Projetos dentro de cada Sistema corresponde a prioridade da execução e foi definida em função dos recursos orçamentários específicos, contemplados no exercício de 2015 e o prazo de encerramento do referido Projeto Estratégico estabelecido no PEMAER.

8.1.1 PROJETOS ESTRATÉGICOS LIGADOS A MATERIAL AERONÁUTICO – DIRMAB

PRIOR	CÓDIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
8**	020/COMAER	AH-2 SABRE	DIRMAB	2015	Gerenciar a aquisição até 2015 de helicópteros Mi-35M, suporte para treinamento simulado e a logística associada.	Receber 01 simulador de voo e logística associada Ação 156k (PO0005)	Ter o simulador recebido
						Suporte logístico (CLS) por 5 anos Ação 156k (PO0005) Disponibilidade anual do projeto 45%	Anv disp/ n° total anv x100% maior ou igual a 45%

PRIOR	CÓDIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
35	34/COMAER/2008	Modernização P/C-95	DIRMAB/DTI	2016	Modernizar os C-95 e P-95, incluindo a revitalização dos itens obsoletos e/ou que apresentem elevado índice de falhas (34A). Desenvolver e adquirir 01 (um) Simulador de Voo para a frota de aeronaves C-95M/P-95M da FAB (34B).	50 aeronaves modernizadas, sendo 41 C-95 e 9 P-95 e 1 simulador de voo Ação 20IH (PO0005)	A) N° de ANV C + N° de ANV P modernizadas / N° de ANV previstas X 100 % B) Simulador adquirido
49	001/COMAER	Modernização das aeronaves para padrão CNS/ATM	DIRMAB	2019	Modernizar as aeronaves para a operação no ambiente CNS/ATM através da atualização de equipamentos de bordo das aeronaves da frota.	1ª Fase: 01 (um) VC-1, 02 (dois) VC-2 e 08 (oito) VC-99A/B/C e 2ª Fase: Demais Projetos Ação 20IH (PO0009)	1ª FASE N° de ANV 1 + N° de ANV 2 + N° de ANV 99 modernizadas / N° de ANV previstas X 100 %
165	244-PEMAER	Modernização do H-50	DIRMAB	2016	Modernizar as aeronaves H-50 utilizadas na formação de pilotos de asas rotativas, de modo a elevar a segurança e a qualidade da instrução durante os voos com esta finalidade.	Modernização de 18 (dezoito) aeronaves H-50. Ação 20IH (PO0007)	N° de ANV modernizadas / n° de ANV previstas X 100 %

8.1.2 PROJETOS ESTRATÉGICOS LIGADOS A MATERIAL BÉLICO – DIRMAB

PRIOR	CODIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
10	27B/COMAER	1º lote de Armamento do P-3AM (Aquisição)	DIRMAB	2018	Adquirir 16 mísseis Harpoon reais e 4 mísseis CATM.	Concluir etapa contratual referente ao FMS CASE BR-P-ASP (mísseis reais e CATM)	ICA 400-25 A) SMAB 2 B) Nº de Mísseis H + Nº de Mísseis CATM recebidos / nº de Mísseis previstas X 100 % C) Nº pilones + Nº P. bombas + Nº de sonoboias recebidas/ nº da total previsto X 100 %
					Adquirir pilones, porta-bombas e sonoboias	Concluir etapa contratual referente ao FMS BR-P-SDD (pilones, porta-bombas e sonoboias)	
30	198/COMAER/2008	Armamento Terrestre	DIRMAB	2025	Gerenciar a aquisição de 29.000 itens bélicos, sendo 15.000 fuzis automáticos leves e 14.000 pistolas semi-automáticas calibre 9 mm, conforme previsto nos ROP EMAER 91, ROC 01/2011 e ROP EMAER 92, ROC 15/2013, respectivamente	Para 2015, Adquirir 366 pistolas 9 mm com dois carregadores bifilares	ICA 400-25 A) SMAB 3 B) Nº de itens recebidos / nº de itens previstos X 100 %
62	44/COMAER	POD CME (SKYSHIELD) Aquisição	DIRMAB	2015	Adquirir 03 (três) POD CME (SKYSHIELD, incluindo o Suporte Logístico Integrado (ILS)	Receber último lote (3 POD) Ação (PO0008)	ICA 400-25 A) SMAB 2 B) Nº de itens recebidos / nº de itens previstos X 100 %

PRIOR	CODIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
99	51/COMAER/2008	Kit de Guiamento Laser (LIZARD) – Aquisição	DIRMAB	2015	Adquirir lotes de kits: - 1º lote: 20 kits; - 2º lote: 50 kits; e - 3º lote: 50 kits.	Efetuar o recebimento de 120 kits, conforme cronograma	ICA 400-25 A) SMAB 2 B) Nº de itens recebidos / nº de itens previstos X 100 % C) Nº de militares treinados / nº de militares previstos X 100 % D) Nº de kits montados / nº de kits recebidos X 100 %
					Capacitar “I Level” na BASM como offset	Efetuar recebimento do offset de capacitação “I Level” na BASM ao final dos recebimentos dos kits	
					Montar parte dos kits (100 kits) no Brasil	100 kits montados	
116	74/COMAER/2008	CIPE BINFAE	DIRMAB	2019	Dotar a Companhia de Infantaria da Aeronáutica integrada à estrutura de um BINFAE de meios que lhe confirmam, em situações extremas, condições de efetivar, em pronta-resposta, o emprego da capacidade de autodefesa de superfície de áreas, pontos sensíveis e demais recursos de interesse do COMAER	Adquirir itens de CDC na ação 20XA PO 0004 de natureza de despesas 30 (Granadas, Coletes, Cartuchos, Balaclavas, etc) *Quantidades a serem definidas pelo COMGAR	ICA 400-25 A) SMAB 3 B) Nº de itens recebidos / nº de itens previstos X 100 %
						Adquirir lançadores calibre 40 mm, na ação 20XA PO 0004 de natureza de despesas 52 *Quantidades a serem definidas pelo COMGAR	
						Aquisição de Equipamentos de Comunicação e eletrônica Ação 20XA (PO0010) *Quantidades a serem definidas pelo COMGAR	

8.1.3 PROJETOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

PRIOR	CÓDIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
73	87/COMAER	Implantação do Centro de Tratamento de Incidentes em Rede (CTIR-FAB) no COMAER	DTI	2015	Gerenciar a implantação da FASE II do projeto. A FASE I foi concluída em 2014.	Implantar as ferramentas adquiridas para as regionais: Fase 1- Brasília (CCA-BR); e Fase 2- Rio de Janeiro (CCA-RJ, UNIFA e GAP-RJ). Fase 1 e 2 70%	ICA 400-25 IALTI 1, ALTI 1.1 e ALTI 1.2 A) \sum (% de implantação de CTIR CCA RJ + % de implantação de CTIR Unifa + % de implantação de CTIR GAP-RJ) / 3
75	80/COMAER	SIGFAB (SILOMS II)	COMGAP	2018	Realizar manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas no projeto	Adquirir ferramenta para upgrade do Sistema atual e realizar migração de todos os programas para nova tecnologia	ICA 400-25 ALTI 1, ALTI 1.1 e ALTI 1.2
80	85/COMAER	Desenvolvimento do projeto Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – SIGPES	COMGEP	2025	Implementar as alterações solicitadas pelo MD e que afetam diretamente no fornecimento dos arquivos do COMAER que alimentam o banco de informações estratégicas e gerenciais (BIEG) do MD	Finalizar o módulo de Pagamento de Pessoal; Desenvolver as funcionalidades pendentes e mais o BCA 100% módulo implementado	ICA 400-25 ALTI 1, ALTI 1.1 e ALTI 1.2
104	91/COMAER	Desenvolvimento do projeto Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – SISPLAER	EMAER	2016	Desenvolver o Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica, que abrange desde a concepção, atualização e execução até o controle dos planos de longo, médio e curto prazos	Desenvolver o módulo orçamento incorporando-o ao SIGFAB até 2015	ICA 400-25 ALTI 1, ALTI 1.1 e ALTI 1.2
138	213/COMAER	Atualização Tecnológica da INTRAER	EMAER (DTI)	2016	Prover os seguintes serviços aos Regionais de TI: acesso à Internet, canal criptográfico para acesso aos sistemas corporativos, hospedagem de páginas da Intraer e sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.	Firmar contratos para a aquisição dos equipamentos necessários para instalação de Estruturas Regionais de TI, Central Principal e Central de Contingência. 100% contratos firmados	ICA 400-25 ALTI 1, ALTI 1.1 e ALTI 1.2

8.2 PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB GERÊNCIA DE OUTRO ODSA

PRIOR	CODIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
3	19/COMAER	F-5 (2º lote) – Modernização	DIRMAB (PAMASP)	2016*	Suportar processo de modernização de 03 aeronaves F-5 adquiridas pelo COMAER do Governo da Jordânia.	Disponibilizar 03 aeronaves biposto para processo de modernização	Quantidade de aeronaves biposto disponíveis para modernização
14	22/COMAER	H-XBR (Helicóptero de médio porte de emprego geral) – Aquisição	COPAC	2017	Adquirir Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral para as três Forças Armadas (PROJETO H-XBR), destinados primordialmente para missões associadas à Tarefa de Sustentação ao Combate. Secundariamente, a aeronave deve atender às ações relacionadas à Tarefa de Interdição do Campo de Batalha a outras ações da Força Aérea, bem como da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro	Adquirir 50 (cinquenta) helicópteros de médio porte, modelo EC-725, em 7 (sete) versões distintas, assim definidas: MARINHA DO BRASIL: 8 (oito) aeronaves na versão básica e 8 (oito) aeronaves na versão operacional; EXÉRCITO BRASILEIRO: 16 (dezesesseis) aeronaves na versão operacional; e FORÇA AÉREA BRASILEIRA: 7 (sete) aeronaves na versão básica, 9 (nove) aeronaves na versão operacional e 2 (duas) aeronaves na versão VIP.	ICA 400-25 A) SMAB 1 B) N° de ANV B + N° de ANV Op + N° de ANV Vp recebidas / n° da ANV previstas X 100 %
				2016		Suporte logístico (CLS) por 5 (cinco) anos. Disponibilidade anual do projeto 55%	Anv disp/ n° total anv x100% maior ou igual a 55%

PRIOR	CODIGO	PROJETO	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
25	33/COMAER	A-1 – Modernização	COPAC	2017	Suportar a frota de A-1 por mais dez anos de operação	Modernização de 14 aeronaves A-1	Nº de ANV modernizadas / nº de ANV previstas X 100 %
			Integração do radar e sensores				
			DTI			Modernização de 3 (três) simuladores de voo	Nº de Simuladores modernizadas / nº de simuladores previstos X 100 %
			COPAC			Aquisição de 15 estações de planejamento e de debriefim de missão	Nº de Estações recebidas / nº de Estações previstas X 100 %
			DIRMAB PAMAGL			Suporte logístico (CLS) por 5 (cinco) anos Disponibilidade anual do projeto 45%	Anv disp/ nº total anv x100% maior ou igual a 45%
29	29/COMAER	KC-X (KC-390 Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas – Categoria Média) – Desenvolvimento, Aquisição	COPAC	2016	Implementar um programa de participação no desenvolvimento e industrialização de um cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas, categoria média (CM).	Desenvolvimento de 2 (dois) protótipos.	Nº de Protótipos desenvolvidos / nº de Protótipos previstos X 100 %
				2024		Aquisição de um lote inicial de 28 aeronaves.	Nº de ANV recebidas / nº de ANV previstas X 100 %
				2020		Suporte logístico (CLS) por 5 (cinco) anos. Aguardando assinatura contrato	Aguardando assinatura contrato
66	302/COMAER	R-99 – Modernização	PAMAGL	2016	Modernizar sensores e sistemas embarcados da Aeronave R-99	Modernizar 3 (três) R-99.	Nº de ANV Modernizadas / nº de ANV previstas X 100 %
71	199/COMAER	KC-X2 (Aeronave pesada de carga e reabastecimento em voo) – Aquisição	COPAC	2019	Adquirir Aeronaves Pesadas de Carga e Reabastecimento, com capacidade secundária para realizar Transporte Aéreo Logístico	Aquisição de 3 (três) Aeronaves visando substituir os KC-137.	Nº de ANV recebidas / nº de ANV previstas X 100 %

8.3 PROJETOS SETORIAIS DECORRENTES DO PEMAER

PROJETO ESTRATÉGICO	PROJETO SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
27/COMAER P3A Modernização	Substituição das asas das aeronaves P-3	DIRMAB	2019	Realizar a revitalização estrutural em quatro aeronaves P-3AM Ação 20IH (PO0003)	Finalizar o processo de seleção de empresas em JUN 2015.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
					Assinar o contrato em JUL 2015	Contrato assinado
175/COMAER Reorganização das Unidades Logísticas do COMAER	Encerramento das atividades do PAMA-RF	DIRMAB	2015	Cumprir o cronograma estabelecido no PCA 11-63	100% das atividades previstas no PCA 11-63	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
	Encerramento das atividades do PAMA-AF		2017	Cumprir o cronograma estabelecido no PCA 11-71	100% das atividades previstas no PCA 11-71	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%

8.4 PROJETOS SETORIAIS EMANADOS DO COMGAP

OBJETIVO SETORIAL	PROJETO SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Transferência das instalações da DIRENG para a Ilha do Governador	DIRENG	OUTUBRO 2015	Transferir o QG da DIRENG para as atuais instalações da Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil (EAPAC).	100% da DIRENG instalada e operando a Ilha do Governador.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%

8.5 ATIVIDADES SETORIAIS DECORRENTES DO PEMAER

PROJETO ESTRATÉGICO	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Alcançar a excelência da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira	Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica	CELOG	2015	Treinamento de Simulador no País	Atender 100% das necessidades de contratação de treinamento de simulador junto às empresas no Brasil - Ação 2916 (PI A000276)	Nº sessões contratadas/Nº sessões planejadas x 100%

8.6 ATIVIDADES SETORIAIS EMANADAS DO COMGAP

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	DIRMAB	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	DIRMAB	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER.	Suprimento e Manutenção de Aeronaves SISMA	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Planejar a aplicação dos recursos da Ação 2048 de forma a dar o suporte adequado às atividades de manutenção de aeronaves e aquisição do material aeronáutico.	270 aeronaves disponibilizadas.	Nº anv disponibilizadas/270 x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Manter uma logística adequada para atender as operações de abastecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação no Brasil e no Exterior.	Sistema de Combustíveis e Lubrificantes COMBLUB	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Planejar a aplicação dos recursos da Ação 2868 de forma a tender as necessidades de combustíveis e lubrificantes para o cumprimento do esforço aéreo conforme ICA 55-66.	Adquirir 7.640.000l de Comb/Lub	Volume de combustível adquirido/7.640.000l x 100%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER..	Suprimento e Manutenção de Material Bélico SISMA	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Planejar e implementar a aplicação dos recursos da Ação 20XA (PO 0004) com vista a aquisição e manutenção de itens bélicos em conformidade com a DCA 135-1/2012 do EMAER e a PCA 11-47/2010 (PEMAER).	60 Organizações Militares mantidas	Nº OM mantidas/ 60 x100%
Gerenciar o processo de substituição e modernização das aeronaves e sistemas bélicos.	Obtenção	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Planejar e aplicar os recursos da Ação 14TH (PO 0001) com vistas a adequação de sistemas bélicos.	3 sistemas adequados	Sistemas adequados/3 x 100%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER.	Suprimento e Manutenção de Aeronaves SISMA	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Apoiar as OEAA (Organizações Executoras da Atividade Aérea) para o cumprimento do esforço aéreo e as disponibilidades das respectivas frotas conforme ICA 55-66.	Conforme Anexo E.	ICA 400-25 SMAB 1, 2
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER.	Suprimento e Manutenção de Sistemas Bélicos SISMA	DIRMAB	31 Dezembro 2015	Gerenciar a aquisição e distribuição do Material Bélico na Ação 20XA (PO0003) necessário para a composição da Reserva de Guerra e para manutenção operacional do COMAER.	Conforme estabelecido nas DCA 135-1 e 135-2 Normas em processo de atualização	Aguardando atualização da norma
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Suprimento e Manutenção de Aeronaves e Bélico SISMA / SISMA	DIRMAB	31 Dezembro 2016	Dar prosseguimento à análise, elaboração e atualização dos inventários e implementar as alienações periódicas decorrentes, relativos àqueles itens imobilizados por mais de 10 anos em seus estoques, com base no RADA, guardadas as exceções para os itens servíveis.	29,5% de todo material imobilizado para alienação.	Material alienado/total material a alienar maior ou igual 29,5%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	DIRENG	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	DIRENG	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Manter uma logística adequada para apoiar as atividades de transporte de superfície no âmbito do COMAER.	Transporte Terrestre SISTRAN	DIRENG	30 JUNHO 2015	Finalizar, em coordenação com a DTI, a implantação no SILOMS do controle de disponibilidade de viaturas e de combustível automotivo e capacitar pessoal para o funcionamento pleno da ferramenta.	100% do SILOMS operando com os devidos controles estabelecidos. 2 militares capacitados.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Planejamento e Gestão de Recursos Humanos	DIRENG	30 JUNHO 2015	Capacitar o corpo técnico com cursos de formação, especialização e atualização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	100% da Proposta de Capacitação apresentada ao COMGAP.	Nº de militares indicados /nº militares matriculados x100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Planejamento e Gestão de Recursos Humanos	DIRENG	31 JULHO 2015	Implementar a CHT para os técnicos formados nos cursos realizados no âmbito dos sistemas sob a responsabilidade da DIRENG.	Entregar a respectiva CHT para 100% dos técnicos formados a partir do mês de AGOSTO.	Nº de técnicos habilitados / nº de técnicos formados x 100%
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Engenharia SISENG	DIRENG	31 JULHO 2015	Normatizar a avaliação de atrito e a avaliação estrutural, visando atender às demandas do Sistema de Gerenciamento de Aeródromos.	100% da Norma apresentada ao COMGAP.	Documento apresentado
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Contra Incêndio SISCON	DIRENG	31 JULHO 2015	Elaborar estudo sobre a viabilidade técnica e econômica das Oficinas Regionais de Extintores de Incêndio (OREI), visando à operacionalidade do Sistema de Contraincêndio (SISCON).	100% do Estudo apresentado ao COMGAP.	Estudo apresentado

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Administrativa	DIRENG	31 AGOSTO 2015	Implementar a reestruturação organizacional da DIRENG, em conjunto com o EMGAP.	100% do RICA da DIRENG implantado na OM.	RICA aprovada
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Engenharia e Patrimônio SISENG e SISPAT	DIRENG	31 AGOSTO 2015	Estudar e propor a centralização dos SERENG e SERPAT no órgão central de Engenharia.	100% do Estudo apresentado ao COMGAP.	Estudo apresentado
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Engenharia SISENG	DIRENG	31 AGOSTO 2015	Dar prosseguimento aos estudos e implementar novos softwares de elaboração de Projetos de Engenharia.	100% do Estudo apresentado ao COMGAP.	Estudo apresentado
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Engenharia SISENG	DIRENG	30 Setembro 2015	Planejar a aquisição dos itens necessários à constituição da Unidade Celular de Engenharia (UCE).	100% das necessidades encaminhadas ao COMGAP	Planejamento elaborado
Manter uma logística adequada para apoiar as atividades de transporte de superfície no âmbito do COMAER.	Transporte Terrestre SISTRAN	DIRENG	30 Setembro 2016	Executar o Programa de Revitalização dos Postos de Combustíveis Automotivos do COMAER.	40% dos Postos de Combustíveis revitalizados.	Nº de postos revitalizados / nº total de postos x 100%
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Engenharia SISENG	DIRENG	30 Setembro 2016	Executar o Programa de Revitalização da Sinalização dos Aeródromos sob jurisdição do COMAER.	20% da sinalização revitalizada.	Nº de sinalizações revitalizadas / nº total de aeródromos x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Engenharia SISENG	DIRENG	30 Novembro 2015	Elaborar o Requisito Operacional, em conjunto com a DTI, de um Sistema de Gestão do ciclo de vida dos imóveis sob jurisdição do COMAER, desde sua inclusão no Plano Diretor, até sua alienação, contemplando as diversas fases da vida do imóvel, visando a inclusão de tais funcionalidades no SISPLAER.	100% do ROP apresentado ao COMGAP.	ROP apresentado
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Planejamento e Gestão de Recursos Humanos	DIRENG	30 Novembro 2015	Mapear a capacidade instalada de Oficiais Engenheiros, bem como as carências de Recursos Humanos da estrutura do COMAER, que atuem nos Sistemas sob gerenciamento da DIRENG, de modo a fundamentar as demandas por pessoal especializado.	100% do mapeamento de RH apresentado ao COMGAP.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Atualizar e manter funcional a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, que esteja sob a jurisdição do COMAER.	Contra Incêndio SISCON	DIRENG	31 Dezembro 2015	Planejar e implementar a aplicação dos recursos da Ação 20XA (PO0002) para aquisição de materiais e serviços de manutenção e conservação de sistemas contraincêndio.	40 Unidades mantidas	Nº unidades mantidas/ nº total de unidades a manter 100%
Manter uma logística adequada para apoiar as atividades de transporte de superfície no âmbito do COMAER.	Transporte Terrestre SISTRAN	DIRENG	31 Dezembro 2015	Planejar a aplicação dos recursos do PI 3414 da Ação 2000 de forma a atender as necessidades de combustíveis e lubrificantes para apoiar as atividades de transporte de superfície no âmbito do COMAER.	Aquisição de 7.640.000 l de combustível e lubrificante	Volume de combustível lubrificante adquirido/7.640.000 x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	DTI	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	DTI	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Planejamento e Gestão de Recursos Humanos	DTI	31 MAIO 2015	Finalizar a consolidação do Plano de Unidade Didática (PUD) relativo à formação do Graduado SIN.	100% do PUD apresentado ao COMGAP.	PUD apresentado
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	31 DEZEMBRO 2015	Estudar a integração de Sistemas de Comando e Controle (C2) e de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) que acelerem as informações estratégicas para a tomada de decisão do COMGAP.	100% das funcionalidades incluídas no ROP do ERP FAB	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	31 DEZEMBRO 2015	Gerenciar os recursos do PI 406 da Ação 2000, a fim de realizar a manutenção no nível macro dos ativos de Tecnologia de Informação e Defesa Cibernética no âmbito do COMAER.	100% das demandas atendidas	Nº ativos mantidos / Total de ativos a manter x 100%
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	30 NOVEMBRO 2015	Dar continuidade à implantação da Governança de TI, cumprindo as fases estabelecidas no PCA 7-4 (Implantação da Governança de TI no STI) para o ano de 2015, adequando-as às novas instruções sobre o assunto, estabelecidas pelo Governo Federal.	100% do PCA 7-4 adequado e executado para o ano de 2015.	Nº de fases realizadas / nº de total de fases x 100%
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	CRONOGRAMA PROJETO SPA-C2 MA	Finalizar a implementação, em conjunto com o COMGAR, do sistema SPA-C2 (Hércules II) ligado ao SILOMS, integrando as informações oriundas da Parte 1 e 2 dos relatórios de voo, conforme as demandas de informações do COMGAR e da DIRMAB.	100% do cronograma para 2015 cumprido	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade dos simuladores e estações de planejamento e debriefing pertencentes ao Comando da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	31 DEZEMBRO 2015	Planejar a aplicação dos recursos da Ação 20XA (PO 0003 e 0010) com vistas a proporcionar manutenção adequada em simuladores de voo e estações de debriefing.	14 simuladores e estações disponibilizados.	Simuladores disp/14 x100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Desenvolver, implantar e manter os Sistemas Corporativos, os ativos de Tecnologia da Informação e a Defesa Cibernética no âmbito da Aeronáutica.	Tecnologia da Informação STI	DTI	31 DEZEMBRO 2015	Planejar e programar a aplicação dos recursos da Ação 20SA em prol da aquisição, desenvolvimento, implantação, correção e desativação de equipamentos, suprimentos e <i>softwares</i> dos sistemas de TI das áreas operacional, logística, administrativa e de controle do espaço aéreo.	7 sistemas de TI adequados.	Sistemas adequados/ 7 x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	CELOG	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	CELOG	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Planejamento e Gestão de Recursos Humanos	CELOG	30 Setembro 2015	Planejar a aplicação dos recursos da Ação 20XA (PO0006) de forma a atender as necessidades da atividade de nacionalização e dar suporte ao Desenvolvimento Industrial.	100% das solicitações aprovadas atendidas	Nº itens nacionalizados / nº de solicitações para nacionalização.
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Obtenção	CELOG	30 Novembro 2015	Finalizar a implantação de um Laboratório Químico estruturado tecnicamente, detentor de recursos humanos treinados e recursos materiais modernos, capaz de analisar os produtos adquiridos, produzir especificações técnicas de novos produtos (Engenharia Reversa) e revalidar produtos vencidos.	100% do Laboratório Químico operando.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER..	Obtenção	CELOG	30 Novembro 2015	Finalizar os processos de alienação provenientes da DIRMAB e operacionalizar as respectivas vendas dos itens aeronáuticos e bélicos inservíveis.	100% dos itens aeronáuticos e bélicos inservíveis devidamente alienados.	Nº de processos finalizados / nº totais de processos x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Manter a logística adequada para prover a mobilidade do material de interesse da Aeronáutica, garantindo a prontidão logística.	Distribuição SISCAN	CELOG	31 Dezembro 2015	Manter a logística de manutenção adequada para prover a operacionalidade da frota de viaturas, garantindo e incrementando a capacidade de transporte logístico terrestre, gerindo os recursos da 20XA (PO0006).	Transportar 0,008834 TKU	TKU transportado / 0,008834 x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	ILA	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	ILA	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Gestão da Capacitação	ILA	30 JUNHO 2015	Complementar a criação e a revisão, em conjunto com os Parques, os CCA e o CTLA, dos Currículos Mínimos dos cursos e estágios ministrados, a fim de proporcionar a base curricular e o desenho educacional apropriado aos objetivos de aprendizagem de cada curso.	100% dos currículos atualizados.	Nº de currículos atualizados / nº de currículos propostos x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Gestão da Capacitação	ILA	31 JULHO 2015	Complementar a estruturação de um programa de aprimoramento e acompanhamento da capacitação técnica dos recursos humanos para todos os elos da logística (Perfil Funcional Padrão - PFP), que leve em conta a relação cargo, conhecimento e habilidades, no intuito de suportar as atividades logísticas em seus diversos níveis.	100% do Programa estruturado.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Gestão da Capacitação	ILA	30 SETEMBRO 2015	Acompanhar a análise do estudo de viabilidade junto ao COMGAP para reconhecimento, formal do ILA como Instituição Científica e Tecnológica (ICT), de acordo com a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), e com o Decreto 5.563, de 11 de outubro de 2005.	100% do Estudo apresentado ao COMGAP.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Gestão da Capacitação	ILA	30 Novembro 2015	Participar da evolução da plataforma SGC, de acordo com as orientações do SISCALOG, com o objetivo de propor indicadores de performance para relatórios gerenciais de prestação de contas.	100% da participação no desenvolvimento do Sistema.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Buscar o desenvolvimento da capacitação dos Recursos Humanos, promovendo a pesquisa e o conhecimento especializado de acordo com as necessidades da Logística.	Gestão da Capacitação	ILA	31 Dezembro 2015	Criar e estruturar, juntamente com o ITA, o Laboratório de Logística e Engenharia de Manutenção, com objetivo de apoiar trabalhos de consultoria logística no âmbito do COMAER.	100% na participação da concepção da estrutura de funcionamento.	Nº de etapas realizadas / nº de etapas totais x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	GAL	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Obtenção	GAL	31 AGOSTO 2015	Incrementar o planejamento, dentro de sua área de atuação, das contratações comuns às OM apoiadas, de maneira a padronizar e reduzir os custos destes contratos.	100% das contratações comuns padronizadas.	Nº de contratações padronizadas / nº total de contratações previstas x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	GAL	30 Novembro 2015	Reduzir em 50%, em relação ao mês de maio de 2014, as discrepâncias sistêmicas entre o SILOMS e o SIAFI.	100% de Índice de Discrepâncias Sistêmicas atingido.	Nº de discrepâncias eliminadas / Nº de discrepâncias 2014 x 100% maior ou igual 50%
Manter uma logística adequada para atender a disponibilidade das aeronaves e sistemas bélicos atendendo ao planejamento do COMAER.	Obtenção	GAL	30 Novembro 2015	Executar a finalização dos processos de alienação provenientes da DIRMAB e operacionalizar as respectivas vendas de 100% dos itens aeronáuticos e bélicos inservíveis.	100% dos processos de alienação provenientes da DIRMAB executados.	Nº processos finalizados / Nº total de processos x 100%

OBJETIVO SETORIAL	ATIVIDADE SETORIAL	OM RESP	PRAZO	DIRETRIZES	METAS	INDICADORES
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária SISPLAER	CECAT	15 dias antes de informar ao EMAER	Dar conhecimento ao COMGAP dos valores, justificativas, metas e indicadores constantes das suas propostas orçamentárias das despesas plurianuais, antes da inserção dos mesmos em sistema específico.	100% dos valores inseridos na PPO 100% dos ajustes decorrentes da PLOA	Nº de registros informados/ nº registros inseridos x 100% Nº de ajustes informados/ nº ajustes inseridos x 100%
Otimizar a estrutura organizacional dos Órgãos Executivos, bem como os seus processos, visando manter a eficiência dos diversos sistemas que permeiam a atividade Logística.	Planejamento e Gestão Orçamentária MTA	CECAT	Publicação do PTA da Unidade	Priorizar e executar a Gestão Financeira através do Módulo de Trabalho Anual (MTA).	100% das necessidades priorizadas no MTA.	Nº atividades inseridas no MTA/Nº atividades totais no ano x 100%
Ampliar a atividade de catalogação, garantindo a produção de informações logísticas confiáveis.	Catalogação (SISCAE)	CECAT	31 Dezembro 2015	Executar as tarefas de treinamento, acompanhamento e fiscalização das atividades dos Grupos de Trabalho de Depuração de dados logísticos referente aos itens e empresas cadastrados no SILOMS.	15% dos itens cadastrados na base de dados do SILOMS	Nº itens depurados / nº total de itens a depurar x 100% maior ou igual 15%

9 INSPEÇÕES

9.1 INSPEÇÕES A REALIZAR

- a) DTI: AGO 2015;
- b) DIRMAB: SET 2015;
- c) CELOG: SET 2015;
- d) CECAT: SET 2015;
- e) ILA: SET 2015;
- f) GAL: SET 2015; e
- g) DIRENG: OUT 2015.

9.2 INSPEÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS

9.2.1 CENCIAR

- a) COMGAP: 13 a 17 ABR 2015;
- b) CABE: 14 a 18 SET 2015;
- c) CABW: 28 SET a 02 OUT 2015; e
- d) GAL: 09 a 13 NOV 2015.

10 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1 SISTEMÁTICA DE APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DO COMGAP

No âmbito do COMGAP haverá 4 (quatro) publicações tratando-se de Programa de Trabalho, sendo divididas da seguinte forma:

- a) COMGAP - responsável pela publicação dos seguintes PTA: COMGAP, DIRENG, ILA, GAL e CECAT;
- b) DIRMAB - responsável pela publicação dos seguintes PTA: DIRMAB, PAMA-GL, PAMA-LS, PAMA-SP, PAMA-AF, NuPAMA-RF e PAMB-RJ;
- c) DTI - responsável pela publicação dos seguintes PTA: DTI, CCA-BR, CCA-RJ e CCA-SJ; e
- d) CELOG - responsável pela publicação dos seguintes PTA: CELOG, CTLA, CABE e CABW.

10.2 EVENTOS DIVERSOS A SEREM REALIZADOS SOB A COORDENAÇÃO DO COMGAP E OM SUBORDINADAS

Conforme Anexo D.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Quaisquer alterações julgadas necessárias ou sugestões de mudanças nas diretrizes e orientações emanadas do Comandante deverão ser submetidas à sua aprovação prévia, a fim de evitar distorções nos resultados planejados.

11.2 Os casos não previstos neste documento serão levados à apreciação do Comandante-Geral de Apoio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Organização e Funcionamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica (SISPLAER)*. NSCA 11-1. Brasília, DF, 2012.

_____. *Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031*. PCA 11-47. Brasília, DF, 2010.

_____. *Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual*. MCA 11-1. Brasília, DF, 2014.

_____. Comando-Geral de Apoio. *Indicadores de Gestão de Logística do COMGAP*. ICA 400-25. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2058	14TH	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS BÉLICOS	COMGAP	DIRMAB	CABW	PO 0001	P000792.06.00	ARMAMENTO P3	280.120.320	449030	12.039.050,00	25.000.000,00
					CABE		P000975.00.00	KIT BOMBA LAZER		339030	9.164.150,00	
					CABE		P000975.00.00	POD RECCELITE		339039	3.796.800,00	
2058	2048	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO	COMGAP	DIRMAB	DIRMAB	-	A000001.64.00	SUPRIMENTO	100	339030	129.274.569,00	537.637.500,00
							A000001.66.00	EQUIPAMENTOS		449052	7.000.000,00	
							A000001.65.00	SV MANUTENÇÃO	100	339039	340.731.086,00	
									280.120.320	339039	60.631.845,00	
2058	20IH	MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES E SISTEMAS EMBARCADOS	COMGAP	DIRMAB	GAL	PO 0003	P000611.02.00	MOD. ESTR. P-3AM	100	449039	15.000.000,00	34.262.750,00
						PO 0005	P000963.00.00	MODERN C-95		449039	10.656.000,00	
						PO 0007	P001164.00.00	MODERN H-50		449039	2.997.000,00	
						PO 0008	P000970.00.00	POD CME AQUISIÇÃO		449052	5.328.000,00	
						PO 0009	P000309.00.00	PMFFAB		449039	281.750,00	
2058	20SA	SISTEMAS MILITARES DA AERONÁUTICA - Observar o detalhamento das despesas com TI ao nível de Subelemento de Despesa conforme anexo B da ICA 170-2	COMGAP	DTI	GAL	-	P000307.00.00	SIGAMEH	280.120.320	339039.26	900.000,00	15.000.000,00
							P000922.00.00	PROJETO SAD		339039.26	400.000,00	
							P000922.00.00	SILOMS		339039.08	3.500.000,00	
							P000402.00.00	GOVERNANÇA		339035.04	500.000,00	
							P001086.00.00	AQ EQ E ATIVOS	280.120.320	449052.35	3.600.000,00	
							P001087.00.00	DES SIS PRJ SETOR	280.120.320	339039.00	300.000,00	
										339039.26	3.500.000,00	
							P000301.00.00	SIGPES		339039.08	1.300.000,00	
							A000401.00.00	TREINAMENTO		339039.28	100.000,00	
							P001000.00.00	SISPLAER		339039.26	900.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - MATERIAL CONTRA INCÊNDIO	COMGAP	DIRENG	GAL	PO 0002	A000179.00.00	MNT. SUP MAT CI	281.674.263	449051	434.976,00	6.717.776,00
										449052	1.000.000,00	
							A000179.02.00	CON. REC. DIRENG	281.674.263	339039	1.360.000,00	
										339030	590.000,00	
										339015	550.000,00	
										339039	1.500.000,00	
										339030	782.800,00	
									100	449051	50.000,00	
										449052	65.444,00	
							339039	40.000,00				
							339030	59.000,00				
										339015	125.000,00	
										339039	50.556,00	
										339030	110.000,00	
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - MATERIAL BÉLICO	COMGAP	DIRMAB	GAL	PO 0004	A000169.02.00	PIMO	100	339030	21.414.122,00	25.000.000,00
							A000169.03.00	REC. RES. GUERRA		449052	379.436,00	
							A000169.04.01	PTA - PAMB-RJ	100	449052	892.500,00	
										339039	529.668,00	
										339030	1.784.274,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - SIMULADORES	COMGAP	DTI	GAL	PO 0003	A000038.04.00	SIMULADOR T-27	100	339039	257.675,00	9.000.000,00
										449052	40.000,00	
										339030	30.000,00	
							A000038.02.00	SIMULADOR F-5	100	339039	594.133,00	
										339030	50.000,00	
							A000038.11.00	SIMULADOR C-95M	100	339039	5.000.000,00	
										449052	150.920,00	
							A000038.05.00	SIMULADOR A-29	100	339039	960.605,00	
										339030	4.000,00	
							A000038.08.00	SIMULADOR AH-2	100	339039	32.000,00	
										339039	530.667,00	
							A000038.06.00	SIMULADOR A-1	100	449052	150.000,00	
										339039	750.000,00	
							A000038.07.00	SIMULADOR C-105	100	339039	750.000,00	
							A000038.09.00	SIMULADOR P-3BR	100	339039	450.000,00	
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE	COMGAP	CTLA	GAL	PO 0006	A000034.00.00	ADM. UNID. COMAER	100	339039	710.000,00	800.000,00
										339030	50.000,00	
										449052	40.000,00	
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - SUPORTE AO DESEN. INDUSTRIAL	COMGAP	CELOG	CELOG	PO 0009	A000335.00.00	SUP. DES. INDUSTRIAL	280.120.320	339039	2.500.000,00	2.500.000,00
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - MOD. AQ. EQ. DE COM. E ELETRÔNICA	COMGAP	DIRMAB	CABW	PO 0010	P000989.00.00	PJT CIPE/BINFAE	280.120.320	449052	140.000,00	140.000,00
2058	20XA	APRESTAMENTO DA AERONÁUTICA - TELEMÁTICA MILITAR	COMGAP	CCA SJ	GIA-SJ	PO 0011	P000646.00.00	PJT BDVSAM	280.120.320	449039	900.000,00	960.000,00
										449052	60.000,00	
2058	20XD	APOIO DAS FFAA À POPULAÇÃO	COMGAP	DIRMAB	GAL	PO 0001	A000420.00.00	AMP. POP. INDÍGENA	100	339030	555.000,00	1.110.000,00
										339039	555.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2058	20XV	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	COMGAP	DIRMAB	GAL	PO 0002	A000001.00.00	MAN. SUP. MAT. AER.	250.120.388	339039	31.343.548,00	57.583.144,00
										339030	8.656.452,00	
							A000048.01.00	AQ COMB. LUB. AV.	250.120.388	339030	17.583.144,00	
2058	2868	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO	COMGAP	DIRMAB	CELOG	-	A000048.02.00	AT. OP. ESPECIAIS	100	339039	2.000.000,00	463.400.000,00
							A000048.01.00	AQ. COMB. E LUB.	100	339030	461.400.000,00	
2058	156K	AQUISIÇÃO DE AERONAVES - PROJETO H-X (CH-60) BLACK HAWK	COMGAP	CELOG	CABW	PO 0002	P000661.00.00	PROJETO CH-60	100	449030	626.870,00	33.538.998,00
		AQUISIÇÃO DE AERONAVES - PROJETO VANT	COMGAP	CELOG	CABE	PO 0003	P001183.00.00	PROJETO ARP - CAT 4	100	449052	12.000.000,00	
		AQUISIÇÃO DE AERONAVES - PROJETO AH-2 (MI-35)	COMGAP	CELOG	CABE	PO 0005	P000955.00.00	AH-X	100	449052	20.912.128,00	
2058	212O	MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES	COMGAP	COMGAP	SDPP-PAÍS	-	A000454.02.00	AJUDA DE CUSTO - DEMAIS CURSOS E OUTROS	100	339093	5.254.067,00	5.254.067,00
2058	156L	OBTENÇÃO DE MEIOS DA AERONÁUTICA	COMGAP	DIRENG	CELOG	PO 0001	P000565.01.00	AQ AUTO ESPECIAL	250.120.320	449052	690.113,00	3.922.824,00
							P000565.11.00	AQ AMBULÂNCIA REM	250.120.320	449052	294.286,00	
							P000565.02.00	AQ AUTO SERVIÇO	250.120.320	449052	444.675,00	
							P000565.03.00	AQ CAMINHONETE	250.120.320	449052	778.050,00	
							P000565.07.00	AQ ÔNIBUS	250.120.320	449052	1.715.700,00	
2058	2916	INSTRUÇÃO E TREINAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL DA AERONÁUTICA	COMGAP	COMGAP	CABE	-	P000898.00.00	PROJETO PLANADOR AFA	280.120.320	449052	2.486.732,00	5.836.435,00
				COMGAP	CELOG		A000276.00.00	TREINAMENTO DE SIMULADOR NO PAÍS	280.120.320	339039	30.000,00	
				DIRMAB	GAL		A000405.00.00	AQ CARTA NAVEGAÇÃO	280.120.320	339039	1.513.552,00	
				COMGAP	SEFA		P001174.00.00	AQUISIÇÃO EQ SSS	280.120.320	449052	1.806.151,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CABE	CABE	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	32.400,00	1.069.457,00	
										339039	167.142,00		
									280.120.320	339039	203.632,00		
									250.120.320	339039	171.976,00		
									250.120.520	339030	18.000,00		
										339039	51.307,00		
							A000009.00.00	MAN. CONS. PNR E PNRF	250.120.560	339039	245.000,00		
										339030	105.000,00		
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	35.000,00		
									280.120.320	339039	40.000,00		
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CABW	CABW	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	137.700,00	2.699.767,00	
										339039	587.533,00		
									280.120.320	339039	706.969,00		
									250.120.320	339039	624.565,00		
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	150.000,00		
									280.120.320	339039	200.000,00		
							A000034.06.00	CTT ADM DESPESAS	280.120.320	339039	293.000,00		
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CCA BR	GAP BR	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	13.739,00	188.034,00	
										339039	61.908,00		
									280.120.320	339030	15.001,00		
										339039	43.657,00		
									250.120.320	339030	15.000,00		
										339039	38.729,00		

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CCA RJ	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	30.302,00	247.403,00
										339039	41.210,00	
									280.120.320	339030	35.503,00	
										339039	22.310,00	
									250.120.320	339030	35.670,00	
										339039	12.408,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	20.000,00	
									280.120.320	339039	50.000,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CCA SJ	GIA SJ	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	31.814,00	192.736,00
										339039	43.815,00	
									280.120.320	339030	37.376,00	
										339039	25.962,00	
									250.120.320	339030	37.550,00	
										339039	16.219,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CELOG	CELOG	PO 0002	A0000.34.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	47.807,00	877.392,00
										339039	115.604,00	
									280.120.320	339030	44.638,00	
										339039	255.015,00	
									250.120.320	339030	44.850,00	
										339039	96.710,00	
									250.120.520	339030	21.600,00	
										339039	71.168,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	90.000,00	
									280.120.320	339039	90.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	CTLA	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	50.457,00	1.576.336,00
										339039	208.546,00	
									280.120.320	339030	41.903,00	
										339039	206.437,00	
									250.120.320	339030	42.100,00	
										339039	196.893,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	330.000,00	
									280.120.320	339039	500.000,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	DIRENG	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339039	166.500,00	11.109.254,00
										339030	26.371,00	
									280.120.320	339039	186.616,00	
										339030	23.619,00	
									250.120.320	339039	182.428,00	
										339030	23.720,00	
							A000034.14.00	COMB. LUB. AUTOMOTIVOS	280.120.320	339030	5.000.000,00	
									250.120.320	339030	4.500.000,00	
							A000034.18.00	SEG. OBRIGATÓRIO DE VIATURAS	250.120.320	339039	400.000,00	
									280.120.320	339039	400.000,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	DIRMAB	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339039	345.062,00	1.922.143,00
										339030	69.844,00	
									280.120.320	339030	333.066,00	
										339030	56.876,00	
									250.120.320	339039	385.145,00	
										339030	57.150,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	280.120.320	339039	395.000,00	
									250.120.320	339039	240.000,00	
							A000369.00.00	RECABI	100	339030	10.000,00	
										339039	30.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	GAL	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	72.237,00	1.204.826,00
										339039	382.620,00	
									280.120.320	339030	89.418,00	
										339039	310.901,00	
									250.120.320	339030	89.850,00	
										339039	259.800,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	ILA	BASP	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	16.497,00	247.334,00
										339039	55.586,00	
									280.120.320	339030	15.408,00	
										339039	59.835,00	
									250.120.320	339030	15.480,00	
										339039	84.528,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	DTI	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	88.695,00	3.915.786,00
										339039	166.140,00	
									280.120.320	339039	368.763,00	
									250.120.320	339039	542.188,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	280.120.320	339039	500.000,00	
									250.120.320	339039	250.000,00	
							A000406.00.00	MNT UNIDADES TI	250.120.320	339039	1.000.000,00	
									280.120.320	339039	1.000.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	NUPAMA RF	COMAR II	PO 0002	A000034.01.04	VIDA VEGETATIVA - HOSPEDAGEM	250.120.520	339039	4.900,00	1.612.240,00
										339030	2.100,00	
							A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	52.112,00	
										339039	50.667,00	
									280.120.320	339030	49.968,00	
										339039	140.725,00	
									250.120.320	339030	50.200,00	
										339039	38.300,00	
									250.120.520	339030	42.900,00	
										339039	400.368,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	280.000,00	
									280.120.320	339039	500.000,00	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	PAMA GL	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	85.692,00	4.555.442,00
										339039	444.907,00	
									280.120.320	339030	83.513,00	
										339039	645.031,00	
									250.120.320	339030	83.920,00	
										339039	503.499,00	
									250.120.520	339030	127.800,00	
										339039	361.080,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	820.000,00	
									280.120.320	339039	1.400.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	PAMA AF	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	36.690,00	4.063.063,00
										339039	102.713,00	
									280.120.320	339030	27.870,00	
										339039	145.682,00	
									250.120.320	339030	28.000,00	
										339039	53.731,00	
							250.120.520	339030	259.200,00			
								339039	719.177,00			
A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	900.000,00								
		280.120.320	339039	1.790.000,00								
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	PAMA LS	PAMA LS	PO 0002	A000034.01.03	VIDA VEGETATIVA - CENTROS SOCIAIS	250.120.520	339039	63.000,00	3.362.825,00
										339030	27.000,00	
							A000034.01.04	VIDA VEGETATIVA - HOSPEDAGEM	250.120.320	339039	18.200,00	
									250.120.520	339030	7.800,00	
							A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	53.322,00	
										339039	118.712,00	
									280.120.320	339030	48.958,00	
										339039	127.590,00	
									250.120.320	339030	49.190,00	
										339039	84.615,00	
							250.120.520	339030	91.500,00			
								339039	262.938,00			
							A000399.00.00	SEÇÃO COMERCIAL	250.120.510	339039	180.000,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	280.120.320	339039	1.230.000,00	
250.120.320	339039	1.000.000,00										

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	PAMA SP	PAMA SP	PO 0002	A000034.01.04	VIDA VEGETATIVA - HOSPEDAGEM	250.120.520	339039	80.500,00	4.051.565,00	
										339030	34.500,00		
							A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	52.112,00		
										339039	119.167,00		
									280.120.320	339030	49.968,00		
										339039	152.576,00		
									250.120.320	339030	50.200,00		
										339039	85.300,00		
									250.120.520	339030	180.000,00		
										339039	467.242,00		
							A000399.00.00	SEÇÃO COMERCIAL	250.120.510	339039	1.100.000,00		
A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	680.000,00									
		280.120.320	339039	1.000.000,00									
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	PAMB RJ	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339030	35.836,00	1.494.835,00	
										339039	135.461,00		
									280.120.320	339030	32.829,00		
										339039	130.339,00		
									250.120.320	339030	32.990,00		
										339039	122.380,00		
							A00034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	250.120.320	339039	405.000,00		
									280.120.320	339039	600.000,00		

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA

PROG	AÇÃO	TÍTULO	AUTORIZA	UND	UGE	PO	PI		FONTE	ND	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
2108	2000	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MANUTENÇÃO GERAL	COMGAP	COMGAP	GAL	PO 0002	A000034.01.00	VIDA VEGETATIVA	100	339039	336.413,00	5.432.304,00
										339030	99.623,00	
										339015	205.718,00	
										339033	90.746,00	
										339014	3.536,00	
										449052	182.640,00	
									280.120.320	339039	375.966,00	
										339030	53.132,00	
										339015	1.114.686,00	
										339033	380.490,00	
										339014	14.824,00	
										449052	285.000,00	
									250.120.320	339039	316.140,00	
										339030	53.390,00	
										339015	779.596,00	
										339033	298.764,00	
										339014	11.640,00	
										449052	300.000,00	
							A000410.00.00	SUPORTE COMREC RUSSIA	100	339039	30.000,00	
										339030	20.000,00	
							A000034.02.00	SERVIÇOS PÚBLICOS	280.120.320	339039	280.000,00	
									250.120.320	339039	200.000,00	

Continuação do Anexo A – Vinculação à PLOA**Apêndice 1 – Limites de crédito para o COMGAP em 2015**

- Recursos provenientes da Ação 2000/PO- 0002 e da Ação 212O -

O COMGAP e suas Organizações Militares subordinadas deverão respeitar os seguintes limites de crédito para o ano de 2015:

	COMGAP	DTI	DIRENG	DIRMAB	CELOG	ILA	GAL	CECAT	TOTAL
MATERIAL PERMANENTE	332.938,00	SOB DEMANDA - ENCAMINHAR SOLICITAÇÕES AO COMGAP PARA ANÁLISE							332.938,00
DIÁRIA CIVIL	21.707,00	SOB DEMANDA - ENCAMINHAR SOLICITAÇÕES AO COMGAP PARA ANÁLISE							21.707,00
DIÁRIA MILITAR	243.069,40	150.000,00	0,00	619.500,00	175.000,00	266.000,00	39.500,00	26.411,60	1.519.481,00
PASSAGEM AÉREA	59.085,62	118.236,84	0,00	274.856,72	54.448,82	33.428,52	6.685,50	10.399,98	557.142,00
COMISSIONAMENTO	337.265,00	188.353,00	149.844,00	3.313.744,00	683.739,00	77.570,00	0,00	7.785,00	4.758.300,00
TOTAL	994.065,02	456.589,84	149.844,00	4.208.100,72	913.187,82	376.998,52	46.185,50	44.596,58	7.189.568,00

OBS: A DIRENG terá seu orçamento de diárias e de passagens aéreas, proveniente de Convênios e de Termos de Cooperação, definidos no PA 2015.

Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Recebimento das Fichas de Proposta de Atividade Bilateral (FPAB)	Anual	27 FEV	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 12-10
2	Propostas para indicação de Diretores e Chefes	Anual	15 ABR	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 36-6
3	Propostas de classificação de Oficiais concludentes do CPEA e Cursos correlatos, bem como oriundos de Comando, Direção ou Missão no Exterior	Anual	15 MAIO	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	Não há
4	Proposta de Plano de Movimentação	Anual	01 JUL	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 30-4
5	PCRH da OM e OM subordinadas, consolidados com as demandas para o ano seguinte	Anual	31 JUL	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 37-563
6	Indicações dos cursos/estágios, a serem realizados em Empresas Locais – PLACEXT, da OM e OM subordinadas, consolidadas com as demandas para o ano seguinte	Anual	31 JUL	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 37-563
7	Informação das missões PLAMTAX, PLAMENS - BR e EXT que não serão realizadas	Anual	Até o 10º dia útil de agosto	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	Não há
8	Propostas de Missões Técnico-Administrativas para o PLAMTAX	Anual	14 AGO	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 12-10
9	Propostas de alteração na Tabela de Lotação Estratégica de Pessoal (TEP)	Anual	20 AGO	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	Não há
10	Propostas de missões para o PLAMENS BRASIL e EXTERIOR	Anual	28 AGO	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 37-3 ICA 37-109 IMA 37-95
11	Indicação dos militares e civis ao prêmio “Menção Destaque Logístico”	Anual	27 NOV	Todas as OM subordinadas	COMGAP (1EM)	ICA 400-34

Continuação do Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
12	Relatório de Obras Registradas na DIRENG	Trimestral	10 ABR 10 JUL 09 OUT 08 JAN	DIRENG	COMGAP (2EM)	NSMA 85-7
13	Proposta do Plano de Aquisição de Veículos de Transporte de Superfície	Anual	28 AGO	DIRENG	COMGAP (2EM)	ICA 75-6
14	Proposta de atualização do Plano Plurianual de Obras (PPO)	Anual	30 OUT	Todas as OM subordinadas	COMGAP (2EM)	ICA 86-1

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
15	Proposta de programação de Operações e Exercícios do Comando da Aeronáutica para os próximos dois anos	Anual	13 FEV	Todas as OM subordinadas	COMGAP (3EM)	DCA 55-1
16	Necessidades de contratação de Simulador de Voo no Brasil	Anual	20 FEV	Todas as OM subordinadas	COMGAP (3EM)	ICA 12-16
17	Necessidades de contratação de Simulador de Voo no Exterior	Anual	20 FEV	Todas as OM subordinadas	COMGAP (3EM)	ICA 12-16
18	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) - Aprovação	Anual	27 FEV	COMGAP ILA GAL CECAT	COMGAP (3EM)	Inst. Normativa 04/2010, do MPOG/SLTI
19	Programas de Trabalho Anuais referentes ao ano de 2015 - Homologação	Anual	03 ABR	DIRMAB DTI CELOG	COMGAP (3EM)	PCA 11-1 MCA 11-1
20	Programas de Trabalho Anuais referentes ao ano de 2015 - Aprovação	Anual	30 ABR	DIRENG ILA GAL CECAT	COMGAP (3EM)	PCA 11-1 MCA 11-1

Continuação do Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
21	Proposta das necessidades de apoio aéreo - PMP, para o ano seguinte	Anual	29 MAIO	CELOG	COMGAP (3EM)	IMA 55-54 ICA 55-91
22	Programas de Trabalho Anuais referentes ao ano seguinte - Homologação	Anual	30 NOV	DIRMAB DTI CELOG	COMGAP (3EM)	PCA 11-1 MCA 11-1
23	Programas de Trabalho Anuais referentes ao ano seguinte - Aprovação	Anual	31 DEZ	DIRENG ILA GAL CECAT	COMGAP (3EM)	PCA 11-1 MCA 11-1
24	Relatório Setorial do COMGAP	Anual	Similar ao Relatório de Gestão	Todas as OM subordinadas	COMGAP (3EM)	NSCA 121-1

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
25	Tabela de Aquisição de Material Bélico (TAB)	Anual	5º dia útil de JAN	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 6 PCA 135-2
26	Plano Global de Aquisição de Equipamentos SSS	Anual	03 FEV	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 6 PCA 135-3
27	Cadastro de Fabricantes (CFSS)	Anual	03 FEV	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 10 PCA 135-3
28	Consumo do combustível proveniente da Marinha, para apoiar o PROANTAR	Anual	06 FEV 07 AGO	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66 / 2015 Item 4.2.6
29	Custos reais com combustível, óleo lubrificante, suprimento e manutenção, por tipo de aeronave	Anual	24 FEV 24 JUL	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66 / 2015 Item 4.2.3
30	Plano Global de Aquisição de Material Bélico (PGB)	Anual	13 MAR	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 5 PCA 135-2
31	Proposta das tabelas referentes ao Custo Logístico da Hora de Voo (CLHV) e Esforço Mínimo Diário (EMD) por tipo de aeronave	Anual	30 ABR	DIRMAB	COMGAP (4EM)	DCA 400-48 Item 2.4

Continuação do Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
32	Coletânea de Fichas para Análise de Aeronaves preenchida para cada um dos tipos e modelos de aeronaves constantes do acervo da Força Aérea Brasileira, referentes ao ano vigente	Anual	15 MAIO	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 65-27 (em fase de aprovação pelo COMGAP)
33	Proposta em meios impressos e digitais, para fins de confecção da ICA 55-66 “Programa Anual de Atividades Aéreas” para o ano seguinte	Anual	25 JUN	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66 Item 4.4.4
34	Esforço aéreo por tipo de aeronave a ser cumprido em proveito dos voos de experiência	Anual	25 JUN	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66 Item 4.4.4
35	Limites Logísticos para o ano seguinte, por tipo de aeronave	Anual	30 JUL	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66 Item 4.2.4
36	Dados de combustível e óleo lubrificante para suporte a bancos de ensaio, bancadas de instrução, oficina nível Parque, equipamentos de apoio no solo (EAS) e MUSAL, para compor o anexo M da ICA 55-66	Anual	29 SET	DIRMAB	COMGAP (4EM)	ICA 55-66/2015 Item 4.2.5
37	Cadastro de Fabricantes de Material Bélico (CFB)	Anual	27 NOV	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 8 PCA 135-2
38	Proposta de Tabela de Aquisição de Equipamentos SSS	Anual	20 dias úteis após a aprovação da LOA	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Item 3.4 PCA 135-3
39	Tabela de Aquisição de Equipamentos SSS	Anual	10 dias após a publicação do PTA	DIRMAB	COMGAP (4EM)	Anexo 9 PCA 135-3

Continuação do Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
40	Preenchimento da Planilha das Necessidades Gerenciais do COMGAP, referentes às Ações 8969 e 20IH	Mensal	Até o dia 10	DIRMAB CELOG	COMGAP (5EM)	MCA 172-3
41	Inclusão das RECEITAS (realizadas e estimadas) no SIPLORC. Os CONVÊNIOS DE RECEITA devem ser incluídos nesta previsão	Anual	06 MAR	Todas as OM subordinadas	COMGAP (5EM)	ICA 170-2
42	Período para lançamentos das Propostas Orçamentárias no SIPLORC, pelos Coordenadores de Ação	Anual	06 FEV a 13 MAR	Todas as OM subordinadas	COMGAP (5EM)	ICA 170-2
43	Atualização das Relações de NE a Liquidar e para a sua indicação, no SIAFI, pelo OD ou Agente delegado, como condição para que sejam inscritas como RP Não Processados a Liquidar	Anual	31 DEZ	Todas as OM subordinadas	COMGAP (5EM)	MCA 172-3

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
44	Relatório de efetivo de Inteligência com curso ou estágio na área de Inteligência	Anual	31 MAR	Todas as OM subordinadas	COMGAP (SINT)	NSCA 200-1
45	Relatório de extravio de armas e munições	Quadrimestral	05 MAIO 04 SET 05 JAN	DIRMAB	COMGAP (SINT)	Of 18/4EM/C, de 21/05/2004, do COMGAP

Continuação do Anexo B – Calendário Administrativo

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
46	Relatório de análise dos laudos técnicos pendentes	Quadrimestral	09 JAN / 08 MAIO 10 SET	DIRMAB	COMGAP (DPAA)	PPAA
47	Relatório de análise das recomendações de segurança	Quadrimestral	09 JAN / 08 MAIO 10 SET	DIRMAB	COMGAP (DPAA)	NSCA 3-9
48	Relação de pessoal credenciado pelo SIPAER	Semestral	11 MAR 10 SET	DIRMAB	COMGAP (DPAA)	PPAA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
49	Envio das Planilhas com Capacidade e Situação dos Paióis da FAB	Mensal	Até o dia 10	DIRMAB	COMGAP (COL)	EE 3/COL, de 13/08/2014, do COMGAP
50	Relatório de disponibilidade e situação das Barreiras de Retenção de Aeronaves.	Bimestral	Dia 10 JAN/ MAR / MAI/ JUL / SET/ NOV	DIRMAB	COMGAP (COL)	Não há

Anexo C – Indicadores de Desempenho

1 DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Identificar os indicadores relacionados aos macroprocessos finalísticos do COMGAP, possibilitando mensurar o desempenho de sua gestão.

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 AÇÃO OU AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parte integrante de um Programa que pode agrupar Projetos ou Atividades que apresentam características semelhantes de planejamento, de execução, de controle ou de objetivos.

1.2.2 ATIVIDADE

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

1.2.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicador de desempenho é um número, percentual ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas.

1.2.3.1 Indicadores de Resultado

1.2.3.1.1 São os indicadores utilizados para avaliar resultados alcançados, portanto, refletem o sucesso das iniciativas do passado, e não as atividades e decisões atuais.

1.2.3.1.2 O “indicador de resultados” é a ferramenta mais adequada para aferir a execução de projetos e atividades, bem como das metas vinculadas a cada um deles. Sendo assim, o Programa de Trabalho Anual deverá construir “indicadores de resultados” para seus projetos, atividades e metas vinculadas.

1.2.3.2 Indicadores de Tendência

Para o sucesso da estratégia é necessário mensurar, periodicamente, o avanço dos processos, atividades e comportamento da organização. Assim, é necessário um novo conjunto de indicadores capaz de medir o esforço produzido pela organização para se atingir seus objetivos.

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

1.2.4 MACROPROCESSOS

1.2.4.1 Macroprocessos Finalísticos

Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo (atividade-fim), considerados essenciais à existência da Instituição.

1.2.4.2 Macroprocessos de Apoio

Compreendem o conjunto de processos que dão suporte a alguma atividade-fim. Viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Instituição.

1.2.4.3 Macroprocessos Gerenciais

Compreendem o conjunto de trabalhos relacionados à gestão da informação, necessários à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais.

1.2.5 META

Objetivo intermediário ou parcial da execução de um plano, coerente com seu alinhamento estratégico, quantificado e qualificado, que deve ser alcançado num determinado período de tempo, durante a execução de um Projeto/Atividade. Normalmente é expressa em números, porcentagem ou outras características esperadas.

1.2.6 MISSÃO

Propósito ou razão de ser de uma organização, segundo uma perspectiva ampla e duradoura, que individualiza e identifica o escopo de suas operações em termos de produtos e serviços produzidos.

1.2.7 TAREFA

Ação operativa específica, atribuída por superior a um subordinado ou assumida por este e que, quando adequadamente executada, cumprirá ou contribuirá para o cumprimento da própria missão ou da missão de seu superior.

2 CONCEITUAÇÃO

2.1 IMPORTÂNCIA

- a) São utilizados como fator de avaliação e monitoramento do desempenho;
- b) Auxiliam a tomada de decisões;
- c) Internalizam as necessidades e expectativas dos clientes;
- d) Possibilitam o desdobramento dos objetivos e metas;
- e) Embasam a análise crítica dos resultados;

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

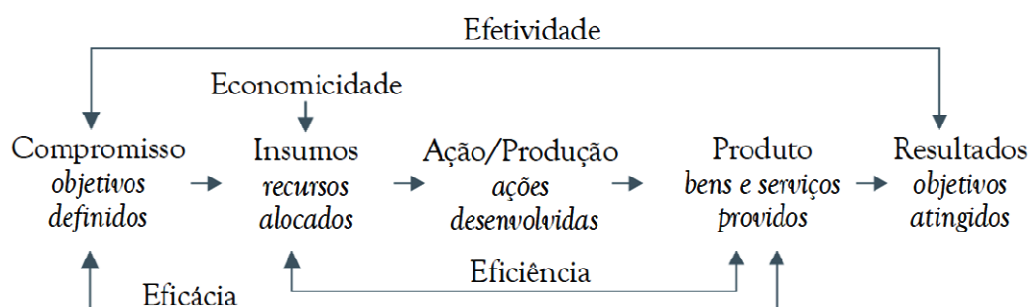
- f) Contribuem para a contínua melhoria dos processos organizacionais;
- g) Aumentam a autonomia e responsabilidade dos gestores;
- h) Aumentam o compromisso com resultados;
- i) Contribuem para maior clareza sobre o que se deseja entregar e produzir;
- j) Facilitam o controle (interno, externo, social);
- k) Permitem o foco em áreas mais relevantes;
- l) Racionalizam e estruturam a gestão;
- m) Possibilitam maior clareza aos critérios de avaliação;
- n) Favorecem a prestação de contas; e
- o) Possibilitam a incorporação de sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho, tanto institucionais como individuais.

2.2 QUALIDADES DESEJÁVEIS NOS INDICADORES

- a) Completude: os indicadores devem representar adequadamente a amplitude do fenômeno monitorado;
- b) Economicidade: as informações necessárias ao cálculo do indicador devem ser coletadas a um custo razoável;
- c) Acessibilidade: deve haver facilidade de acesso às informações;
- d) Tempestividade: a apuração do indicador deve estar disponível quando necessária, em tempo para a tomada de decisão;
- e) Objetividade: o indicador deve ser inequívoco sobre o que está sendo medido e quais dados estão sendo usados em sua apuração;
- f) Praticidade: garantia de que o indicador realmente é útil para o monitoramento e a tomada de decisões;
- g) Independência: devem ser evitados indicadores que possam ser influenciados por fatores externos;
- h) Confiabilidade: as fontes de dados utilizadas devem ser confiáveis;
- i) Seletividade: deve-se estabelecer um número equilibrado de indicadores que enfoquem os aspectos essenciais do que se deseja medir;
- j) Validade: deve refletir o fenômeno que está sendo medido;
- k) Comparabilidade: deve possibilitar comparações ao longo do tempo e entre diferentes organizações;
- l) Estabilidade: a forma de cálculo não deve variar no tempo; e
- m) Homogeneidade: na construção de indicadores devem ser consideradas apenas variáveis homogêneas.

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

2.3 DIMENSÕES DE DESEMPENHO



- a) Economicidade: Os custos são adequados?
- b) Eficiência: As coisas estão sendo feitas da melhor maneira possível?
- c) Eficácia: As metas estão sendo atingidas? e
- d) Efetividade: Os problemas estão sendo resolvidos?

3 PROCESSO DE CONFECÇÃO DE INDICADORES

- a) Analisar os objetivos e as ações: Levantar os objetivos e as ações previstas para alcançá-los;
- b) Mapear os produtos: Desenhar o mapa, definindo insumos, produtos intermediários, produtos finais e impactos desejados;
- c) Propor indicadores: Propor indicadores a partir da identificação dos produtos chave e formulação de questões sobre o desempenho;
- d) Verificar os requisitos de qualidade: Avaliar se os indicadores propostos atendem aos requisitos de qualidade; e
- e) Selecionar os indicadores: Aplicar regras de decisão para definir um conjunto equilibrado de indicadores.

3.1 FATORES A SEREM ANALISADOS

- a) É melhor selecionar poucos e bons indicadores de desempenho do que uma longa lista;
- b) Com menos indicadores, pode ser mais fácil obter o comprometimento do gestor para melhoria do desempenho;
- c) Coletar dados pode consumir muito tempo;

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

- d) Deve-se manter o foco em desempenho relevante;
- e) Lembrar de especificar o período e a base geográfica de apuração;
- f) Não dê ênfase excessiva a indicadores de eficácia (menos difíceis de obter);
- g) O conjunto de indicadores deve ser bem balanceado;
- h) Não se deve medir por medir;
- i) As medidas devem ter significância;
- j) Não medir apenas por ser imposição de norma, mas por ser ferramenta útil à gestão; e
- k) Medir e depois decidir o que fazer com as medidas não faz sentido.

4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

4.1 MISSÃO

De acordo com o ROCA do COMGAP a missão da organização é definida como: *“Art. 1º O Comando-Geral de Apoio (COMGAP), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.069, de 20 de janeiro de 2010, tem por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, de patrimônio, da tecnologia da informação e de serviços correlatos.”*

4.2 PARA O ATENDIMENTO DA MISSÃO, FORAM DEFINIDOS OS SEGUINTE MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

- a) Apoio logístico de suprimento e manutenção de material aeronáutico;
- b) Apoio logístico de suprimento e manutenção de material bélico;
- c) Apoio logístico de engenharia de infraestrutura;
- d) Apoio logístico em transporte de superfície e contraincêndio; e
- e) Apoio logístico de tecnologia da informação.

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

5 INDICADORES DE DESEMPENHO DO COMGAP

5.1 APOIO LOGÍSTICO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO

ÍNDICE ESTRATÉGICO	
Objetivo da Mensuração	Permitir o Sistema de Material Aeronáutico (SISMA) acompanhar a disponibilidade das aeronaves distribuídas nos operadores e identificar o motivo da indisponibilidade devido à falta insumos (Causas Logísticas) e devido às atividades de manutenção (Causas Operacionais).
Tipo (eficiência, eficácia, efetividade, economicidade)	Eficácia
Identificação das Variáveis	<p>Disponibilidade – Exibe o total de dias, horas e minutos que a aeronave esteve disponível desde o início do mês até a data corrente.</p> <p>Indisponibilidade Logística – Exibe o total de dias, horas e minutos que a aeronave esteve indisponível desde o início do mês até a data corrente aguardando a aquisição de peças e componentes.</p> <p>Indisponibilidade Operacional – Exibe o total de dias, horas e minutos que a aeronave esteve indisponível desde o início do mês até a data corrente em virtude de reparo, revisões e afins. As indisponibilidades devidas a acidentes e a estocagem também estão classificadas como operacionais.</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	SILOMS
Fórmula do indicador de Desempenho	<p>% DISPONIBILIDADE MENSAL: $\Sigma \text{ Horas disponíveis} \times 100 / (\Sigma \text{ Horas disponíveis} + \Sigma \text{ Horas indisponíveis})$.</p> <p>%INDISPONIBILIDADE LOGÍSTICA: $\Sigma \text{ Horas indisponíveis por falta de insumo} \times 100 / (\Sigma \text{ Horas disponíveis} + \Sigma \text{ Horas indisponíveis})$.</p> <p>%INDISPONIBILIDADE OPERACIONAL: $\Sigma \text{ Horas indisponíveis devido a manutenção} \times 100 / (\Sigma \text{ Horas disponíveis} + \Sigma \text{ Horas indisponíveis})$</p>
Periodicidade do Indicador de Desempenho	Mensal
Metas para o ano	60,35%
Data e Valor da Última Medição	<p>% Disponibilidade Mensal = 58% % Indisponibilidade Logística Mensal = 28% % Indisponibilidade Operacional Mensal = 14% Os valores foram retirados em 12/12/2014</p>
Grau de Avaliação	<p>Para avaliação deste indicador foi estabelecido a seguinte escala de valor:</p> <p>Estado de Risco: %Disponibilidade < 45%; Estado de Alerta: 45 ≤ %Disponibilidade < 55% Satisfatório: 55% ≤ %Disponibilidade < 65% Ótimo: 65% ≤ %Disponibilidade < 75% Excelente: %Disponibilidade ≥ 75%</p>
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Satisfatório

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

5.2 APOIO LOGÍSTICO DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE ENGENHARIA DO COMAER (SISENG) - IDSE
Objetivo da Mensuração	Avaliar o desempenho do Sistema de Engenharia do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, a partir do mix de três indicadores de desempenho de projetos, avaliação técnica especializada e avaliação de pavimentos.
Identificação das variáveis	<p>IDSE = Indicador de Desempenho do Sistema de Engenharia (%).</p> <p>PPC = percentual de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues.</p> <p>PSA = percentual de solicitações atendidas de avaliação técnico-especializada de arquitetura e engenharia.</p> <p>PAA = de aeródromos de interesse do COMAER, cujos pavimentos foram avaliados.</p>
Origem dos dados empregados nas fórmulas	PPC, PSA e PAA são provenientes dos indicadores de processos do SISENG realizados na DIRENG.
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	IDSE = (2.PAA + 3. PSA + 5. PPC) / 10 (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Trimestral Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG
Meta para o período	75% (estimada qualitativamente por desempenhos anteriores)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	77% (12 dez 2014)
Grau de Avaliação	<p>Nível 1: Excelência (NE) IDSE maior ou igual a 90%</p> <p>Nível 2: Normalidade (NN) IDSE de 65% até 89%</p> <p>Nível 3: Observação (NO) IDSE de 50% até 64%</p> <p>Nível 4: Ajuste (NA) IDSE de 30% até 49%</p> <p>Nível 5: Crítico (NC) IDSE abaixo de 30%</p>
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Normalidade (NN)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DE AVALIAÇÃO TÉCNICO-ESPECIALIZADA DE ARQUITETURA E ENGENHARIA NO SISENG - PSA
Objetivo da Mensuração	Avaliar o desempenho do processo de avaliação técnico-especializada de arquitetura e engenharia do Sistema de Engenharia do COMAER, realizado na CEPE da DIRENG.
Identificação das variáveis	PSA = percentual de solicitações atendidas de avaliação técnico-especializada de arquitetura e engenharia. NSA = número de solicitações atendidas. NSP = número de solicitações protocoladas.
Origem dos dados empregados nas fórmulas	NSA e NSP são coletados com base na quantidade de solicitações e respostas de atendimentos registrados no SIGADAER, direcionadas a Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG.
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PSA = (NSA/NSP) x 100 (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Bimestral Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG
Meta para o período	75% (estimada qualitativamente por desempenhos anteriores)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	92% (12 dez 2014)
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) PSA maior ou igual a 90% Nível 2: Normalidade (NN) PSA de 65% até 89% Nível 3: Observação (NO) PSA de 50% até 64% Nível 4: Ajuste (NA) PSA de 30% até 49% Nível 5: Crítico (NC) PSA abaixo de 30%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Excelência (NN)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROJETOS CONCLUÍDOS NA CEPE- DIRENG (SISENG) - PPC
Objetivo da Mensuração	Avaliar o desempenho do processo elaboração de projetos técnico-especializados de Arquitetura e Engenharia, do Sistema de Engenharia do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, realizados na CEPE da DIRENG.
Identificação das variáveis	<p>PPC = percentual de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues</p> <p>NPC1 = número de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues (baixa complexidade)</p> <p>NPC2 = número de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues (média complexidade)</p> <p>NPC3 = número de projetos de arquitetura e engenharia concluídos e entregues (alta complexidade)</p> <p>NSP1 = número de solicitações de projetos protocoladas e autorizadas (baixa complexidade)</p> <p>NSP2 = número de solicitações de projetos protocoladas e autorizadas (média complexidade)</p> <p>NSP3 = número de solicitações de projetos protocoladas e autorizadas (alta complexidade)</p> <p>Obs. A complexidade é função do grau de detalhamento, inovação e especialidades técnicas necessárias para o projeto.</p>
Origem dos dados empregados nas fórmulas	São coletados com base na quantidade de solicitações e respostas de atendimentos registrados no SIGADAER, direcionadas a Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG.
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PPC = $\frac{1 \cdot NPC1 + 3 \cdot NPC2 + 5 \cdot NPC3}{1 \cdot NSP1 + 3 \cdot NSP2 + 5 \cdot NSP3} \cdot 100$ (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Trimestral Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG
Meta para o período	75% (estimada qualitativamente por desempenhos anteriores)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	74% (12 dez 2014)
Grau de Avaliação	<p>Nível 1: Excelência (NE) PPC maior ou igual a 90%</p> <p>Nível 2: Normalidade (NN) PPC de 65% até 89%</p> <p>Nível 3: Observação (NO) PPC de 50% até 64%</p> <p>Nível 4: Ajuste (NA) PPC de 30% até 49%</p> <p>Nível 5: Crítico (NC) PPC abaixo de 30%</p>
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Normalidade (NN)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DA AVALIAÇÃO DE PAVIMENTOS DE AERÓDROMOS DE INTERESSE DO COMAER (SISENG) - PAA
Objetivo da Mensuração	Avaliar o processo de avaliação de pavimentos aeroportuários, parte do Sistema de Engenharia do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, que é realizado e/ou gerenciado pela CEPE da DIRENG.
Identificação das variáveis	PAA = % de aeródromos de interesse do COMAER, cujos pavimentos foram avaliados NAA = número de aeródromos avaliados NAIC = número de aeródromos de interesse do COMAER
Origem dos dados empregados nas fórmulas	NAA = número de aeródromos avaliados, obtidos por base nos relatórios emitidos por SIGADAER. NAIC = número de aeródromos de interesse do COMAER, definido pelo EMAER. Valor este utilizado como ponto de partida do planejamento de trabalho
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PAA = (NAA/NAIC) . 100
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Mensal Comissão de Estudos e Projetos de Engenharia da DIRENG
Meta para o período	50% (estimada para considerar que pelo menos metade da rede de pavimentos de interesse seja avaliada a cada ano. Uma periodicidade adequada para avaliar a toda a malha a cada dois anos)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	63% (12 dez 2014)
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) PAA maior ou igual a 60% Nível 2: Normalidade (NN) PAA de 40% até 59% Nível 3: Observação (NO) PAA de 30% até 39% Nível 4: Ajuste (NA) PAA de 10% até 29% Nível 5: Crítico (NC) PAA abaixo de 10%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Excelência (NE)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

5.3 APOIO LOGÍSTICO EM TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE E CONTRAINCÊNDIO

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DO COMAER - IDST	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o desempenho do Sistema de Transporte do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, a partir do mix de três indicadores de desempenho de viaturas e combustíveis automotivos.	
Identificação das variáveis	IDST = Indicador de Desempenho do Sistema de Transporte (%). PRF = percentual de renovação da frota de viaturas. PAV = percentual de aquisição de viaturas. PAC = percentual de aquisição de combustíveis automotivos.	
Origem dos dados empregados nas fórmulas	PRF, PAV e PAC são provenientes dos indicadores de processos do SISTRAN realizados na DIRENG.	
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	IDST = (2.PRIF + 3. PAV + 5. PAC) / 10 (%)	
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Trimestral Divisão de Transporte de superfície da SDSO da DIRENG	
Meta para o período	75% (estimada qualitativamente por desempenhos anteriores)	
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	78% (12 dez 2014)	
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) IDSE maior ou igual a 90% Nível 2: Normalidade (NN) IDSE de 65% até 89% Nível 3: Observação (NO) IDSE de 50% até 64% Nível 4: Ajuste (NA) IDSE de 30% até 49% Nível 5: Crítico (NC) IDSE abaixo de 30%	
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Normalidade (NN)	

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DA RENOVAÇÃO DA FROTA DE VIATURAS NO SISTEMA DE TRANSPORTE DO COMAER (SISTRAN) - PRF	
Objetivo da Mensuração	Avaliar o processo de renovação da frota de viaturas, parte do Sistema de Transporte do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, que é realizado e/ou gerenciado pela DIRENG.	
Identificação das variáveis	PRF = % de renovação da frota de viaturas QA = quantidade de viaturas adquiridas DR = Demanda de viaturas previstas para renovação.	
Origem dos dados empregados nas fórmulas	QA é obtido por SILOMS e planilha de controle de aquisição da Divisão de Viaturas e Equipamentos DR é obtido por estimativa com base no SILOMS E SIPLORC e planilha de controle de aquisição da Divisão de Viaturas e Equipamentos traduzindo um quarto do que seria necessário para manter a frota renovada (dentro dos parâmetros normativos para cada tipo). Pois, trabalha-se com a referência de dividir a demanda total de recursos financeiros no horizonte de 4 anos de planejamento do SIPLORCR.	
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PRF = (QA / DR) . 100 (%)	
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Trimestral Setor de Viaturas e Equipamentos da SDSO da DIRENG	
Meta para o período	Maior que 60% (estimada qualitativamente com base no plano de manter a renovação da frota atendendo a 70% de atendimento da tabela de dotação de veículos)	
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	27% (11 dez 2014)	
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) PRF maior ou igual a 80% Nível 2: Normalidade (NN) PRF de 60% até 79% Nível 3: Observação (NO) PRF de 45% até 59% Nível 4: Ajuste (NA) PRF de 11% até 44% Nível 5: Crítico (NC) PRF abaixo de 10%	
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Ajuste (NA) Indica que a demanda de renovação da frota precisa de gestões no sentido de aumentar a disponibilidade de recursos para aquisição de viaturas	

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO DE VIATURAS NO SISTEMA DE TRANSPORTE DO COMAER (SISTRAN) - PAV
Objetivo da Mensuração	Avaliar o processo de aquisição de viaturas, parte do Sistema de Transporte do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, que é realizado e/ou gerenciado pela DIRENG.
Identificação das variáveis	PAV = % de aquisição de viaturas novas. QA = quantidade de viaturas adquiridas. QP = quantidade de viaturas previstas para aquisição.
Origem dos dados empregados nas fórmulas	QA é obtido por SILOMS e planilha de controle de aquisição da Divisão de Viaturas e Equipamentos. QP é obtidos com base no SIPLORC e SIOP traduzindo o que é possível adquirir a partir do valor será alocado no ano.
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PAV = (QA / QP) . 100 (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Trimestral Setor de Viaturas e Equipamentos da SDSO da DIRENG
Meta para o período	90% (estimada por desempenhos anteriores)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	102,08% (11 dez 2014) Valor superou 100% devido a aporte de recursos além do previsto.
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) PAV maior ou igual a 90% Nível 2: Normalidade (NN) PAV de 60% até 89% Nível 3: Observação (NO) PAV de 45% até 59% Nível 4: Ajuste (NA) PAV de 30% até 44% Nível 5: Crítico (NC) PAV abaixo de 30%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Excelência (NE)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS NO COMAER (SISTRAN) - PAC
Objetivo da Mensuração	Avaliar o processo de aquisição de combustíveis automotivos, parte do Sistema de Transporte do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, que é realizado e/ou gerenciado pela DIRENG.
Identificação das variáveis	PAC = % de aquisição de combustíveis automotivos. VCA = Volume de combustíveis automotivos adquiridos. VCP = Volume de combustíveis automotivos previstos para aquisição.
Origem dos dados empregados nas fórmulas	VCA e VCP são obtidos por SILOMS e planilha de controle de aquisição da Divisão de Combustíveis e Lubrificantes. VCP é estimado por histórico de demanda de anos anteriores.
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	PAC = (VCA / VCP) . 100 (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Mensal Setor de Combustíveis e Lubrificantes da SDSO da DIRENG
Meta para o período	80% (estimada por desempenhos anteriores)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	84,67% (28 nov 2014)
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) PAC maior ou igual a 90% Nível 2: Normalidade (NN) PAC de 60% até 89% Nível 3: Observação (NO) PAC de 45% até 59% Nível 4: Ajuste (NA) PAC de 30% até 44% Nível 5: Crítico (NC) PAC abaixo de 30%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Normalidade (NN)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	INDICADOR DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE CONTRAINCÊNDIO DO COMAER (SISCON) - IDSC
Objetivo da Mensuração	Avaliar o desempenho do Sistema de Contraincêndio do COMAER, cujo elo central é a DIRENG, a partir do aspecto percentual de disponibilidade dos carros de contraincêndio (CCI) nos aeródromos militares.
Identificação das variáveis	IDSC = Indicador de Desempenho do Sistema de Contraincêndio (%) NCCIDP = número de carros CCI disponíveis NTCCI = número total de CCI
Origem dos dados empregados nas fórmulas	NCCI DP = número de carros CCI disponíveis com base no relatório de informações operacionais de SESCINC que a DIRENG recebe semanalmente. NTCCI = número total de CCI que atendem a malha de aeródromos militares
Fórmula do Indicador de Desempenho (métrica)	IDSC = (NCCIDP / NTCCI) x 100 (%)
Periodicidade e Setor responsável pela medição	Mensal Divisão de Contraincêndio da SDSO da DIRENG
Meta para o período	80% (estimada qualitativamente por desempenhos anteriores, de forma a permitir 20% da frota em manutenção preventiva ou corretiva, sem causar redução da classificação de operação dos aeródromos militares. A meta elevada considera % de CCI reservas para disponibilidade remanejamento entre os aeródromos)
Data e valor da última medição (31 DEZ 2014)	62% (12dez 2014)
Grau de Avaliação	Nível 1: Excelência (NE) IDSC maior ou igual a 81% Nível 2: Normalidade (NN) IDSC de 60% até 80% Nível 3: Observação (NO) IDSC de 50% até 59% Nível 4: Ajuste (NA) IDSC de 30% até 54% Nível 5: Crítico (NC) IDSC abaixo de 30%
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o desempenho da organização	Nível de Normalidade (NN)

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

5.4 APOIO LOGÍSTICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Título	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM TI - IATEC
Objetivo da Mensuração	Medir o nível de implantação de Regionais de Serviços de TI, planejadas para o ano vigente.
Tipo (eficiência, eficácia, efetividade, economicidade)	Efetividade.
Medida (qualitativa ou quantitativa)	Quantitativa.
Identificação das Variáveis	RPI20 = Regionais até 20% Implantadas. RPI40 = Regionais entre 20% a 40% Implantadas. RPI60 = Regionais entre 40% a 60% Implantadas. RPI80 = Regionais entre 60% a 80% Implantadas. RTI = Regionais Totalmente Implantadas. TRSI = Total de Regionais a serem Implantadas.
Origem dos dados empregados na fórmula	Subdiretoria de Infraestrutura de Sistemas.
Fórmula do Indicador de Desempenho	$\text{IATEC} = \frac{[(\text{RPI20} \times 0,2 + \text{RPI40} \times 0,4 + \text{RPI60} \times 0,6 + \text{RPI80} \times 0,8 + \text{RTI}) / \text{TRSI}] \times 100\%}{}$
Periodicidade	Quadrimestral.
Responsável pela Medição	Subdiretoria de Infraestrutura de Sistemas.
Meta para o ano	Implantar 2 (duas) Regionais de Serviços de TI: GAP-RJ e UNIFA.
Data da Última Medição	15/12/2014.
Valor da Última Medição	60%.
Parâmetros de Avaliação	0% a 50% (exclusive) – Insatisfatório. 50% (inclusive) a 75% (exclusive) - Bom. 75% (inclusive) a 100% - Excelente.
Avaliação sobre o Desempenho	Bom.
Observações	Foram detectados óbices com relação à infraestrutura das instalações que receberam as Regionais, em especial as instalações elétricas. Além disso, a complexidade na instalação dos equipamentos requereu capacitação extra dos atores envolvidos.

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DE ATIVOS DE TI - IGSATI
Objetivo da Mensuração	Identificar o percentual de ativos de TI do COMAER (principalmente computadores e servidores de rede/sistema) que são gerenciados pela ferramenta corporativa de segurança/antivírus.
Tipo (eficiência, eficácia, efetividade, economicidade)	Eficácia.
Medida (qualitativa ou quantitativa)	Quantitativa.
Identificação das Variáveis	<p>ASI = Ativos com software de segurança instalados (cliente antivírus/monitoramento).</p> <p>AEG = Ativos efetivamente gerenciados, isto é, estão com sensores instalados e estão acessíveis à ferramenta central de gerenciamento de segurança do COMAER. Recebem periodicamente as atualizações de segurança necessárias.</p> <p>ASNI = Ativos em que o software de segurança não está instalado. Este valor inclui muitos ativos que não são monitorados por solução de antivírus, tais como impressoras, interfaces de ativos de rede física, etc. Do valor total desta variável, consideraremos, para efeito de indicador, uma aproximação de 10% de ativos que realmente são estações de trabalho e servidores.</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	Base de dados do ePolicy Orchestrator da McAfee, gerenciado pelo CCA-RJ.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IGSATI = AEG / (ASI + ASNI*0,1)*100%.
Periodicidade	Mensal.
Responsável pela Medição	Subdivisão de Segurança da Informação do CCA-RJ.
Meta para o ano	IGSATI >= 80%.
Data da Última Medição	15/12/2014.
Valor da Última Medição	IGSATI= 23986/(26789+18320*0,1)*100 = 84%
Parâmetros de Avaliação	0 a 49% - Insatisfatório. 50% a 69% - Regular. 70% a 79% - Bom. 80 a 100% - Excelente.
Avaliação sobre o Desempenho	A meta para 2014 foi atingida e superada. Este resultado reflete o esforço que tem sido empreendido para buscar uma cobertura de segurança o mais abrangente possível dos ativos de TI de todo o COMAER. A expectativa para os próximos anos é aproximar-se, cada vez mais, de 100%. A consolidação de processos de controle de inventário de TI nas organizações e a padronização de processos de configuração de equipamentos e inserção na rede é refletida diretamente no crescimento dos valores deste indicador.
Observações	Apenas para efeito de comparação, os valores (aproximados) para a medição anterior (fim de 2013) foram os seguintes: $IGSATI(2013) = 17980 / (21700 + 23000*0,1)*100 = 74,9\%$

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

Título	RESOLUÇÃO DE ATENDIMENTOS AO USUÁRIO DE TI - IRAUTI
Objetivo da Mensuração	Medir a capacidade de atendimento às solicitações de serviços de TI por meio do Serviço de Atendimento ao Usuário de TI – SAUTI.
Tipo (eficiência, eficácia, efetividade, economicidade)	Eficácia.
Medida (qualitativa ou quantitativa)	Quantitativa.
Identificação das Variáveis	CFR = Chamados Fechados Resolvidos. TCA = Total de Chamados Abertos.
Origem dos dados empregados na fórmula	Base de Dados do SAUTI.
Fórmula do Indicador de Desempenho	IRAUTI = (CFR / TCA)*100%.
Periodicidade	Mensal.
Responsável pela Medição	Seção de Atendimento ao Usuário de TI, do CCA-RJ.
Meta para o ano	IRAUTI > 70%.
Data da Última Medição	17/12/2014.
Valor da Última Medição	71%.
Parâmetros de Avaliação	0% a 50% (exclusive) – Insatisfatório. 50% (inclusive) a 75% (exclusive) - Bom. 75% (inclusive) a 100% - Excelente.
Avaliação sobre o Desempenho	Bom.
Observações	Apesar de alcançar a meta anual, visualiza-se a possibilidade de melhoria nos próximos anos. O alcance de níveis de graus mais elevados está diretamente relacionado à otimização de alguns processos, fato que a DTI está analisando, com perspectivas a serem propostas por esta Diretoria para o próximo Plano Setorial do COMGAP.

Continuação do Anexo C – Indicadores de Desempenho

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Na ICA 400-25 “INDICADORES DE GESTÃO LOGÍSTICA DO COMGAP” estão listados todos os indicadores relacionados com a gestão dos processos (Finalísticos, de Apoio e Gerenciais) e metas da área do COMGAP listados nesta PCA.

6.2 Para o Programa de Trabalho Anual, deverão ser construídos “indicadores de resultados” para seus projetos, ações, atividades e metas vinculadas e relacioná-los na ICA 400-25.

6.3 Deverá se estabelecer uma rede de indicadores que comunique o avanço da estratégia. Para isso, deve ser criada uma relação de causa e efeito entre os indicadores de tendência e de resultados. Os primeiros mensuram os esforços produzidos e direcionam para uma conclusão, mas não são conclusivos por si só. Eles necessitam de um destino, representado pelos indicadores de resultados, que focalizam os objetivos e refletem o sucesso ao final de um período.

6.4 As OM subordinadas que desejarem obter maiores conhecimentos sobre o tema poderão consultar os materiais disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_in_dic_triangular.pdf; e

b) Guia Metodológico para a Construção de Indicadores
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf.

Anexo D – Calendário de Eventos

COMANDO GERAL DE APOIO
CALENDÁRIO 2015

	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T						
Jan				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Fev							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
Mar							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28		
Abr			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
Mai				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Jun	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Jul			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
Ago						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Set	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Out				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Nov						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Dez	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T						

01 JAN	Confraternização Universal	13/17 ABR	Auditoria de Gestão (CENCIAR)	20 JUL	Medalha Santos-Dumont	02 NOV	Finados
16 JAN	Aniversário da DTI	14/17 ABR	LAAD Security	20 JUL	Santos Dumont	31 NOV	2º RESISLOG
20 JAN	Feriado RJ - Aniversário COMAER	19 ABR	Ordem do Rio Branco	29/30 JUL	Reunido Alto Comando	11 NOV	Dia do Material Bélico
23 JAN	Passagem de Direção do ILA	21 ABR	Tiradentes	31 JUL	Aniversário do CCA-RJ	13 NOV	Aniversário NuPAMA-RF
28 JAN	Passagem de Comando do EMER	22 ABR	Dia da Capa	31 JUL	Promoção Oficiais-Generais	15 NOV	Proclamação da República
30 JAN	Passagem de Comando da Aeron.	23 ABR	Feriado Estadual	01 AGO	Promoção Graduados	15 NOV	Ordem do Mérito da Defesa
02 FEV	Passagem de Chefe do GAL	29/30 ABR	Reunido Alto Comando	21 AGO	Aniversário da CAEW	18 NOV	Aniversário do COMCAP
02 FEV	Passagem de Direção do CTIA	30 ABR	Promoção Oficiais	23 AGO	Dia da Intendência	20 NOV	Dia da Consciência Negra
02 FEV	Aniversário do CTIA	01 MAIO	Dia do Trabalho	25 AGO	Medalha do Pacificador	23 NOV	Aniversário do GAL
05 FEV	Passagem de Chefe do CCA-SJ	08 MAIO	Medalha da Vitória	25/27 AGO	Reunido Alto Comando	25 NOV	Promoção Oficiais-Generais
09 FEV	Passagem de Direção do CECAT	15 MAIO	Aniversário do PAMA-SP	28 AGO	Aniversário do CECAT	25/26 NOV	Reunido Alto Comando
11/12 FEV	Reunido Alto Comando	18/21 MAIO	1º RESISLOG	31 AGO	Promoção Oficiais	27 NOV	Aniversário DIRMAB
16 e 17 FEV	Carnaval	22 MAIO	Aniversário do PAMA-LS	31 AGO	Visita de Inspeção DTI	27 NOV	Formatura EEAH
20 FEV	Passagem de Comando do COMCAP	29/30 MAIO	Reunido Alto Comando	6/10 SET	Visita de Inspeção CELOG/ILA/CECAT	01 DEZ	Aniversário do CCA-BR
23 FEV	Início do ano letivo no ILA	29 MAIO	Aniversário da DIRENG	07 SET	Dia da Independência	01 DEZ	Promoção Graduados
13 MAR	Aniversário do CCA-SJ	04 JUN	Corpus Christi	11 SET	Aniversário do DSM-MN	02 DEZ	Dia do Serviço de Saúde
15/19 MAR	Reunido Alto Comando	11 JUN	Aniversário do PAMA-GL	16 SET	Visita de Inspeção DIRMAB	04 DEZ	Término CP/EA/CCEM
20 MAR	Aniversário do PAMB-RJ	11 JUN	Ordem do Mérito Naval	23/24 SET	Reunido Alto Comando	11 DEZ	Dia da Infância
20 MAR	Aniversário da CABE	12 JUN	Dia do CAN	20 SET	Visita de Inspeção GAL	11 DEZ	Espedite AFA
25 MAR	Formatura do Dia do Especialista	19 JUN	Formatura EEAR	12 OUT	Padroeira do Brasil	11 DEZ	Término do ano letivo no ILA
25 MAR	Medalha Bartolomeu de Gusmão	19 JUN	Palestra do COMCAP na ECEMAR	15 OUT	Visita de Inspeção DIRENG	13 DEZ	Medalha Mérito Tamandaré
27 MAR	Aniversário do PAMA-AF	24/25 JUN	Reunido Alto Comando	23 OUT	Dia do Aviador	18 DEZ	Festa do Final de Ano - COMCAP
31 MAR	Promoção Oficiais-Generais	26 JUN	Aniversário do ILA	23 OUT	Ordem do Mérito Aeronáutico	25 DEZ	Promoção Oficiais
01 ABR	Promoção Graduados	03 JUL	Espedim AFA	27/28 OUT	Reunido Alto Comando	25 DEZ	Natal
01 ABR	Ordem do Mérito Judiciário Militar	19 JUL	Aniversário do CELOG	28 OUT	Dia da Engenharia da Aeronáutica	31 DEZ	Desatração do NuPAMA-RF
02 e 03 ABR	Semana Santa						

Provisão de reuniões da CPO:

03, 04 e 05 Fev / 31 Mar e 01 Abr

04, 05, 06, 07 e 08 Maio / 02 e 03 Jun

04 e 05 Ago / 01, 02 e 03 Set

10. 11 e 12 Nov

Legenda:

Ferriados
Reuniões A

Passagem de Chefia/Direção
Aniversário OM

Condecorações
Datas Comemorativas

Promoção
Visita

RESISLOG
Outros

Anexo E – Metas de disponibilidade e Esforço Aéreo previstos na ICA 55-66

PROJETO	META (%)	ESFORÇO AÉREO (horas)
AH-2	45	1.065
A-1	45	3.437
A-29	65	19.598
C-105	65	4.900
C-130	60	4.860
C-95	60	18.719
C-97	65	6.069
C-98	65	8.295
C-99	70	8.751
E-99	70	940
F-5	55	6.464
G-19	55	440
H-1H	65	1.342
H-34	45	1.087
H-35	65	293
H-36	60	2.389
H-50	55	3.614
H-60	55	3.162
IU-93A	65	2.000
P-3A	50	1.309
R-35A	55	960
R-99	60	660
T-25	60	10.886
T-27	60	14.849
U-35A	55	646
VANT	50	580
VC-1	90	847
VC-2	90	1.838
TOTAL	MEDIA	TOTAL
28	60,71	130.000

ÍNDICE

Análise da situação setorial, 5
 análise dos fatores externos, 5.2
 análise dos fatores internos, 5.1
 avaliação estratégica, 5.3

Anexos, A a E

Comando-Geral de Apoio, 2
 competências, 2.2
 estrutura organizacional, 2.3
 missão, 2.1
 valores, 2.5
 visão, 2.4

Diretrizes do COMGAP, 7
 específicas, 7.2
 gerais, 7.1

Diretrizes superiores, 3
 deduzidas do PEMAER, 3.2
 emanadas do CMTAER, 3.1

Disposições finais, 11

Disposições preliminares, 1
 âmbito, 1.4
 competência, 1.3
 conceituação, 1.2
 finalidade, 1.1

Fatores críticos de sucesso, 4
 capacitação de mobilização, 4.6
 capacitação tecnológica, 4.5
 domínio dos processos de nacionalização, 4.7
 gestão de materiais e serviços, 4.4
 modelo de gestão, 4.1
 recursos financeiros, 4.2
 recursos humanos, 4.3

Informações complementares, 10
 eventos diversos a serem realizados sob a coordenação do COMGAP e OM subordinadas, 10.2
 sistemática de aprovação dos programas de trabalho do COMGAP, 10.1

Inspeções, 9
 inspeções a realizar, 9.1
 inspeções de outros órgãos, 9.2

Objetivos setoriais, 6**Projetos e atividades a cargo do COMGAP, 8**

- atividades setoriais decorrentes do PEMAER, 8.5
- atividades setoriais emanados do COMGAP, 8.6
- projetos estratégicos sob gerência de outro ODSA, 8.2
- projetos estratégicos sob gerência do COMGAP, 8.1
- projetos setoriais decorrentes do PEMAER, 8.3
- projetos setoriais emanados do COMGAP, 8.4

Referências, 12

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

ICA 11-98

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE
BRASÍLIA**

2015

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLINICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA**



PLANEJAMENTO

ICA 11-98

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DA
ODONTOCLINICA DE AERONAUTICA DE
BRASÍLIA**

2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE SAÚDE**

PORTARIA DIRSA Nº 77/ASPP, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova a Instrução que dispõe sobre o Programa de Trabalho Anual da Odontoclinica de Aeronáutica de Brasília para o ano de 2015.

O **DIRETOR DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 10, do Regulamento da DIRSA, aprovado pela Portaria nº 1592/GC3, de 25 de setembro de 2014 e considerando os subitens 1.3.2.4 e 4.2.3 do MCA 11-1/2014, aprovado pela Portaria EMAER nº 61/6SC, de 19 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 11-98 “Programa de Trabalho Anual da Odontoclinica de Aeronáutica de Brasília para o ano de 2015”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Méd JORGE REBELLO FERREIRA
Diretor da DIRSA

(Publicado no BCA nº 178, de 23 de setembro de 2015)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE	07
1.2 CONCEITUAÇÃO	07
1.3 COMPETÊNCIA	11
1.4 ÂMBITO	12
2 ORGANIZAÇÃO MILITAR	12
2.1 MISSÃO	12
2.2 COMPETÊNCIAS	12
2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
2.4 VISÃO	18
2.5 VALORES	18
3 DIRETRIZES	19
3.1 EMANADAS DOS ÓRGÃOS SUPERIORES	19
3.2 EMANADAS PELO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM	37
4 METAS E TAREFAS	46
4.1 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	46
4.2 METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL	47
4.3 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA	47
4.4 METAS/TAREFAS PRÓPRIAS	48
5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA	53
6 CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO	55
7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	62
9 DISPOSIÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	64

PREFÁCIO

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em funções de objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

A atividade de planejamento é complexa em decorrência de sua própria natureza, qual seja, a de um processo contínuo de pensamento sobre o futuro, desenvolvido mediante a determinação de estados futuros desejados e a avaliação de cursos de ação alternativos a serem seguidos para que tais estados sejam alcançados.

A definição de metas a serem alcançadas no longo prazo (Plano Estratégico), no médio prazo (Plano Setorial) e no curto prazo (Programa de Trabalho Anual) cria condições adequadas para a execução de um planejamento coerente, trazendo segurança à Administração. Assim, ao final de cada exercício, quando todo Agente da Administração prestará contas, dentro do seu nível de atuação, por intermédio do Relatório de Gestão, será realizado o confronto entre as metas alcançadas e os recursos aplicados, baseados no planejamento estabelecido, o que garante a segurança ao Agente Público e a certeza do dever bem cumprido.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Programa de Trabalho Anual tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com o Plano Setorial do COMGEP, as ações a serem desenvolvidas pela Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR) durante o ano de 2015.

1.2-CONCEITUAÇÃO

1.2.1 AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parte integrante de um Programa que pode agrupar Projetos ou Atividades que apresentam características semelhantes de planejamento, de execução, de controle ou de objetivos.

1.2.2 ATIVIDADE

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, ICA 11-XX/2015 envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

1.2.3 CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO

O calendário administrativo, elaborado por todas as Organizações Militares do COMAER, constitui-se em tópico dos Programas de Trabalho Anual e dos Planos Setoriais.

Neste calendário, deverão estar listados todos os eventos da Administração a serem desenvolvidos durante um determinado exercício, evidenciando os prazos e os respectivos setores responsáveis pelo seu cumprimento.

1.2.4 DIRETRIZ

Conjunto de instruções ou prescrições de caráter detalhado e específico, visando definir metas, orientar a ação, fixar prioridades ou regular a conduta para a consecução de uma atividade.

1.2.5 EMERGÊNCIA

Situação crítica, perigosa ou fortuita, cuja ação corretiva deva ser imediata, a fim de evitar iminentes prejuízos ou comprometimentos à segurança de pessoas, instalações, obras, serviços, equipamentos ou outros bens patrimoniais públicos ou particulares.

1.2.6 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Pré-condições internas, de diferentes naturezas, e essenciais para que a instituição atinja seus objetivos.

1.2.7 HOMOLOGAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO

Procedimento através do qual a autoridade competente verifica se um documento de planejamento foi confeccionado atendendo o alinhamento institucional, as regras e normas previstas.

OBS: Com base neste manual, o EMAER faz a homologação dos Planos

Setoriais e os ODSA fazem a homologação do Programa de Trabalho Anual dos Órgãos Subsetoriais.

1.2.8 INDICADOR

Instrumento capaz de medir o desempenho e a evolução de um Projeto ou Atividade. Deve ser passível de aferição, coerente com o objetivo estabelecido, sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. Permite, portanto, a mensuração dos resultados alcançados com a execução de um Projeto ou Atividade. É geralmente apresentado como uma relação ou taxa entre variáveis relevantes.

1.2.9 INSPEÇÃO

Conjunto de atividades, realizado por pessoal designado por autoridade competente, que visa aferir o grau de precisão com que uma tarefa ou missão planejada vem sendo cumprida por uma organização ou pessoa.

1.2.10 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Lei Ordinária que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro ao qual se refere. Contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios de unidade, universalidade e anualidade.

1.2.11 META

Objetivo intermediário ou parcial da execução de um plano, coerente com seu alinhamento estratégico, quantificado e qualificado, que deve ser alcançado num determinado período de tempo, durante a execução de um Projeto/Atividade. Normalmente é expressa em números, porcentagem ou outras características esperadas.

1.2.12 MISSÃO

Propósito ou razão de ser de uma organização, segundo uma perspectiva ampla e duradoura, que individualiza e identifica o escopo de suas operações em termos de produtos e serviços produzidos.

1.2.13 OBJETIVO ESTRATÉGICO

Efeito desejado, em nível estratégico, que deve ser alcançado ou visado, para um horizonte temporal, e que contribui para a consecução de um objetivo político ou de um outro objetivo estratégico.

1.2.14 OBJETIVO SETORIAL

Efeito desejado, em nível setorial, que deve ser alcançado a fim de garantir um desempenho operacional que contribua para a consecução dos Objetivos Estratégicos do COMAER. Busca-se, desta forma, um alinhamento do que é prioritário e estratégico no âmbito institucional com as demandas e necessidades em nível operacional.

1.2.15 ÓRGÃO CENTRAL OU ÓRGÃO CENTRAL DE SISTEMA

Órgão incumbido de normatizar e coordenar a(s) ação(ões) dos outros órgãos que compõe um sistema.

1.2.16 ÓRGÃO DE DIREÇÃO SETORIAL E DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO COMANDANTE DA AERONÁUTICA (ODSA)

Representado pelos Comandos-Gerais, Departamentos e pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, bem como por órgãos específicos de assistência direta e imediata ao Comandante da Aeronáutica, encarregados de planejar, executar, coordenar e controlar as atividades setoriais inerentes às suas atribuições, e em conformidade com as decisões e diretrizes do Comandante da Aeronáutica.

1.2.17 ÓRGÃO SUBSETORIAL

Organização Militar subordinada diretamente a um Órgão de Direção Setorial e que possua, pelo menos, uma Unidade subordinada.

OBS: Alguns exemplos: DIRMAB, DIRSA, UNIFA, os COMAR e as FAE.

1.2.18 PLANO

Documento que consubstancia as decisões tomadas num determinado momento e em dado nível hierárquico. Visa à consecução de objetivos finais a serem alcançados em determinado período.

1.2.19 PLANO DE AÇÃO DA AERONÁUTICA

Documento síntese do processo de planejamento institucional da Aeronáutica, contendo o detalhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA). Inclui os créditos disponibilizados nas Unidades Orçamentárias Comando da Aeronáutica, Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico.

1.2.20 PLANO ESTRATÉGICO MILITAR DA AERONÁUTICA (PEMAER)

Documento elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica que estabelece os Objetivos Estratégicos do Comando da Aeronáutica para o período pretendido e consolida os Projetos Estratégicos necessários para atingi-los.

1.2.21 PLANO INTERNO (PI)

Parte integrante do detalhamento da célula orçamentária do Comando da Aeronáutica que tem a finalidade de identificar, dentro do SIAFI, níveis inferiores de desdobramento da execução das ações e dos Planos Orçamentários, com vinculação direta às etapas e eventos previstos no orçamento do COMAER.

OBS: Cada Plano Interno (PI) define um evento da Ação do tipo Atividade, ou a etapa de uma Ação do tipo Projeto.

1.2.22 PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)

Identificação orçamentária parcial ou total de uma ação, de caráter gerencial, vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da ação.

1.2.23 PLANO PLURIANUAL (PPA)

Instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

OBS: O PPA estende-se do início do segundo ano de um mandato presidencial ao final do primeiro exercício financeiro do mandato seguinte.

1.2.24 PLANO SETORIAL (PLANSET)

Plano quadrienal, elaborado com base no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, que estabelece metas a serem desempenhadas pelo próprio órgão elaborador e Organizações Militares subordinadas, com a finalidade de atingir os Objetivos Estratégicos e seus Objetivos Setoriais em um determinado período.

1.2.25 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ato formal através do qual é realizada a justificação dos atos e fatos administrativos ocorridos numa determinada gestão, ou seja, é a demonstração a uma autoridade delegante se os objetivos propostos foram cumpridos (resultados) e se o processo para atingi-los teve adequação (conformidade) com as regras e princípios estabelecidos. A prestação de contas pode ocorrer de forma cotidiana ou ao final de determinados ciclos.

1.2.26 PROGRAMA

Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual. Desdobramento da classificação funcional programática, através do qual se faz alegação entre os planos de longo e médio prazo aos orçamentos plurianuais e anuais, representando os meios e instrumentos de ação, organicamente articulados para o cumprimento das funções. Os programas, geralmente, representam os produtos finais da ação governamental.

OBS: Para o PPA 2012-2015, o binômio Programa-Ação cedeu lugar ao conceito de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

1.2.27 PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL (PTA)

Documento decorrente do alinhamento estratégico da Aeronáutica, no qual são definidas as metas e tarefas a serem cumpridas por uma Organização Militar, no período de um exercício financeiro, abrangendo os projetos e atividades necessários ao cumprimento de sua missão.

1.2.28 PROJETO

Conjunto harmônico de eventos definidos e quantificados quanto ao propósito, características, metas, custos e tempo de realização, visando ao atendimento de uma necessidade específica.

1.2.29 PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA)

Proposta Orçamentária da União para um determinado exercício financeiro. É encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no ano anterior ao ano a que se refere, a fim de que seja discutido e aprovado. A proposta aprovada torna-se LOA, após a sanção presidencial.

1.2.30 PROJETO ESTRATÉGICO

Conjunto harmônico de ações definidas e quantificadas quanto ao propósito, características, custos e tempo de realização, visando ao atendimento a um Objetivo Estratégico. Seu produto conduz a organização a um patamar mais elevado que o atual no desempenho de suas atividades.

1.2.31 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA AERONÁUTICA

Documento que propõe ao Governo Federal, por meio do Ministério da Defesa, o orçamento pretendido pelo Comando da Aeronáutica para um determinado exercício. Contém as estimativas de receitas, as despesas fixadas e as metas físicas planejadas.

1.2.32 SISTEMA

Conjunto de elementos inter-relacionados, constituindo um todo e organizados de modo a alcançar um ou mais objetivos, com a máxima eficiência.

1.2.33 SISTEMÁTICA

Técnica ou processo para organização ou classificação de elementos de um conjunto, segundo critérios determinados.

1.2.34 TAREFA

Ação operativa específica, atribuída por superior a um subordinado ou assumida por este e que, quando adequadamente executada, cumprirá ou contribuirá para o cumprimento da própria missão ou da missão de seu superior.

1.2.35 UNIDADE GESTORA

É a denominação genérica de Unidade Administrativa. É a organização ou fração de organização, encarregada por atos legais, da gerência de patrimônio e de recursos creditícios ou financeiros a ela especificamente atribuídos.

OBS: Dependendo das características a Unidade Gestora pode ser categorizada em Credora, de Controle, Executora, Off-Line, On-Line, Pólo ou Responsável.

1.2.36 URGÊNCIA

Situação que poderá comprometer a capacidade operacional ou a segurança da Organização, cuja ação corretiva se faz necessária, a fim de evitar um agravamento que possa levar a uma situação de emergência.

1.2.37 VALORES

É o conjunto de sentimentos que estrutura, ou pretende estruturar, a cultura e a prática da organização.

1.2.3.8 VISÃO

É o estado futuro desejado e alinhado com as aspirações de uma organização, algo que a organização pode definir e redigir após responder à questão “para onde pretende ir?”

1.3. COMPETÊNCIA

Compete à OABR elaborar e manter os seus Programas de Trabalho, e encaminhá-los para aprovação da Diretoria de Saúde da Aeronáutica..

1.4 ÂMBITO

O presente Programa de Trabalho aplica-se à OABR.

2-ORGANIZAÇÃO MILITAR

2.1 MISSÃO

Prestar assistência odontológica aos militares da Aeronáutica na área do Sexto Comando Aéreo Regional e aos respectivos dependentes (Portaria Ministerial nº 1.785/GM3, de 18 de dezembro de 1984).

2.2 -COMPETÊNCIAS

2.2.1 À OABR compete:

1-Prestar a assistência técnico-profissional, no campo da Odontologia preventiva, curativa e de reabilitação, ao pessoal militar da Aeronáutica e aos seus dependentes.

2- Realizar a ligação com organizações congêneres existentes na área, a fim de desenvolver, atualizar e aprimorar suas atividades específicas;

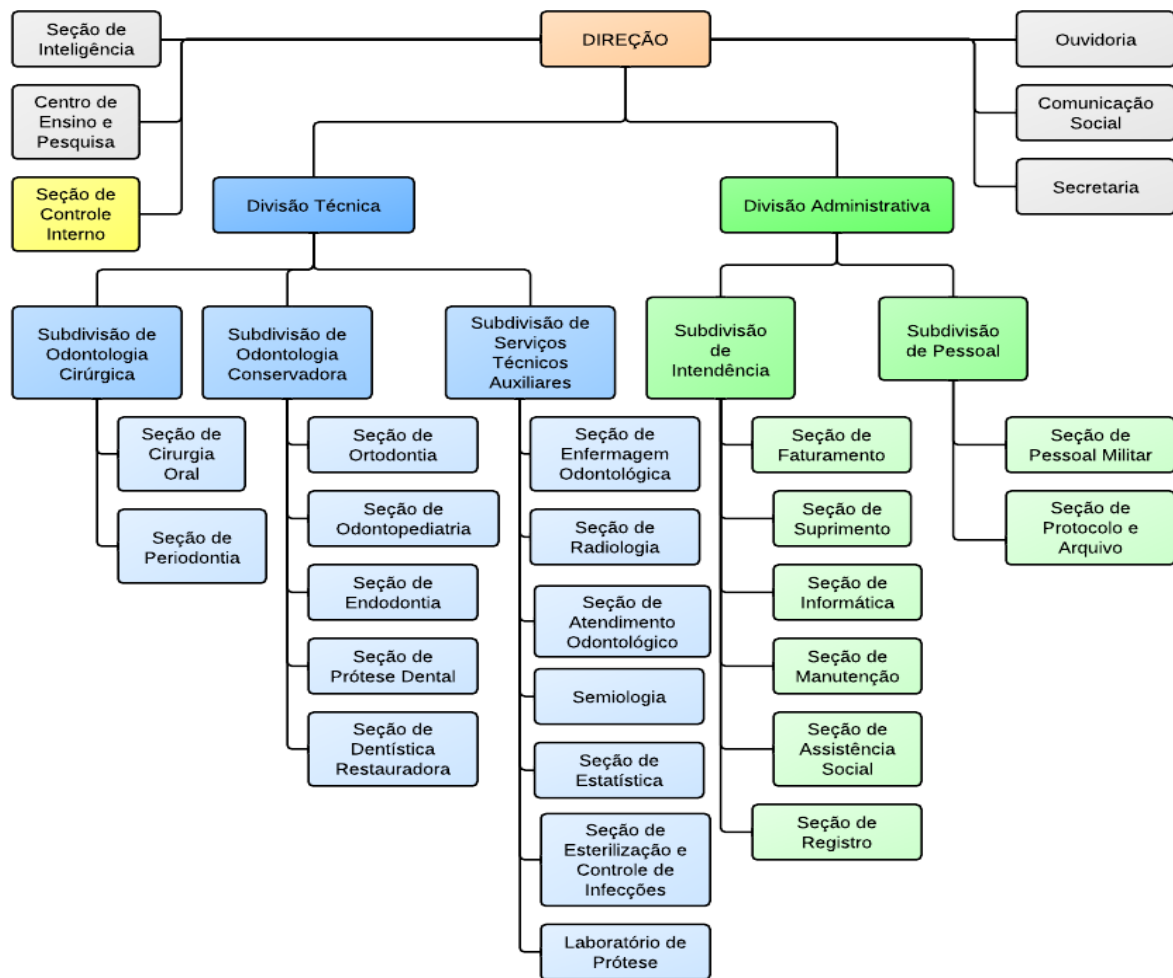
3- Prover apoio odontológico em operações militares e para as Organizações Militares (OM) correspondentes à área de jurisdição de um Comando Aéreo Regional (COMAR);

4-Prover o pessoal e material de odontologia necessários às missões aeromédicas que lhe forem atribuídas;

5- Realizar estudos e treinamentos técnicos em sua área de atuação; e

6- Realizar estágios nas diversas especialidades odontológicas.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



2.3.1 A Direção (DIR) tem a seguinte constituição:

- I - Diretor;
- II - Agente de Controle Interno (ACI);
- III - Centro de Ensino e Pesquisa (CEP);
- IV - Seção de Ouvidoria (SOUV);
- V - Seção de Comunicação Social (SCS);
- VI - Seção de Inteligência (SINT); e
- VII - Secretaria (SECDIR).

2.3.2 A Divisão Técnica (DT) tem a seguinte constituição:

- I - Chefê;
- II - Subdivisão de Odontologia Cirúrgica (SDOCIR);
- III - Subdivisão de Odontologia Conservadora (SDOCON); e
- IV - Subdivisão de Serviços Técnicos e Auxiliares (SDSTA).

2.3.3 A Subdivisão de Odontologia Cirúrgica (SDOCIR) tem a seguinte constituição:

- I - Chefê;
- II - Seção de Cirurgia Oral (SCO); e

III - Seção de Periodontia (SPERIO).

2.3.4 A Subdivisão de Odontologia Conservadora (SDOCON) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II. Seção de Ortodontia (SORTO);
- III. Seção de Odontopediatria (SODP);
- IV. Seção de Endodontia (SENDO);
- V. Seção de Prótese Dental (SPD); e
- VI. Seção de Dentística Restauradora (SDR).

2.3.5 A Subdivisão de Serviços Técnicos e Auxiliares (SDSTA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe
- II - Seção de Diagnóstico Oral (SSEMIO);
- III - Seção de Enfermagem Odontológica (SEO);
- IV - Seção de Radiologia (SRADIO);
- V - Seção de Atendimento Odontológico e Arquivo Técnico Odontológico (SAO);
- VI - Seção de Estatística (SEST);
- VII - Seção de Esterilização e Controle de Infecções (SECI); e
- VIII - Seção de Laboratório de Prótese (SLAB).

2.3.6 A Divisão Administrativa (DA) tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Subdivisão de Intendência (SDINT); e
- III - Subdivisão de Pessoal (SDP).

2.3.7 A Subdivisão de Intendência tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Faturamento (SFAT);
- III - Seção de Suprimento (SSUP);
- IV - Seção de Informática (SINFOR);
- V - Seção de Manutenção (SMANUT);
- VII - Seção de Registro (SREG).

2.3.8 A Subdivisão de Pessoal tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Pessoal Militar (SPM); e
- III - Seção de Protocolo e Arquivo (SPA).

2.3.9 COMPETÊNCIA DOS SETORES

2.3.9.1 À Direção da OABR compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas pela OABR;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais da OABR e encaminhar, para compatibilização, à Diretoria de Saúde (DIRSA);
- III - prover de informações a Diretoria de Saúde, quanto às atividades e programas de trabalho desenvolvidos pela OABR, por meio da proposição de medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área; e

V - assessorar no estabelecimento de diretrizes e normas para o recrutamento e admissão de pessoal militar e civil, na área Odontológica, na região sob jurisdição do Sexto Comando Aéreo Regional (COMAR VI).

2.3.9.2 Ao Agente de Controle Interno compete:

I - assessorar o Agente Diretor na realização de auditorias e inspeções internas, fiscalização, análise e conferência de documentação referente às atividades envolvendo dinheiro, bens ou valores públicos, dos setores de pessoal, de suprimento, de registro, de faturamento e de assistência social.

II - propor normas, instruções e procedimentos internos para o acompanhamento da ação fiscalizadora e para a execução das atividades atribuídas aos agentes da administração econômico-financeira, contábil, patrimonial, de inspeção e de auditoria;

III - acompanhar a execução econômico-financeira, contábil e patrimonial da OABR;

IV - efetuar a conferência dos balancetes de prestação de contas e a remessa dos mesmos ao Grupo de Apoio de Brasília (GAP-BR);

V - manter em ordem e em dia os arquivos de documentos ostensivos e sigilosos do ACI; e

VI - organizar, preservar e atualizar a legislação referente aos assuntos de sua responsabilidade.

2.3.9.3 Ao Centro de Ensino e Pesquisa compete:

I - planejar e organizar a direção de todas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Organização;

II - elaborar os planos de instrução e treinamento para todas as categorias profissionais da unidade; e

III - propor ao Diretor as designações de pessoal da OABR para estágios, cursos, congressos e outras atividades de ensino e pesquisa.

2.3.9.4 À Seção de Ouvidoria compete:

I - fornecer subsídios para a melhoria contínua dos serviços prestados pela OABR;

II - incentivar os usuários internos e externos a expressarem formalmente as suas críticas;

III - cientificar a Direção e os servidores envolvidos da Unidade sobre as ocorrências registradas pelos usuários; e

IV - ser um canal de comunicação entre o usuário e a Direção da OABR.

2.3.9.5 À Seção de Comunicação Social compete:

I - executar as atividades do Sistema de Comunicação Social;

II - divulgar os programas e eventos de qualquer natureza de interesse da Odontologia;

III - divulgar estudos, pesquisas e estatísticas de interesse da OABR; e

IV - divulgar os programas de prevenção.

2.3.9.6 À Seção de Inteligência compete:

- I - assessorar o Diretor no trato dos assuntos referentes à inteligência;
- II - obter, processar e apresentar informações úteis à Organização; e
- III - divulgar e controlar as informações recebidas.

2.3.9.7 À Secretaria da Direção compete:

- I - assessorar o Diretor nos assuntos referentes ao setor;
- II - preparar (briefings), pautas e atas de reuniões;
- III - manter e atualizar os documentos e relações de interesse à Direção; e
RICA 21-160/2009 12
- IV - coordenar o expediente administrativo da Direção.

2.3.9.8 À Divisão Técnica compete:

- I - gerenciar as atividades odontológicas na OABR;
- II - orientar, coordenar, controlar e zelar pelo bom inter-relacionamento entre as subdivisões subordinadas;
- III - assessorar o Diretor nos assuntos referentes às atividades odontológicas e de ensino e pesquisa no âmbito da OABR;
- IV - organizar, para apreciação do Diretor, o plano de férias das subdivisões subordinadas;
- V - propor ao Diretor a ativação ou desativação de subseções ou setores componentes de sua estrutura, visando ao interesse das atividades da OABR;
- VI - zelar pelo cumprimento da ética profissional;
- VII - elaborar relatórios e demais documentos pertinentes à Divisão;
- VIII - executar programas de instrução, formação profissional, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal da OABR; e
- IX - planejar, organizar e coordenar a divulgação e execução das atividades de pesquisa, de formação e adestramento profissional nos aspectos cultural, técnico e científico, visando a manter o pessoal da OABR no mais alto nível de desempenho, compatível com a missão da Organização.

2.3.9.9 À Subdivisão de Odontologia Cirúrgica compete:

- I - proporcionar aos pacientes o diagnóstico e o tratamento cirúrgico das condições adquiridas da estrutura bucomaxilofacial.

2.3.9.9.1 À Seção de Periodontia compete:

- I - proporcionar aos pacientes com afecções periodontais os procedimentos clínicos, cirúrgicos e terapêuticos.

À Subdivisão de Odontologia Conservadora compete:

- I. executar as atividades especializadas da odontologia conservadora;

2.3.9.9.2 À Seção de Ortodontia compete:

- I - proporcionar aos pacientes o diagnóstico e o tratamento das mal-oclusões.

2.3.9.9.3 À Seção de Odontopediatria compete:

I - proporcionar aos pacientes o diagnóstico e o tratamento das lesões dos tecidos moles e dentes, decorrentes de cáries e traumatismos, ocorridos na cavidade bucal, em crianças até 12 anos.

2.3.9.9.4 À Seção de Endodontia compete:

I - preservar o dente por meio de prevenção, diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle das alterações da polpa e dos tecidos perirradiculares;

2.3.9.9.5 À Seção de Prótese Dental compete:

I - proporcionar aos pacientes a restauração e a manutenção da estética e das funções do aparelho mastigatório por meio da substituição total ou parcial dos dentes.

2.3.9.9.6 À Seção de Dentística Restauradora compete:

I - proporcionar aos pacientes o diagnóstico e o respectivo tratamento das afecções dentais, aplicando tecnicamente os materiais restauradores.

2.3.9.10 À Subdivisão de Serviços Técnicos e Auxiliares compete:

I - executar as atividades de diagnóstico oral, de enfermagem odontológica, de radiologia, de atendimento ao público, de arquivo técnico e odontolegal, compilação de dados estatísticos, esterilização, controles das infecções, serviços de próteses dentais e aparelhos ortodônticos móveis, no âmbito da OABR.

2.3.9.10.1 À Seção de Diagnóstico Oral (Semiologia) compete:

- I - atender aos pacientes que procuram a OABR;
- II - promover a abertura do prontuário odontológico;
- III - efetuar o exame clínico; e
- IV - encaminhar os pacientes às demais clínicas e serviços para tratamento.

2.3.9.10.2 À Seção de Enfermagem Odontológica compete:

- I - prestar atendimentos especializados em sua área, assistindo aos profissionais e aos pacientes;
- II - realizar a distribuição dos auxiliares odontológicos; e
- III - controlar as atividades desenvolvidas pelos auxiliares odontológicos.

2.3.9.10.3 À Seção de Radiologia compete:

- I - executar procedimentos radiológicos especiais;
- II - emitir diagnósticos radiológicos; e
- III - controlar as instalações e equipamentos de radiologia segundo as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

2.3.9.10.4 À Seção de Arquivo Técnico e Odontolegal compete:

- I - realizar a guarda, a organização e o arquivamento, mediante registro, das fichas de atendimentos realizados na Odontoclínica; e
- II - orientar e prestar informações aos beneficiários do serviço sobre toda a assistência prestada pela Odontoclínica.

2.3.9.10.5 À Seção de Estatística compete:

- I - compilar as informações e montar os quadros estatísticos para alimentação de dados da Diretoria de Saúde e Direção da OABR.

2.4-VISÃO

Ser referência na qualidade da assistência odontológica prestada aos usuários do SISAU e reconhecida pela excelência de seus serviços e humanização do atendimento

2.5-VALORES:**2.5.1-PRESTEZA :**

Valorizar a prontidão, e celeridade no atendimento na prestação dos serviços.

2.5.2-INOVAÇÃO

Buscar e incentivar a criatividade na implementação de soluções inovadoras para a resolução de problemas e para a melhoria contínua dos serviços.

2.5.3-RESPEITO

Tratar as pessoas com igualdade, dignidade e cordialidade.

2.5.4 CONFIANÇA

Desenvolver a credibilidade como elemento fundamental em todas as relações.

2.5.5 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Obter o alinhamento com os conceitos de qualidade, o aprimoramento contínuo do tecido organizacional, gerencial e técnico, a melhoria da comunicação e o aumento da motivação.

2.5.6 INTEGRAÇÃO

Realizar “benchmarking” e buscar a integração com os órgãos de saúde das demais forças.

2.5.7 COMPROMETIMENTO

Comprometer as pessoas na construção de uma cultura de qualidade.

3 DIRETRIZES

3.1 EMANADAS DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

3.1.1 EMANADAS PELO CMTAER

As presentes Diretrizes, transcritas do PCA 11-15/2015, foram extraídas do Aviso Interno nº 6/GC3, de 23 de dezembro de 2014, que dispõe sobre medidas para a redução das despesas administrativas das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, para o exercício de 2015:

a) organizar as atividades administrativas da OM, adaptando-as a um corte médio da ordem de 15% em suas dotações orçamentárias, quando comparadas ao exercício de 2013;

b) planejar criteriosamente o uso dos recursos públicos, restringindo despesas aos montantes previstos nas dotações consignadas nos Planos de Ação;

c) examinar os montantes de recursos despendidos em contratos de serviços continuados (de manutenção, de conservação e limpeza, serviços de processamento de dados, telecomunicações, apoio administrativo, locação de veículos, manutenção e conservação de bens imóveis etc.), ajustando seus dispêndios aos montantes alocados nos Planos de Ação;

d) caso necessário, reduzir, renegociar ou, até mesmo, cancelar os contratos administrativos de despesas que não se enquadrem nos limites estabelecidos nos Planos de Ação;

e) observar, judiciosamente, a utilização de recursos para aquisição de materiais permanentes e equipamentos;

f) dedicar especial cuidado à contenção de despesas com diárias, passagens e ajudas de custo, limitando-as às dotações consignadas nos Planos de Ação;

g) Promover ações efetivas de contenção de gastos com serviços públicos (água, energia elétrica, gás e serviços de telefonia);

h) utilizar de forma sistemática os controles mensais sobre consumos e dispêndios previstos na ICA 174-1/2007, aprovada pela Portaria SEFA nº 19, de 9 de abril de 2007, como instrumentos de controle e de acompanhamento de tendências de consumo e de custos de sua Unidade; e

i) realizar criterioso acompanhamento da execução orçamentária das Unidades Gestoras e Unidades Administrativas subordinadas (ODGSA), tendo em vista garantir o fiel cumprimento do disposto no presente Aviso.

3.1.2 DEDUZIDAS DO PEMAER

As presentes Diretrizes, transcritas do PCA 11-15/2015, foram deduzidas do Plano Estratégico Militar – PEMAER (PCA 11-47) para o Sistema de Saúde da Aeronáutica.

a) assegurar a oferta de serviços em padrões que atendam às necessidades do pessoal;

b) aprimorar a gestão administrativa para garantir a sobrevivência do SISAU;

c) estabelecer o perfil epidemiológico do pessoal; e

d) apoiar a atividade operacional da Força por meio da Medicina Aeroespacial e de Campanha.

3.1.3 EMANADAS PELO COMGEP

As presentes diretrizes, emanadas do Comandante-Geral do Pessoal, foram extraídas do item 7 do PCA 11-15/2015.

3.1.3.1 GERAIS

3.1.3.1.1 CARREIRA MILITAR

3.1.3.1.1.1 Ao ingressar na Aeronáutica, todo militar o faz por meio de um processo de voluntariado, aí incluídos aqueles que hoje se apresentam para o serviço militar obrigatório, sujeitando-se, por opção, às nossas normas disciplinares e aos estritos preceitos hierárquicos, que certamente irão balizar toda a sua vida pessoal e profissional.

3.1.3.1.1.2 Todo militar, seja ele do sexo masculino ou feminino, a despeito de exercer um cargo ou função que esteja, direta ou indiretamente, ligado ao emprego direto do Poder Militar da Nação, convive com uma permanente situação de risco, quer nos treinamentos, quer na sua rotina diária ou em situações de conflito armado ou de guerra. A possibilidade de um acidente, de um infortúnio, é uma característica constante da nossa profissão.

3.1.3.1.1.3 Todo o nosso efetivo deve ter um perfeito entendimento de que não pode existir autoridade sem poder coercitivo. Isso ocorre até ao nível das nações e países quando recorrem às suas Forças Armadas para que possam ter o devido respeito no cenário internacional. Portanto, a autoridade hierárquica no âmbito da caserna é legal e legítima, não existindo qualquer constrangimento ou irregularidade, quando exercida dentro dos ditames legais e regulamentares.

3.1.3.1.1.4 As obrigações, os deveres e as atribuições, que são próprias da vida na caserna, impõem aos militares um elevado nível de saúde física e mental, e que deve ser uma preocupação constante de cada um, particularmente daqueles que detêm posições

de chefia. Os Diretores ou Chefes deverão lembrar para todos os militares de sua OM o capítulo “Das Obrigações e dos Deveres Militares” do Estatuto dos Militares.

3.1.3.1.1.5 A proibição de realização de atos reivindicatórios para o militar da ativa, tanto no que concerne àqueles ligados a aspectos de filiação político-partidária, quanto àqueles da área da sindicalização, fundamenta-se nos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, pois a nossa carreira está concebida de modo a que o militar jamais deve contrapor-se à sua instituição e ao próprio Estado, devendo-lhes fidelidade irrestrita, sob pena de reviver-se passagens históricas de quebra de preceitos constitucionais e das instituições legalmente constituídas.

3.1.3.1.1.6 A profissão militar é distinta, é singular, pois o seu integrante, entre tantas outras limitações, não usufrui de alguns direitos concedidos a outras categorias profissionais, como remuneração noturna diferenciada, jornada de trabalho de oito horas diárias, repouso semanal remunerado, ganhos pecuniários adicionais por trabalhos extraordinários, além de ser a única categoria que mantém o vínculo permanente do indivíduo com a sua profissão, incluindo aquele que está em inatividade, pois não tem ele o direito de negar-se a uma convocação eventual, sob pena de ser enquadrado legalmente por deserção.

3.1.3.1.1.7 É indispensável que todos os Diretores ou Chefes se preocupem em alertar os seus subordinados sobre a imutabilidade de determinados preceitos que norteiam a vida militar.

Dentre eles, inicialmente, devem ser lembradas as principais características da carreira:

- a) comprometimento da própria vida;
- b) dedicação exclusiva, sendo proibido exercer outra atividade profissional;
- c) disponibilidade permanente para o serviço ao longo das 24 horas do dia;
- d) possibilidade de movimentação em qualquer época do ano, para qualquer região, podendo, inclusive, residir em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família; e
- e) possuir elevado nível de saúde física e mental.

3.1.3.1.2 VIDA NA CASERNA

3.1.3.1.2.1 A cadeia de comando deve ser obedecida rigorosamente, ao mesmo tempo em que devem ser respeitadas as relações ditadas pelas normas sistêmicas.

3.1.3.1.2.2 Deve ser buscado, em todos os níveis da nossa estrutura, o máximo rendimento para os recursos postos à disposição, cabendo aos chefes e encarregados de cada setor, Oficial, Suboficial ou Sargento, a responsabilidade direta pelas ações desenvolvidas pelos seus subordinados.

3.1.3.1.2.3 A disciplina deve ser observada e buscada, com firmeza e cortesia militar, para que haja um relacionamento harmônico e respeitoso em toda a nossa estrutura hierárquica.

3.1.3.1.2.4 As noções de civismo, patriotismo, honestidade, vibração, companheirismo e lealdade, entre outras, deverão ser buscadas, ressaltadas e enfatizadas pelos Diretores, Chefes e Encarregados junto aos seus subordinados.

3.1.3.1.2.5 A segurança e a integridade física do efetivo devem ser motivo de preocupação permanente dos Diretores, Chefes e dos Encarregados, em todos os níveis, a fim de minimizar os riscos que são inerentes às nossas atividades militares.

3.1.3.1.2.6 A segurança orgânica de todas as instalações deve ser objeto de preocupação constante de todos, em especial dos integrantes de nossas equipes de serviço, a fim de que se possa manter um adequado nível nessa segurança. Em qualquer situação, deverá ser implementada uma identificação positiva de quem está adentrando ou saindo de nossas instalações, o que poderá, inclusive, gerar a necessidade de que sejam efetuadas revistas mais apuradas em todas as pessoas, militares e servidores civis.

3.1.3.1.2.7 Os Oficiais, assim como os Suboficiais e Sargentos, devem exigir de seus subordinados a correta aplicação de todas as normas legais e regulamentares na gestão de seus respectivos setores, levantando as necessidades de capacitação ou treinamento requeridas.

3.1.3.1.2.8 O conhecimento do Estatuto dos Militares, RDAER, RISAER, RADA, RUMAER, RCONT, Estatuto dos Servidores Civis e das principais publicações normativas do COMGEP e do COMAER deve ser de caráter informativo para todo o efetivo, do mesmo modo que deve ser de conhecimento compulsório para determinados setores, de maneira que o atendimento aos preceitos e a aplicação das normas desses documentos sejam realizados de modo consciente e natural pelos nossos militares e servidores civis.

3.1.3.1.2.9 Os Diretores ou Chefes deverão recomendar aos militares mais antigos da OM a observância em relação aos procedimentos em caso de situações de emergência ou de crise.

3.1.3.1.2.10 Os Diretores ou Chefes deverão incentivar as confraternizações, com critérios e sem exageros.

3.1.3.1.2.11 Os Diretores ou Chefes deverão lembrar aos seus subordinados que obra sem acompanhamento, solicitação sem prazo e reunião sem ata não funcionam.

3.1.3.1.3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS

3.1.3.1.3.1 Os Diretores ou Chefes deverão atentar para o princípio básico do reconhecimento e valorização dos recursos humanos disponíveis, pois o maior tesouro que uma Organização possui são os seus homens. Devem ter sempre em mente que uma pessoa bem orientada, que receba apoio, respeito e um tratamento digno, trabalhará com satisfação e produzirá aquilo que dela se espera.

3.1.3.1.3.2 Os Diretores ou Chefes deverão fomentar que nas atividades do dia a dia os seus subordinados se apliquem com dedicação, profissionalismo e amor à profissão, procurando identificar os verdadeiros talentos existentes.

3.1.3.1.3.3 Os Diretores ou Chefes deverão buscar, pela demonstração exemplar de sua postura, uma disciplina consciente em seus subordinados, independentemente de qualquer supervisão.

3.1.3.1.3.4 O recebimento dos novos recrutas deve ser realizado em clima de perfeita educação cívico-militar, lembrando que são jovens, de pouco mais de dezoito anos, e a eles deve ser dispensada uma atenção especial, a fim de que possam ser despertadas sadias vocações para a vida militar, ou então preparar cidadãos para o nosso país, evitados dos mais puros sentimentos de civismo e patriotismo.

3.1.3.1.3.5 Do mesmo modo, a recepção aos novos militares ou servidores civis, quando designados para a nossa organização, deve ser muito bem planejada, para que também neles se desperte uma impressão favorável sobre a OM, facilitando a sua integração ao nosso efetivo.

3.1.3.1.3.6 Especial atenção deve ser dedicada aos relacionamentos afetivos no âmbito da caserna, principalmente entre militares de círculos diversos. Não existe qualquer impedimento a esses relacionamentos, desde que sejam fielmente observados os preceitos regulamentares e as normas da boa educação social.

3.1.3.1.3.7 As instalações das OM devem ser conservadas de forma a propiciar uma apresentação impecável, pois são espelhos da nossa Unidade, representando todo o sentido que damos aos cuidados de higiene, de limpeza e de atenção e cortesia para com os nossos visitantes. Os Diretores ou Chefes deverão observar as condições de trabalho de seus subordinados, levantando as necessidades de reparos nas instalações e de aquisição de equipamentos, de modo que o nosso efetivo possa desempenhar as suas atividades em ambiente laboral adequado, limpo e confortável. As limitações orçamentárias, próprias da conjuntura em que vivemos, podem ser minoradas pela criatividade e boa vontade.

3.1.3.1.3.8 Todos os nossos militares que sejam ligados, direta ou indiretamente, com o atendimento de inativos, pensionistas e com os casos de saúde devem estar sempre muito atentos às necessidades e ao acompanhamento do pessoal do nosso efetivo, dos nossos familiares e, de modo especial, dos nossos companheiros da reserva, reformados e servidores aposentados, que deram as suas parcelas de contribuição para a FAB no passado e merecem todo o nosso reconhecimento e consideração. A situação de inatividade ou aposentadoria é inexorável para todos nós, mais cedo ou mais tarde.

3.1.3.1.3.9 Nos casos de participação em crime ou transgressão, direta ou indireta, de militares do COMGEP e OM Subordinadas, que resulte em roubo, assalto, tráfico de alucinógenos ou qualquer outro produto que seja considerado droga ou entorpecente no interior dos aquartelamentos ou, mesmo quando fora de nossas instalações, com a participação ou conivência de um elemento do nosso efetivo, os Diretores ou Chefes deverão agir com o máximo de rigor que a legislação prevê, partindo do pressuposto que devemos manter uma postura exemplar para toda a sociedade brasileira.

3.1.3.1.3.10 Todos os militares, em especial os mais antigos e os chefes dos diversos setores da Organização deverão diligenciar no sentido de que os prazos estabelecidos em qualquer norma legal, governamental ou corporativa, sejam fielmente obedecidos, em especial aqueles que se relacionam com a missão precípua do COMGEP.

3.1.3.1.4 PARADAS MILITARES

3.1.3.1.4.1 As Paradas Militares são fatos intrínsecos da vida militar. Muitas vocações militares foram despertadas a partir dos desfiles militares. Assim, não é admissível que um profissional militar crie obstáculos para integrar um grupamento ou assistir a uma parada militar.

3.1.3.1.4.2 Os Diretores ou Chefes não deverão se furtar a colocar o efetivo, sob sua direção ou chefia, à disposição dos Comandantes de COMAR com vistas à participação nas paradas e demais atividades voltadas a comemorações das principais datas comemorativas da Pátria e da Aeronáutica.

3.1.3.1.5 USO DE ARMAMENTO

3.1.3.1.5.1 Todo militar, por força da profissão, deve ser capaz de executar o tiro com arma portátil ou não, manuseando-a com segurança e razoável precisão, pois isso poderá valer a sua sobrevivência ou a de um seu companheiro, devendo ser ministradas as instruções e os treinamentos necessários para que seja alcançado um nível adequado de destreza por todos os militares do efetivo do COMGEP e das OM Subordinadas.

3.1.3.1.5.2 Os Diretores ou Chefes de OM deverão tomar providências para que todos os militares de sua Organização pratiquem esta modalidade de exercício, conforme deve ser determinado no Programa de Instrução de Tiro conforme previsto no MCA 50 “Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no âmbito do COMAER”, e constante do PT. O treinamento abordará vários módulos teóricos e práticas de instrução descritas no Manual e deverá ser executado pelo menos uma vez por ano, não devendo ser relegado a um segundo plano por qualquer motivo.

3.1.3.1.5.3 Nas Organizações em que o expediente seja de apenas um turno, de forma excepcional, considerando ser apenas uma vez por ano, o treinamento será executado no outro turno.

3.1.3.1.5.4 No caso de Oficial escalado para o serviço de Oficial-de-Dia, este deve, ao assumir o serviço, sem exceção, escalar alguém da equipe ou do Setor de Material Bélico, para ministrar instrução rápida e ele, pessoalmente, deve fazer recomendações com o objetivo de garantir um efetivo e seguro serviço.

3.1.3.1.6 EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1.3.1.6.1 A destinação do militar requer e pressupõe que ele tenha bom preparo físico. Por isso, deverão ser programadas atividades físicas para todo o efetivo, no mínimo, duas vezes por semana, devendo o Oficial se responsabilizar pela higidez física de seus subordinados diretos. Devem ser levados em consideração todos os aspectos e todas as orientações emanadas pela área responsável por essa atividade. O TACF, de acordo com a legislação, é obrigatório para todo o efetivo, ressalvados os casos de comprovada incapacitação física.

3.1.3.1.6.2 Os Diretores ou Chefes deverão determinar, incentivar e fiscalizar o cumprimento das prescrições constantes da ICA 54-1 “Teste de Avaliação do

Condicionamento Físico no COMAER”, bem como estimular e apoiar competições esportivas internas e a participação em torneios das instituições locais.

3.1.3.1.6.3 Para as Organizações que não dispõe de sede própria e para as Organizações Hospitalares, os Diretores ou Chefes deverão recomendar a todos os integrantes dessas OM o cuidado individual com a forma e capacidade físicas e, também, devem estudar um meio de proporcionar este treinamento em suas Organizações.

3.1.3.1.6.4 O PT deverá prever a prática da educação física para as OM que possuam sede própria.

3.1.3.1.7 PROGRAMA DE INSTRUÇÃO TERRESTRE

3.1.3.1.7.1 O Programa de Instrução Terrestre deverá ser elaborado, atualizado ou observado, com exatidão, em todos os níveis de nossa estrutura, devendo haver uma coordenação entre as chefias dos setores afins.

3.1.3.1.7.2 Os Diretores ou Chefes são responsáveis pela elaboração do Programa de Instrução Terrestre de sua OM e, também, fazer com que esse Programa seja executado.

3.1.3.1.8 USO DE UNIFORMES

3.1.3.1.8.1 A farda militar da Aeronáutica deve ser usada com garbo e distinção, de acordo com os ditames do RUMAER. Os Oficiais, em primeira instância, são os responsáveis pela fiel observância do correto uso dos uniformes pelos seus subordinados. Os auxílios pecuniários periódicos, assim como as distribuições gratuitas de fardamento aos que têm direito, fazem com que não haja justificativa para um militar andar mal fardado.

3.1.3.1.8.2 Cada militar é responsável pelo correto uso de seus uniformes e por verificar sua utilização em seus companheiros, exigindo dos mais modernos e assessorando os mais antigos. A apresentação pessoal e o uso de adornos deverão cumprir as normas regulamentares previstas, aí incluído o corte de cabelo, sendo essencial para os militares, principalmente aqueles que se relacionam com o público externo.

3.1.3.1.8.3 Os Diretores ou Chefes deverão exigir e fiscalizar constantemente o uso dos uniformes de seus subordinados, programando e executando revistas de uniformes pelo menos duas vezes ao ano.

3.1.3.1.8.4 O comparecimento de militares às dependências de OM, durante o expediente, para atendimento seu ou de seus dependentes, deverá ser fardado. O fato de o militar estar em gozo de férias, de licença ou de dispensa não lhe confere o direito de frequentar dependências de uma Unidade, durante o expediente, como, por exemplo, o Hospital ou a Odontoclínica em trajes civis. Cabe aos Diretores ou Chefes de cada OM vigiar e exigir o uso do fardamento e a boa apresentação pessoal nessas circunstâncias.

3.1.3.1.9 ASPECTOS SOCIAIS

3.1.3.1.9.1 Alimentação

3.1.3.1.9.1.1 O rancho é um dos pontos mais importantes para a OM, pois o cardápio deve ser uma boa referência para o nosso efetivo. O cardápio semanal pode ser uma das melhores ferramentas de Relações Públicas internas da OM.

3.1.3.1.9.1.2 Sendo uma das maiores fontes de satisfação e de insatisfação do efetivo, o cardápio não pode e não deve ser relegado somente à responsabilidade do Oficial de Aprovisionamento. Deve ser lido, checado, comparado e, quando necessário, modificado pelo Encarregado da Administração ou pelo próprio Diretor ou Chefe da OM.

3.1.3.1.9.1.3 O processo de confecção de refeições deve sempre levar em conta os seguintes atributos:

- a) o cardápio deve ser atraente;
- b) o cardápio deve ser bem balanceado;
- c) a refeição deve ser apresentável e bem feita; e
- d) o horário do rancho deve ser aguardado com agradável ansiedade.

3.1.3.1.9.1.4 Os Diretores da DIRAP, DIRINT, DIRSA e IPA, bem como o Chefe do CENDOC, por serem usuários de ranchos sob o comando do COMAR e UNIFA, deverão notificar qualquer discrepância relatada pelos seus subordinados em relação aos refeitórios, caso julgue conveniente.

3.1.3.1.9.2 Círculo Hierárquico

3.1.3.1.9.2.1 Devem ser evitados, a todo custo, eventos que beneficiem apenas um círculo hierárquico entre os militares e deve-se procurar aquinhoar a todos igualmente, senão simultaneamente, ao menos por meio da prática do revezamento.

3.1.3.1.9.2.2 O Diretor ou Chefe deverá considerar, permanentemente, que qualquer tipo de diferença no tratamento de seus subordinados constitui-se em flagrante discriminação.

3.1.3.1.9.2.3 O equilíbrio e a igualdade de tratamento tornam-se o maior escudo protetor do Diretor ou Chefe contra os comentários maldosos que corroem o ambiente de uma Organização.

3.1.3.1.9.3 Atendimento Médico e Odontológico

3.1.3.1.9.3.1 Um bom atendimento para os militares, civis e seus familiares constitui-se num excelente instrumento de aplicação com o objetivo de obter e manter um elevado nível psicossocial nas diversas OM e na comunidade de militares da Reserva.

3.1.3.1.9.3.2 O atendimento, pelas Unidades de Saúde, a familiares e demais dependentes visa, primordialmente, aumentar a tranquilidade e o rendimento do indivíduo na Organização, por meio de sua permanência efetiva e serena em seu local de trabalho. A Unidade de Saúde deve ter por objetivo permanente a obtenção e a manutenção da confiança de seus clientes. O familiar deve ter a confiança de poder procurar a Unidade de Saúde desacompanhado. Não é admissível que, para um familiar

ser bem atendido ou, simplesmente, para que seja atendido,tenha que estar acompanhado pelo militar ou civil responsável.

3.1.3.1.9.3.3 Os militares e civis na inatividade deverão ter o mesmo tratamento, atencioso e cortês, dispensado aos que ainda estão em atividade. A inatividade é o destino de todos que desempenham qualquer profissão, em especial os militares. O militar inativo despendeu toda uma vida em prol do engrandecimento da Força e é merecedor de todo o respeito, solidariedade, atenção e consideração. Caso o fato de constituir-se em companheiro mais antigo e mais velho não for o suficiente para merecer todo o respeito e consideração, há que ser lembrado que o militar inativo é um contribuinte do Fundo de Saúde, da mesma forma que o militar da ativa.

3.1.3.1.9.3.4 Os Diretores de OSA deverão empenhar-se em fiscalizar pessoalmente a forma como estão sendo atendidos os militares da reserva e seus dependentes

3.1.3.1.9.3.5 A DIRSA deverá envidar todos os esforços no sentido de prestar, nas localidades fora da área do Rio de Janeiro, atendimento médico-hospitalar semelhante ao prestado nessa área. Nos locais onde, por deficiência no número de profissionais disponíveis ou no tipo das instalações existentes, tornar impossível este objetivo, deverá ser facilitada a assinatura de convênios que possibilitem compensar os desníveis existentes. Não poderá sentir-se desamparado o militar, da ativa ou da reserva, que serve ou reside em localidades distantes dos grandes centros.

3.1.3.1.9.4 Programa de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis. As Unidades de Saúde deverão elaborar e cumprir um programa de esclarecimento e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) que envolva todos os segmentos das Organizações.

3.1.3.1.9.5 Fumo, Álcool e Drogas

3.1.3.1.9.5.1 Os Diretores ou Chefes de todas as Organizações, em todos os níveis, deverão desenvolver um programa, permanente, com a participação de todo o efetivo, visando a prevenir e a combater o consumo de fumo, álcool e drogas em suas OM.

3.1.3.1.9.5.2 Um ponto de grande sensibilidade e que tem sido uma preocupação constante para o COMAER relaciona-se com os problemas ligados à dependência química, com um crescimento constante de casos entre os integrantes do nosso meio social e profissional. Especial atenção deve ser dada, principalmente pelos militares mais antigos, no sentido de se tentar identificar qualquer problema ainda no seu início, incluindo os nossos familiares, para que as ações necessárias, sejam elas da área de saúde ou da área disciplinar, possam surtir o efeito reparador desejável.

3.1.3.1.9.6 Ouvidorias

3.1.3.1.9.6.1 Os Diretores ou Chefes, em todos os níveis, deverão criar um órgão para receber, filtrar e encaminhar problemas existentes na sua Organização e que, em persistindo, contribuam para diminuir o bom ambiente que deve reinar em todos os segmentos.

3.1.3.1.9.6.2 Os militares e civis muitas vezes deixam de encaminhar problemas sérios que estejam ocorrendo ou que estejam na iminência de ocorrer, por receio de que a divulgação de tais problemas possa acarretar em prejuízos para si, para sua carreira ou para sua família.

3.1.3.1.9.6.3 Nenhuma Organização é composta por indivíduos desprovidos de problemas e estes problemas devem constituir-se em preocupação dos Diretores ou Chefes. Tal preocupação, com certeza, aumentará o elo de confiança mútua entre os diversos segmentos hierárquicos da Organização.

3.1.3.2 ESPECÍFICOS

3.1.3.2.1 PERÍODO ELEITORAL

3.1.3.2.1.1 Os Diretores ou Chefes deverão estar preparados para enfrentar os problemas decorrentes dos períodos eleitorais e devem proibir e coibir qualquer tipo de propaganda eleitoral dentro das OM, independentemente de partido político ou de simpatias locais.

3.1.3.2.1.2 Os Diretores ou Chefes poderão receber visitas de cortesia de candidatos, restringindo estas visitas unicamente ao seu gabinete ou outra sala usada para este fim. Há que se ter sempre presente que, ao receber um candidato, o Diretor ou Chefe abre um precedente e, se solicitado, deve receber todos os demais candidatos. Também, é aconselhável receber tais visitantes sempre na presença de um ou mais oficiais da OM.

3.1.3.2.1.3 Os militares que vierem a se candidatar a cargos eletivos não podem e não devem receber tratamento privilegiado, valendo para estes as mesmas recomendações e cuidados que deve haver para com os candidatos civis.

3.1.3.2.2 CONTATOS COM A IMPRENSA

Os Diretores ou Chefes deverão cumprir o Aviso Interno nº 3/GC3, de 17 maio 2011, que trata da “Recomendações sobre conduta no relacionamento com a imprensa e na veiculação da imagem institucional”, atentando para que qualquer manifestação pública ou para a mídia, cessão de imagens e informações oficiais da FAB, bem como a autorização para a propaganda e publicidade contendo imagem de pessoas, material e instalações da Aeronáutica, somente deverá ocorrer por intermédio ou com a orientação do CECOMSAER.

3.1.3.2.3 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os Diretores ou Chefes são responsáveis pela manutenção do patrimônio das Organizações. Invasões de qualquer área do COMAER não podem ser toleradas. Os Diretores ou Chefes de OM dotadas de sede própria deverão se preocupar com o patrulhamento constante do perímetro de suas Unidades e, também, dos terrenos não adjacentes, de propriedade da Aeronáutica sob a sua responsabilidade, se for o caso.

3.1.3.2.4 RECURSOS PARA EVENTOS

3.1.3.2.4.1 Atentar para o cumprimento da Portaria Normativa nº 3.771/MD, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de

brindes e quaisquer outros do gênero por órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa, Comandos das Forças Singulares e entidades vinculadas, e para o Aviso Interno nº 3/GC3/4, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre recursos destinados à realização de eventos de cunho cívico-sociais no âmbito do COMAER.

3.1.3.2.4.2 Há que se ter em mente que nada é dado gratuitamente. Sempre, algum interesse estará sendo satisfeito. O custo mínimo desta prática é que a Unidade, na pessoa de seu Diretor ou Chefe, ficará devendo obrigação aos patrocinadores, daí toda a cautela neste aspecto.

3.1.3.2.5 DIRETRIZ DE COMANDO

A Diretriz de Comando é, na verdade, a concepção política do Diretor ou Chefe. Neste documento, ele estabelece o seu modo de ver as coisas; torna-se transparente e não deixa dúvidas sobre o que pretendem, quais são as suas expectativas, o que espera de cada Unidade ou Subunidade, qual o relacionamento desejado e sobre o equilíbrio que deve existir entre a atividade-fim e a atividade-meio.

3.1.3.2.6 RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL COM AS DEMAIS FORÇAS ARMADAS

Os Diretores e Chefes deverão conduzir o relacionamento externo com base na amizade, no respeito mútuo, na cordialidade e na independência. Há que ser lembrado que as Forças Armadas são instituições independentes, singulares e nenhuma prepondera sobre a outra.

3.1.3.2.7 PUBLICAÇÕES

É consideravelmente interessante que as Organizações possuam seus veículos de comunicação para o público interno e externo. É necessário, no entanto, que estes veículos

sejam direcionados para alcançar os objetivos da OM, proporcionar a integração social, possibilitar a divulgação de trabalhos, ideias, experiências. Os Diretores ou Chefes deverão ter o cuidado de fazer com que estas publicações não sejam causa de consumo exagerado dos exíguos créditos disponíveis nas suas Organizações. Deverão, ainda, diligenciar para que a publicação de noticiários não se transforme em uma competição entre as Organizações

3.1.3.3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES

3.1.3.3.1 CONTROLE DO EFETIVO

3.1.3.3.1.1 Os Diretores ou Chefes deverão estabelecer mecanismos de controle do efetivo sob sua responsabilidade, incluindo o acompanhamento do trânsito de militares e civis, quando for o caso, ou sua permanência nos locais de trabalho durante o expediente.

3.1.3.3.1.2 Os Diretores ou Chefes deverão zelar e determinar a conferência mensal do efetivo da Organização “versus” saque de pagamento de pessoal. Além de ser uma exigência do RADA, checada pela Auditoria da SEFA, é uma norma de bom senso e que, com certeza, evitará aborrecimento.

3.1.3.3.2 SINDICÂNCIA E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM)

3.1.3.3.2.1 Os Diretores ou Chefes não deverão abster-se de instaurar Sindicâncias, Inquéritos Policiais Militares (IPM) e Processos Administrativos Disciplinares (PAD) dos Servidores Cíveis, quando isto se fizer necessário.

3.1.3.3.2.2 A instauração de uma Sindicância, IPM ou PAD, além de constituir obrigação legal da autoridade competente, resguarda a Administração quanto a eventuais processos da Justiça Federal ou na Justiça Militar e, indubitavelmente, favorece a manutenção da disciplina e da ordem interna na respectiva OM.

3.1.3.3.2.3 Visando a um melhor desempenho dos eventuais encarregados de IPM e de Sindicâncias, os Diretores ou Chefes deverão providenciar a adequada capacitação e atualização de conhecimentos técnicos relacionados aos Inquéritos Policiais, Processo Administrativo Disciplinares e aos Processos Administrativos, de modo a minimizar a possibilidade de anulação desses procedimentos por erros formais ou ilegalidades cometidas por desconhecimento técnico.

3.1.3.3.2.4 É benéfico à formação profissional de Oficiais e Praças, de qualquer Quadro ou Especialidade, para participarem da realização de Sindicâncias e IPM, como Encarregados ou Escrivães, respectivamente, bem como, para os Oficiais, participarem de Conselhos de Justiça como juizes militares. Cabe aos Diretores ou Chefes proporcionar tais oportunidades a todos os seus subordinados, na medida do possível, em função da demanda em sua OM e, aos Servidores Cíveis, como Presidente e Membros de Comissão de PAD.

3.1.3.3.3 VENDA DE SERVIÇOS DE ESCALA

3.1.3.3.3.1 É de conhecimento geral a existência, no âmbito da caserna, da prática nociva da venda do serviço de escala. O serviço de escala constitui obrigação do militar, fazendo, também, parte de sua formação militar. Assim, em hipótese alguma, pode haver espaço para ajustes pessoais dessa natureza, em que alguns militares esquivam-se de sua obrigação mediante pagamento a outros militares. Tal prática somente se torna possível pela falta de fiscalização do encarregado da área de pessoal, aliada à atuação conivente do encarregado da confecção da escala.

3.1.3.3.3.2 Os Diretores ou Chefes deverão coibir esta perigosa, desmoralizante e injusta prática.

3.1.3.3.4 TOLERÂNCIA

3.1.3.3.4.1 Uma série de fatores, ao longo dos últimos anos, como a convivência com baixos salários, o pequeno índice de prestígio conferido aos militares ante a sociedade, afetando a autoestima, bem como uma alta dose de “bom-mocismo” por parte dos profissionais mais antigos, aliado, ainda, a uma alta dose de omissão dos responsáveis, criou uma prática altamente dolosa e perigosa para as Instituições Militares: a tolerância.

3.1.3.3.4.2 Não devemos aceitar passivamente o que não está correto. Se cada militar interferir em uma situação indesejada, corrigir os desvios encontrados, como um defeito

em um equipamento de serviço, um uniforme fora do previsto, uma sala de trabalho suja, uma falta às formaturas e reuniões; um atraso ou uma falta ao expediente; um atraso a uma decolagem; uma falta de um membro de uma tripulação etc., com certeza construirá uma Força Aérea melhor.

3.1.3.3.4.3 Esta prática mina e corrói a disciplina como um câncer e deve ser combatida e extirpada com todos os meios disponíveis. O principal fator é a vontade de fazê-lo. Nos casos em que forem feridas a ética e a moral, a tolerância deverá ser zero e as providências tomadas imediatamente. Os Diretores ou Chefes deverão romper a rotina, ter disposição para chamar à atenção os faltosos e aplicar punições regulamentares sempre que necessário.

3.1.3.3.5 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA POR VIA INDIRETA

3.1.3.3.5.1 Os Diretores ou Chefes deverão analisar detidamente qualquer solicitação de contratação de mão de obra utilizando empresas que já prestam serviços para a Unidade, como, por exemplo, a contratação de Secretárias, por meio de empresa contratada para a prestação de serviços de limpeza. Esta prática não tem amparo legal e deixa a Administração suscetível a reclamações de toda a ordem, além de prejudicar toda a tentativa de mostrar seriedade.

3.1.3.3.5.2 Os Diretores ou Chefes não deverão adotar tal prática e, caso haja situações semelhantes, em suas Organizações, cancelá-las com urgência.

3.1.3.3.6 USOS E COSTUMES EM PREJUÍZO DA DISCIPLINA

Os Diretores ou Chefes deverão zelar para que usos e costumes, arraigados em suas Organizações, não permitam que a disciplina seja transgredida. Devem ter sempre a certeza que sua Unidade está funcionando perfeitamente conforme os preceitos da ética militar, do Estatuto dos Militares e dos Regulamentos vigentes. Por exemplo, devem ser observados, constantemente, os aspectos a seguir:

- a) se os militares e civis estão cumprindo os horários;
- b) se, nas formaturas e reuniões de início de expediente, está sendo observado o comparecimento de todos os militares disponíveis;
- c) se a postura dos militares, em forma ou não, é adequada;
- d) se a marcialidade da tropa é condizente;
- e) se durante o expediente, os componentes da Organização estão presentes em seus postos de trabalho;
- f) se os Chefes conhecem perfeitamente suas atribuições;
- g) se, e como, controlam o efetivo sob sua responsabilidade;
- h) se, e como, são controladas as dispensas do expediente; e
- i) se os Chefes conhecem os seus subordinados e seus problemas.

3.1.3.3.7 CUMPRIMENTO DE PRAZOS

Os Diretores ou Chefes deverão diligenciar para que os prazos estabelecidos em Leis, Regulamentos, Planos Setoriais, Programas de Trabalhos e Ordens em vigor sejam

fielmente cumpridos, bem como aqueles prazos solicitados em documentos protocolados.

3.1.3.3.8 RETORNO DA ORDEM RECEBIDA

3.1.3.3.8.1 É comum o militar receber uma ordem, executá-la com presteza e não comunicar o seu cumprimento ao superior que deu a determinação. O mesmo acontece, às vezes, com as Organizações.

3.1.3.3.8.2 Os Diretores ou Chefes deverão esmerar-se em cumprir e fazer cumprir as determinações recebidas. Entretanto, devem, também, comunicar, dentro da cadeia de comando, o cumprimento dessas ordens

3.1.3.3.9 MENSAGENS SIAFI

Os Diretores ou Chefes deverão tomar conhecimento de todas as mensagens SIAFI recebidas pela Unidade. Os avisos, alertas e ordens não são endereçados ao Tesoureiro e sim ao Diretor ou Chefe. A fiscalização deve ser rigorosa sob o risco de o Diretor ou Chefe ser cobrado por algo que desconhece.

3.1.3.3.10 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.1.3.3.10.1 A execução do orçamento caracteriza o exercício do comando. A administração de valores reveste-se de toda uma sistemática prevista em legislação própria que deve ser conhecida pelos Agentes da Administração. Sobre o Diretor ou Chefe recai a responsabilidade que é inalienável e indelegável. Os mecanismos de controle exercidos pelos Órgãos de Controle Interno e Externo estão, a cada dia, mais apurados, rigorosos e eficazes, requerendo, de toda a equipe, atenção, conhecimento, zelo, responsabilidade e dedicação.

3.1.3.3.10.2 As Organizações Subordinadas deverão atentar para a utilização do Sistema de Registro de Preços, procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de concorrência ou pregão. Constitui grande preocupação da SEFA a utilização do procedimento licitatório - Sistema de Registro de Preços (SRP), especialmente quando se utiliza a figura da “carona”, ou seja, utilização de adesão de Ata de Registro de Preços (ARP), principalmente quando o SRP não for concretizado por Organização Militar do Comando da Aeronáutica. Segundo o órgão responsável pela auditoria, a utilização da “carona” tem gerado, muitas vezes, repetidas “não conformidades”, bem como inúmeros pedidos de diligências pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para prevenção de possíveis irregularidades, a SEFA expediu a Mensagem nº 16/ANAJ, de 13 de setembro de 2010, a Orientação nº 001/SEFA/2010 e a Nota nº 02/2010/MHBM/ANAJ/COJAER/AGU, de 30 de agosto de 2010, para cumprimento por todos os Agentes da Administração, no âmbito do COMAER.

3.1.3.3.11 FÉRIAS DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO

Os Agentes da Administração, a começar pelo Diretor ou Chefe da Organização, não devem gozar férias ou dispensas nos meses de dezembro e janeiro, conforme a legislação em vigor. Deve o Diretor ou Chefe priorizar as férias dos Agentes da Administração em outros períodos, conforme as possibilidades da Organização, o desejo e a necessidade de cada um.

3.1.3.3.12 DESLIGAMENTO DE OFICIAIS TRANSFERIDOS

O desligamento de Oficiais transferidos somente deverá ocorrer quando, de acordo com o RADA, o mesmo tiver passado seu cargo para seu substituto legal designado em Boletim da Unidade.

3.1.3.3.13 USO DA INSTITUIÇÃO EM PROVEITO PRÓPRIO

O Diretor ou Chefe deverá ter cuidado e pesar as consequências do uso de meios institucionais em proveito próprio. Deve estar plenamente consciente de que todos veem, todos comentam e sempre que possível o caso é levado, de uma forma ou de outra, para instâncias hierárquicas superiores e, não raro, para a mídia, com grande probabilidade de marcá-lo negativa e indelevelmente.

3.1.3.3.14 USO DE VIATURAS PRIVATIVAS DE OFICIAIS

As viaturas privativas de Oficiais são uma facilidade concedida aos Oficiais- Gerais, Comandantes, Chefes e Diretores para possibilitar um melhor cumprimento das funções inerentes aos seus cargos. O uso das viaturas, consequentemente, deverá ser feito exclusivamente por necessidade do serviço e cada detentor de viatura responderá pelo correto uso do veículo sob sua responsabilidade, inclusive pelas irregularidades e infrações cometidas pelos motoristas.

3.1.3.3.15 EMISSÃO DE CONCEITOS

3.1.3.3.15.1 Os Diretores ou Chefes deverão preocupar-se com a emissão de conceitos de seus subordinados. Esta preocupação deve ser constante e se inicia com a edição do Plano de Avaliação da Unidade, no começo do ano, e prossegue com o acompanhamento do desempenho dos militares e a exigência de cada Avaliador possuir um caderno de anotações para registro das observações feitas no dia-a-dia. O preenchimento das fichas de conceito é, apenas, a materialização de todo o processo que se reveste da maior importância, posto que trata da vida profissional de seres humanos, militares que colaboram para o cumprimento da missão atribuída a cada Organização.

3.1.3.3.15.2 Os Diretores ou Chefes deverão observar, quando do preenchimento das Fichas de Conceito, a coerência entre o grau atribuído e os comentários descritos, analisando todas as atividades exercidas pelo Oficial avaliado. Em caso de dúvida deverá ser decidido “pró-réu”.

3.1.3.3.15.3 A emissão dos conceitos dos nossos militares deve ser objeto de muita atenção da parte de todos aqueles que estiverem investidos das atribuições e responsabilidades de avaliadores ou revisores, tanto para os Oficiais quanto para os Praças, tendo em vista que a emissão das fichas de avaliação individuais (CPO-1 e FAG) reveste-se de importância fundamental para a carreira de qualquer dos nossos militares.

3.1.3.3.16 CONHECIMENTO DO REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (RADA)

3.1.3.3.16.1 Os Diretores ou Chefes deverão conhecer, estudar e analisar o RADA. Também devem criar condições de facilitar o estudo do RADA entre os Agentes da Administração e, posteriormente, devem cobrar a aplicação do Regulamento. É, de

todo, preferível que a cobrança seja feita pelo Diretor, Chefe ou pelo Agente de Controle Interno, que pelo Relatório de Auditoria da SEFA.

3.1.3.3.16.2 Os Agentes da Administração são responsáveis pela correta aplicação das Leis e Regulamentos.

3.1.3.3.17 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES

3.1.3.3.17.1 Os Diretores ou Chefes de Organizações deverão ter todo o cuidado ao autorizar aquisições ou contratações com inexigibilidade ou dispensa de licitações. As OM deverão seguir rigorosamente os Artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.1.3.3.17.2 A responsabilidade recairá, nos casos do não cumprimento da Lei, sobre os Agentes Diretores que autorizaram o enquadramento e sobre os Diretores ou Chefes que o ratificaram.

3.1.3.3.18 DISPENSAS REPETITIVAS DO EXPEDIENTE

3.1.3.3.18.1 Não será admitida e tolerada a prática da concessão de dispensas repetitivas do expediente, dispensas estas conhecidas como “day-off”.

3.1.3.3.18.2 Os Diretores ou Chefes deverão considerar este tipo de concessão totalmente inadmissível sob qualquer pretexto, justificativa ou modalidade de recompensa.

3.1.3.3.19 CÓDIGO DE CONDUTA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Os Diretores ou Chefes das OM deverão atentar para o conhecimento, análise e o fiel cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal, bem como sua aplicação em suas Unidades.

3.1.4 EMANADAS PELO DIRETOR DE SAÚDE

3.1.4.1.1 DIRETRIZES GERAIS

a) Adotar procedimentos para que os recursos materiais e humanos sejam utilizados com muito critério, evitando o desperdício;

b) Criar um Estado-Maior ou equivalente para as situações de crise;

c) Cuidar para que as iniciativas tenham embasamento científico e legal.

d) Dar o exemplo e conquistar a confiança de todos, dialogando, permanentemente, com o seu efetivo;

e) Observar que a responsabilidade é intransferível, apenas a autoridade pode ser delegada;

f) Estar sempre focado na missão da Organização;

g) Incitar o seu efetivo a preocupar-se com a qualidade e a produtividade;

- h) Investir no aperfeiçoamento dos recursos humanos;
- i) Observar que obra sem fiscalização e acompanhamento, solicitação sem prazo e reunião formal sem ata, não funcionam;
- j) Organizar um bom sistema de inteligência e segurança, com reuniões periódicas;
- k) Possuir supervisor, coordenador ou fiscal para todas as atividades;
- l) Procurar dar sempre uma pronta-resposta;
- m) Recomendar com empenho os critérios de avaliação como previsto nas instruções da CPO/CPG; valorizar o espírito de corpo e o comprometimento com a Força;
- n) Ter sempre o foco na humanização do atendimento;
- o) Buscar, constantemente, o aprimoramento técnico do efetivo;
- p) Praticar a gestão dentro dos princípios da qualidade total;
- q) Honrar e respeitar os ditames preconizados nos códigos de ética profissional e as normas basilares da vida castrense;
- r) Atentar para os impactos sobre o meio ambiente e a saúde dos profissionais;
- s) Exercer, sempre, o Comando pela liderança e exemplo, evitando a todo custo a coerção e a falta de diálogo; e
- t) Jamais se eximir de sua responsabilidade.

3.1.4.2 DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- a) Buscar a redução de custos pela racionalização de meios e de pessoal;
- b) Humanizar o atendimento ao usuário;
- c) Continuar o processo de Acreditação (aprimoramento da qualidade da prestação dos serviços em saúde);
- d) Interagir com os Serviços de Saúde das outras Forças (melhora interoperabilidade entre as forças);
- e) Utilizar Indicadores de desempenho;
- f) Utilização de TI por um Sistema de Informações Gerenciais de Saúde (como ferramenta de apoio à decisão em seus três níveis: estratégico, tático e operacional, que permitirá quantificar, planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de saúde);
- g) Credenciamento.

3.2 DIRETRIZES DO DIRETOR DA OABR

3..2.1 – OBJETIVO

Esta Diretriz tem por objetivo constituir um conjunto de normas e procedimentos a serem observados por profissionais militares, civis e estagiários da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR), com a finalidade de dar cumprimento à missão atribuída a esta Organização de Saúde da Aeronáutica. Sua absoluta observância e execução são da responsabilidade de cada um dos supracitados e deve ser objeto de exigência de todos aqueles que exerçam cargos de chefia nesta OSA. Esta Diretriz é de aplicação obrigatória a todo o efetivo e espelha fielmente a concepção do atual Comando da Odontoclínica

3.2.2-Missão e Atribuição.

Compete à OABR conforme a ROCA21-16, aprovada pela portaria nº 597/GC3 de 19 de maio de 2005, a missão de: **prestar assistência odontológica aos militares da Aeronáutica, lotados na área do Sexto Comando Aéreo Regional, e aos respectivos dependentes.**

São atribuições da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília:

- a) Prestar assistência técnico profissional e psicossocial aos militares da Aeronáutica e seus dependentes, atuando nos campos da Odontologia preventiva, curativa e de reabilitação;
- b) Realizar a ligação com as organizações congêneres existentes, na área, a fim de desenvolver, atualizar e aprimorar suas atividades específicas, visando o sinergismo e a padronização das ações;
- c) Prover apoio odontológico em operações de cunho militar e suporte logístico às Organizações Militares(OM) sob a jurisdição do VI Comando Aéreo Regional (COMAR VI);
- d) Prover o pessoal e material de odontologia necessário às missões aeronáuticas que lhe forem atribuídas; e

e) Realizar cursos de especialização e estágios nas diversas especialidades odontológicas.

No processo de planejamento estratégico a OABR estabeleceu uma visão de futuro, sua missão e valores, que em conjunto com as atribuições regulamentares e em conformidade com o processo de planejamento do COMAER, norteiam todas as ações desta Diretoria:

3. 2.3 – CONCEPÇÃO GERAL

A OABR, é uma OSA de Escalão especial, sendo, portanto, responsável por fornecer atendimento odontológico compatível com o seu nível de especialização e sofisticação tecnológica, respeitando as ditames de nossa realidade, no que tange a recursos materiais e financeiros.

Esta Odontoclínica, por suas características peculiares e vocação, desenvolve práticas de alta complexidade exigindo, de seu efetivo, uma rigorosa conscientização quanto à sua relevância para o Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), pois dela se espera um alto nível de resolutividade em relação ao atendimento dos beneficiários, como também o equacionamento de variadas demandas advindas das Unidades de Saúde apoiadas; vinculadas ao VI COMAR.

Essa vocação impõe a perene busca do aprimoramento e manutenção do compromisso com a qualidade dos serviços odontológicos, já conquistada e incorporada à cultura da OABR.

É oportuno ressaltar que, antes de tudo, ela é uma Organização Militar, logo: **um local onde devem ser cultivados os valores da vida castrense, as tradições da Força Aérea Brasileira e a observância incondicional dos Regulamentos da Aeronáutica.**

Isto nos leva a concluir que devemos conciliar essa cultura, bem como o atual modelo organizacional, com um perfeito alinhamento à Missão da Força Aérea Brasileira, sob constante orientação sistêmica da DIRSA, e ainda zelar, de forma eficiente, pelo seu fiel cumprimento em nosso horizonte de atuação operacional.

Este Comando concorda plenamente com a DIRSA, entendendo o grandioso desafio da Gestão da Saúde, em âmbito mundial, aja vista o cenário, ora vivido, no qual

se inserem o aumento da expectativa de vida aliada à agregação tecnológica, refletindo de forma preocupante no custo do atendimento à saúde bucal

Dentro desse contexto, todos os profissionais que exercem, na OABR, cargos de chefia e ou assistenciais devem estar preparados e imbuídos da necessidade de se equacionar e vencer esse desafio.

Este Comando entende, também, que todos os militares e civis, que ocupem os referidos cargos, devem buscar sempre conduzir seus subordinados de forma a conhecê-los e acompanhá-los em todas as suas atividades técnicas e administrativas, atentando para os preceitos militares e éticos, com o objetivo de desenvolver as boas práticas profissionais e cuidar para que o **Aprendizado Organizacional** seja difundido em todos os níveis hierárquicos. Em outras palavras: **os chefes têm que chefiar.**

Entende-se que o paciente deva ser o objetivo primal e o foco principal do exercício de todas as atividades da Unidade. Em consequência, nenhum paciente ou usuário que buscar atendimento na OABR, de qualquer natureza, seja ela emergencial ou mesmo ambulatorial, deverá ausentar-se sem que seja atendido com qualidade ou orientado de forma resolutiva, de acordo com as necessidades dos mesmos.

3.2.4 – ASPECTOS ESPECÍFICOS

3.2.4.1 – ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

A assistência de saúde bucal constitui a atividade-fim da OABR em suas mais diversas especialidades, quais sejam: Ortodontia, Cirurgia Buco Maxilo, Odontopediatria, Endodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Dentística Restauradora, Periodontia, Radiologia, Semiologia e DTM. É concepção deste Diretor que todas têm a mesma importância, não havendo precedência de nenhuma delas, visto ser o Homem um complexo biopsicossocial, logo, objeto de estudo e atenção de todas. Portanto, todos os profissionais desempenham semelhante e importante papel junto ao paciente.

São deveres do profissional de saúde: a solidariedade, a generosidade e a dedicação para com o paciente. Deve ser sempre lembrado que quem sofre ou tem dor, “tem pressa em ser atendido”. Todas estas características serão levadas em conta

quando da avaliação do profissional, bem como a relação profissional de saúde paciente.

Todo paciente que chegar a OABR deverá ser atendido, e ter o seu problema resolvido e, quando não possível, pelo menos encaminhado na direção da resolução plena.

É exigido do profissional de saúde:

- Tratar todo paciente com urbanidade, cordialidade e respeito, independentemente de seu posto, graduação ou função exercida.
- Colher a história clínica e efetuar exame semiológico, bem como definir a conduta diagnóstica e terapêutica, executando os procedimentos técnicos essenciais em consonância com as boas práticas e protocolos vigentes.
- Efetuar o registro do atendimento de forma correta no prontuário do paciente, pois o mesmo é um documento pericial, passível de análise e requisição em demandas jurídicas. Cabe ressaltar que o criterioso preenchimento do prontuário é um instrumento de salvaguarda aos profissionais de saúde.
- Prestar todo esclarecimento que o paciente, ou familiar (quando for o caso), solicitar, em linguagem clara e acessível ao público leigo, evitando gírias e termos chulos.
- Cumprir o Código de Ética de sua profissão, porém, não confundir ética com corporativismo e encobrimento de faltas.
- Preservar a intimidade e a dignidade do paciente e seus familiares, evitando comentários públicos sobre o mesmo.
- Contribuir através de sua prática para humanização do ambiente de trabalho.
- Ter equilíbrio emocional, urbanidade e tolerância, pois está lidando com seres humanos necessitados de cuidados de saúde.

- Em procedimentos que impliquem quaisquer tipos de risco para o paciente, cabe a sucinta orientação quanto a essa possibilidade sendo imperioso que o mesmo assine o Termo Consentimento Informado.
- Toda conduta técnica deve ser baseada em evidências científicas, protocolos rígidos e de ampla aceitação na comunidade odontológica, devendo-se evitar os “achismos” e a vaidade pessoal. Sempre que possível, os casos controversos devem ser debatidos e as decisões tomadas de forma consensual.
- Os Chefes deverão estimular a cooperação e interação com as outras OSA, em proveito do SISAU e do bom atendimento à comunidade aeronáutica.
- A preocupação com o Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde, sejam biológicos, químicos ou sólidos deve ser obsessiva e rigorosamente observada nos ditames da melhor e mais atual legislação vigente.
- Além do conhecimento e cumprimento do Código de Ética, os profissionais de cada área devem estar afeiçoados e atualizados com as Resoluções dos Conselhos de Classe, sejam Estaduais ou Federais. Se necessário for, serão ministradas, via Divisão de Ensino e Pesquisa da OABR, palestras de atualização e revisão do respectivo Código de Ética.

O expediente da Odontoclínica é das 07h00min às 22h00min nos dias úteis; o atendimento às urgências e emergências odontológicas é ininterrupto pelo serviço de Dentista-de-Dia.

Do ponto de vista técnico a OABR tem as seguintes escalas de serviço:

Dentista-de-Dia – é o responsável pelo atendimento de urgências e emergências, dos pacientes que chegam à OABR em horários e dias nos quais não exista expediente. Concorrem a esta escala os Aspirantes, Segundos-Tenentes, Primeiros-Tenentes. Este

serviço deverá ser recebido e passado perante o Chefe da Divisão Técnica ou seu substituto legal.

Permanência – É o responsável pela recepção dos pacientes e apoio ao Dentista-de-Dia no que diz respeito às necessidades envolvidas nos atendimentos emergenciais. Concorrem a esta escala os Graduados, S1 STO e S2 STO. Este Serviço deverá ser recebido e passado perante o Chefe da Divisão Técnica ou seu substituto legal.

A OABR tem peculiaridades que a distinguem dos demais Escalões Odontológicos Diferenciados, revestindo-se de acentuada importância estratégica uma vez que - situada no edifício que abriga o Comando da Aeronáutica - presta atendimento aos Oficiais Gerais que determinam os destinos de nossa Instituição. Além disso, encarrega-se de prover atendimento, tanto rotineiro quanto emergencial, aos beneficiários do SISAU domiciliados na área do VI COMAR. Tais atribuições refletem-se no volume de consultas executadas, que superam os demais Escalões de mesmo nível.

Por seu peso específico, cabe também a OABR prestar apoio logístico às OSAS existentes no VI COMAR, tanto as inseridas nos limites do Distrito Federal quanto as Unidades sediadas nos Estados de Goiás e Mato Grosso.

Em decorrência de tal gama de atribuições, deve haver uma perfeita interação entre os setores técnicos e administrativos com vista à otimização dos recursos humanos e financeiros, objetivando suprir as carências e demandas que se apresentem. Toda aquisição de material deve ser pautada por normas técnicas dos Protocolos existentes nas diversas especialidades, procurando - sempre e obrigatoriamente - compatibilizar esses protocolos com as orientações emanadas da DIRSA.

O Diretor conta com a assessoria de diversas Comissões, destacando-se entre elas: Comissão de Infecção Hospitalar, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde, Comissão de Padronização de Materiais e de quaisquer outras que se fizerem necessárias para o bom andamento da Instituição, sejam comissões permanentes ou temporárias.

O aperfeiçoamento profissional deve ser uma meta constante para Oficiais, Graduados, Praças e Servidores Civis da Unidade.

Em face do exposto, este Diretor entende que algumas metas e objetivos devam ser estabelecidos e acompanhados com o fito de perenizar esta atual posição da OABR, sob pena da suspensão dessa peculiar e honrosa condição que ora vivemos:

3.2.2 DIRETRIZES ESPECÍFICAS

3.2.2.1 Chefe da Seção de Inteligência

3.2.2.1.1 FINALIDADE

A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer responsabilidades e procedimentos para a atividade de Inteligência e Contra-Inteligência, no âmbito da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR).

3.2.2.1.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.2.2.1.2.1 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

A Seção de Inteligência da OABR é composta por um chefe, um adjunto e um encarregado.

3.2.2.1.3 OBJETIVO

A Seção de Inteligência tem por finalidade precípua o assessoramento à Direção e apresentação de dados úteis à Organização.

3.2.2.1.4 ATRIBUIÇÕES

Como Elo do SINTAER Tipo “D”, a Seção de Inteligência a OABR possui atribuições predominantemente voltadas para a aplicação de medidas de Contra-Inteligência, podendo, eventualmente, produzir conhecimentos em proveito do SINTAER. Assim, compete à Seção de Inteligência:

I – Assessorar o Diretor no trato dos assuntos referentes à atividade de Inteligência;

II – Obter, processar e apresentar informações úteis à Organização;

III – Divulgar e controlar as informações recebidas;

IV – Produzir, em oportunidade, conhecimentos em atendimento às necessidades de outros Órgãos de Inteligência;

V – Confeccionar Situações Particulares de assuntos relevantes;

VI – Realizar a verificação semanal do arquivo “tráfego” da Unidade, a fim de detectar possíveis ameaças à segurança das comunicações;

VII – Realizar Inspeção de Segurança, regularmente;

VIII – Confeccionar os processos de aquisição e transferência de armamento de uso permitido;

IX – Realizar o registro e providenciar a documentação necessária para a regularização das armas de fogo dos militares da OABR;

X – Elaborar, coordenar e atualizar o Plano de Reunião da Unidade;

XI – Realizar o arquivamento de documentos sigilosos da Unidade;

XII – Realizar a avaliação de documentos sigilosos, com vistas a sua classificação, desclassificação ou reclassificação, quando necessário;

XIII – Remeter o Relatório da Subcomissão de Avaliação de Documentos Sigilosos (SPADS), à DIRSA;

XIV – Remeter o Relatório de Repressão a Atividades Ilícitas ligadas ao Narcotráfico (REPRILINA), ao COMAR VI;

XV – Remeter o Termo de Inventário de Documentos e Materiais Controlados ao CIAER;

XVI – Ministrar palestra de orientação quanto aos procedimentos do Plano de Reunião;

XVII – Ministrar palestra de orientação de Segurança.

XVIII – Proceder à solicitação de Credencial de Segurança, quando necessário, junto ao CIAER.

3.2.2.2 Chefe da Seção de Controle Interno

A Seção de Controle Interno (SCI) tem por finalidade assessorar o Agente de Controle Interno (ACI) no trato dos assuntos referentes à Auditoria Interna e ao controle das atividades administrativas, no que tange à verificação e comprovação, à luz da legislação em vigor, da formalidade, da legitimidade, da economicidade, da correção contábil e veracidade dos controles e documentos econômico-financeiros emitidos.

- a) Realizar a auditoria sobre os controles financeiros previstos na ICA 174-1, verificando seus antecedentes e as consequências decorrentes, nos aspectos moral, formal, aritmético, legal e contábil;
- b) Executar o controle sobre os contratos administrativos, orientando os Fiscais de Contrato quanto à legislação vigente;

- c) Conferir e aceitar os itens financeiros no SIGPES, para publicação em Boletim Interno;
- d) Coordenar e orientar as Comissões de Conferência de Pagamento de Pessoal da OABR;
- e) Promover auditorias internas na OABR;
- f) Participar da reunião de prestação de contas da OABR e confeccionar a Ata, encaminhando-a para publicação em Boletim Interno Ostensivo, no prazo previsto pela ICA 174-1;
- g) Conferir e assinar as NPA's da OABR;
- h) Verificar e certificar as requisições de material solicitadas à Seção de Suprimento;
- i) Verificar e autuar o Relatório de Movimentação de Material Mensal para envio à OM de apoio (GAP-BR).
- j) Controlar os depósitos, na conta do Tesouro Nacional, das importâncias recebidas no caixa da Seção de Faturamento;
- k) Envidar esforços para que haja diminuição de gastos em todos os setores da OABR, aplicando os princípios da regularidade, da eficiência, da eficácia e da economicidade.

4 METAS E TAREFAS

Para efeito deste Programa de Trabalho Anual, foram adotadas as seguintes codificações:

SETOR	SIGLA	CÓDIGO DAS TAREFAS (*)
Seção de Inteligência	SIA	15SIA001
Seção de faturamento	SFAT	15SFAT001
Seção de Odontopediatria	SODP	15SODP001
Seção de Prótese Dental	SPD	15SPD001
Seção de Informática	SINFOR	15SINFOR001
Seção de laboratório	SLAB	15SLAB001
Seção de radiologia	SRAD	15SRAD001
Seção de Ouvidoria	SOUV	15SOUV001
Seção de Cirurgia	SCO	15SCO001
Divisão Administrativa	DA	15DA001
Comissão de Gerenciamento de Serviço de Saúde	CGRSS	15CGRSS001

Obs.: (*) O código mencionado refere-se à 1ª tarefa do respectivo setor (sequencial 001).

4.1METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

As metas definidas neste item são relativas aos projetos estratégicos, previstos no Plano Estratégico Militar – PEMAER (PCA 11-47) para o Sistema de Saúde da Aeronáutica.

As metas descritas neste item são metas definidas para o ano em questão, decorrentes dos itens 8.1 e 8.2 do Plano Setorial do COMGEP (PCA 11-15/2015) e adequadas conforme orientações transmitidas em reunião do COMGEP com suas OM subordinadas, no dia 02/07/2017, no CENDOC. PROJETO: O Projeto TELESISAU, contemplado no PEMAER sob o nº PI P000995.00.00, tem como objetivo implantar a tecnologia de suporte

à Telemedicina e ao Tele Ensino no SISAU, tendo como consequência o aprimoramento técnico dos recursos humanos, de modo a apoiar as ações de saúde em Organizações isoladas e nos desdobramentos operacionais da Força, disponibilizando conhecimento e técnicas atualizadas (Telemedicina), além de permitir o acompanhamento do desenvolvimento tecnológico, disseminando o conhecimento especializado e promovendo a qualidade do atendimento de saúde e a redução de custos (Tele Ensino).

4.2 METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL

As metas descritas neste item são metas definidas para o ano em questão, decorrentes dos itens 8.3 a 8.6 do Plano Setorial do COMGEP (PCA

11-15/2015) e baseada nos Objetivos Setoriais do COMGEP (item 6 do PCA 11-15/2015).

OBJETIVO SETORIAL: Aprimorar a Medicina Assistencial no SISAU

ATIVIDADE: Aprimorar o PASIN implantado nas OSA de 4º, 3º e 2º Escalão Reforçado de Atendimento.

O PASIN (Programa Assistencial Integrado), visa promover a humanização e a atenção integral à saúde por meio de assistência proporcionada por médicos generalistas, com foco no gerenciamento do cuidado à saúde, otimizando o atendimento pelos médicos especialistas nas OSA, com a racionalização do acesso a estes, promovendo assim a redução da demanda reprimida das diversas especialidades médicas e possibilitando a criação do médico de referência para os portadores de doenças crônicas.

4.3 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA

ATIVIDADE: Diretriz do Comandante-Geral do Pessoal (extraída do item 7.1.9.3.5 do PCA 11-15/2015): “A DIRSA deverá enviar todos os esforços no sentido de prestar, nas localidades fora da área do Rio de Janeiro, atendimento médico-hospitalar semelhante ao prestado nessa área.

Nos locais onde, por deficiência no número de profissionais disponíveis ou no tipo das instalações existentes, tornar impossível este objetivo, deverá ser facilitada a assinatura de convênios que possibilitem compensar os desníveis existentes. Não poderá sentir-se desamparado o militar, da ativa ou da reserva, que serve ou reside em localidades distantes dos grandes centros.

4.4 METAS/TAREFAS PRÓPRIAS

PROJETO/ ATIVIDADE:

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Verificar pacientes em débito no período	Numerador: Total de pacientes inadimplentes no mês Denominador: Total de pacientes em tratamento no período Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SFAT001	Avaliar os motivos dos pacientes que estão em debito no período, procurando efetividade no controle para diminuição dos valores que estão em debito. Procurar reduzir o debito para 100%.	Dez 2015
Valor arrecadado no período	Valor total em reais arrecadado no período	15SFAT002	Acompanhar a arrecadação no período analisado entre os valores que são enviados para SDPP para desconto em folha, bem como o valor arrecadado com as GRU's e valores que não foram consignados.	Dez 2015
Efetividade da assistência prestada	Numerador: Total de pacientes que retornaram, no período, somente para prevenção Denominador: Total de pacientes que	15SODP001	Avaliar a efetividade do trabalho da seção	Dez 2105

	retornaram para avaliação Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100			
Avaliar ocupação da agenda ofertada	Numerador: Total de horários ocupados Denominador: Total de horários disponíveis para a clínica Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SPD001	Acompanhar a efetividade da ocupação da agenda	Dez2015
Avaliar o desempenho do setor	Numerador: Total de OS's concluídas Denominador: Total de OS's abertas no período Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SINFOR001	Acompanhar a resolução de todas as solicitações de serviço abertas para o setor, procurando alcançar 100% da meta.	Dez 2015
Avaliar o desempenho dos laboratórios externos	Numerador: Total de trabalhos entregues dentro do prazo acordado entre o dentista e o laboratório Denominador: Total	15SLAB001	Acompanhar a efetividade dos laboratórios que prestam serviço para a OABR, com relação ao prazo de entrega dos trabalhos.	Dez2015

	de trabalhos enviados no período Cálculo: dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100			
Avaliar exposição às dosagens desnecessárias	Numerador: Total de exames repetidos no período Denominador: Total de exames realizados Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SRAD001	Acompanhar o numero total de exames que foram repetidos no período.	Dez 2015
Avaliar percepção do cliente externo	Numerador: Somatório das respostas Ótimo e Bom Denominador: Somatório dos itens respondidos nas questões 10, 11, 13 e 14 da pesquisa de satisfação Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SOUV001	Acompanhar o grau de satisfação do cliente nos itens 10,11,13 e 14 do questionário de satisfação do cliente.	Dez 2015
Avaliar percepção do cliente interno	Numerador: Somatório das respostas Ótimo e	15SOUV002	Acompanhar como o nosso cliente interno vê a organização em termos de instalação física, equipamentos e pessoal de apoio.	Dez 2015

	Bom Denominador: Somatório dos itens respondidos na pesquisa de satisfação Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100			
Avaliar demanda de atendimento	Numerador: Total de horários ocupados Denominador: Total de horários disponíveis para consulta Cálculo: Dividir numerador pelo denominador e multiplicar por 100	15SCO001	Procurar alcançar 100% da ocupação da agenda disponível nas clinica. Procurando orientar o paciente em relação às faltas.	Dez2015
Implementar ações de redução do consumo de água	Não há como mensurar devido o controle de consumo ser realizado pelo GAP-BR	15DA001	Mensalmente através de palestra de conscientização, e avaliação do selo de consumo reduzido de agua.	
Implementar ações de redução do consumo de energia elétrica	Não há como mensurar pois o controle é realizado pelo GAP-BR	15DA002	Mensalmente através de palestra de conscientização, e avaliação do selo de consumo reduzido de energia para aquisição de novos equipamentos	Dez 2015
Programar ações de redução da geração de resíduos sólidos	% de Redução no Consumo de Resíduos: [Consumo (em m3) do	15CGRSS001	Conscientização sobre o descarte de lixo	Envio trimestral (até o dia 15 do trimestre

	$\frac{\text{período corrente} \times 100}{\text{Consumo (em m3) do período anterior]} - 100$			seguinte) dos Indicadores. Ao final do exercício, junto com o resultado do 4º trimestre, devem ser enviados os resultados consolidados no ano (indicadores anuais, até 15 de janeiro do ano de 2015)
Reduzir em 10% o consumo de papel (nº de resmas consumidas, em relação ao ano de 2014)	$\frac{\text{Consumo (em nº de resmas de papel solicitadas ao estoque) no período corrente} \times 100}{\text{Consumo (em nº de resmas de papel solicitadas ao estoque) no período anterior]} - 100$	15DAD003	Implementar ações de redução do consumo de papel para impressão e utilização em copiadoras	Dez/2015
			Programar ações para maior utilização de comunicação eletrônica, por meio do SIGADAER, Expresso Mail, RealPopup	

5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIAMATERIAL DE CONSUMO – ND 3.3.90.30 – Ação 2004 – R\$ 911.401,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15DT001	Até DEZ 2015, conforme calendário de licitações da OABR	Realizar o levantamento das necessidades de material de consumo odontológico para as Clínicas, a fim de compor os processos de aquisição.	R\$ 860.000,00
15DA001	Até DEZ 2015, conforme calendário de licitações do GAP-BR	Realizar o levantamento das necessidades de material de expediente, limpeza, elétrico e informática, a fim de compor os processos de aquisição do GAP-BR.	R\$ 51.401,00

1.1. SERVIÇO – ND 3.3.90.39 – Ação 2004 – R\$ 531.000,83

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15DA002	Até DEZ 2015, conforme calendário de licitações da OABR	Realizar o levantamento das necessidades de contratação ou renovação de serviços continuados.	R\$ 481.000,83
15DA003	Até DEZ 2015, conforme calendário de licitações da OABR	Realizar o levantamento das necessidades de contratação de serviços diversos.	R\$ 50.000,00

MATERIAL PERMANENTE – ND 4.4.90.52 – Ação 2004 – R\$ 55.000,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15DT002	Até DEZ 2015, conforme calendário de licitações da OABR	Realizar o levantamento das necessidades de equipamentos para as Clínicas, a fim de compor os processos de aquisição da OABR.	R\$ 55.000,00

6 CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO**6.2** SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Receber, conferir e certificar as planilhas de controle das seções: sci, secdir, sinfor, sreg, sfat, sdint e spm.	Mensal	Até o dia 10/mês	SCI, SECDIR, SINFOR, SREG, SFAT, SDINT E SPM	SCI(OABR)	ICA 174-1
2	Autuar documentação financeira da sfat	Mensal	Conforme demanda	SFAT	SFAT	RADA, ICA 174-1
3	Coordenar e orientar as comissões de conferência de pagamento de pessoal	Mensal	30 dias após o recebimento pela comissão	GAP-BR	SCI(OABR)	RADA, ICA 174-1, ICA 177-36
4	Aceitar os itens financeiros de boletim no sigpes	Semanal	Conforme demanda	SPM	DIRETOR	RADA, ICA 174-1

5	Enviar relação do efetivo	Mensal	Dia 10/MÊS	SPM	SPM	Parte SPM
6	Conferir, certificar e confeccionar a planilha de controle de consumos com telecomunicações	Mensal	Até o 5º dia após a chegada da fatura na OABR	GAP-BR	SCI(OABR)/GAP-BR	ICA 174-1
7	Orientar e receber os relatórios dos fiscais de contrato, e enviá-los ao gap-br	Mensal	Até o dia 15/mês	FISCAIS DE CONTRATO	GAP-BR	ICA 174-1, Parte GAP-BR
8	Publicação da ata da reunião de prestação de contas em boletim interno	Mensal	Até 2 dias após a reunião	SREG, SFAT, SDINT e SSUP	SPM	ICA 174-1
9	Auditoria interna	Anual	30 dias após o término dos exames	ACI/DIRETOR	SCI(OABR)	ICA 174-1
10	Visitas de inspeção	Mensal	Do dia 15 ao dia 30 de cada mês	DIVERSOS SETORES DA OABR	AUDITORIA INTERNA	ICA 174-1
11	Acompanhar o controle físico-financeiro do auxílio-transporte	Mensal	Até o dia 10/mês	SPM	SPM	ICA 161-14
12	Fiscalizar e orientar as comissões em atividade	Mensal	Conforme demanda	COMISSÕES	COMISSÕES	ICA 174-1

6.3 SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Assessoria no planejamento e desenvolvimento das comemorações das “Datas Festivas e Comemorativas do Comando da Aeronáutica”, no que couber à OABR.	Anual	30 dias antes do evento	SCS	DIREÇÃO	.(Portaria nº 54/GM3, 17/01/95)

6.4 SEÇÃO DE INTELIGENCIA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Realizar a avaliação de documentos sigilosos, com vistas à classificação, desclassificação ou reclassificação	Mensal	Até o quinto dia útil de cada mês	SI	DIRSA	ICA 200-12; Ofício nº 9/SSEG-DOC-MAT-DCI/138 do COMGEP
2	Remeter o Relatório da Subcomissão de Avaliação de Documentos Sigilosos (SPADS)	Mensal	Até o quinto dia útil de cada mês	SI	DIRSA	ICA 200-12; Ofício nº 9/SSEG-DOC-MAT-DCI/138 do COMGEP
3	Realizar o arquivamento de documentos sigilosos da Unidade	Conforme demanda	Não há	SI	SI	FCA 200-6
4	Remeter o Relatório REPRILINA	Semestral	Dias 01 de julho e 01 de dezembro	SI	COMAR VI	ICA 205-1
5	Confeccionar a Atualização do Plano de Reunião da OABR	Anual	Até 30 de maio	SI	SI	RCA 34-1
6	Remeter o Termo de Inventário de Documentos e Materiais Controlados	Anual	30 de julho	SI	CIAER	FCA 200-6; Decreto nº

						7845/2012
7	Remeter o Relatório dos Militares de Envolvidos com Justiça	Semestra I	Conforme Cronograma Anual de Atividades Jurídicas do COMAR VI	SI	COMAR VI	Lei nº 8457/1992
8	Confeccionar os Processos de Aquisição e Transferência de Armamento de Uso Permitido	Conforme demanda	Não há	SI	DIRMAB	NSCA 136-1/2012
9	Assessorar o Diretor no trato dos assuntos relacionados à atividade de Inteligência.	Conforme demanda	Oportunamente	SI	Direção da OABR	RICA 21-160/2009
10	Ministrar Palestra de orientação do Plano de Reunião.	Anual	Junho	SI	Efetivo da OABR	RCA 34-1
11	Confecção de Documentos de Inteligência.	Conforme demanda	Oportunamente	SI	CIAER	MCA 200-1
12	Ministrar Palestra de Orientação de Segurança.	Conforme necessidade	Não há	SI	Efetivo da OABR	FCA 200-2
13	Realizar a classificação de documentos sigilosos.	Conforme demanda	Não há	SI	Direção da OABR	FCA 200-6
14	Proceder à solicitação de Credenciais de Segurança.	Conforme necessidade	Não há	SI	CIAER	FCA 200-6

6.5 DIVISÃO ADMINISTRATIVA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades das subdivisões subordinadas;	Mensal	Não há	DA	Seções Subordinadas	RICA21-160-09
2	Elaborar as propostas orçamentárias anual e plurianual da OABR;	Anual	Maio	DA	DIRSA	ICA 170-2
3	Elaborar e manter atualizado o Plano Diretor em consonância com as diretrizes emanadas pela direção da OABR;	Anual	Agosto	DA	DIRSA	MCA 11-1
4	Aprovar as escalas de serviço dos setores sob sua responsabilidade e supervisionar o seu cumprimento;	Mensal	Até 15 dias antes do mês anterior	DA	SPM	RCA 34-1
5	Remessa do Relatório de Gestão Trimestral referente ao 4º Trimestre do ano anterior.	Trimestral	Até o decimo dia Útil	DA	DIRSA (SDTEC)	ICA 19-116
6	Organizar o plano de férias do pessoal civil e militar da OM, submetendo-o à aprovação do Diretor.	Anual	Conforme limite estabelecido pela legislação.	DA	DIREÇÃO	RCA 34-1
7	Remeter os Indicadores Semestrais para atender às recomendações sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Semestral		DA	DIRSA (ASPP/DA)	Atender ao item 4.5-PTA DIRSA

6.6 SEÇÃO DE PESSOAL

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Relações sobre auxílio transporte e assistência pré escolar para envio à SDEE	Mensal	10º dia útil	SPM	SDEE	ICA 161-14
2	Encaminhar as propostas de Atividades Bilaterais com as Forças Armadas de Nações Amigas	Conforme demanda	--	DT	DIRSA/SD LOG	subitem 2.1.14, da ICA 12-10
3	Relações sobre o cadastro no PIS/PASEP para envio à SDEE	Mensal	10º dia útil	SPM	SDEE	ICA 161-14
4	Boletim financeiro EAFP	Mensal	De acordo com o calendário do GAP-BR	SPM	GAP-BR	ICA 35-1
5	Envio da relação de disponibilidades e indisponibilidades para CPJ	Conforme Legislação	Até a data limite estabelecido na legislação	SPM	VI COMAR	Lei 8457/92 e SIJ do COMAR
6	Envio de situação de graduados para promoção de 01 abr	Anual	Conforme BCA	SPM	VI COMAR	RCPGAER, REPROGAER e DMA 39-1.
7	Reengajamento de CB	Anual	Conforme Legislação	SPM	VI COMAR	Decreto 3690/2000
8	Reengajamento de QSCON	Anual	Conforme Legislação	SPM	VI COMAR	ICA 33-23
9	Reengajamento de QOCON	Anual	Até 31 de julho	SPM	VI COMAR	ICA35-1/2007 item 11.2.1.12
10	Remeter ao COMAR a previsão de êxodo de soldados	Semestral	Conforme Legislação	SPM	VI COMAR	ICA 33-2 item 2.9.2
11	Reengajamento de Soldados	Semestral	Conforme Legislação	SPM	VI COMAR	Decreto 3.600/2000

12	Envio do Boletim de Necessidades	Anual	Último dia útil de julho	SPM	SMOB	ICA 33-2 item 2.9.2
13	Elaborar Plano de Concessão de LESP	Anual	5º dia útil de dezembro	SPM	DIRAP	ICA 35-1/2007 item 4.4

6.7 SEÇÃO DE INFORMÁTICA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Controle de Licenças de Programas de Computador Comercializados	MENSAL	ATE O 5º DIA ÚTIL	SINFOR	ACI	Nº : POP 04/SINFOR
2	Atualização mensal	MENSAL	ATE O 5º DIA ÚTIL	SINFOR	SPM	Parte 79/SPM, de 05/05/15
3	BACKUP	DIÁRIO	DIÁRIO	SINFOR	SINFOR	Nº : POP 09/SINFOR

7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1 INSTRÇÕES TERRESTRES:

7.1.1 TACF 1º Período: 09/03/2015 a 20/03/2015

7.1.2 TACF 2º Período: 17/08/2015 a 28/08/2015

8-Disposições Finais:

Excepcionalmente, com vistas a compatibilizar os prazos estabelecidos no Plano Setorial do COMGEP e no Programa de Trabalho da DIRSA, o presente Programa de Trabalho (PT) terá vigência de 2014 a 2015, até a atualização do Plano de Trabalho da DIRSA e, consequentemente deste PT.

As revisões acontecerão em consequência de atualização do Plano Setorial do COMGEP e do Programa de Trabalho da DIRSA, por orientação/determinação destes, mediante propostas da OABR, as quais serão submetidas à DIRSA para aprovação.

As Metas estabelecidas para atender às recomendações sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis do TCU (Relatório de Gestão) e ao Tópico 7, Atividades Setoriais, (7.2 Atividades Setoriais Específicas, 7.2.1 COMGEP e OM Subordinadas) do PCA 301-5/2011, devem ser perseguidas com criatividade, com soluções simples e criativas, disseminando a cultura do consumo responsável e gestão ambiental.

Deve ser dada prioridade às ações que minimizem os desperdícios, ao invés de grandes projetos ou ações que demandem grande investimento de recursos.

Os casos não previstos neste PT serão submetidos à apreciação do Diretor da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília.

Este Programa de Trabalho entra em vigor após sua aprovação pelo Exmo. Sr. Diretor de Saúde da Aeronáutica.

9 : REFERÊNCIAS

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 8/3SC2, de 14 de abril de 2003. Aprova a reedição do Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica = MCA 10-3. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 74, 22 abr. 2003, p. 2141.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 956/GC3, de 3 de outubro de 2003. Aprova a edição da Norma do Sistema de Pessoal da Aeronáutica (SISPAER) = NSCA 30-1. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 194, 9 out. 2003, p. 5807.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 62/GC3, de 14 de fevereiro de 2008. Aprova o Manual que dispõe sobre elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho = MCA 11-1. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 36, 22 fev. 2008, p. 886.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 89/5EM, de 7 de junho de 2010. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER) = ICA 10-1. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 106, 9 jun. 2010, p. 4068.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Intendência. Portaria nº 4/SDDE, de 19 de janeiro de 2011. Aprova a edição da Instrução que estabelece as Instruções Reguladoras das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica = ICA 163-1. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 25, 4 fev. 2011, p. 976.

_____. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENDS nº 29/DE-6, de 19 de janeiro de 2011. Aprova a reedição da Instrução do Comando da Aeronáutica “Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica” = ICA 54-1. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 21, 31 jan. 2011, p. 774.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

ICA 11-100

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS-
DUMONT**

2015

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE SAÚDE**



PLANEJAMENTO

ICA 11-100

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS-
DUMONT**

2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE SAÚDE

PORTARIA DIRSA Nº 78/ASPP, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova a Instrução que dispõe sobre o Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont para o ano de 2015.

O DIRETOR DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 10, do Regulamento da DIRSA, aprovado pela Portaria nº 1.592/GC3, de 25 de setembro de 2014 e considerando os subitens 1.3.2.4 e 4.2.3 do MCA 11-1/2014, aprovado pela Portaria EMAER nº 61/6SC, de 19 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 11-100 “Programa de Trabalho Anual da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont para o ano de 2015”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Méd JORGE REBELLO FERREIRA
Diretor da DIRSA

(Publicado no BCA nº 178, de 23 de setembro de 2015)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	09
1.1	<u>FINALIDADE.....</u>	09
1.2	<u>CONCEITUAÇÃO.....</u>	09
1.3	<u>COMPETÊNCIA.....</u>	09
1.4	<u>ÂMBITO.....</u>	09
2	ORGANIZAÇÃO MILITAR.....	09
2.1	<u>MISSÃO.....</u>	09
2.2	<u>COMPETÊNCIAS.....</u>	10
2.3	<u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</u>	10
2.4	<u>VISÃO.....</u>	11
2.5	<u>VALORES.....</u>	11
3	DIRETRIZES.....	12
3.1	<u>EMANADAS DOS ÓRGÃOS SUPERIORES.....</u>	12
3.2	<u>EMANADAS PELO DIRETOR DE SAÚDE.....</u>	12
3.3	<u>EMANADAS PELO DIRETOR DA OM.....</u>	13
4	METAS E TAREFAS.....	14
4.1	<u>METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS.....</u>	15
4.2	<u>METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL.....</u>	15
4.3	<u>METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA.....</u>	15
4.4	<u>METAS/TAREFAS PRÓPRIAS.....</u>	15
5	COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	18
5.1	<u>MATERIAL DE CONSUMO.....</u>	18
5.2	<u>SERVIÇO.....</u>	18
5.3	<u>MATERIAL PERMANENTE.....</u>	18
6	CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO.....	19
6.1	<u>DIREÇÃO.....</u>	19
6.2	<u>DIVISÃO TÉCNICA.....</u>	19
6.3	<u>DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....</u>	20
7	INSPEÇÕES.....	23
8	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	23
9	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

PREFÁCIO

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em funções de objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

A atividade de planejamento é complexa em decorrência de sua própria natureza, qual seja, a de um processo contínuo de pensamento sobre o futuro, desenvolvido mediante a determinação de estados futuros desejados e a avaliação de cursos de ação alternativos a serem seguidos para que tais estados sejam alcançados.

A definição de metas a serem alcançadas no longo prazo (Plano Estratégico), no médio prazo (Plano Setorial) e no curto prazo (Programa de Trabalho Anual) cria condições adequadas para a execução de um planejamento coerente, trazendo segurança à Administração. Assim, ao final de cada exercício, quando todo Agente da Administração prestará contas, dentro do seu nível de atuação, por intermédio do Relatório de Gestão, será realizado o confronto entre as metas alcançadas e os recursos aplicados, baseados no planejamento estabelecido, o que garante a segurança ao Agente Público e a certeza do dever bem cumprido.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente programa de trabalho tem por finalidade estabelecer o conjunto de Atividades Específicas a serem desempenhadas pela OASD, bem como as Diretrizes e Orientações do Diretor da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont, a fim de que sejam executados os Projetos Estratégicos e alcançados os Objetivos Setoriais e Metas. Foi dado cumprimento à missão atribuída, em consonância com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER (PCA 11-47), com a MCA 11-1 “Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho”, com o PCA 11-114/2015 “Plano Setorial do Comando-Geral do Pessoal para o ano de 2015” e com a ICA 11-91/2015 “Programa de Trabalho Anual da Diretoria de Saúde”.

1.2 CONCEITUAÇÕES

Para efeito desta publicação, os termos e expressões abaixo têm as conceituações definidas no Manual de Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual (MCA 11-1).

1.3 COMPETÊNCIA

A elaboração do presente Programa é responsabilidade do chefe da Divisão Administrativa, em consonância com as Diretrizes de Comando emanadas pelo Agente Diretor. O controle da execução e atualização do mesmo é de responsabilidade dos chefes das Divisões Técnica e Administrativa e do chefe da Secretaria da Direção, assessorados pelas subdivisões subordinadas e seções de assessoramento direto, nos assuntos específicos de cada setor. A competência para aprovação deste Programa é do Diretor da DIRSA.

1.4 ÂMBITO

Este programa de trabalho aplica-se a toda estrutura organizacional da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont.

2 ORGANIZAÇÃO MILITAR

2.1 MISSÃO

A OASD tem por missão precípua “prestar atendimento odontológico multidisciplinar aos militares da ativa, da reserva e dependentes na área do Rio de Janeiro. Manter os oficiais dentistas em constante aperfeiçoamento nas diversas especialidades”.

Como tarefas deduzidas, pode-se destacar:

- a) Zelar pela conservação das instalações e equipamentos que compõem o acervo patrimonial da OSA;
- b) Empenhar-se na busca constante do bem-estar do efetivo e dos seus usuários;
- c) Manter estreita interação com Organizações congêneres, especialmente as localizadas na área do Rio de Janeiro, a fim de buscar o desenvolvimento, a atualização e aprimoramento de suas atividades específicas; e
- d) Realizar estudos e pesquisas em sua área de atuação.

2.2 COMPETÊNCIAS

Compete à OASD, conforme estabelecido no ROCA 21-16, aprovado pela Portaria nº 597/GC3, de 19 de maio de 2005:

I - prestar a assistência técnico-profissional, no campo da Odontologia preventiva, curativa e de reabilitação, ao pessoal militar da Aeronáutica e aos seus dependentes;

II - realizar a ligação com organizações congêneres existentes na área, a fim de desenvolver, atualizar e aprimorar suas atividades específicas;

III - prover apoio odontológico em operações militares e para as Organizações Militares (OM) correspondentes à área de jurisdição do III Comando Aéreo Regional (III COMAR);

IV - prover o pessoal e material de odontologia necessário às missões aeromédicas que lhe forem atribuídas;

V - realizar estudos e treinamentos técnicos em sua área de atuação; e

VI - realizar cursos de especialização e estágios nas diversas especialidades odontológicas.

Este Plano de Trabalho Anual (PTA) estabelece as diretrizes do Diretor da OASD para o exercício de 2015. O cronograma das ações a serem implementadas subsidiará a elaboração do Calendário Administrativo, norteador e regulador das atividades desta OSA. Mais do que estabelecer as metas a serem alcançadas e delinear ações para o ano de 2015, o PTA traz em seu bojo o espírito a ser adotado pelo efetivo da OASD diante dos desafios a serem enfrentados, buscando cumprir a sua missão regulamentar com o máximo de qualidade, empenho e economicidade.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A OASD tem a seguinte estrutura básica:

I - Direção;

II - Divisão Técnica; e

III - Divisão Administrativa;

A Direção (DIR) é composta pelo Diretor; Ouvidoria (OUV); Secretaria da Direção (SED); Seção de Comunicação Social (SCS); Seção de Controle Interno (SCI); Seção de Assistência Social (SAS); Seção de Inteligência (SIT); e Comissões.

A Divisão Técnica (DT) é composta pelo Chefe; Subdivisão de Clínicas (SCL); Subdivisão de Serviços Técnicos e Auxiliares (STA); e Subdivisão de Ensino e Pesquisa (SEE).

A Divisão Administrativa é composta pelo Chefe; Subdivisão de Intendência (SDI); Subdivisão de Pessoal (SDP); e Subdivisão de Infra-Estrutura (SIE).

2.4 VISÃO

“Ser reconhecida pela Força Aérea Brasileira, por seus usuários e pelas instituições congêneres, civis e militares, como um Serviço Odontológico de Excelência”.

2.5 VALORES

2.5.1 LEALDADE

Para com o próximo, para com o seu Diretor, para com a FAB e para com a Nação;

2.5.2 RESPEITO

Tratar a todas as pessoas que nos cercam com igualdade, dignidade e cordialidade que merecem;

2.5.3 INTEGRIDADE

Para conduzir as ações com retidão de caráter, imparcialidade e justiça;

2.5.4 DIGNIDADE

Para receber o merecimento ético pela conduta que deve ser sempre pautada na honestidade, justiça, honradez e respeito;

2.5.5 IDEALISMO

Para servir à sua Organização e à Força Aérea com dedicação, amor e brio;

2.5.6 COMPROMETIMENTO

Para conceber as tarefas como obrigações previsíveis e passíveis de serem suplantadas e bem realizadas pela dedicação e interesse em servir, sempre em prol da Instituição maior, a FAB;

2.5.7 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Buscar ininterruptamente se alinhar aos mais modernos conceitos de qualidade, bem como o aprimoramento técnico, organizacional e gerencial;

2.5.8 MOTIVAÇÃO

Para desempenhar as atribuições sempre com a autoestima elevada e alegria no dia a dia da Organização, contribuindo para um ambiente de trabalho mais ameno;

2.5.9 RESPONSABILIDADE

Para trabalhar sempre com ética e a consciência de que as missões têm que ser cumpridas, devendo ser conduzidas com zelo, correção e presteza;

2.5.10 HONESTIDADE DE PROPÓSITOS

Para que todas as ações sejam conduzidas em favor do bem comum, do interesse público e não, apenas, em benefício de cada agente; e

2.5.11 AMOR À PROFISSÃO

Para dedicar-se de forma intensa e completa, buscando sempre a melhoria pessoal e organizacional, assumindo que o sucesso da Organização é parte integrante e fundamental do sucesso pessoal.

3 DIRETRIZES

3.1 EMANADAS DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

As Diretrizes emanadas pelos Órgãos superiores constam da ICA 11-91/2015 – “Programa de Trabalho Anual da DIRSA”

3.2 EMANADAS PELO DIRETOR DE SAÚDE

3.2.1 DIRETRIZES GERAIS

- a) adotar procedimentos para que os recursos materiais e humanos sejam utilizados com muito critério, evitando o desperdício;
- b) criar um Estado-Maior ou equivalente para as situações de crise;
- c) cuidar para que as iniciativas tenham embasamento científico e legal;
- d) dar o exemplo e conquistar a confiança de todos, dialogando, permanentemente, com o seu efetivo;
- e) observar que a responsabilidade é intransferível, apenas a autoridade pode ser delegada;
- f) estar sempre focado na missão da Organização;
- g) incitar o seu efetivo a preocupar-se com a qualidade e a produtividade;
- h) investir no aperfeiçoamento dos recursos humanos;
- i) observar que obra sem fiscalização e acompanhamento, solicitação sem prazo e reunião formal sem ata, não funcionam;
- j) organizar um bom sistema de inteligência e segurança, com reuniões periódicas;
- k) possuir supervisor, coordenador ou fiscal para todas as atividades;
- l) procurar dar sempre uma pronta-resposta;
- m) recomendar com empenho os critérios de avaliação como previsto nas instruções da CPO/CPG; valorizar o espírito de corpo e o comprometimento com a Força;
- n) ter sempre o foco na humanização do atendimento;
- o) buscar, constantemente, o aprimoramento técnico do efetivo;
- p) praticar a gestão dentro dos princípios da qualidade total;
- q) honrar e respeitar os ditames preconizados nos códigos de ética profissional e as normas basilares da vida castrense;
- r) atentar para os impactos sobre o meio ambiente e a saúde dos profissionais;
- s) exercer, sempre, o Comando pela liderança e exemplo, evitando a todo Custo a coerção e a falta de diálogo; e

t) jamais se eximir de sua responsabilidade.

3.2.2 DIRETRIZES ESPECÍFICAS

- a) buscar a redução de custos pela racionalização de meios e de pessoal;
- b) Humanizar o atendimento ao usuário;
- c) Continuar o processo de Acreditação (aprimoramento da qualidade da prestação dos serviços em saúde);
- d) interagir com os Serviços de Saúde das outras Forças (melhorar a interoperabilidade entre as forças);
- e) utilizar Indicadores de desempenho;
- f) utilização de TI por um Sistema de Informações Gerenciais de Saúde (como ferramenta de apoio à decisão em seus três níveis: estratégico, tático e operacional, que permitirá quantificar, planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de saúde); e
- g) implementar processos de credenciamento no SISAU.

3.3 EMANADAS PELO DIRETOR DA OM

O Agente Diretor estabelece para as Divisões e Seções de assessoramento direto, que compõem a Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont, as seguintes diretrizes:

- a) o objetivo principal do efetivo deverá ser sempre o melhor atendimento ao usuário de SISAU, com o máximo de produtividade e mantida as características de alta qualidade nos serviços prestados;
- b) os recursos disponibilizados deverão ser correta e racionalmente empregados, visando à obtenção de resultados precisos na consecução das metas planejadas para o exercício 2015;
- c) aprimorar os processos técnicos e administrativos existentes, a fim de atender, prioritariamente, as demandas dos usuários e sanar ou atenuar as deficiências porventura identificadas nos diferentes setores;
- d) manter e aperfeiçoar os horários das diversas clínicas, com o intuito de promover total cobertura clínica, com a presença de todos os especialistas diariamente, tanto para a resposta a eventuais pareceres como para as atividades clínicas e cirúrgicas durante o período de atendimento;
- e) manter o serviço de Dentista-de-Dia operando vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana;
- f) manter os cursos de especialização em Implantodontia e Endodontia em pleno funcionamento;
- g) reativar o curso de especialização em Prótese Dentária;
- h) as Comissões de Ética e de Controle de Infecção Hospitalar deverão ter participação atuante e constante de acordo com o previsto em suas respectivas NPA; e
- i) procurar alternativas viáveis para que haja acréscimo de espaço físico (Prédio Anexo) para abrigar diversos setores administrativos, de acordo com parecer de auditoria da SEFA (atual CENCIAR), realizado em 2010.

4 METAS E TAREFAS

Para efeito deste Programa de Trabalho Anual, foram adotadas as seguintes codificações:

SETOR	SIGLA	CÓDIGO DAS TAREFAS
Seção de Dentística	SDT	15SDT001
Seção de Odontopediatria	SPD	15SPD001
Seção de Endodontia	SEN	15SEN001
Seção de Prótese	SPT	15SPT001
Seção de Arquivo Técnico e Estatístico	SATE	15SAT001
Seção de Ensino e Pesquisa	SEE	15SEE001
Secretaria da Direção	SED	15SED001
Seção de Esterilização	SES	15SES001
Seção de Comunicação Social	SCS	15SCS001
Seção de Ouvidoria	OUV	15OUV001
Seção de Radiologia	SRA	15SRA001
Divisão Administrativa	DVA	15DVA001
Seção de Infra-estrutura	SIE	15SIE001
Seção de Informática	SIN	15SIN001
Seção de Almoxarifado	SAL	15SAL001

Obs: (*) O código mencionado refere-se à 1ª tarefa do respectivo setor (sequencial 001).

4.1 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Não há.

4.2 METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL

Não há.

4.3 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA

PROJETO/ ATIVIDADE: Aprimorar o Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica / Aprimorar a gestão no SISAU

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Reduzir em 10% o consumo de papel (nº de resmas consumidas), em relação ao ano de 2014, até dez. 2015.	{[Consumo (em nº de resmas de papel solicitadas ao almoxarifado ou estoque) no período corrente / Consumo (em nº de resmas de papel solicitadas ao almoxarifado/estoque) no período anterior] x 100} – 100	15SAT001	Não imprimir agenda diária dos oficiais dentistas.	DEZ/2015
		15SED001	Não imprimir minutas de documentos.	DEZ/2015
		15SPM001	Disponibilizar todas as Escalas de Serviço na página da OASD para não haver impressão das mesmas.	DEZ/2015
		15SED002	Inserir todos os avisos aos militares da OASD na rede interna para consulta, a fim de evitar a impressão dos mesmos.	DEZ/2015
		15SIN001	Implementar ações para maior utilização de comunicação eletrônica, por meio do SIGADAER, Expresso Mail, RealPopup.	DEZ/2015

4.4 METAS/TAREFAS PRÓPRIAS

PROJETO/ ATIVIDADE: Manter o pleno funcionamento da Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont/Aprimorar o atendimento ao usuário do SISAU.

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Manter a Odontoclínica em pleno funcionamento ao longo de todo o ano de 2015, de modo a fornecer o suporte necessário aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica.	$I = \frac{\text{Nº de tarefas realizadas}}{\text{Nº de tarefas planejadas}} \times 100$	15SDI001	Adquirir material odontológico.	DEZ/2015
		15SDI002	Adquirir material de expediente.	DEZ/2015
		15SD 003	Adquirir materiais de para manutenção da operacionalidade da Odontoclínica.	DEZ/2015
		15SDI004	Adquirir material de higiene e limpeza.	DEZ/2015
		15SDI005	Quitar as despesas com manutenção dos equipamentos da clínica.	DEZ/2015

		15SDI006	Quitar as despesas com serviço de coleta de lixo hospitalar.	DEZ/2015
		15SDI007	Quitar as despesas com serviço de limpeza das áreas internas da OASD.	DEZ/2015
		15SDI008	Quitar as despesas com serviço de manutenção de ar-condicionado.	DEZ/2015
		15SDI009	Quitar despesas com serviço de manutenção predial.	DEZ/2015
		15SDI010	Adquirir equipamentos odontológicos.	DEZ/2015
		15SDI011	Adquirir equipamentos de refrigeração para climatização da OASD.	DEZ/2015

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Reformar 03 banheiros da OASD	$I = \frac{\text{nº de banheiros reformados}}{3} \times 100$	15SIE001	Definir as intervenções necessárias.	AGO/2015
		15SDI001	Emitir requisição de serviço de engenharia de acordo com as atas de pregão vigentes.	SET/2015
		15SDI002	Empenhar o serviço de Engenharia.	OUT/2015
		15SIE002	Iniciar os serviços de Engenharia.	NOV/2015

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Reduzir o absenteísmo causado pelas faltas e/ou desmarcações próxima ao horário da consulta a 10%.	$I = \frac{\text{nº de ausências}}{\text{nº de consultas agendadas}} \times 100$	15SAT002	Coibir a marcação de múltiplas consultas na mesma especialidade.	DEZ/2015
		15SIN002	Implantar sistema de envio de SMS aos pacientes agendados com 24h de antecedência.	OUT/2015
		15SAT003	Disponibilizar cartão de marcação de consultas a todos os usuários para anotação das datas e horários das consultas agendadas.	DEZ/2015

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Atingir 100% dos militares da Seção de Manutenção da OASD capacitados em manutenção de equipamentos odontológicos	$I = \frac{\text{nº de militares com o curso}}{\text{nº de militares da Seção}} \times 100$	15SEE001	Levantar Instituições que ministram cursos de manutenção em equipamentos odontológicos.	MAIO/2015
		15SEE002	Definir a Instituição e efetivar inscrições dos militares.	JUN
		15SEE003	Designar os militares que realizarão o curso.	JUL/2015

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Atingir 50% do efetivo de oficiais cirurgiões-dentistas da OASD capacitados a intervir quanto à intercorrência sistêmica ocorrida no consultório odontológico.	$I = \frac{\text{nº de oficiais capacitados}}{\text{nº total de oficiais}} \times 100$	15SEE004	Levantar quantitativo de militares que já realizaram o Curso de Emergências Médicas em Consultório Odontológico (CEMCO).	AGO/2015
		15SEE005	Selecionar os oficiais para realizar o CEMCO.	AGO/2015
		15SEE005	Encaminhar ofício ao IMAE solicitando a realização do curso na OASD.	SET/2015
		15SAT003	Reservar dois consultórios para realização do curso.	NOV/2015
		15SEE007	Coordenar a realização do curso.	DEZ/2015

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Atingir 100% do efetivo da OASD imunizado contra Hepatite B e Tétano.	$I = \frac{\text{nº de militares imunizados}}{\text{nº de militares da OASD}} \times 100$	15SES001	Levantar as necessidades de vacinação do efetivo da OASD	JUN/2015
		15SES002	Encaminhar ofício ao HCA solicitando disponibilização das vacinas.	JUL/2015
		15SES003	Vacinar o efetivo.	OUT/2015

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Atualizar 100% das NPA's da OASD	$I = \frac{\text{nº de NPA's atualizados}}{\text{nº de NPA's da OASD}} \times 100$	15DVA001	Levantar as NPA's que estão desatualizadas.	JUN/2015
		15DVA002	Encaminhar memorando aos chefes de Divisão, Subdivisão e Seções determinando a atualização das NPA's.	JUL/2015
		15DVA003	Efetivar as NPA's revisadas e publicar em Boletim Interno.	NOV/2015

5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 MATERIAL DE CONSUMO:

ND 339030 - Ação 2004 - R\$ 622.178,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15SDI001	Conforme calendário de licitações do GAP-RJ	Aquisição de material odontológico	621.465,56
15SDI002		Aquisição de material de expediente	5.000,00
15SDI003		Aquisição de materiais para manutenção da vida vegetativa da OASD	5.000,00
15SDI004		Adquirir material de higiene e limpeza	20.000,00

OBS. A diferença a menor de R\$ 29.287,56 deverá ser suprida por meio da troca de elemento de despesa 339039 dessas mesmas ações.

5.2 SERVIÇO

ND 339039 – Ação 2004 – R\$ 190.726,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15SDI005	ATÉ DEZ/2015	Realizar manutenção dos equipamentos da clínica.	30.000,00
15SDI006	ATÉ DEZ/2015	Serviço de coleta de lixo hospitalar	16.128,96
15SDI007	ATÉ DEZ/2015	Limpeza das áreas internas da OASD	65.679,84
15SDI008	ATÉ DEZ/2015	Serviço de manutenção de ar-condicionado	9.629,64
15SDI009	ATÉ DEZ/2015	Serviço de manutenção predial	40.000,00

OBS. A diferença a maior de R\$ 29.287,56 deverá suprir por elemento de despesa 339030 dessas mesmas ações.

5.3 MATERIAL PERMANENTE

ND 449052 – Ação 2004 – R\$ 40.770,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
15SDI010	ATÉ DEZ/2015	Adquirir equipamentos odontológicos.	30.770,00
15SDI011	ATÉ DEZ/2015	Adquirir equipamentos de refrigeração para climatização da OASD	10.000,00

6 CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO

6.1 DIREÇÃO

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Envio à Diretoria de Saúde da Pesquisa de Opinião – Ouvidoria.	SEMESTRAL	31/01 31/07	SCS	DIRSA	OT 006/DIRSA/2006
2	Encaminhar o Relatório de Gestão do exercício financeiro anterior.	ANUAL	10 FEV	SCI	COMGEP	MCA 172-3
3	Enviar necessidades de QODENT , para fins de elaboração de propostas de vagas em concurso.	ANUAL	05/02	SED	DRH/SDLSOP	
4	Aprovar e publicar em Boletim Interno da OM, o respectivo Programa de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre, bem como encaminhar uma cópia ao respectivo COMAR (A-7), até o décimo dia útil do mês de março.	ANUAL	ATÉ 10º. DIA ÚTIL DO MÊS MARÇO	SED	III COMAR (A-7)	MCA 50-1
5	Encaminhar ao III COMAR (A-7), até o dia 20 de janeiro, o Relatório Anual de Instrução de Tiro, com os resultados obtidos e medidas corretivas adotadas, se for o caso.	ANUAL	ATÉ DIA 20 JAN.	SED	III COMAR (A-7)	MCA 50-1
6	Encaminhar à Assessoria de Controle Interno do GAP-RJ, a relação dos usuários do SIAFI Operacional da OASD, referente ao quarto bimestre de 2015.	BIMESTRAL	Até 5º dia útil posterior ao término do bimestre	SCI	GAP-RJ	Ofício nº 522/ACONT/2137, de 18 de março de 2015 e Ofício nº 38/SUCONT- 3/2430, de 6 de junho de 2014.
7	Remeter os indicadores referentes às Metas e Tarefas Atribuídas às OSA subordinadas.	SEMESTRAL	15/01 15/07	SEE	ASPP	(ICA 11-91/2015) PTA DIRSA, item 4.5

6.2 DIVISÃO TÉCNICA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Encaminhar as propostas de Atividades Bilaterais com as Forças Armadas de Nações Amigas	ANUAL	15/01	SEE	SDLSOP DIRSA	ICA 12-10, subitem 2.1.14
2	Remeter os Indicadores indicadores referentea às Metas e Tarefas Atribuídas às OSA subordinadas.	SEMESTRAL	15/01 15/07	SEE	ASPP	(ICA 11-xx) PTA DIRSA 2015, item 4.5

3	Enviar necessidades de QODENT , para fins de elaboração de propostas de vagas em concurso.	ANUAL	05/02	STA	DRH/SDLSOP	
4	Enviar as propostas de Missões PLAMTAX (A+1)	ANUAL	25/06	SEE	DRH/SDLSOP/ DIRSA	ICA 12-10, subitem 2.1.14
5	Enviar as propostas de Missões PLAMENS BR e EXT (A+2)	ANUAL	15/07	SEE	DRH/SDLSOP/ DIRSA	ICA 37-109
6	Encaminhar estatística de produtividade via e-mail, referente ao mês anterior.	MENSAL	ATÉ O 10º DIA UTIL	STA	DOD/DIRSA	

6.3 DIVISÃO ADMINISTRATIVA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO
1	Envio dos D.E.F. relativos ao mês anterior. Of. Circ. 7/SFIN/2243 de 19/03/15. Prot. 67246.002022/2015-97.	MENSAL	ATÉ 5º. DIA ÚTIL	SDI	GAP-RJ	
2	Preencher os dados do centro de custos na página da DIRSA.	MENSAL	ATÉ DIA 20	SDI	DIRSA (AGO)	
3	Envio da 1ª. via da Prestação de Contas à Seção de Material do GAP-RJ	MENSAL	ATÉ O 2º. DIA ÚTIL DE CADA MÊS.	SAL	GAP-RJ	
4	Encaminhar as solicitações de adiamento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP), a ser realizado no segundo semestre do ano vigente e primeiro semestre do ano seguinte (A+1)	SEMESTRAL	28/02 28/08	SPM	DRH/SDLSOP/ DIRSA	ICA 37-14, subitens 4.3 e 4.4
5	Remeter ao COMGEP, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, o Rol de Documentos Classificados e Desclassificados nos últimos 12 (doze) meses, bem como o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo.	ANUAL	15/04	SPM	COMGEP	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
6	Enviar a proposta do PLAMOV (A+1)	ANUAL	02/05	SPM	DRH/SDLSOP/ DIRSA	ICA 30-4, subitem 2.2.18, letra “a”
7	Encaminhar as solicitações de adiamento ou desistência do CPEA e CCEM, previstos para o ano seguinte.	ANUAL	22/05	SPM	DRH/SDLSOP/ DIRSA	ICA 37-14, subitens 4.3 e 4.4
8	Encaminhar relação de pedidos de equipamentos Médico-Hospitalares priorizados por ordem de necessidade da OSA	ANUAL	30/05	SAL	DRH/SDLSOP/ DIRSA	

09	Informar recursos do Plano Plurianual de Obras (PPO), do exercício em vigor (T), que não serão utilizados no exercício	ANUAL	31/07	SDI	DIEHS/SDLSOP/DIRSA	
10	Encaminhar as atualizações ou solicitações de inclusão dos Cursos ou Estágios da TCA 37-14/2015	ANUAL	30/08	SEE	DEN/SDTEC/DIRSA	TCA 37/14
11	Remeter a proposta do Plano Plurianual de Obras (PPO), referente ao período de 2016 a 2020, que contenha, de maneira consolidada e priorizada, todas as suas metas, observando, como fator de planejamento, a compatibilidade com o Plano Diretor em vigência.	ANUAL	30/09	SIE	DIEHS/SDLSOP/DIRSA	
12	Confecção do Programa de Trabalho Anual do Ano seguinte e encaminhamento para aprovação da DIRSA	ANUAL	30/11	DVA	ASPP/DIRSA	MCA 11-1
13	Prestação de contas do Auxílio-Transporte do mês anterior	MENSAL	Dia 10	SPM	SDEE	ICA 161-14
14	Remeter o Relatório de Cotejamento do Auxílio Pré-Escolar	MENSAL	Dia 10	SPM	SDEE	ICA 161-11
15	Encaminhar as solicitações de adiamento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP), a ser realizado no segundo semestre do ano vigente e ao primeiro semestre do ano seguinte	SEMESTRAL	FEV/SET	SPM	DIRSA	ICA 37-14
16	Publicar o resultado do TACF	SEMESTRAL	ABRIL/OUT	SPM		ICA 54-1
17	Elaborar e remeter o Plano de LESP	SEMESTRAL	JUN/ NOV	SPM	DIRAP	ICA 35-1
18	Analisar requerimentos de prorrogação considerando as informações fornecidas pela SECPRM, os pareceres anteriores, a necessidade do serviço e de renovação do Quadro e encaminhar os processos a DIRSA (via COMAR III), com o parecer do Diretor da OASD.	SEMESTRAL	MAIO/AGO	SPM	DIRSA (via COMAR III)	ICA 35-1
19	Analisar requerimentos de prorrogação considerando as informações fornecidas pela SECPG, os pareceres anteriores, a necessidade do serviço e de renovação do Quadro e encaminhar os processos a DIRSA, com o parecer do Diretor da OASD.	SEMESTRAL	MAIO/AGO	SPM	DIRSA	ICA 35-1
20	Remeter as indicações para medalhas "Mérito Santos Dumont".	Eventual	Até 15-fev	SPM	DIRSA	Portaria nº 106/SCC, de 20/02/1998
21	Remeter os comprovantes de avaliação das	Eventual	Até 15-jun	SPM	CPO	ICA 36-4

	Fichas CPO-2 (Aspirante-a-Oficial).					
22	Remeter as indicações para a Medalha "Bartolomeu de Gusmão".	Eventual	Até 15-out	SPM	DEPENS	Portaria nº 1999/SCGC, de 27/11/2014
23	Remeter Ofício ref. às seguintes Declarações de Bens e Rendas (IRPF): Agente Diretor, Ordenador de Despesas, Agente de Controle Interno, Presidente da Comissão de Licitação e Gestor de Pessoal.	Semestral	Até dia 15	SPM	SEFA	Portaria nº 738/GC6

7 INSPEÇÕES

7.1 INSPEÇÕES DE ÓRGÃO SUPERIOR

8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 INSTRUÇÃO TERRESTRE

- TACF (1º período): 13/04/15 a 24/04/15;
- TACF (2º período): 28/09/15 a 09/10/15; e
- TMB e TMA: 17 e 18 SET 2015.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos não previstos neste documento serão levados à apreciação do Diretor da OASD.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº C-15/GC3, de 9 de setembro de 2010. Aprova a reedição do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PEMAER) = PCA 11-47. **Boletim Confidencial do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, 15 set. 2010.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 22/6SC1, de 29 de junho de 2012. Aprova a Norma que dispõe sobre a Organização e o Funcionamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica (SISPLAER) = NSCA 11-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 126, 3 jun. 2012, p. 4553.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Proposta do Plano Setorial do Comando-Geral do Pessoal para os anos de 2015 a 2018 = PCA 11-114. Brasília, DF, 2015.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 61/6SC, de 18 de dezembro de 2014. Aprova a Reedição do Manual que dispõe sobre elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual = MCA 11-1. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 244, 29 dez. 2014, p. 11038.